Venezuela:
Visões brasileiras

Venezuela:
Visões brasileiras

Samuel Pinheiro Guimarães
Carlos Henrique Cardim
Organizadores

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
Fundação Alexandre de Gusmão

As idéias, opiniões e propostas apresentadas neste livro são de responsabilidade exclusiva dos autores, não expressando, necessariamente, o pensamento ou as posições do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ou da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

Venezuela: Visões brasileiras / Samuel Pinheiro Guimarães, Carlos Henrique Cardim, organizadores. - Brasília: IPRI, 2003.

Textos apresentados no seminário sobre a Venezuela, Rio de Janeiro, 2001.

ISBN 85-7631-004-X

1. Venezuela - Relações exteriores. 2. Venezuela - Condições econômicas. 3. Política energética - Venezuela. 4. Comércio exterior - Venezuela. I. Seminário sobre a Venezuela (2001: Rio de Janeiro). II. Guimarães, Samuel Pinheiro, org. III. Cardim, Carlos Henrique, org. IV. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

CDU: 327(87)

Editoração eletrônica e capa: André Luís Pires de Carvalho

Direitos de Publicação reservados ao:

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais - IPRI
Esplanada dos Ministérios, Bloco "H", Anexo I, s. 708
70.170-900, Brasília - DF
Tel.: (61) 411.6800/6816
Fax: (61) 224.2157
www.mre.gov.br/ipri
ipri@mre.gov.br

Sumário

Notas Biográficas 07

Mesa 1: Tecnologia, energia e meio ambiente.....11

Luiz Pinguelli Rosa 13
A política de energia elétrica da Venezuela

Maria de Lourdes Freitas 23
Meio ambiente e política ambiental na Venezuela

Mesa 2: Política 55

Paulo G. Fagundes Vizentini 57
A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001)

Octavio Amorim Neto 85
De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira

Mauro Mendes de Azeredo 111
A crise da democracia venezuelana: Relações com os Estados Unidos

Amado Luiz Cervo 157
A Venezuela e seus vizinhos

Mesa 3: Economia 181

Wilson Cano 183
Venezuela: Limites para uma nova política econômica

Lia Valls Pereira 221
Comércio exterior e política comercial na Venezuela

Dércio Garcia Munhoz 247
Venezuela: Ortodoxia econômica e investimentos estrangeiros

Laura Tavares 273
Venezuela: possibilidades e limites para um novo modelo
de desenvolvimento e de integração regional

Notas Biográficas

Luiz Pinguelli Rosa

Vice-diretor da COPPE. Doutor em Física e Mestre em Engenharia Nuclear, estuda a emissão de gases criadores do efeito estufa e mudanças climáticas causadas pelo setor de energia.

Maria de Lourdes Davies de Freitas

Arquiteta. Diretora Executiva da MORANI Pesquisas e Projetos Ambientais Ltda, ligada às questões de desenvolvimento e meio ambiente. Publica, regularmente, diversas matérias de interesse ambiental em revistas especializadas, capítulos e artigos de livros técnicos.

Paulo G. Fagundes Vizentini

Graduado em História. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor de História Mundial Contemporânea no Departamento de História da UFRGS, e de Relações Internacionais nos Programas de Pós-Graduação em História e em Ciência Política (Mestrado e Doutorado) da UFRGS.

Octavio Amorim Neto

Doutor em Ciência Política. Professor assistente do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, lecionando nas cadeiras de instituições políticas comparadas na pós-graduação.

Mauro Mendes de Azeredo

Diplomata e escritor.

Amado Luiz Cervo

Doutor em História pela Universidade de Strasbourg. Professor Titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Editor da Revista Brasileira de Política Internacional.

Wilson Cano

Economista. Professor Doutor pela UNICAMP. Autor de obras publicados nas áreas de economia, destacando-se: Introdução à Economia: uma abordagem crítica, Editora UNESP, São Paulo, 1998; e Soberania e Política Econômica na América Latina, UNESP, São Paulo, 2000.

Lia Valls Pereira

Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ. Coordenadora de Projetos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas na área de Comércio Internacional.

Dércio Garcia Munhoz

Economista. Foi Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília - UnB. Publicou vários artigos e livros sobre economia.

Laura Tavares Ribeiro Soares

Doutora em Economia do Setor Público pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora e colaboradora do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MESA 1

TECNOLOGIA, ENERGIA E MEIO AMBIENTE

A política de energia elétrica na Venezuela

*Luiz Pinguelli Rosa**

Introdução

Foi uma grande honra ter recebido do ex-Diretor do IPRI, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o convite para estar em mais um dos seminários que têm sido promovidos pelo IPRI sobre questões atuais do país, que se projetam internacionalmente. Estas iniciativas do Embaixador quando Diretor do IPRI sempre se caracterizaram pela maior liberdade de expressão com pontos de vista opostos, alguns conflitantes com posições do governo ou da coalizão de partidos políticos no exercício do poder na administração do país. Mais importante ainda tem sido o clima de liberdade de crítica, não ao governo ou a partidos no poder, mas sim à doutrina econômica dominante - do neoliberalismo, das privatizações, do fim da soberania nacional efetiva - em geral tomada como um paradigma absoluto incontestável.

Estas questões se cristalizam hoje no debate sobre a ALCA e suas conseqüências para o Brasil, para a Venezuela, para o Mercosul e para a América Latina. Devo dizer de antemão que compartilho das preocupações expressas pelo ex-Diretor do IPRI quanto ao papel da ALCA frente ao Mercosul.

Este assunto tem tudo a ver com nosso seminário atual, dado que a Venezuela assumiu a posição de se juntar ao Mercosul neste momento tão difícil para o Brasil em defesa do Mercosul, devido à questão da ALCA combinada com as fortes pressões sofridas pela Argentina, vulnerável por uma política econômica rigidamente atrelada a um padrão monetário externo.

Em seminário anterior do IPRI sobre a Venezuela e o Brasil, publicado em 1995[1], foi tratada a questão da energia.[2] Uma Caracterização do setor elétrico venezuelano então apresentada dava que setor elétrico venezuelano era constituído por empresas privadas e estatais, dentre as quais destacavam-se:

* Vice-Diretor da COPPE – UFRJ. Coordenador do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais da COPPE-UFRJ.

[1] GUIMARÃES, S. Pinheiro, Brasil e Venezuela: Esperanças e Determinações na Virada do Século, IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

[2] A . Bansart. Idem, p. 55 e M. Pinto. Idem, p. 97.

- Electricidad de Caracas - empresa privada que atende à região metropolitana de Caracas, gerando e distribuindo energia elétrica;
- Enelbar e Enelven, compradas pelo Governo em 1976 e que atendem às cidades de Maracaibo e Barquisimeto;
- Cadafe - empresa estatal, integrada verticalmente, responsável pelos serviços de energia elétrica na maior parte do território venezuelano;
- Edelca - empresa estatal encarregada do desenvolvimento dos grandes projetos hidroelétricos do rio Caroni, principal geradora do país, sendo ainda proprietária e responsável pela operação do sistema básico de transmissão.

Da mesma apresentação[3] constava que "A Venezuela está promovendo ampla reforrnulação do setor elétrico para torná-lo mais eficiente e competitivo. As empresas Enelbar e Enelven deverão ser privatizadas a curto prazo. A Cadafe está sendo reestruturada dentro de um processo que visa viabilizar sua privatização a médio prazo".

Fazendo uma comparação desta previsão com os dados do início da presente década, mostrados na tabela 1, vemos que a Enelven, a Enelbar e a Cadafe continuam no setor público.

Já o Brasil, daquele tempo para cá, privatizou grande parte do seu setor elétrico, com maus resultados.

História da eletricidade na Venezuela[4]

A geração elétrica começa na Venezuela em 1888 com a iluminação da cidade de Maracaibo, embora tenham havido experiências anteriores localizadas. A companhia geradora foi a origem da atual Energia Elétrica de Venezuela (Enelven). Outras iniciativas se sucederam. Em 1889 iniciou-se um sistema elétrico na cidade de Valencia e em 1910 foi criada a C. A. Eletricidade de Valencia que em 1910 colocou em operação uma hidrelétrica. Também em 1910 foi fundada a Companhia de Eletricidade da Cidade de Bolívar, que em 1954 passou ao controle de um grupo holandês, voltando à gestão venezuelana em 1977. Em 1919 foi constituída a Companhia Elétrica de Yaracuy, por trás da qual estava uma companhia estrangeira, que

[3] *op. cit.* nota 1. p. 139.
[4] CAVEINEL. Venezuela: 100 anos de Eletricidade, 2000. M. E. Morales Carlos, Comunicação privada e Tese de Doutorado, COPPE – UFRJ, 2001.

em 1942 passou a chamar-se Companhia de Luz Elétrica de Venezuela, comprada pela Companhia Elétrica de Caracas em 1963. Caracas teve iluminação elétrica a partir de 1897, com uma pequena central hidrelétrica de 420 kW, a segunda da América Latina.

A exploração industrial do petróleo na Venezuela começa na segunda década do século XX. O país tem uma expansão e a urbanização gera um incremento da demanda de eletricidade. O sistema elétrico venezuelano desenvolveu-se baseado no uso da energia hidroelétrica. Em 1933 três usinas hidroelétricas entram em operação com uma capacidade de 7,6 MW. A seguir outras usinas foram construídas, duas totalizando 4,9 MW, uma outra de 3,2 MW. As termoelétricas são desenvolvidas, primeiramente a diesel, com pequenas capacidades, até que a usina termoelétrica Ricardo Zuloaga, com 27 MW, iguala o total da geração hidrelétrica até então. Em 1947 a capacidade instalada atingiu 174 MW, 40 MW para Caracas e suas vizinhanças, ano em que foi criada a Corporação Venezuelana de Desenvolvimento, incluindo em seus objetivos o planejamento da energia elétrica. Estudos são feitos para a construção de várias térmicas e hidroelétricas em lugares diferentes do país. Em 1949 um estudo de aproveitamento do rio Caroni foi feito. Em 1950 o Plano Nacional de Eletrificação contemplou a aquisição, por parte do CVF, de companhias de eletricidade que operavam em muitas partes do país de forma bastante ineficiente. Em 1953, o governo venezuelano, devido às necessidades de energia dos projetos de desenvolvimento econômico, resolveu desenvolver o potencial de geração de energia elétrica do rio Caroni. A usina de Macágua teve sua construção iniciada em 1956 e a primeira das suas seis unidades entrou em operação em 1959. Foi um marco; alcançou uma capacidade de 360 MW. Macágua teve um grande significado na região de Guayana, como talvez a usina de Paulo Afonso no Nordeste do Brasil. Contribuiu para criar um dinamismo industrial, servindo às instalações da Companhia Mineira de Orinoco - hoje CVG - Ferrominera Orinoco - e para a Siderúrgica Aço do Orinoco. Em 1954 chegou, depois, a 395 MW, e em 1957, a 570 MW, quando a capacidade instalada média por habitante da Venezuela era de 88 watts, em comparação com 17 watts no ano 1947. Em 1958 foi fundada a Cadafe, como parte de um esforço que racionaliza a operação das 15 companhias de eletricidade dependentes do Estado. A partir do final da década de

60 acontecem eventos importantes: em 1968 a primeira de dez unidades da hidroelétrica de Guri entra em operação; em 1973 a hidroelétrica de Santo Domingo entra em operação, com uma capacidade de 240 MW; em 1978 foi concluída a primeira fase de Guri e chega à capacidade de 2 GW. Em 1976 ocorre a nacionalização da Enelven. O Estado adquire as ações da maioria das companhias em mãos de grupos internacionais. Guri é terminada em 1986, um fato histórico, com capacidade instalada de 10 GW, a maior no mundo naquele momento, próxima de Itaipu, brasileiro-paraguaia, com 12 GW. Os últimos fatos importantes no setor hidroelétrico foram: em 1987, a primeira fase do sistema Uribante - Caparo, com uma capacidade de 300 MW de um total, no final, de 1.320 MW; o começo das obras em Macágua com 2, 5 GW. No campo termoelétrico, nas últimas três décadas ocorreram a ampliação de Tacoa em 1,2 GW, a construção em Moron, com capacidade de 2 GW.

Situação atual

A Venezuela exibe um dos maiores graus de eletrificação na América Latina: mais que o 94% da população, superando o Brasil, que embora tenha índice comparável na área urbana, perde na área rural. Este é o fruto de um empreendimento bem sucedido do Estado venezuelano durante as décadas dos 70 e 80, embora com participação significativa de companhias privadas.

O país no início da século XXI conta com um sistema de transmissão sofisticado com tensões de 765, 400 e 230 KW, que interconectam os centros principais de produção de energia no território nacional. Atingiu cerca de 19 GW de capacidade instalada. Pelo ano 2003, de acordo com previsões atuais, terá 2,0 GW adicionais do setor público e 600 MW do setor privado. As hidroelétricas do Caroni têm aproximadamente 12,5 GW em Guri e Macágua. Uma terceira planta, em Caruachi, está em fase de construção com 2 GW.

As hidroelétricas em operação representam 70% da oferta nacional de eletricidade no momento e elas constituem uma parte do potencial de cerca de 26 GW no curso inteiro desse rio. O total nacional é de aproximadamente 46 GW de fontes hidráulicas. É interessante notar que a despeito de ser uma grande produtora mundial de petróleo a Venezuela não descuidou do uso do seu potencial hidroelétrico.

As tabelas 1 e 2 dão o quadro atual do setor elétrico venezuelano, mostrando que o setor público totaliza mais de 20 GW contra menos de 3 GW da capacidade instalada privada[5]. As figuras 1 e 2 mostram o parque gerador e o sistema de transmissão[6].

O setor elétrico venezuelano se estrutura em forma integrada pelo setor público e por companhias privadas. A política é ditada pelo Ministério de Energia e Minas. O crescimento e a expansão do setor se apoiaram em investimentos públicos, o que foi favorecido pelos recursos da produção do petróleo. O Estado teve recursos para empreender a exploração do potencial gigantesco do rio Caroni, como também de outros potenciais menores e em geração térmica.

O desenvolvimento elétrico do país deve ser discutido dentro de uma realidade de crescimento demográfico, industrial com requisitos de qualidade, segurança, exigindo volumes crescentes de investimento. Porém, o país confrontou-se, como toda América Latina com problemas de investimento público, que levou a um processo de deterioração no setor elétrico da maioria dos países do continente. O Brasil não escapou a esta regra, com um processo de privatização mal sucedido. Houve em geral a ausência ou a insuficiência de instrumento para regular as relações jurídicas diferentes que emergem desta atividade, mas também perdeu-se o instrumento de política econômica e social em mãos do estado na América Latina em geral. O estado nacional saiu e não foi substituído adequadamente pelo investidor estrangeiro. O Brasil sofre hoje uma crise no setor elétrico por falta de investimento, esperado do setor privado, principalmente estrangeiro.

Cooperação entre Brasil e Venezuela na área energética

Em trabalho apresentado no seminário Brasil Venezuela do IPRI[7], sobre a *Interligação elétrica Guri-Boa Vista-Manaus*, foi exposto que "a existência de energia disponível a baixo custo, capaz de com pensar a transmissão a longa distância, gerou a idéia da interligação elétrica Guri-Boa Vista-Manaus como alternativa ao atendimento destas cidades. Os entendimentos bilaterais sobre esta questão foram intensificados a partir

[5] *op. cit.* nota 4.
[6] Idem.
[7] *op. cit.* nota 3.

de agosto de 1993 (...). Em março de 1994, o Presidente Itamar Franco, em visita à Venezuela, firmou o Protocolo de Guzmania e um Comunicado Conjunto, em cujo item 11 é feita menção à compra de energia pelo Brasil e à construção da linha de transmissão correspondente (...); foi instituído o Grupo de Trabalho-Energia, que identificou como prioritário o projeto de interligação entre os dois países". Em agosto de 1994, realizou-se a primeira reunião do grupo técnico constituído para o estudo

Os problemas técnicos decorrentes incluíam: trajeto básico acompanhando a rodovia existente e sempre reduzindo os custos em geral e os impactos ambientais; estudo de alternativas para os níveis de tensão padrão em cada país e para o nível ótimo econômico; custos decorrentes do respeito a critérios nacionais de projeto; preços de referência para a energia; montante de energia garantida a ser vendida pela Venezuela ao Brasil; moeda de referência para as operações.

Passos necessários foram dados desde então para concretizar a interligação de Guri ao Brasil, não só pelo aspecto energético, importante para o Brasil que atravessa uma crise de energia elétrica neste momento, como também para a integração latino-americana. No seminário do IPRI em 1995 fiz a seguinte intervenção, cujos pontos principais reitero[5]: "É muito importante a constatação do crescimento das relações Venezuela-Brasil, (...) a transmissão de Guri teria a vantagem opcional de estabelecer um vínculo forte entre os dois países, que é um objetivo além do energético. Entretanto, a questão econômica deve ser verificada quanto a custos, garantia do abastecimento. (...) A potencialidade da mudança no setor do petróleo é notável caso seja criada uma grande empresa latino-americana a partir da associação entre a grande empresa venezuelana, que detém tecnologia e reservas, e a Petrobrás, que tem tecnologia complementar, no caso *offshore*. A tecnologia, o mercado e as reservas juntas poderão criar caminho e dar um rumo a essa mudança institucional. O sistema que o governo venezuelano está usando para a abertura do setor petróleo é um modelo que coloca a PDVSA no centro (...). A associação da PDVSA com a Petrobrás poderia também nos dar um modelo institucional de como proceder essa abertura sem ser apenas por um imperativo, porque o Banco Mundial deseja ou o FMI pressiona, e, sim, porque o Brasil precisa e a Venezuela pode cooperar e vice-versa".

[8] *op. cit.* nota 1.

Anexos

Tabela 1
Indicadores básicos do Setor Elétrico ano - 1999

Empresa	Capacidade Instalada MW					Demanda M§xima GW	Gera-«o Anual GW
	Hidroel®trica	Termoel®trica			Outros		
		Vapor	G§s	DIESEL			
CAPITAL PRIVADO							
ELECAR	4	1.891	430	0	2.325	1.887	8.624
CALEV	0	0	0	0	0	493	.
ELEGGUA	4	0	0	0	4	130	5
CALEY	0	0	0	6	6	41	.
ELEVAL	0	0	218	0	218	233	981
ELEBOL	0	0	0	0	0	121	.
CALIFE	0	0	0	0	0	60	.
SENECA	0	0	112	5	117	200	125
SUB- TOTAL	8	1.891	760	11	2.670	.	9.735
CAPITAL PUBLICO							
ENELVEN	0	684	482	9	1.175	1.178	4.379
ENELCO	0	0	41	0	41	625	260
ENELBAR	0	0	143	8	151	384	485
CADAFE	711	2.040	1.264	76	4.091	4.292	8.384
EDELCA	12.505	0	0	0	12.505	8.386	56.196
SUB-TOTAL	13.216	2.724	1.930	93	17.963	.	69.704
TOTAL	**13.224**	**4.615**	**2.690**	**104**	**20.633**	**10.854**	**79.439**

Fonte: CAVEINEL

Tabela 2
Consumo de energia - ano 1999

Empresa	Obpfabk`f^i D T e	@l j bo`f^i D T e	Fkarpqof^i D T e	L rqolp D T e	Qlq^i D T e
CAPITAL PRIVADO					
ELECAR	2.268	2.087	1.235	390	5.980
CALEV	826	923	522	366	2.637
ELEGGUA	185	95	261	28	569
CALEY	100	36	42	28	206
ELEVAL	387	275	236	74	972
ELEBOL	210	80	45	75	410
CALIFE	114	69	65	28	276
SENECA	76	49	46	22	193
SUB - TOTAL	4.166	3.614	2.452	1.011	11.243
CAPITAL PÐBLICO					
ENELVEN	3.206	1.213	1.702	273	6.394
ENELCO	929	308	313	879	2.429
ENELBAR	730	489	471	326	2.016
CADAFE	5.375	2.290	4.580	4.918	17.163
EDELCA	0	0	17.543	2.784	20.327
SUB - TOTAL	10.240	4.300	24.609	9.180	48.329
TOTAL	**14.406**	**7.914**	**27.061**	**10.191**	**59.572**

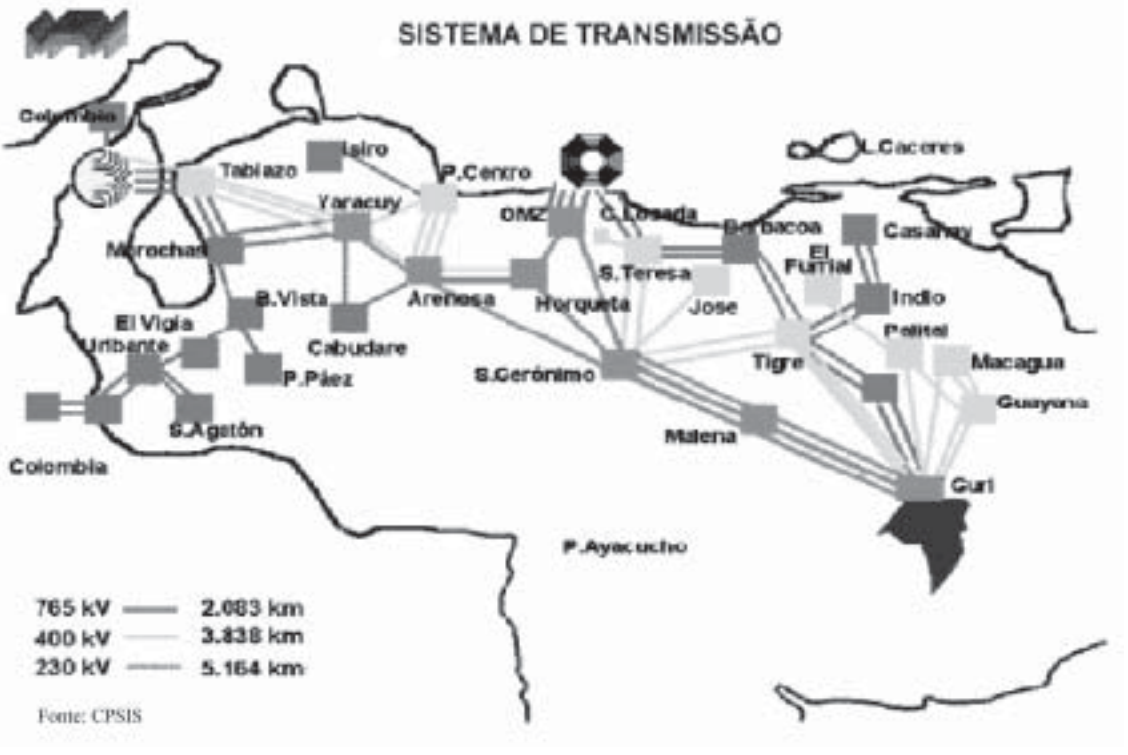
Fonte: CAVEINEL

FIGURA 1 - Mapa do Parque de Geração



Fonte CPSIS

Figura 2 - Mapa do Sistema de Transmissão



Meio ambiente e política ambiental na Venezuela

*Maria de Lourdes Davies de Freitas**

Introdução

Venezuela ou a "Pequena Veneza" – como designada por Américo Vespucci junto ao lago Maracaibo em 1499, quando primeiro reconheceu indígenas locais em suas taperas de palha – é um país de contrastes tanto em termos de natureza como em aspectos socio-econômicos.

Num território de 912.100 km^2 – com área maior que França e Inglaterra juntas – a Venezuela apresenta ecossistemas como as grandes altitudes geladas dos Andes em sua porção noroeste que se espraiam em cadeias de montanhas junto ao litoral do mar do Caribe; em seguida o vale central das planícies dos *llanos* do rio Orinoco, e finalmente em sua porção sul três subsistemas representados por parcela significativa da floresta tropical da Amazônia venezuelana, o delta do Orinoco – região pantanosa com extensão de uma Bélgica – e a região da *Gran Sabana*, uma savana aberta com suas famosas montanhas-mesas chamadas *tepuis* que podem alcançar 3 mil metros de altura em relação ao nível do mar. Ocupando a parte norte da América do Sul a Venezuela é o seu sexto país em extensão e tem como vizinhos a Colômbia a oeste, o Brasil ao sul e a Guiana a leste. Ao norte a Venezuela desfruta de uma costa invejável para turismo de quase três mil quilômetros junto ao Atlântico e ao mar do Caribe e um elenco de ilhas e estados insulares.

Com seus 22 milhões de habitantes pelo censo de 1996 tinha a Venezuela nesta época cerca de três quartos de sua população vivendo abaixo dos níveis de pobreza da ONU, com taxas de desemprego oscilando entre 12% e 15%. Cerca de um quinto da população total é residente no distrito federal de Caracas. Em 2000 a população era de 24,5 milhões (EIU, 2000) crescendo a uma razão de 1,82% por ano e ela se distribui por seus 22 estados e ilhas em uma densidade média de 23 pessoas/km^2. Cerca de 86% de venezuelanos vivem nas cidades e Caracas, em sua área metropolitana, abriga 15% da população do país

* Diretora técnica do IMAH- Instituto do Desenvolvimento e de Gerenciamento do Meio Ambiente e professora do curso MBA Internacional de Gestão Ambiental

(Cano, W.). A fronteira com a Colômbia continua seguidamente sujeita a conflitos de drogas e a de leste, com a Guiana, apresenta sempre axuriada nos mapas editados na Venezuela uma área de litígio antigo com a Inglaterra, que remonta ao período 1890-1899.

Com a descoberta de petróleo em 1914 a Venezuela passa a ser uma das nações potencialmente mais ricas neste recurso devido às ocorrências de óleo na bacia do Maracaibo e posteriormente, com exploração petrolífera, também em dois estados junto aos *llanos* e ao delta do Orinoco. Até 1970 a Venezuela foi o maior exportador de óleo da América Latina, fazendo parte desde o início da OPEP como membro fundador junto a nações árabes. Em 1997 o país foi o terceiro país produtor de óleo do mundo, depois da Arábia Saudita e Irã.

O setor de agricultura ocupa cerca de 3% do território sob cultivos variados, entre os quais produtos tropicais como café, banana, açúcar, cacau, tabaco e algodão. Apesar de ter uma respeitável faixa litorânea junto ao Caribe a pesca ocupa, apenas, na Venezuela, 4% no ranking da América do Sul, com as espécies principais sendo camarão, sardinha e atum.

A parte de óleo, o país tem reservas grandes de gás natural e minerais como minério de ferro, bauxita, ouro e diamantes. A bauxita, oriunda do sul de Ciudad Bolívar, é responsável pela obtenção de alumínio na região junto a Ciudad Guayana. O setor terciário tem investimentos pesados na área de manufaturas e a gigantesca hidroelétrica de Guri - segunda maior geradora de hidroeletricidade do mundo com uma capacidade instalada de 10 milhões de killowats e um custo de 5 bilhões de dólares - tem nas agências do Brasil Aneel e Eletrobrás parceiras para distribuição da energia gerada. Apesar do desenvolvimento dos outros setores a Venezuela tem na conta petróleo cerca de 85% das receitas de exportações do país, seguido de produtos siderúrgicos e manufaturados.

A Venezuela no contexto ambiental da América Latina

No inicio do terceiro milênio parece evidente que apesar de se ter vivido um prolongado processo de crescimento da economia mundial, a pobreza e a falta de eqüidade aumentaram em todo o mundo.

Para os países em desenvolvimento, e particularmente para a América Latina, a situação sob esta ótica pode se qualificar como desastrosa. Efeitos combinados e interrelacionados de dívida externa

dos países, degradação ambiental acumulada através do tempo, perda de valor de muitos preços de produtos básicos de exportação, desvantajosas tendências do comércio internacional e políticas econômicas pouco exitosas aplicadas em vários países explicam esta situação (BID, PNUD, 1990). Não nos parece que depois de uma década de tal depoimento tenhamos, como latino-americanos, muito a comemorar.

O modelo de civilização que prevalece no mundo e que permitiu avances importantes ao ser humano está mostrando já há algumas décadas sua falência e seu estado permanente de crise. As grandes reuniões internacionais dos últimos tempos que lidam com a questão do comércio internacional, por exemplo, e a riqueza de manifestações de protesto que as cercam deixam antever o descontentamento popular, principalmente com as questões sociais e ambientais que no fundo retratam conseqüências dos modelos políticos e econômicos praticados. Apesar do enorme progresso tecnológico, grandes massas de populações continuam marginalizadas quanto aos benefícios do crescimento econômico. Os países mais desenvolvidos aumentam sua riqueza e se distanciam cada vez mais dos em via de desenvolvimento. Nestes últimos, além da pobreza crítica se produz um rápido estado de deterioração de sua classe média e ao mesmo tempo afloram grupos sociais que por seu alto nível econômico alcançam índices de consumo que não são sustentáveis.

Como a toda situação de crise corresponde uma oportunidade, à América Latina e Caribe cabem no momento o desenho de uma agenda e estratégia próprias que lhes permitam aumentar sua capacidade de negociação perante o desequilíbrio de fluxos de capitais, a constante deteriorização de preços, a manipulação de taxas de juros, a indução de padrões tecnológicos inapropriados e o protecionismo comercial.

A região latinoamericana e do Caribe, que compreende 30 países desde Tijuana até a Terra do Fogo, com uma renda média de 4 mil dólares anuais, é a mais urbanizada região do mundo em desenvolvimento com cerca de três quartos de seus 502 milhões de habitantes vivendo em ambientes urbanos e suas periferias (Banco Mundial, 2001). Dispõe de imensos recursos naturais e de diversos ecossistemas onde seu potencial humano poderia sustentar um desenvolvimento a longo prazo. Com cerca de 8% da população mundial,

seu patrimônio natural inclui 23% de terras aráveis, cerca de 12% de solos cultivados, 23% de bosques, sendo 46% remanescentes de florestas tropicais, e 31% da água superficial utilizável. Possui ainda 3% das reservas medidas de combustíveis fósseis e 19,5% do potencial hidroelétrico mundial utilizável (Gallopín et al, 1990).

Entretanto, a distribuição desbalanceada de riqueza persiste na maioria dos países da região, onde cerca de 177 milhões de pessoas - mais de um terço de seu total - vivem em situação de extrema pobreza. A desigualdade regional faz com que os 20% mais pobres da região sobrevivam de apenas 4,5% da renda total gerada, fazendo da América Latina e Caribe a região de pior distribuição de renda do mundo. Recente pesquisa do Banco Mundial sobre o tema junto a 60 mil entrevistados em 60 países diagnosticou que no caso da região latinoamericana e Caribe os problemas mais emergentes se referem a desemprego, falta de infraestrutura de água e saneamento, escassez de eletricidade e estrutura viária deficiente, além do bloqueio ao progresso que a corrupção faz aos pobres em termos de discriminação, violência e crime, principalmente nas área urbanas, proporcionado por abusos devido a drogas e alcoolismo.

Problemas ambientais regionais

Como problemas ambientais regionais se destacam a extinção de espécies, o desmatamento das florestas tropicais e perda conseqüente da enorme biodiversidade, um processo de urbanização violento e descapitalizado, poluição de ar e água nos centros urbanos, contaminação industrial de solos, ar e água, gerenciamento ineficiente dos recursos naturais e dos desastres naturais e fraco desempenho institucional do setor ambiental dos países. Aos problemas globais, como aquecimento da Terra e diminuição da camada de ozônio, a América Latina e Caribe contribuem de modo diverso: para o aquecimento da atmosfera é estimado que a acumulação de CO^2 esteja na faixa entre 12% e 14%, enquanto para a produção de clorofluorcarbonos e halógenos a contribuição seja insignificante em termos mundiais, embora a Venezuela tenha tido um crescimento de produção de CFC nas últimas duas décadas devido a emissões de seus complexos industriais.

A região viveu na década 1990-2000 efeitos devastadores de desastres naturais, como em 1999 o terremoto na Colômbia e enchentes

violentas no estado de Bolívar na Venezuela, ambos com conseqüências sérias sobre a vida econômica e social destes dois países. Já em 2001 tremores fortes e sucessivos em El Salvador aumentaram de muito o grau de risco a que as populações mais pobres estão constantemente submetidas por habitarem em áreas de risco geológico ou em construções com condições fora de padrões mínimos de segurança.

Por sua vez, a região possui imensa riqueza cultural e ecológica que precisa ser utilizada com inteligência e de forma criativa. Além de possuir um vasto universo de recursos naturais e riquezas de subsolo, os países desta região não puderam até agora desenvolver áreas de pesquisas adequadas a este mundo tropical, e em parte insular, pois a cultura de transferência de tecnologia em geral se baseia em exportar dos países mais ricos soluções que às vezes nada tem que ver com o país que recebe tal cooperação. Assim é imperioso fazer-se uma seleção de processos tecnológicos que venham a se utilizar para a exploração de recursos naturais com incorporação de inovações locais mediante a aplicação de ciência e tecnologia modernas.

Caracterização ambiental da Venezuela

Clima

Venezuela se situa perto da linha do Equador e goza de um clima tropical de altitude que sofre alterações em função das elevações superiores a 1000 metros; suas temperaturas variam em média entre 22º C e 30º C na maioria das regiões do país. A região andina apresenta médias em torno de 17º C. O país tem duas estações: chuvas e seca e em sua parte amazônica pode receber em média até 2.000 milímetros de chuva/ano. Em sua parte desértica na região do Coro junto ao litoral é raro a presença de chuvas.

Solos

Como alguns dos países da América Latina, Venezuela possui uma classificação de solos extensa e variada que passa pelos 8 tipos de solos da classificação Klimgebiel e Montgomery feita por capacidade de uso de solos. Devido à riqueza de ecossistemas que o país detém,

como a Cordilheira dos Andes, a região amazônica, as costas caribenha e atlântica, vales altos e médios intermontanos, a bacia de contribuição de Maracaibo e o delta do Orinoco, a Venezuela apresenta as principais ordens taxonômicas definidas no planeta em parcelas representativas no país. Este mesmo solo está sujeito a múltiplos usos como produção agrícola, de madeira, extração de matérias primas como minerais, suporte a infra-estruturas viária e de edificações e destino final de resíduos de todas as procedências (MARN, 2000).

Recursos hídricos

A Venezuela é prodigiosa em termos de recursos hídricos e tem no rio Orinoco, com 2150 km, o terceiro rio em extensão da América do Sul, depois do Amazonas e do rio da Prata. O Orinoco carrega cerca de 50 bilhões de toneladas de sedimentos para o seu delta em amplo terreno pantanoso com mais de 40 bocas que desembocam no Atlântico em uma superfície de 360 km de extensão. Foi em uma de suas bocas que Cristóvão Colombo aportou em 1498 pensando ter chegado à India, sua intenção inicial, fazendo do Orinoco o primeiro grande rio descoberto por um europeu no chamado Novo Mundo. Suas cabeceiras encontram-se em território dos indios Yanomani, em sua porção venezuelana. Através de um canal de 220 km de extensão o Orinoco se comunica com a bacia do Amazonas através do rio Negro no chamado Braço de Casiquiare, visitado por Humboldt em 1800. De expressão em termos de recursos hídricos se destaca ainda o imenso lago de Maracaibo ao norte da Cordilheira dos Andes, drenando sua contribuição para o Golfo da Venezuela junto ao mar do Caribe. Hoje esta região é destinada a exploração de petróleo e apresenta problemas sérios de contaminação e poluição.

Cobertura vegetal

Venezuela dispõe de cerca de 48% de seu território coberto por vegetação variando entre floresta tropical seca e úmida, savanas e áreas úmidas de mangues de rica produção. As plantações homogêneas alcançam pouco mais de 2% da área florestal do país. A taxa de desmatamento na Venezuela era de 0,56% ao ano nas matas naturais em 1991 e em 1995 alcançou cerca de 1,1% ao ano segundo dados do Banco Mundial

(Venezuela, data profile, 2001). Suas emissões industriais de carbono - CO_2 eram ainda em 1995 de 8,1 m^3 por habitante.

Sob regime de administração especial – ABRAE – existem pela legislação venezuelana, apoiados no Plano Nacional de Ordenamento do Território, a partir de 1983, 237 áreas protegidas em 14 categorias de manejo que são a seguir sumarizadas e cobrem uma superfície de 65.710.552 ha, correspondente a 67,74% do território nacional segundo o MARN – Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis da Venezuela. Este percentual baixa para 46,6% se considerarmos as sobreposições existentes entre áreas, o que ocorre por diversos motivos da nomenclatura utilizada.

As áreas de proteção restrita nas categorias de manejo da IUCN alcançam 32,32 % do território e as demais categorias com finalidades variadas são responsáveis por 35,42% de território venezuelano onde pela tipologia empregada, há uma enorme superposição de áreas, pois uma mesma área pode abrigar inscrição em mais de um tipo de uso. No anexo 1 deste documento pode ser encontrada a descrição das categorias de manejo utilizadas pela Venezuela, que se baseia em parte, quando cabe, na definição de áreas protegidas oferecida pela União Mundial de Conservação – IUCN.

Biodiversidade

A Venezuela é um país megadiverso: o primeiro informe da Venezuela para a Conferencia das Partes da Convenção de Diversidade Biológica elaborado em 2000 pelo MARN revela a extraordinária diversidade de animais, plantas e ecossistemas do país. A nível internacional se coloca entre os 10 primeiros países com maior diversidade do planeta e em sexto lugar nas Américas. Possui cerca de 15% do total de aves existentes no mundo e cerca de 40% das aves do neotrópico. Sua riqueza em termos de plantas é imensa, abrigando cerca de 650 tipos de vegetação onde se encontram umas 15 mil espécies de plantas superiores em suas categorias de vegetação. Tem ainda extensão considerável de área úmidas, ocupando o quinto lugar no mundo nesta categoria. Seus variados ecossistemas decorrentes de uma privilegiada situação geográfica faz da Venezuela um país de beleza natural de primeira classe, com grande potencial para turismo ecológico e cultural.

Neves eternas, zonas desérticas, florestas tropicais, formações geológicas de rara beleza e áreas marinhas com arrecifes de corais completam a diversidade do país.

No tema de passivos ambientais a degradação das águas marinhas e costeiras da Venezuela, bem como a descarga de substancias tóxicas e o desmatamento de seus bosques em cerca de 40% segundo estimativa da FAO, além da poluição aérea tanto nas áreas urbanas como também em decorrência do complexos motor e industrial instalados no país, completam o nível de preocupações dos venezuelanos a respeito do tema (Partin, Diego D., 2000).

ÁREAS PROTEGIDAS NA VENEZUELA

CATEGORIA	nº áreas	superficie (ha)	% territ nac.
ÁREAS PROTEÇÃO RESTRITA			
1.parques nacionais	43	13.031.531	14,22
2. monumentos naturais	40	6.919.097	7,54
3. refúgios fauna silvestre	07	76.165	0,08
4. reservas biosfera	02	9.602.486	10,48
SUBTOTAL	**92**	**29.629.279**	**32,32**
ÁREAS PROTEGIDAS OUTROS USOS			
5. zonas protetoras	57	11.625.861	12,67
6. reservas nac. hidráulicas	13	1.738.552	1,89
7. reservas fauna silvestre	02	50.031	0,05
8. áreas criticas	07	3.599.146	3,6
9. áreas rec./prot.ambiental	02	557	0,006
10. zonas res.const.represas	02	7.043	0,007
11. reservas florestais	10	11.327.416	12,36
12 .áreas bosque sob proteção	39	3.391448 *	3,7
13. zonas aprov.agricola	06	357.955	0,39
14. áreas rurais des.integr.	07	3.983.814	4,35
SUBTOTAL	**145**	**36.081.273**	**35,42**
TOTAL GERAL	**237**	**65.710.552**	**67,74**

* valor estimado

Fonte MARN ,Venezuela, 2001 (ver terminologia anexo I).

População

Venezuela apresenta uma grande riqueza de raças mescladas de origem européia, indígena e africana. Datações de carbono de 14º milênio a.C revelam que os primeiros habitantes deste país vieram em princípio da Ásia através do Estreito de Bering e se estabeleceram na porção noroeste do país, segundo escavações arqueológicas feitas em El Jobo, no atual Estado de Falcão. Grupos nômades usavam artefatos de pedra primitivos e armas rudimentares para caça. A agricultura aparece no 5º milênio a.C junto com uma tendência de sedentarização dos grupos. Estima-se que quando chegaram os espanhóis a Venezuela teria algo em torno de 500 mil habitantes, distribuídos em três grupos étnicos de famílias lingüísticas diferentes, a saber: Caribe, Arawak e Chibcha. Os primeiros vivendo de pesca e agricultura junto ao litoral, os Arawak com caça e recolhimento de alimentos na região dos *llanos* , sendo o terceiro grupo o mais avançado das sociedades pré-hispânicas da Venezuela e habitando as áreas altas dos Andes.

A América foi em certa fase para os europeus um lugar mágico: quando a Europa da Renascença pensou estar conquistando o Paraíso através do acesso às regiões do ouro e às indomáveis amazonas do continente americano, as grandes descobertas geográficas dos séculos XV e XVI representaram um momento histórico único não apenas pela façanha técnica e humana que significaram, mas também porque fizeram crer a seus atores que haviam abordado o país das lendas (de Beer e Magasich-Airola, 2000). Assim, na América do Sul, as incursões ao Eldorado, hoje território da Colômbia e sul da Venezuela, o Paraíso Terrestre na embocadura do Orinoco, as confluências do rio Amazonas com o rio Negro, a fronteira Bolívia-Brasil , a região de São Tomé no Paraguai, os gigantes patagões no sul da Argentina e a cidade encantada dos Césares próximo ao Estreito de Magalhães, representavam o que a tradição cultural européia localizou como mitos (produtos da imaginação coletiva de um certa época de uma determinada civilização) nos confins orientais do que pensavam ser o continente asiático, território pouco conhecido e praticamente inacessível aos habitantes do mundo cristão.

As expedições espanholas que se lançaram em busca de tais lendas e reinos fabulosamente ricos, com descobertas de minas de prata e ouro no México e Bolívia por exemplo, demonstraram as potencialidades

econômicas do Novo Mundo. Porém os efeitos sobre as populações indígenas foram desastrosas. As epidemias, a destruição dos quadros políticos, religiosos e sociais, o desmantelamento do sistema de produção de impérios como o asteca e o inca – e de muitos outros – e os trabalhos forçados aniquilaram os povos ameríndios. As estimativas de população do continente antes da conquista são infelizmente bastante imprecisas, mas Cook e Borah propuseram números que variam de 25 milhões de habitantes em 1519, quando da chegada de Cortez ao México, até apenas um milhão de habitante em 1605 para a mesma área. Assim a descoberta da América, tão benéfica para o saber humano quanto nefasta para seus habitantes, foi o resultado de um acúmulo de conhecimentos nos domínios dos transportes, da navegação e sobretudo da geografia.

Já Darcy Ribeiro em sua obra *Os índios e a civilização* nos conta que o delta do Amazonas constitui uma das áreas de mais antiga ocupação européia no Brasil. Nos primeiros anos do século XVII ali se instalaram soldados e colonos portugueses, inicialmente para expulsar franceses, ingleses e holandeses que disputavam seu domínio, depois como núcleos de ocupação permanente. A base econômica se fazia nesta Amazônia extrativista pela retirada de produtos valiosos para Europa na época como cacau, cravo, canela, salsaparilha, baunilha e copaíba com a utilização da mão de obra indígena gratuita. Embora tentadas, outras lavouras de produtos de exportação com monoculturas de cacau e cana-de-açúcar, ricas para outras áreas da colônia, nunca chegaram a ser bem-sucedidas na Amazônia. Nos vales dos rios Negro, Madeira e Tapajós, Juruá-Purus se estabeleceu, após o conflito dos primeiros séculos um *modus-vivendi* entre indígenas e civilizados que permitiu aos locais conservar certos aspectos de sua cultura tradicional. No século XX os ciclos amazônicos dizem respeito aos momentos econômicos da borracha, seguida nas terras baixas do vale amazônico pelos seringais.

O rio Negro se constituiu numa das províncias de mais antiga ocupação européia na Amazônia. Pela descrição de Curt Nimuendaju (1950) quatro conglomerados indígenas aí podiam ser percebidos nos primeiros anos do século XX: uma população mestiça resultante do cruzamento de europeus com índias; os remanescentes de tribos de língua arawak, portadores de uma das culturas mais elaboradas da floresta tropical; as tribos de língua tukano e o quarto grupo de povos

de línguas alófilas, todos de cultura muito rudimentar, logo dominado culturalmente pelos arawak e tukanos (Ribeiro, D. *op cit*).

Como através do braço de Casiquiare o rio Negro no Brasil se comunica com o Orinoco na Venezuela e descendo pelo rio Alto Uaupés os grupos indígenas da Colômbia alcançavam São Gabriel no alto rio Negro, todas estas culturas indígenas se miscigenaram ao longo de séculos de disputas econômicas entre locais e colonizadores e também de definição de fronteiras entre estes três países (Hemming, J., 1987). No Pico da Neblina, o mais alto ponto em altitude da Amazônia brasileira fora os Andes, a cerca de 3 mil metros de altura, encontram-se os ianomâmis, que ocupam parte dos territórios venezuelano e brasileiro espraiando-se ainda até as serras do Parima e Pacaraíma. Nesta região, recentemente, a presença de garimpeiros à procura de ouro ocasionou uma situação de muitas dificuldades sociais e ambientais que acabaram sendo parcialmente contornadas pela interveniência dos serviços diplomáticos da Venezuela e Brasil.

Atualmente os indígenas na Venezuela se distribuem em cerca de 31 etnias, segundo dados de 2000, totalizando cerca de 315 mil pessoas, embora a população total possa alcançar até 500 mil, incluindo aí os grupos não recenseados ainda. Suas reservas se encontram em grande parte a noroeste no Estado de Zulia, parte nos estados sulinos de Amazônia e Bolívar, parte no *llanos* centrais e parte no delta do Orinoco, no Estado Delta Amacuro. Representam cerca de 1,5% da população do país.

A este complexo e heterogêneo povoamento na Venezuela se somaram ainda etnias negras procedentes da África e mais recentemente cerca de 2000 colombianos e comunidades do Oriente Médio, principalmente libaneses. A este conjunto se reúnem cerca de 600 mil estrangeiros residentes, fazendo da capital Caracas uma cidade bastante cosmopolita, e do povo venezuelano um conjunto rico de matizes geográficas que incluem, ao mesmo tempo, sua condição sulamericana, caribenha, amazônica, andina, atlântica e *llanera*.

Arcabouço institucional ambiental da Venezuela

Venezuela é um país que criou sua área ambiental a nível ministerial em dezembro de 1976 pela Lei Orgânica da Administração

Central de junho de 1976, onde são definidas as competências de seus atuais 25 ministérios, inclusive do MARN-*Ministerio del Ambiente y de los Recursos Naturales Renovables*. A Lei Orgânica do Ambiente de 1976 estabeleceu os princípios diretores para a conservação, defesa e melhoramento do ambiente em benefício da qualidade de vida, dentro das políticas previstas para o desenvolvimento integral da nação. Em 1983 a Lei Orgânica para Ordenamento do Território, seguida em 1987 pela Lei Orgânica de Ordenamento Urbanístico, completam o elenco inicial de ordenamento do território venezuelano. Leis sucessivas no período 1984-1992 criam as disposições legais para os temas de florestas, solos, águas, fauna silvestre, lei de crimes ambientais de 1992 e diversos decretos sobre material radioativo, ruído, resíduos perigosos, estudos de impacto ambiental, substâncias que agridem a camada de ozônio, exploração mineral, contaminação atmosférica, atividades pesqueiras e estímulos fiscais para inversão em assuntos ambientais, entre outros. Em períodos anteriores, como também ocorreu no Brasil, a Venezuela já dispôs de leis mais antigas como os códigos florestais de 1910, 1955 e 1965, lei de caça e de pesca de 1944, substituídas mais recentemente pela atual legislação, que se demonstra moderna e competente. Entretanto, como na maioria dos países em desenvolvimento, a aplicação e eficácia das leis ambientais é pequena, embora instrumentos e penalidades estejam previstos. Cabe ao setor judiciário a prisão de pessoas físicas e jurídicas que tenham violado as leis ambientais. Quanto ao Ministério em si dispõe de poucos recursos em termos financeiros e um bom quadro técnico de especialistas, embora com escassez de equipamentos adequados. As condições de monitoramento da lei ambiental, a cargo da Guarda Nacional, são deficientes em treinamento de pessoal e têm escassez de recursos financeiros para exercer corretamente suas atividades. Treinamento especializado para juízes em matéria ambiental é uma demanda importante não atendida (EIU, 2000). Cerca de 230 casos ajuizados recentemente terminaram em impor penas muito leves aos infratores das questões ambientais.

Conflitos recentes de legislação foram criados pelo decreto 1850 de 1997, que permite a mineração na área florestal preservada de *Imataca* com reações negativas da comunidade ambiental e dos grupos indígenas do país. Com a presença de multinacionais no setor privado, a adaptação das normas ambientais internacionais para o caso da Venezuela tem sido

lento. Por dispor de ecossistemas frágeis e populações indígenas nas áreas de interesse da produção de óleo, os problemas e confrontos se avolumam na região de Maracaibo e delta do Orinoco, necessitando de constante monitoramento da sociedade civil para solução dos problemas. Com a privatização do grupo siderúrgico da *Corporación Venezolana de Guayana*-CVG aumentaram de muito as reivindicações demandando a solução de passivos ambientais, uma prática apenas iniciante no país. É esperado, porém, que grupos estrangeiros que queiram se estabelecer na região da CVG tenham que considerar investimentos ambientais vultosos em tecnologia limpa e controle de poluição.

De uma maneira geral as companhias de petróleo e as multinacionais procuram respeitar as leis ambientais enquanto outras estatais e empresas dos setores de metalurgia e petroquímicos não são tão eficazes em seus compromissos com a lei ambiental, bem como as empresas pequenas que são mais difíceis de se enquadrarem e cumprirem seus compromissos perante a lei ambiental.

A Carta Magna da Venezuela é favorável ao desenvolvimento sustentável do país e permite que o desenvolvimento industrial se processe, desde que corretamente realizado. O amparo legal e as exigências da lei ambiental é que deverão nortear, através da análise dos relatórios de impacto ambiental, o que se exige da indústria e estabelecer os padrões de cobrança e cumprimento da lei, a partir das autorizações concedidas aos setores econômicos do país.

Quanto a direitos de propriedade intelectual, o governo venezuelano tem atualmente uma lei moderna que, entretanto, não é cumprida à risca, proporcionando oportunidades de corrupção entre setores que demandam estes serviços e, como conseqüência, também retratam um treinamento deficiente para fiscais ambientais, para o poder judiciário e a própria polícia.

Problemas ambientais da Venezuela

Como tônica das sociedades dos países em desenvolvimento as questões ambientais e sociais neste século são totalmente embricadas. Não seria de espantar que o mesmo acontecesse também na Venezuela. Como bem apresentado no capítulo 8, intitulado *Venezuela: petróleo, subdesenvolvimento e pobreza*, do livro *Soberania e Política Econômica na*

América Latina, de Wilson Cano, trabalhando sobre dados da CEPAL do período 1978-1997, o PIB da Venezuela em 1998 representava 4,3% da América Latina, avaliado na época em 59 bilhões de dólares americanos. Entretanto, a forte dependência de sua economia a partir da conta petróleo fez com que a drástica queda desta renda levasse a renda média anual por habitante do país – a nona da região – ser 11% menor do que a média regional.

Como na maioria dos países latino-americanos, na Venezuela o momento e a forma de inserção internacional, o tipo de atividade e seus produtos, a estrutura de propriedade e as relações sociais implantadas tiveram papel fundamental na determinação de suas estruturas econômicas, sociais e políticas (Cano, W, op. citada). Por extensão também nas suas questões ambientais.

Na passagem da primeira para a segunda década do século atual, o petróleo começava a se consolidar como principal fonte energética do país, oferecendo nova oportunidade econômica à Venezuela. Entretanto, como Gómez e Sonntag mostraram em seus trabalhos, o petróleo causaria profundas transformações na economia e na sociedade venezuelanas, as quais resumidamente seriam: perda crescente do dinamismo das demais exportações; perda gradativa de poder político das elites agropecuárias para as comerciais e urbanas; aumento de importações e do comércio delas derivado; ampliação das classes médias urbanas e de suas reivindicações; aumento da força de trabalho operária e do subemprego urbano pela migrações rurais-urbanas e surgimento de novas instituições políticas contestatórias, geralmente clandestinas.

Em décadas posteriores, cuja análise econômica detalhada não cabe ser feita neste documento, os indicadores sociais confirmaram que a crise econômica do petróleo deixaria marcas sociais profundas na Venezuela. A taxa de desemprego aberto, a informalização e o salário médio real representando cerca de metade em poder aquisitivo entre 1978 e 1990 fizeram com que os níveis de pobreza e indigência da população alcançassem valores inusitados neste período. A distribuição de renda continuou problemática por toda década de 90 e o atual governo populista de Chávez Frías promete mudanças. Entretanto, a crise das finanças públicas e o grande aumento dos juros no orçamento do governo central comprimiram os gastos sociais, fenômeno também presente em outras economias, como no caso brasileiro, em que outros fatores

intervêm e precisam ser considerados adequadamente.

Diante deste universo de problemas gerais na Venezuela o meio ambiente também claudica. Representantes da sociedade civil fizeram, através da entidade *Vitalis* dirigida pelo biólogo Diego D. Martin e colegas M. Sobrino, Medina-Cuervo e Mildred Real, uma pesquisa recente com resultados publicados em dezembro de 2000 sobre os problemas ambientais da Venezuela, denominado *Situacion Ambiental de Venezuela en el año 2000*. Utilizando uma metodologia do tipo exploratório recolheram-se 67 opiniões entre especialistas de diversas procedências como ONGs, empresas privadas, órgãos governamentais, meios de comunicação social, universidades e centros de investigação ou docência, na maioria mulheres de nível acadêmico universitário ou de pós-graduação, preferencialmente em níveis gerenciais de grau alto e médio.

Como principais problemas ambientais da Venezuela surgem então, em escala descendente de importância entre os entrevistados, os seguintes temas: fraca gestão ambiental perante os ilícitos ambientais, os processos sucessivos de reestruturação constante do MARN, o manejo de áreas protegidas e os poucos recursos financeiros de origem pública e privada em conservação ambiental. Os entrevistados também destacaram a inapropriada gestão do tema lixo urbano e rural, ressaltando o crescente manejo inadequado de resíduos tóxicos ou perigosos que geram problemas sérios em diversas cidades, principalmente no Estado de Zulia e no município de Vargas no distrito federal de Caracas. A estes temas se somam a degradação de espaços devido à contaminação de ar, água e solos, as conseqüências ambientais da avalanche em Vargas e a fraca posição geral que o tema meio ambiente tem no país através da pouca divulgação, informação inadequada e também deficiente formação ambiental da cidadania. Por último aparecem as novas linhas de transmissão elétrica para a região da *Gran Sabana*, a perda de biodiversidade por processos de desmatamento, destruição de *habitats* de fauna, caça ilegal, a pobreza e conseqüente diminuição da qualidade de vida da população e o crescimento dos passivos ambientais.

Esta mesma pesquisa reuniu também as oportunidades positivas na área de meio ambiente em 2000 na Venezuela que consagraram os direitos ambientais e a participação da sociedade civil como o mais

importante evento conseguido no setor, onde se insere também a ratificação do Acordo de Biodiversidade, que transformou em lei o assunto no país. A seguir aparecem os temas de educação ambiental, aumento nas inversões em biodiversidade, maior participação das comunidades locais em atividades de conservação, aparecimento de novas e sobrevivência das atuais ONGs, programa de conservação de bacias hidrográficas e os avanços tecnológicos após a tragédia ocorrida em Vargas.

Quanto à gestão institucional, enquanto as autoridades governamentais a nível nacional mereceram aprovação de 43% dos entrevistados na categoria de regular e 38% como deficiente, a gestão das ONGs mereceu 39% de peso regular e 37% de peso bom para o mesmo grupo de entrevistados.

Como análise final desta pesquisa a gestão ambiental na Venezuela em 2000 mereceu ser considerada como relegada a um segundo plano dentro do contexto socioeconômico e político que vive o país. Através da promulgação da nova Carta Magna o setor legislativo nacional foi considerado o melhor pelos avanços da legislação promulgada em dezembro de 1999 com capítulos dedicados aos temas de recursos naturais e meio ambiente (cap. X art. 106, 127 e 129), questões indígenas (cap. IX art. 123, 124, 126 e 260) e outros temas como cidadania, saúde, educação e cultura, entre outros. A Associação Americana de Juristas, em documento específico, analisa o caso venezuelano e considera que o Presidente Hugo Chávez Frías cumpriu com esta promulgação a um objetivo político fundamental de sua campanha, embora a análise de sua eficácia ainda tenha muito que percorrer, frente às dificuldades e ao descrédito de forças políticas que governaram o país durante cerca de meio século.

Como recomendações finais, a pesquisa da *Vitalis* conclui que é necessário que o tema ambiental seja considerado como parte essencial dos programas dos distintos setores da economia venezuelana, devido à complexidade de causas e efeitos dos problemas ambientais encontrados. A definição de prioridades ambientais a nível nacional com uma ampla e representativa participação dos diferente setores, a união de esforços intersetoriais e uma planificação estratégica que contemple curto, médio e longo prazos até em termos financeiros, além de indicadores de monitoramento de desempenho, são as principais

recomendações do trabalho citado. Mecanismos de consulta contínua, aumento da inversão pública e privada no tema, redução e eliminação de resíduos sólidos em nível nacional, mecanismos permanentes de divulgação e uma participação de todos os setores da sociedade elencam o final das sugestões oferecidas na pesquisa analisada.

Problemas relacionados à questão indígena

Das 31 etnias que, segundo Borja Meirelles, formam a população das nações indígenas da Venezuela, cerca de 17% tem titularidade definitiva referente a suas terras, que ocupam cerca de 1,5% do território do país distribuído em áreas periféricas e distantes de dez estados que cobrem 76,8% do país. Representam também 1,5% da população total venezuelana.

Como na maioria das etnias americanas suas terras são disputadas por outros usos do solo com interesses conflitantes, como é o caso da produção de petróleo, gás natural, minérios e turismo. Sua população tem cerca de 46,5% de seu total que falam apenas suas línguas originais e não dominam o castelhano, língua oficial do país. Vivem em estado de extrema pobreza e marginalidade social. Com uma visão cosmológica de mundo, distinta de nossa sociedade, consideram a terra como propriedade coletiva e usam seus recursos naturais desta maneira, fazendo do uso da caça e pesca em rios elementos importantes de sua vida. Assim, para eles a preservação inteligente dos recursos naturais é uma questão de sobrevivência e às vezes trilham caminhos de copiar o modelo predatório do homem branco por grande necessidade de imitação, curiosidade e ganância relativa: geralmente se dão mal nestas experiências. A saúde é em geral precária pela pouca resistência proteica que têm e já há casos de câncer e aids constatados a partir do contacto com a população branca circundante. A própria reserva dos ianomâmis era considerada ainda um oásis de tranquilidade quando o livro *Um mergulho na pré-historia - Os últimos ianomâmis?* foi publicado em 1984 em versão italiana. Aí se narra a aventura em 1982 de dois médicos italianos que visitam a missão salesiana em Marauiá, afluente do rio Negro nas fronteiras do Brasil com a Venezuela, onde encontram os irmãos Laudato, há cerca de 30 anos convivendo com estes índios. Posteriormente pesquisas geológicas do governo brasileiro detectam

ouro neste território tanto do lado brasileiro como do lado venezuelano. Anos depois o garimpo ilegal e violento que assolou grande parte da Amazônia brasileira como uma alternativa gananciosa de sobrevivência a momentos de recessão econômica chega até esta área, gerando em agosto de 1993 um massacre de 69 ianomâmis habitantes de Haximu, perpetrado por garimpeiros da região (Maia, L, 2001). As perdas de vida e a violência instalada fizeram com que os governos do Brasil e Venezuela tivessem que trabalhar diplomaticamente para minorar os efeitos negativos desta crise, com auxílio de batalhões de fronteiras e polícias nacionais.

Como em outros países, muitos territórios indígenas na Venezuela foram decretados posteriormente como unidades de conservação ou definidos como áreas de outros interesses, o que leva a um dilema muito grande na convivência nem sempre pacífica das culturas em choque. No caso brasileiro não é possivel garantir o direito que as comunidades indígenas têm sobre as terras por elas tradicionalmente ocupadas (art. 231 da Constituição Federal) sem considerar a importância da conservação ambiental dessas áreas. Porém, nem sempre a convivência entre a política indigenista e a política ambiental tem sido harmoniosa e complementar (Furriela, R. e Valle, R., 2001). Os 216 povos indígenas brasileiros contemporâneos somam uma população estimada em 350 mil, com uma variância que chega a apontar até 500 mil, conforme a origem dos cômputos globais realizados (ISA, 2001). No caso da área de fronteira com a Venezuela encontramos os ianomâmis, na parte brasileira, com uma população estimada de 11.700 em 2000 e na parte venezuelana, estimada por Borja Meirelles, usando dados oficiais do censo venezuelano, 15.012. Na parte mais ao norte da fronteira encontramos, pelo lado brasileiro, a área Raposa/Serra do Sol com cerca de 12.242 índios (recenseados em 1999), além de cerca de 28 pequenas áreas com populações entre 100-2.700 aproximadamente. De uma maneira geral, como os recursos naturais são as verdadeiras referências destes povos, é normal a migração e visitação recíproca dos grupos em toda área de fronteira amazônica do Brasil com todos os países onde ocorrem a existência de grupos indígenas, independente de respeito a fronteiras legais.

Apesar de a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, de 1999, abordar em um texto normativo a temática indígena de uma

maneira clara e positiva, ao abandonar a velha concepção do indígena como problema a resolver, para tratar o indígena a partir de perspectivas filosófico-jurídicas que partem da essência mesma do ser indígena com o reconhecimento de direitos próprios e exclusivos (Castillo, F. 2000), a situação de fato não permite na integridade, ainda, o gozo dos direitos legislados por falta de uma lei orgânica que legisle sobre a matéria e o conjunto de leis especiais que regulem as matérias específicas, tais como os direitos políticos e políticas públicas, que necessariamente terão que adaptar as práticas do serviço público às realidades indígenas com uma visão holística e integral da temática a desenvolver (ibidem).

Política ambiental da Venezuela

Cenário de intervenção

No documento *Vitalis* já citado, a pesquisa em certo ponto referencia uma ausência manifesta pelos entrevistados de política ambiental na Venezuela, que acreditamos deva ser aqui interpretada.

Preparado para alguns países da América do Sul, recente trabalho encomendado pelo Banco Mundial, intitulado *Political Economy and Instrument Choice for Environmental Regulation in Latin America* e coordenado por Kent Gustavson em 2000, preocupado em entender e abrigar soluções passíveis de execução pelos países que possam vir a melhorar o processo de integração de suas políticas econômicas com a sua política ambiental de uma maneira mais efetiva, aborda o tema baseado em especialistas regionais que descreveram e interpretaram as políticas dos países de que são em geral oriundos.

No caso venezuelano, abordado no trabalho em seqüência a casos como o da Colômbia, Brasil e Peru, os especialistas pretendem responder a questões como: quais são os instrumentos preferidos de política ambiental levando em consideração não só eficiência econômica mas também viabilidade política? Que grupos de interesse devem ser levados em consideração? Que variáveis políticas devem ser consideradas?

A partir de demandas estabelecidas pelos grupos de interesse no país, os governos até hoje procuram responder com legislação de apoio e alguns instrumentos econômicos como instrumentos de comando - e - controle e avaliações *ex-post* agora iniciadas a eficiência de algumas

legislações.

O sistema de governo venezuelano é formado por um presidente e um congresso, onde formalmente toda legislação é sabatinada e legitimada, oriunda ou não do poder legislativo. Entretanto, o gabinete e o próprio presidente detêm considerável nível de poder. Antes dos anos difíceis da década de 1990, dois partidos políticos dominavam o jogo do poder na Venezuela: os partidos cristão-democrata e social-democrático, que construíram extensas organizações políticas, como sindicatos alinhados e organizações profissionais. O declínio destes partidos aparece no meio da década de 90 e as condições atuais do governo Chávez Frías dão um sentido pluralístico às negociações em curso.

O MARN, responsável pelo desenho da política ambiental, submete suas propostas ao Congresso, necessitando-se aí a construção de alianças entre os envolvidos, pois unilateralmente o MARN não tem o poder de implementar nova legislação sem ela ter passado pelo Congresso. É sempre necessário apoio dos ministérios-chave, como o das Finanças, o de Desenvolvimento e o de Minas e Energia. Este último é um ministério poderoso, pois exerce forte influência nas políticas por ter a conta petróleo em sua subordinação. A estatal Petróleo de Venezuela S.A. é responsável por 40% dos resultados financeiros do governo.

Dentro das competências do MARN estão os assuntos de conservação ambiental e gerenciamento de água e saneamento básico. Na prática as maiores alocações orçamentárias do MARN vão para a área de recursos hídricos e infraestrutura de barragens.

No início de 1990 o processo de descentralização de poder do governo federal começa a repassar atividades aos estados e municípios, que, por sua vez, exercem suas competências e interesses nem sempre harmoniosos entre si.

No cenário internacional atua fortemente o poder de acordos internacionais, como o do GATT na área de comércio e outros, além das agências multilaterais e bilaterais de financiamento, Banco Mundial e cooperações bilaterais. A carteira de empréstimos, por exemplo, do Banco Mundial no período 1990-2000 à Venezuela consagrou cerca de 1,3 bilhões de dólares dos quais 83 milhões para assuntos ambientais e 55 milhões para setor de água e saneamento, ambos sob a gerência do MARN., (Banco Mundial, 2001). Já o BID projeta um cenário base de aprovações financeiras no período 2000-2003 de 1,8 bilhões de dólares, entretanto

com índices de exposição financeira da Venezuela se mantendo abaixo dos parâmetros estabelecidos pelo próprio BID, (BID, 2001).

No setor doméstico atua com grande poder a FEDECAMARAS, que faz um *lobby* forte dominado pelo setor de indústria, comércio, agricultura e criação de gado. A privatização continua em curso para o caso de muitos órgãos e companhias estatais do passado e muitos ministros tem também a propensão de atuar como advogados do setor industrial, o que torna mais difícil o espaço de exercício eficaz do MARN. Algumas ONGs nacionais atuam sobre temas de conservação e educação ambiental mas têm pouco poder de fogo para atuar na relação governamental na construção de uma política ambiental atuante e integrada com os demais setores da economia venezuelana. Associações comunitárias municipais têm caráter urbano e atuam bastante bem neste setor, tendo ainda que se desenvolver no tocante às preocupações ambientais típicas da área urbana como saneamento básico, qualidade da água e poluição do ar. Assim como no modelo da Colômbia, a Venezuela detém um grupo grande de atores que atuam no desenho e consecução de sua política ambiental. No caso brasileiro, com algum grau de sofisticação, os atores também atuam através dos setores até agora tratados, e existe já um início de colaboração sadia entre ONGs e governo, além de um interesse recente da mídia pelos temas ambientais. Falta ainda no Brasil o estabelecimento de um comportamento de usar *think-tankers* para estudar e propor alternativas de políticas públicas e sua integração, o que hoje já é muito comum em outras sociedades do mundo em desenvolvimento e já desenvolvido. Com este tipo de ação deve-se perder menos tempo em ter que adaptar-se, a partir da constatação de assuntos inadequadamente pensados, políticas geradas a portas fechadas.

Na Venezuela, como parte do total dos 83 milhões de dólares antes citados em assuntos ambientais, o empréstimo de US$ 28 milhões do Banco Mundial destinado ao gerenciamento ambiental e projeto de cartografia correspondente, capaz de produzir informação ambiental espacial em 5 anos de desempenho, os resultados avaliados até agora concluíram que as realidades de desenho das políticas do país passam pela análise dos papéis desempenhados pelos setores legislativo e executivo do governo, bem como pela influência forte dos grupos de interesse como a indústria, tendo-se as organizações não-

governamentais muito mais de perto influenciando no resultado específico de projetos do que na geração e implementação ambiental da legislação que cabe ao MARN.

Assim, voltando aos temas ambientais inteiramente embricados com as temáticas acima descritas, muitas perguntas específicas de como melhor fazer na área ambiental ainda se encontram sem resposta, como por exemplo:

- Como se definem as relações funcionais entre setores de poder em um governo e sua relações externas?
- Como definir e mensurar fatos políticos-chave de nível nacional e internacional?
- Como definir e acompanhar o papel dos grupos de interesse de procedência interna e externa aos países?
- Como analisar a política econômica do país no contexto da avaliação de projetos em uma análise de eficiência de custos?

Além destas perguntas que interessam de perto aos analistas de empréstimos internacionais o que realmente importa perguntar é quando se terá a oportunidade de viver uma sociedade ética, mais justa e equalitária capaz de produzir menos desigualdades sociais, respeitados os traços nacionais e culturais destes países, onde o setor financeiro internacional e dos países possa realmente partilhar de um desenvolvimento realmente sustentável?

O arcabouço legal, o cumprimento das leis, políticas existentes e atividades especiais

O arcabouço legal

Conforme relatado no capitulo do Arcabouço Institucional a Venezuela é rica em leis de bom nível desde a atual Carta Magna até os instrumentos normativos do setor ambiental.

Tratados internacionais

A Venezuela é signatária de grande parte dos tratados internacionais ligados aos assuntos ambientais e foi bem atuante em

seu processo de ratificação perante o congresso do país. Assim, entre os tratados de que é signatária, podemos citar 14 convenções ratificadas com suas respectivas emendas, 3 protocolos ratificados e suas emendas e o TCA-Tratado de Cooperação Amazônica. Em 1961 a Venezuela ratificou a Convenção de Genebra de 1958, sobre Pesca e Conservação de Organismos Vivos em Alto Mar e daí em diante esteve sempre presente na discussão internacional da maioria dos temas ligados a poluição e derramamentos por óleo da região do Caribe, responsabilidade civil para o caso de danos por poluição por óleo, fundos de compensação para o assunto, poluição por navios, prevenção de poluição do mar por óleo regulando a atuação de navios-tanque e limitação de seus calados, aspectos ligados à resposta imediata proveniente de poluição marinha, alem dos clássicos temas ligados à Convenção de Viena sobre ozônio, Protocolo de Montreal, Convenção de Ramsar ligado aos *wetlands*, Convenção de Clima, Biodiversidade, Espécies Ameaçadas de Flora e Fauna, Madeiras Tropicais, Convenção de Desertificação e Convenção de Basel para movimentos transfronteiriços de dejetos perigosos. Todos estes instrumentos se encontram ratificados pelo Congresso Nacional da Venezuela.

O Tratado de Cooperação Amazônica - TCA

O TCA assinado em Brasília em julho de 1978 por 8 países, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela constitui-se num instrumento regional regido pelo direito internacional que abrange a totalidade da Grande Amazônia, uma região equivalente à Austrália. Com cerca de vinte por cento da água doce do mundo, abriga a maior biodiversidade na Terra, é um vasto reservatório de recursos minerais, energéticos e florestais, com um contingente humano de cerca de 30 milhões de pessoas dos quais dois terços na Amazônia brasileira (Trindade, S. 2001). A Venezuela ratificou, através de seu Congresso Nacional, este instrumento em maio de 1980. Entretanto, apesar deste alto potencial do TCA não se exerce pelos governos dos países signatários uma grande prioridade em sua utilização. Como diz claramente Trindade em seu documento *Desenvolvimento Sustentável da Grande Amazônia: GAMZA 21* - a região tem grande potencialidade para liderar o processo de implantação em grande escala de uma

civilização moderna de biomassa, baseada no uso sustentável dos recursos renováveis, de sua excepcional biodiversidade e de seu papel de macro-regulador de climas e regimes hídricos, em benefício de seus habitantes - povos indígenas e populações assentadas de uma maneira sustentável. Fica aqui o registro de levar-se adiante esta idéia estratégica do autor, pois a Grande Amazônia corre grande risco de desenvolver-se desordenadamente, por ser talvez a última fronteira do desenvolvimento humano no mundo, junto com a Antártida.

Iniciativas de integração

Em geral, nos países da América Latina e Caribe, tratados de comércio regionais como os da NAFTA, Comunidade Européia, MERCOSUL e atualmente os acordos da ALADI e da criação da ALCA proposta pelos Estados Unidos, influenciam no desenho e execução eficaz das políticas ambientais destes países, por influenciar nas economias internas das nações através de estímulos a políticas comerciais, industriais, tecnológicas, agrícolas e também de emprego. Ora trabalhando-se em temas tão amplos é necessária sabedoria de conduta para decidir corretamente nas horas apropriadas e usar as oportunidades, sem entretanto estrangular o desenvolvimento sustentável do país que se pretende soberano em seus desígnios.

Nos tratados e iniciativas regionais a referência ao tema meio ambiente é rarefeita e somente em alguns, como por exemplo o que Venezuela, México e Colômbia detêm para mercado, uma referência singela é feita ao assunto.

Cumprimento das leis

No caso venezuelano o cumprimento das leis ambientais é falho, pois se apóia em sanções que são levadas a efeito em um setor judiciário despreparado para agir firmemente e o descrédito do cumprimento da lei leva às vezes a julgamentos de valor de que a política ambiental não existe. Porém, a complexidade de ações, atores e interesses vários que atuam na definição de uma política firme de proteção ao meio ambiente não é privilégio da Venezuela. Em países ricos, como por exemplo, os EstadosUnidos, com a recente posição assumida do presidente Bush

de não ratificar o Protocolo de Kyoto, que independentemente de ser ou não a solução para os problemas de clima do planeta, onde não existe consenso de detalhes técnicos mas evidência clara da atuação do homem na geração destes problemas, deixa-se antever obviamente o poder de forças econômicas de visão de curto prazo que norteiam a decisão da maioria de nossos governantes, quer sejam eles de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Com cerca de 25,5% de participação nas emissões de carbono do mundo, seguido por China com 13,5%, Rússia com 4,6%, Índia com 4,5%, África do Sul com 2% e Brasil com 1,5 %, falta ao país mais rico do mundo visão de conjunto e responsabilidade de atuar corretamente junto aos esforços da Comunidade Européia e dos países nórdicos na antecipação de soluções para o tema (State of the World 2001).

Políticas existentes na área ambiental

Como já referenciado neste texto através do trabalho intitulado *Leis Ambientais e Política na América Latina*, edição Baker & Mc Kenzie, 1998, a Venezuela dispõe de uma política de zoneamento que procura nortear o processo de urbanização, industrialização e desconcentração econômica através de sua Lei Orgânica de Organização Territorial de 1983. O Plano Nacional de Organização Territorial procura estabelecer critérios para locação dos setores econômicos do país em seus planos de desenvolvimento e planos setoriais para curto, médio e longo prazos. O MARN e os governos estaduais são responsáveis nas suas jurisdições por monitorar a implementação dos planos regionais, reger autorizações e aplicar sanções quando couber. Além desta política de zoneamento, a Venezuela, através do MARN, dispõe de um processo de licenciamento ambiental para as atividades que afetam o meio ambiente com os clássicos relatórios de impacto ambiental e planos ambientais específicos, inclusive para as atividades do setor mineral, regidos pelo decreto 1257.

Na área de incentivos dispõe de mecanismos de conversão da dívida por natureza aplicáveis a planos de limpeza e restauração ambiental e de conotação em saúde pública.

As auditorias ambientais são aplicadas nos casos de riscos ambientais e o país não dispõe ainda de regulamentos para a área de

rotulagem ambiental destinados a mercadorias importadas (*op. cit.*).

O licenciamento ambiental para atividades poluidoras se apóia nas legislações existentes para efluentes líqüidos, particulados, rejeitos sólidos e ruído.

Atividades especiais

Atividades como mineração, óleo, petroquímicas, energia em geral e geração de energia nuclear, produtos florestais, celulose e papel são regidos por decretos específicos e maiores detalhes podem ser encontrados no capítulo dedicado à Venezuela na obra acima citada.

De uma maneira geral é raro se encontrar orçamentos específicos disponíveis para área ambiental fora do setor governamental. No momento o setor mineral está usando o princípio de dispor de fundos de reserva destinados à área ambiental para cobrir exigências que se fizerem necessárias cumprir em atendimento a programas futuros de restauração ambiental.

Concluindo, o cumprimento da legislação ambiental na Venezuela, como em outras economias em desenvolvimento, deixa a desejar. O MARN se esforça para exigir o cumprimento e observância das leis e tem que se apoiar na lei de crimes ambientais para solicitar ao setor jurídico do país as providências cabíveis, havendo casos de gerentes de empresas com prisão solicitada. Assim, a melhor sugestão para os setores econômicos do país é trabalhar de maneira preventiva para não criar situações de constrangimento pessoal e empresarial incontroláveis.

Considerações finais

A Venezuela é um país fascinante pela riqueza de oportunidades potenciais proporcionadas por um povo multicultural, com uma natureza megadiversa, vivendo um período muito especial de mudanças estruturais no âmbito político, econômico e sobretudo social, (BID, 2001).

Contando com recursos que poucos países no resto do continente têm em termos de petróleo, pode vir a reativar a sua economia graças à recuperação, hoje boa, do preço do óleo cru, (BID, 2001). Seu desafio a curto prazo passa pelo equacionamento de fazer com que o setor

privado, habituado a certa proteção estatal no passado, retome a confiança necessária para investir. A médio e longo prazos seu desafio maior será de diversificar sua economia, que historicamente se moveu a partir da indústria petroleira. O próprio governo venezuelano admite que, para seu desenvolvimento ser mais adequado, deverá necessariamente diminuir a volatilidade do preço do petróleo. É crucial dispor de uma política de energia estratégica e integrada nas políticas públicas, inclusive na ambiental, sendo necessário uma pressão forte para regular o uso eficiente da energia (Ametrano, CEPAL, 1999).

Caso venha a se alinhar com a estratégia regional que hoje é desenhada pelo Banco Mundial para a América Latina e Caribe, terá como componentes potenciais de sua política de empréstimos um conjunto de critérios para decisões estratégicas em meio ambiente tais como:

- Fortalecimento da capacidade institucional;
- Gestão da poluição;
- Proteção à biodiversidade;
- Gestão de recursos naturais;
- Gestão de desastres.

Com um conjunto imenso de ecossistemas frágeis e uma forte intervenção do setor industrial em um passado recente, que não levou em consideração por desconhecimento ou falta de rigor no trato das questões ambientais a sensibilidade destes mesmos sistemas, a Venezuela deverá hoje percorrer um longo caminho de passivos ambientais a serem equacionados e promover a introdução de custos e benefícios ambientais em setores-chave de produtividade e infraestrutura. Uma melhor compreensão dos vínculos e potenciais divergências entre pobreza, saúde, crescimento e meio ambiente, além do desenvolvimento de indicadores de resultados apropriados à gestão ambiental completam o quadro de recomendações finais deste trabalho.

Anexo I

Objetivos usados na terminologia utilizada para áreas naturais protegidas da Venezuela segundo MARN

Parques Nacionais: preservar mostras intactas dos ecossistemas e paisagens mais relevantes do país;
Proteger recursos genéticos e processos ecológicos inalterados;
Preservar valores cênicos, geográficos ou geológicos únicos ou excepcionais;
Prover oportunidades de educação, investigação científica e recreação;
Conservar lugares e objetos do patrimônio cultural;
Conservar a produção de água.
Monumentos Nacionais: preservar valores geográficos, geológicos, cênicos ou ecológicos excepcionais ou únicos;
Prover oportunidades para investigação científica e educação especializada, recreação passiva e apreciação do patrimônio natural do país;
Coadjuvar o atrativo turístico da região;
Conservar a produção de água.
Refúgios de Fauna: proteger a fauna silvestre e/ou aquática e seus habitats;
Defender espécies em perigo de extinção e recuperação de sua populações;
Prover oportunidades à investigação científica e educação especializada, ecoturismo e participação cidadã;
Proporcionar oportunidades ao monitoramento ambiental, tanto em meios alterados ou não;
Prover excedentes populacionais com fins de repovoamento.
Reservas de Biosfera: propiciar o desenvolvimento da investigação científica e o monitoramento em meios alterados ou não;
Participar da rede internacional de intercâmbio de informação ecológica;
Proteger os ecossistemas, a variedade e o fluxo genético;
Prover oportunidade para educação especializada e instrumentar programas de avaliação ambiental nas comunidades;
Fomentar, manter e controlar os padrões de uso da terra e as atividades econômicas compatíveis;
Conservar a flora e fauna silvestres e aquáticas.

Reserva de Fauna Silvestre: conservar e manejar áreas para o aproveitamento racional, controlado e permanente da fauna silvestre ou aquática;
Contribuir para o manejo de zonas de atrativo turístico ou recreacional por intermédio da provisão de oportunidades para caça e pesca desportiva;
Prover oportunidades para investigação científica e educação especializada.
Zonas protetoras: dos tipos por lei, para cidades e bacias hidrográficas onde os objetivos seriam:
Por lei:
Proteger a flora silvestre;
Proteger habitats de fauna;
Proteger solos e águas.
Para cidades:
Proteger áreas adjacentes a cidades;
Prover oportunidades para educação e recreação massivas;
Proteger fauna e flora silvestre;
Contribuir para o manejo de zonas com atrativo turístico ou recreacional.
Para bacias hidrográficas:
Conservar bacias hidrográficas;
Permitir a administração de águas;
Contribuir para o controle da população de águas;
Conservar terras agropecuárias;
Proteger a flora silvestre;
Recuperar áreas ou recursos degradados ou em processo de degradação.
Reservas Hidráulicas: permitir ou facilitar a administração das águas
Controlar a poluição das águas;
Reservas Florestais: conservar terras e florestas públicas para assegurar a produção florestal;
Garantir o abastecimento da indústria madeireira nacional;
Manejar o recurso florestal.
Áreas críticas com prioridade de tratamento: submeter sob um plano de manejo, ordenação e proteção das bacias hidrográficas e recursos, uma área que apresente um alto grau de deteriorização.

Áreas rurais de desenvolvimento integrado: concentrar esforços para lograr uma autêntica prosperidade agropecuária.
Zonas de aproveitamento agrícola, classificadas em alto médio e baixo potencial de utilização: conservar e dedicar exclusivamente as terras de alto potencial agrológico para a proteção agrícola permanente;
Assegurar um eficiente manejo de recursos;
Prover oportunidades para diversificação e autonomia alimentar do país;
Prover oportunidades para investigação científica e educação especializada.

Bibliografia

AMETRANO, A. *Marco Legal e Institucional para promover el Uso eficiente de la Energía en Venezuela*, Serie Medio Ambiente y Desarollo nº 17, CEPAL, 1999.

Areas Naturales Protegidas de Venezuela. Série Aspectos Conceptuales y Metodológicos. DGSPOA/ACM/01, 1992.

Associacion Americana de Juristas. *Venezuela: Nueva Constituición. Otra oportunidad?,* in revista AAJ , diciembre 1999, año 9 nº 2.

BID -Banco Interamericano de Desarollo. *Republica Bolivariana de Venezuela . Documento de país*. DRO3 División de Países 5. Enero 2001.

BUNYARD, P. *The Colombian Amazon. Un update on Policies for the Protection of its Indigenous Peoples and their Environment*. Abbey Press, Cornwall, England, 1990.

CANO, W. *Venezuela: petróleo , subdesenvolvimento e pobreza* in Soberania e Política econômica na América Latina, UNESP, FAPESP, UNICAMP. 2000.

CASTILLO, F. H. *Derechos Indígenas en la Constitución de la Republica* Bolivariana de Venezuela de 1999, borrador, 2000.

CEPAL, ECLAC. *La Competitividad de la Industria petrolera Venezolana*, 2000.

CIRELLI, A. F. *Aprovechamiento y Gestión de Recursos Hídricos*. Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnologia para el Desarollo. CYTED, 1999.

Comissión de Desarollo y Medio Ambiente de America Latina y Caribe. *Nuestra Propria Agenda*. BID, PNUD, 1990.

DYDYN´SKI, K. *Venezuela*. Lonely Planet, London, 1998.

Economist, the: *Country Profile 2000 (ref ano 99*), London.

_____*Country Report sept 2000*, London.

_____*LAC Projects Search Results-Venezuela*, 2001.

_____*Economist Country forecast april2000*, London.

_____*Economist forecast first quarter 2000*,London.

Gaceta Oficial de la Republica de Venezuela nº 31 993 . *Ley Aprobatoria del Tratado de Cooperacion Amazonica*, Caracas, Venezuela, 1980.

Guia Ecoturistica de Venezuela. Miro Popic, Editor C.A.1990.

GUSTAVSON, K. *Political Economy and Instrument Choice for Environmental Regulation in Latin America and the Caribbean*. Submmitted to LCSES, World Bank, 2000.

HEMMING, J. *Amazon Frontier. The Defeat of the Brazilian Indians*. Macmillan, London, 1987.

Instituto Sócio-Ambiental. *Povos Indígenas do Brasil 1996/2000.*, 2000.

MACHADO, E. et al. *Venezuela* in Environmental Law and Policy in Latin America. Backer & Mc. Kenzie, 1998.

MAGASICH-AIROLA, J., De BEER, J. M. *América Mágica. Quando a Europa da Renascença pensou estar conquistando o Paraíso*. Paz e Terra, 2000.

MARIO GABALDON. *Parques Nacionales de Venezuela*, in Parques Nacionales y Conservacion Ambiental nº 1. Stephany y Thora Amend. Caracas, Venezuela , 1992.

MARN. Ministerio del Ambiente y de los Recursos Naturales Renovables *Proyetos para el Desarollo*.Caracas, Venezuela, 1990 .

MARTIN, D. D. et al. *Situación Ambiental de Venezuela en el año 2000. Análisis de Percepción del Sector*, diciembre 2000.

RE, G. E F., LAUDATO, F. E L. *Os últimos Yanomani. Um mergulho na Pré-História*. Edições Point Couleur, 1984.

RIBEIRO, D. *Os Indios e a Civilização. A Integração das populações indígenas no Brasil moderno.* Companhia das Letras, 1996.

THORA AMEND et al. *Parque Nacional Archipelago los Roques*. Parques Nacionales y Conservación Ambiental nº 3. Stephan y Thora Amend. Caracas, Venezuela, 1992.

TRINDADE, S. C. *Desenvolvimento Sustentável da Grande Amazonia: GAMZA 21*. ECO-21 , ano XI nº 51, fevereiro 2001. Rio de Janeiro, Brasil.

World Bank. *Borrador para la Estrategia Regional del Medio Ambiente América Latina y el Caribe*, agosto 2000.

MESA 2

POLÍTICA

A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001)

Paulo Fagundes Vizentini[*]

A política externa da Venezuela, com o fim da Guerra Fria e a acelaração da globalização, revela um padrão peculiar e antecipatório. Membro atuante do Movimento dos Países Não-Alinhados e beneficiado pela renda do petróleo, ostentou um padrão econômico e democrático que contrastou com o restante da América Latina nas décadas anteriores. Sua atuação diplomática relativamente autônoma logrou, inclusive, conciliar-se com as boas relações com os Estados Unidos, especialmente no plano econômico. Neste sentido, constituía uma versão moderada do padrão mexicano.

Contudo, na última década do século XX, o país sofreu profundamente os impactos do reordenamento mundial e da globalização. A profunda crise social que afetou o país, produziu uma crise de governabilidade, que conduziu à emergência de um novo sistema político em 1998. Este, formulou uma diplomacia própria, que retomou uma agenda terceiromundista, reativa aos efeitos negativos da globalização sobre os países periféricos. Neste contexto, o presente artigo abordará as transformações da política externa da Venezuela entre 1989 e 2001, em especial as aproximações com a diplomacia brasileira do período.

Durante os anos 90, aprofundaram-se e aceleraram-se as transformações no sistema internacional. Pode-se considerar, mesmo, que episódios como a queda dos regimes socialistas do leste europeu no segundo semestre de 1989 e a própria desintegração da União Soviética em 1991, marcaram o fim da era do segundo pós-guerra e do próprio "século XX curto", dando origem ao que o Presidente Bush

[*] Professor Titular de História Contemporânea e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Diretor do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da UFRGS e Membro da Comissão ALCA do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
Paper elaborado para o "Seminário Sobre a Venezuela", promovido pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, e realizado no Rio de Janeiro em maio de 2001. Agradeço à Kamilla Rizzi, Rafael Balardin, Letícia Pottevin e Fernanda Martins, pesquisadores do Núcleo de Relações Internacionais do ILEA/UFRGS, pelo levatamento dos dados.

denominou, no encontro de Malta, a "Nova Ordem Mundial".

Esse fenômeno conduziu a maioria das nações a buscar adequar-se rapidamente às transformações em curso, numa perspectiva demasiadamente fixada nos paradigmas formulados a partir dos países do Norte. Tal política trouxe resultados negativos para muitos países em desenvolvimento, que, precipitadamente, consideraram esvaziadas as possibilidades da cooperação Sul-Sul. No caso da Venezuela, o perfil da economia possibilitava a tentativa individual de uma nova inserção internacional. A ilusão dos que acreditavam na viabilidade de tal estratégia, todavia, durou pouco. As conseqüências sócio-políticas internas da implementação de reformas de cunho neoliberal tiveram aspectos negativos, extremamente perigosos, que foram desprezados pelos sucessivos governos. Uma alteração de rumos foi inevitável para Caracas, tanto no que se refere à inserção internacional.

A política exterior da Venezuela: continuidade e ruptura

Num sentido histórico mais amplo, a Venezuela teve sua diplomacia fortemente condicionada pelo seu passado colonial, de periferia no conjunto das possessões espanholas, mas constituiu-se um dos centros irradiadores do processo de independência colonial. Entretanto, até o início do século XX o país não havia ainda concluído a construção do Estado Nacional. Uma população rarefeita e desigualmente distribuída trabalhava numa precária economia primário-exportadora, enquanto o caudilhismo e as lutas internas marcavam a vida da elite agrária e militar.

Com tal debilidade e instabilidade internas, a Venezuela foi um ator bastante modesto nas relações internacionais, perdendo, inclusive, boa parte do território nacional para os Estados vizinhos e para a potência colonial inglesa, através da demarcação desfavorável das fronteiras contestadas. O resultado só não foi pior devido à rivalidade existente entre os Estados Unidos e as potências européias durante o século passado e no início deste, como no episódio da tentativa de intervenção européia em 1902.

Durante esse período, a Venezuela não possuiu uma vinculação internacional privilegiada claramente definida. Entretanto, durante a longa ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935), iniciou-se a

prospecção petrolífera em escala econômica (ligada ao capital estrangeiro), construiu-se uma infra-estrutura viária e o Estado foi dotado de uma administração centralizada. O Estado Nacional consolidava-se e o ciclo exportador petrolífero criava vinculações privilegiadas com os Estados Unidos.

A Venezuela, ao longo de meio século, conheceu apenas uma curta experiência democrática, o *Triênio*, estabelecendo-se em seguida a ditadura do General Marcos Pérez Giménez, estreitamente vinculada aos Estados Unidos. Durante esse regime o país chegou a ser o segundo produtor mundial de petróleo, estabilizando-se as relações entre os diversos setores da elite sócio-econômica. Contudo, o notável desenvolvimento econômico foi marcado por profundas distorções setoriais, regionais e sociais.

Em 1958, o regime militar foi derrubado e o poder civil estruturou-se através do *Pacto de Punto Fijo*, o qual estabelecia os parâmetros de uma democracia de fortes contornos populistas e baseada num sistema essencialmente bipartidário. A Ação Democrática (AD, de orientação social-democrata) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI, de tendência democrata-cristã) alternaram-se no poder, sem mudar as estruturas essenciais do país, respeitando o que fora acordado no Pacto.

A política externa venezuelana teve, desde então, como um dos seus pilares a defesa dos regimes democráticos no continente (a *Doutrina Betancourt*). Tal princípio levou o país a alinhar-se ou a divergir dos Estados Unidos, dependendo da situação conjuntural do hemisfério. No plano econômico, porém, as relações entre os dois países foram bastante estreitas. Contudo, há que se ressaltar que a democracia venezuelana necessitava da valorização de seu principal recurso gerador de divisas, o petróleo, para manter o desenvolvimento econômico e assegurar a estabilidade política.

Qual foi a reação dos Estados Unidos face às demandas de Caracas com relação a essa questão? A indiferença foi a resposta norte-americana. Como lembra Báez, frente a ela "a Venezuela dota um curso de ação internacional de alto conteúdo nacionalista. O objetivo é alcançar, como descrevera Rómulo Betancourt, uma modificação da situação na qual ainda segue 'pendendo sobre a Venezuela esta espécie de espada de Dâmocles, do que unilateralmente se resolva na Casa

Branca' sobre o petróleo venezuelano. A política de *nacionalismo democrático* iniciada pelo Presidente Rafael Caldera (1969-1974) alcança expressão em decisões para lograr a fixação unilateral por parte da Venezuela dos preços de seu petróleo, a nacionalização do gás (e) as leis para regular a reversão das concessões. (...) A atividade internacional venezuelana se encaminha pela via do fortalecimento de sua capacidade de decisão autônoma. Reduz-se o nível de tensão em relação a Cuba e procura-se intensificar o intercâmbio com os países do bloco soviético".[1]

Na década de 70, com a valorização do preço do petróleo pela OPEP (da qual a Venezuela era membro destacado), o país logrou aprofundar seu desenvolvimento econômico e atuação internacional. O apogeu desta fase deu-se com a primeira administração Carlos Andrés Pérez ("CAP"), de 1974 a 1979, quando os setores do petróleo, aço e cobre foram nacionalizados. A Venezuela passou a atuar ativamente na política internacional: no plano mundial, através do Movimento dos Países Não-Alinhados, e no plano hemisférico, com a criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA, sediado em Caracas) e procurando ocupar o papel de potência regional, estendendo sua influência no Caribe e na América Central.

A ação diplomática venezuelana projetou o país e seu presidente ao primeiro plano (CAP era também membro ativo da Internacional Socialista). Internamente, o país atingiu sua melhor performance econômica, social e de estabilidade política. Apesar disso, o intenso ativismo internacional de Caracas era sustentado mais por uma conjuntura extremamente favorável do que por fatores estruturais, pois as administrações Herrera Campins (COPEI) e Jaime Lusinchi (AD) já tiveram que enfrentar crescentes problemas entre 1978 e 1989.

O conflito centro-americano (desde fins dos anos 70), a Guerra das Malvinas (1982) e a intervenção norte-americana em Granada (1983), perturbaram fortemente a região de projeção da diplomacia venezuelana e as relações hemisféricas com a crise da OEA. Além disso, o forte consenso bipartidário em termos de política externa se enfraquece a partir da administração Herrera, acusada de pró-norte-americana, apesar de que após o episódio do Atlântico Sul cresceram

[1] Maurício Cabrera Báez, *La Política Exterior de Venezuela*, in Juan Carlos Puig (Comp.), *América Latina: Políticas Exteriores Comparadas*, Buenos Aires, Grupo Editor Latino-americano, l984, vol. II, 551-2.

as divergências com Washington. Finalmente, aumentam também as tensões com a Guiana com relação ao território de Essequibo.

As contradições do anos 80

A inserção internacional da Venezuela durante os anos 80 ressentiu-se das transformações do cenário internacional. Com os problemas do início da década, como o recrudescimento do conflito centro-americano durante a administração Reagan (tornado um *affair* da Guerra Fria), a Guerra das Malvinas e a intervenção em Granada, a Venezuela reagiu articulando o *Grupo de Contadora* em 1983, juntamente com o México, a Colômbia e o Panamá, com vistas a alcançar uma solução política para as tensões sub-regionais.

No campo das relações econômicas regionais, entretanto, pouco avanço fora logrado. O Tratado de Cooperação Amazônica ainda não frutificara e o processo de integração não avançara. Como lembram Barbosa e César, "em meados dos anos 80, ao mesmo tempo em que a democratização fazia grandes progressos no continente, a marcha do processo integracionista na América Latina parecia não conseguir superar a dimensão da retórica bem intencionada. Num mundo em acelerada transformação econômica e tecnológica, os países membros da ALADI passavam por uma severa crise de ajustamento externo, o que induzia políticas de cunho protecionista e a redução sensível do comércio intra-regional. Na realidade, pode-se afirmar, hoje, que naquele momento desenvolvia-se uma sutil, algumas vezes explícita, oposição ao aprofundamento dos mecanismos de natureza multilateral regional. A necessidade premente de buscar divisas fortes lançava a segundo plano compromissos idealistas contraídos no começo da década. Em suma, o continente, ainda apegado ao modelo de substituição de importações, parecia continuar seu caminho na contramão das tendências mundiais".[2]

Embora o segundo choque petrolífero (na passagem dos anos 70 aos 80) tenha causado um impacto diferente na Venezuela e no Brasil, sendo um exportador e outro importador de petróleo, na década de 80

[2] Rubens Barbosa e Luís Panelli César, *A Integração Sub-regional, Regional e Hemisférica: o Esforço Brasileiro* in Gélson Fonseca Júnior e Sérgio Nabuco de Castro (orgs.), *Temas de Política Externa Brasileira II*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, l994, 2 volumes, 292.

a situação apresentara traços comuns em ambos os países. As flutuações do preço do petróleo (que voltou a cair em meados da década) e a excessiva dependência venezuelana em relação à exportação desse produto, faziam com que os efeitos econômicos positivos fossem apenas conjunturais, persistindo os problemas estruturais.

Um dos problemas foi a crise da dívida externa, desencadeada pela acentuada elevação das taxas de juros ocorrida no início da década. A Venezuela, face às vantagens iniciais da elevação dos preços do petróleo, conseguiu fazer frente ao agravamento da crise da dívida por um tempo maior que outros países da região, mas, em 1988, teve de suspender temporariamente o pagamento das dívidas internacionais.

Abstraindo-se esses fatores localizados (embora de caráter estruturais), o que se percebe são as crescentes dificuldades do modelo de substituição de importações. Não se trata essencialmente do esgotamento deste projeto enquanto tal, mas de sua progressiva incapacidade de responder às transformações em curso na economia internacional. A instabilidade macroeconômica, causada imediatamente pelos choques petrolíferos e pela crise da dívida, insere-se no processo mais amplo da Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Científico-Tecnológica (RCT). Essa, desencadeada a partir dos anos 70 e intensificada na década de 80, provocou uma mudança significativa na distribuição geográfica das vantagens comparativas reais ou potenciais em escala mundial.

A aceleração e aprofundamento do processo de globalização, a qual ampliava o escopo espacial da organização da atividade das empresas, não poderia deixar de produzir tensões no sistema multilateral de comércio e desafiar os projetos nacionais de desenvolvimento. A crise energética e da dívida externa, neste sentido, eram apenas parte de uma reestruturação mais ampla. Desta forma, os anos 80 serão caracterizados pela postura defensiva e pela resistência, cada vez mais difícil, dos modelos de substituição de importações em muitos países da América Latina.

No plano político, contudo, as relações entre Brasília e Caracas foram marcadas por uma convergência progressiva. Embora a crise centro-americana e as tensões no Caribe afetassem mais diretamente a Venezuela, também o Brasil começa a preocupar-se, desenvolvendo uma postura comum na busca de uma solução política para a questão, evitando que evoluisse como parte do confronto leste-oeste. Além da participação

no Grupo de Apoio a Contadora e nas gestões unilaterais da diplomacia brasileira nesse sentido, o governo Figueiredo envolveu-se mais diretamente no problema do Suriname, evitando que também esse país fosse tragado pelo redemoinho caribenho-centro-americano.

Outro fator responsável pelo relaxamento e convergência das relações Brasil-Venezuela foi o processo de redemocratização brasileiro, o que solidificou a confiança venezuelana na diplomacia do Itamaraty, a qual, a bem da verdade, não sofreu alterações qualitativas na transição do Regime Militar para a "Nova República". Aliás, as redemocratizações ocorridas também na Argentina e Uruguai, quase simultâneas à brasileira, fizeram com que a política exterior da Venezuela se concentrasse no temas da diplomacia econômica e da questão da América Central e Caribe.

Embora o governo Lusinchi tenha mantido uma posição inicialmente reservada (e mesmo ambígua) face à Iniciativa de Cartagena, provavelmente esperando um tratamento privilegiado para o reescalonamento da dívida externa, a Venezuela logo se somou aos demais países signatários. Quanto ao problema centro-americano, a diplomacia venezuelana expressou sua grande preocupação com o perfil intervencionista da política externa norte-americana para a região, posição bastante próxima da brasileira. Finalmente, nas questões de âmbito planetário (sobretudo as relativas ao mundo em desenvolvimento), envolvendo organizações como as Nações Unidas, o Grupo dos 77 e o Movimento dos Países Não-Alinhados, as posturas venezuelana e brasileira coincidiram em seus traços gerais, tendendo a expressar uma voz de liderança dos países do Terceiro Mundo no quadro do antagonismo Norte-Sul[3] (MEDINA, 1985: p. 81).

"Los grandes virajes": as estratégias neoliberais

Em 1989, Carlos Andrés Pérez ("CAP") retorna ao poder na Venezuela, prometendo a "volta aos bons tempos", uma vez que seu primeiro mandato ficara caracterizado como o de apogeu do modelo. Ao mesmo tempo, o mundo era abalado pela queda espetacular dos regimes socialistas do leste europeu, pelo episódio da Praça Tiannamen

[3] Taisa Medina, *Venezuela: rasgos centrales de la política exterior, l983-l984*, in Heraldo Muñoz (comp.), *Las políticas exteriores latinoamericanas frente a la crisis, Anuário de Políticas Exteriores Latinoamericanas l984*, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, l985, 81.

e pela acentuada redução do papel internacional da União Soviética (logo por sua própria desintegração).

A Guerra Fria e o sistema bipolar chegavam a seu fim, enquanto o triunfo do neoliberalismo era apontado como o principal signo da nova ordem internacional emergente. O brusco deslocamento diplomático e econômico ocorrido, então, no sistema mundial perturbou os parâmetros de inserção internacional dos países do Terceiro Mundo, com impactos imediatos na América Latina. Assim, o contexto em que ocorreu a implantação dos novos governos condicionou fortemente suas opções, fazendo com que homens politicamente tão diferentes como Collor de Mello e Andrés Pérez adotassem estratégias assemelhadas.

Poucas semanas após assumir o poder, CAP surpreendeu os venezuelanos com "el gran viraje", a aplicação de um pacote de medidas econômicas de cunho liberalizante, na perspectiva aconselhada pelo Fundo Monetário Internacional. As conseqüências sociais, políticas e psicológicas do brutal conjunto de medidas levou grande parte da população venezuelana a reagir de uma maneira inesperada, com o desencadeamento de uma verdadeira insurreição civil em 27 de fevereiro de 1989 ("27 F" ou *caracazo*), a qual se prolongou por alguns dias por todo país, deixando centenas de mortos.[4]

O 27 F constituiu, talvez, a verdadeira "gran viraje", uma advertência não apenas para a Venezuela, mas para todas as nações da América Latina que se lançavam pelo caminho neoliberal. Contudo, a ajuda emergencial recebida do exterior e a repressão permitiram contornar os aspectos mais graves do preocupante evento, e a espetacular evolução dos acontecimentos internacionais do ano de 1989 logo o obscureceram. O aumento do preço do petróleo, na esteira da invasão do Kuwait pelo Iraque, em agosto de 1990, permitiram à Venezuela uma relativa recuperação macroeconômica, parecendo afastar o fantasma do *caracazo*. A estabilidade, entretanto, era apenas aparente.

Os impactos econômicos e sociais desse processo logo tiveram conseqüências político-institucionais sérias, culminando com o *impeachment* de Andrés Pérez em 1993. As acusações de corrupção, que formalmente propiciaram o afastamento do presidente, na verdade encobriam um

[4] Detalhes sobre o governo Carlos Andrés Pérez em Paulo G. F. Vizentini, *A situação política da Venezuela e suas perspectivas*, Cadernos do IPRI, nº 13, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão / IPRI / MRE, l994.

complexo e emaranhado conflito de interesses político-econômicos, deflagrados com a brusca abertura externa da economia e os correspondentes ajustes internos. A inviabilização do governo CAP ocorreu de forma bastante acidentada, com duas tentativas de golpe de Estado em 1992 (o 4 F e o 27 N), forte agitação social e progressiva desagregação do regime político estabelecido em 1958 com o Pacto de Punto Fijo. Além disso, o *impeachment* só ocorreu alguns meses antes das eleições.

O obstinado governo CAP tentou até o último momento manter seu projeto, adaptando-o a pequenas alterações e promovendo com habilidade determinados recuos táticos. Como ressaltam Tavares e Fiori em relação ao caso brasileiro, mas que também se aplica à Venezuela, "tanto a resistência à mudança como as dificuldades de coordenação para avançar têm suas raízes profundas no sucesso do *modelo passado*, que permitiu a convivência e heterogeneidade estrutural dos grupos econômicos brasileiros, das mais distintas origens, sua grande dispersão setorial, pequena escala e baixo grau de conglomeração. Na ausência de alianças estratégicas entre si e com o sistema financeiro, os grupos econômicos tem recorrido ao acesso privilegiado do Estado para defender seus interesses particulares (...)".[5]

Dentro dessa perspectiva, o governo venezuelano participou ativamente no processo de reativação e abertura externa, ingressando oficialmente na GATT em 1990 e completando, dois anos mais tarde, sua participação no Pacto Andino, com o estabelecimento de uma zona bilateral de livre comércio com a Colômbia. No ano de 1989, lançou a negociações para a criação de uma zona de livre comércio, com cooperação em áreas tais como turismo, energia, ciência e tecnologia com a Colômbia e o México (G-3); e em 1992 assinou o Acordo sobre Comércio e Investimentos com o CARICOM (Comunidade do Caribe).

Durante o governo Andrés Pérez foram empreendidas uma série de iniciativas de integração subregional. Além de sua vinculação ao Pacto Andino, Caracas atuou intensamente no Grupo dos Três, conduziu um processo de abertura recíproca com a Colômbia, assinou em 1992 com os países-membros do CARICOM o Acordo sobre Comércio e Investimento, além de haver sido um dos proponentes das iniciativas conhecidas como Compromisso de Caracas e Declaração de Caracas,

[5] Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, *(Des)ajuste global e modernização conservadora*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, l993, 108.

ambas de fevereiro de 1993. O Compromisso de Caracas estabeleceu as bases para o desenvolvimento de projetos de cooperação entre o G-3 e os países centro-americanos, enquanto a Declaração de Caracas lançou os fundamentos para o estabelecimento de um Acordo de Livre Comércio entre Venezuela e Colômbia de um lado, e Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala de outro.

Todas estas iniciativas de integração subregional, entretanto, sofreram o impacto do NAFTA, que passou a exercer enorme influência sobre os países do norte da América do Sul, como Venezuela e Colômbia, além, é óbvio, de absorver o México. A primeira conseqüência foi que o G-3 iniciou um processo de adiamento do seu cronograma original, bem como de alteração dos próprios objetivos do agrupamento (a desagravação tarifária poderá estender-se por um período de até 15 anos). Além disso, no tocante ao Grupo Andino percebem-se tendências ao esvaziamento e à fragmentação, com as dificuldades em estabelecer a Tarifa Externa Comum, a busca da Bolívia de um acercamento em relação ao MERCOSUL, bem como do Equador ao G-3 e a "suspensão temporária das obrigações" assumidas pelo Peru no Grupo.

Evolução diferente será conhecida pela Iniciativa Amazônica, analisada adiante. Aliás, alguns problemas amazônicos localizados obrigaram o Brasil e a Venezuela a aproximar-se já durante as administrações Collor e CAP. Esses problemas diziam respeito, sobretudo, à expansão do garimpo clandestino no norte do Brasil, os quais franqueavam a insuficientemente demarcada fronteira entre os dois países. Os inúmeros incidentes ocasionados produziram atritos entre Caracas e Brasília, obrigando as autoridades de ambos países à realizarem vários encontros, o que veio a ser positivo.

O acercamento Brasil-Venezuela e a diplomacia de Caldera

As relações Brasil-Venezuela serão intensificadas durante as administrações Itamar Franco (iniciada em fins de 1992) e Rafael Caldera (empossado no início de 1994). A estratégia brasileira de "temperar" a abertura externa, desde o estabelecimento do governo encabeçado pelo Vice-Presidente, e a redefinição do panorama político venezuelano, que culminou com o retorno de Rafael Caldera ao poder, constituíram fatores decisivos para esse acercamento. Outro elemento que merece ser

destacado, é a evolução do cenário internacional, particularmente na esfera econômica. Nesse aspecto, a afirmação do NAFTA e a pouca eficácia lograda pela maioria das políticas de reinserção internacional da quase totalidade dos países em desenvolvimento na Nova Ordem Mundial, bem como os fortes efeitos desestabilizadores produzido por esta, representaram as questões decisivas.

Pode-se afirmar que o primeiro passo que propiciou o estabelecimento de uma cooperação mais sistemática entre Brasil e Venezuela foi a *Iniciativa Amazônica*, lançada pelo Presidente Itamar Franco em Buenos Aires, durante o encontro do Grupo do Rio (dezembro de 1992). Brasília manifestava interesse em ampliar as fronteiras econômicas e comerciais da região, dinamizando a aproximação com os países setentrionais da América do Sul, e nela envolvendo os estados amazônicos brasileiros. Em 1991 o PIB dos países do Grupo Andino, da Guiana e do Suriname foi de 171 bilhões de dólares, enquanto no mesmo período suas exportações alcançavam uma cifra de 29 bilhões de dólares. Além disso, esses países afiguram-se como importantes parceiros comerciais, com o Brasil interessando-se em colocar alguns de seus produtos industrializados e absorver petróleo da Venezuela e Equador, carvão térmico colombiano e gás produzido por Peru e Bolívia.

A Iniciativa propôs a elaboração de Acordos de Cooperação Econômica com cada um dos países da região amazônica nos marcos da ALADI. Isso, certamente, estabelece bases realistas e pragmáticas para a cooperação subregional. Mas, ao lado desses aspectos econômico-quantitativos, há que observar uma política de largo alcance. Uma vez consolidado o MERCOSUL, tornava-se necessário ampliar o processo de integração para o âmbito sul-americano como um todo. A América do Sul, além de constituir nosso ambiente geográfico e circunstância política, passou a ocupar o primeiro lugar em nossa parceria comercial, seguido pela União Européia e, depois, pelos Estados Unidos.

Neste sentido, o Chefe de Estado brasileiro lançou em outubro de 1993 a iniciativa da Área de Livre Comércio Sul-Americana que, ao longo dos próximos dez anos, deverá desagravar praticamente todo o comércio, a partir de 1995. "A ALCSA resultará, portanto, da articulação entre os processos de integração em curso na América do Sul e deverá envolver também a participação do Chile. A nova Zona de Livre

Comércio estimulará, por sua vez, a aproximação das experiências integracionistas na América do Sul com os esquemas de livre comércio e de integração de outras áreas do hemisfério americano, assim como de outras regiões do mundo".[6] Os entendimentos bilaterais com a Venezuela e a Colômbia, atualmente em curso, já se inscrevem nos marcos da ALCSA, a qual foi adotada pelo MERCOSUL como proposta coletiva. Assim, as atuais negociações com o Chile e a Bolívia, envolvem o conjunto do MERCOSUL de um lado, e o restante das nações sul-americanas de outro, em grupo ou individualmente.

No contexto dessa política de ampliação da integração, fomentada originalmente pelo Brasil, a cooperação com a Venezuela afigura-se como elemento fundamental. Isto se deve à complementaridade existente entre os dois países, à estratégica posição particular ocupada pela Venezuela na confluência dos diversos processos de integração subregional e, talvez o mais importante de tudo, à identidade de percepções, necessidades e objetivos esboçadas pelos dois países nos marcos dessa ampla problemática. Após saudar a criação do NAFTA, o presidente Itamar Franco reafirmou em correspondência aos demais membros do MERCOSUL, a "disposição de negociar sempre em conjunto quaisquer acordos de cooperação com outras áreas de comércio".[7]

Essa percepção da importância da integração latino-americana como forma de negociação coletiva aparece de forma ainda mais explícita no discurso das autoridades venezuelanas. O Embaixador venezuelano no Brasil, Alfredo Toro Hardy argumenta que "a idéia de um MERCOSUL ampliado com vistas a sua conversão em uma Área Sul-Americana de Livre Comércio se coloca não apenas como a melhor saída, senão virtualmente a única, pelo menos num futuro próximo".[8]

Na mesma linha de raciocínio, Oscar Hernandez, Conselheiro da Embaixada da Venezuela no Brasil, após destacar a importância da América Latina para a economia mundial e para os Estados Unidos, conclui que Washington tem interesse em articular uma integração hemisférica a partir do NAFTA. Mas, para tanto, deseja negociar com

---

[6]Ministério das Relações Exteriores, *A Política Externa do Governo Itamar Franco*, Brasília, MRE, l994, 35.
[7]Ibid., 36.
[8]VV.AA., "II Foro Mercosur Nafta", *Cuadernos del Parlatino*, nº 06, l994, 67.

nossos países temas como propriedade intelectual, normas de inversão, comércio e meio ambiente, bem como as questões ligados ao chamado *dumping social*. Segundo o diplomata, nossos interesses são "muito mais vulneráveis e manejáveis quando se trata de uma negociação bilateral, que poderia ser a dificuldade ou a fortaleza em uma negociação multilateral. Aí pode dar-se uma desvantagem para o Chile se empenhar-se em negociar só". Depois de desmistificar o NAFTA idealizado por países que nele pretendem ingressar individualmente, afirma que este "só poderia ampliar-se com a criação do SAFTA, o que quer dizer que só negociaríamos quando estivéssemos prontos, não havendo integração hemisférica até que os países sul-americanos estejam em condições de negociar com o NAFTA"[9] (Ibid, p. 79-80).

A posição da diplomacia venezuelana é reforçada por Sebastian Alegrett, então Embaixador de seu país na OEA, ao considerar que "a formação de uma zona de livre comércio desde o Alasca até a Patagônia pode demorar todavia algum tempo. Mas é muito o que se pode avançar na negociação de bases comuns para um entendimento sobre as regulamentações que afetam a economia, os negócio e o comércio, a fim de ir criando uma transparência maior nas relações hemisféricas e as condições indispensáveis de segurança para seu desenvolvimento. Enquanto isto ocorre, os países latino-americanos devem empreender decididamente, e o quanto antes, sua própria integração, o que facilitará e seguramente contribuirá para que a futura integração continental se produza em condições de menor assimetria e maior equidade".[10]

O relacionamento Brasil-Venezuela, todavia, não se pautava apenas pela perspectiva comum acima mencionada. Depois de um gradual acercamento, ocorreu o salto qualitativo na cooperação bilateral, com a assinatura do *Protocolo de Guzmania* em março de 1994, durante encontro dos Presidentes Rafael Caldera e Itamar Franco. No referido documento, os dois mandatários discutiram os "temas da atualidade internacional e regional, coincidindo na avaliação das transformações substanciais da cena mundial que representam novos e importantes desafios políticos, econômicos e sociais para os dois países. Ao examinar a situação da América Latina e do Caribe, os Presidentes ressaltaram a consolidação da democracia e a urgente necessidade de promover o

[9]Ibid., 79-80.
[10]Ibid., 35-6.

desenvolvimento econômico e a justiça social. Ambos frisaram a urgente necessidade de adotar medidas eficazes para combater a pobreza, para minimizar o custo social das necessárias medidas de ajuste econômico de modernização, assim como para promover o desenvolvimento ambientalmente sustentável".[11]

Além da óbvia convergência nas questões da grande diplomacia, a iniciativa abriu a discussão de uma pauta sobre questões específicas no relacionamento bilateral. A Comissão Binacional de Alto Nível, integrada pelos respectivos Chanceleres, passou a tratar da negociação de acordos de complementação econômica e de dupla tributação, cooperação fronteiriça, cultural, questões vinculadas à mineração e atividades envolvendo as Forças Armadas de ambos países. Além disso, aborda-se o combate conjunto ao narcotráfico, demarcação de fronteiras, levantamento cartográfico, implementação do projeto SIVAM/SIPAM, cooperação na área ambiental , estabelecimento de ligação hidrográfica entre as bacias do Amazonas e do Orinoco e a ampliação do Acordo de Transporte Terrestre de Carga.[12]

Atestando o adensamento e a excelência das relações bilaterais, o Presidente Caldera manifestou o apoio de seu país ao ingresso do Brasil num Conselho de Segurança da ONU ampliado, em seu discurso na XLIX Assembléia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, o mandatário venezuelano frisou que esperava "modificações como a ampliação da representação permanente, dando-lhe um posto seguro ao Brasil no Conselho de Segurança. A América Latina tem direito a esta posição pela sua fortaleza espiritual e sua atitude constante em prol da liberdade e amizade entre os povos".

Em 1993, como foi visto, Pérez sofreu um processo de *impeachment*. Caldera venceu as eleições em dezembro do mesmo ano, tendo que enfrentar uma grave crise financeira. Assumiu a presidência da Venezuela com uma plataforma populista, adotando no plano econômico medidas propostas pelo FMI, para retomar a estabilidade fiscal. Nesse mesmo ano, em dezembro, foi concluída a Rodada Uruguai, que tinha por objetivo promover a expansão e a liberalização do comércio mundial mediante a diminuição progressiva das tarifas e dos

[11] *Comunicado Conjunto la Guzmania*, Ministério de Relaciones Exteriores, República de Venezuela, l994, 3.
[12] *Gazeta Mercantil*, 7/3/l994, 3.

obstáculos ao comércio. Em 1996 foi implementado um plano de ajuste fiscal do FMI, que minou a popularidade de Caldera, levando ao fracionamento da Conv. Nacional e falhou em recuperar a confiança dos investidores externos. Em 1997 houve uma nova crise econômica, provocada pela baixa dos preços do petróleo no mercado mundial.

Nessa contexto, a Associação dos Estados do Caribe (AEC) estabeleceu em 1994 um esquema que pretendia alcançar um livre comércio entre seus membros, os quais compreendiam o G-3, a CARICOM, o Mercado Comum Centro Americano (MCCA), Cuba República Dominicana e Haiti.

Em relação ao MERCOSUL a Venezuela manifestou seu interesse de aproximação em 1995, formando "uma estratégia dirigida para construir um mercado comum sul-americano, antes do prazo estabelecido para a construção da área de Livre Comércio das Américas (ALCA), ou seja, antes de 2005" (CEPAL, dezembro de 1995, p.39)

Dessa forma o livre comércio perpetuou a política de acordos de integração, que a partir de então, estabelecia uma estratégia de inserção na economia mundial e diversificação das exportações para reduzir a dependência da receita petrolífera.

Em geral, pode-se dizer que a aceleração da participação da Venezuela nos diversos esquemas de integração foram obras dos governos de Carlos Pérez (1989-1993) e de Rafael Caldera (1994-1998). "Contudo, uma diferença importante que deve ser destacada é que até 1994 predominou a orientação que se inclinava em direção ao Norte e a Oeste, através dos diverso acordos que ligaram a Venezuela com o México, a Colômbia, a América Central e o Caribe, ao passo que a partir 1995, o olhar parece ter se voltado para o Leste e para o Sul, para o Brasil e para o MERCOSUL" (Giacalone, 1997, p.165)

A ruptura de Chávez e a nova política externa

Em dezembro de 1998 Hugo Chávez se elegeu com 56% dos votos pela coalizão Pólo Patriótico (MVR, de Chávez, PPT e MAS) , terminando com um período de 40 anos dominado politicamente por dois partidos, Acción Democrática (AD) e Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI), que haviam firmado em 1958 o Pacto de Punto Fijo para compartilhar o cenário político.

No início de 1999 é convocado um plebiscito para a instalação de uma Assembléia Constituinte. Em novembro do mesmo ano os trabalhos são concluídos e a nova Constituição é aprovada por plebiscito em dezembro. Os principais pontos da Constituição Bolivariana são: O mandato presidencial é aumentado para seis anos, com a possibilidade de reeleição; um novo posto de vice-presidente é criado, a ser designado pelo presidente; criação de um Conselho de Governo; plebiscitos consultivos são permitidos para assuntos de "interesses nacionais especiais"; o congresso nacional bicameral é abolido e criado uma Assembléia Nacional unicameral. É criado o Conselho Moral Republicano, combinando os papéis de controlador-geral e promotor-geral com um *ombudsman*. A Suprema Corte de Justiça é substituída pelo Supremo Tribunal de Justiça, onde juizes e magistrados são eleitos por voto popular. Os quatro ramos das Forças Armadas são unidos numa única Força Armada Nacional, e é dado aos militares o poder de voto.

A constituição de 1999 dá um papel proeminente para o Estado e forte ênfase nos direitos dos trabalhadores, além de minar a autonomia do Banco Central. As principais cláusulas incluem: Executivo do Banco Central a ser apontado pela Assembléia Legislativa Nacional.

Subsídios para setores de agricultura, turismo e média e pequena empresa. O governo tem o poder de implementar políticas protecionistas para defender os produtores agrícolas. O programa de privatizações de ativos nos setores de eletricidade, telecomunicações e alumínio foi cancelado. O objetivo de longo prazo declarado pelo governo é alcançar a diversificação econômica para reduzir a dependência da Venezuela em relação ao petróleo.

O Fundo Macroeconômico de Estabilização, criado em 1998 pelo governo Caldera, que tinha como objetivo colocar aparte o excedente das rendas do petróleo (num fundo de pagamento de dívidas e num fundo macroeconômico de estabilização), quando a média dos preços tivesse ultrapassado o nível orçamentário. Com o novo governo, a distribuição desse excedente foi logo alterada, colocando 50% dessa renda nas agências governamentais, PDVSA e governos locais, enquanto a outra metade ficaria no fundo.

As propostas envolvem desviar as rendas excedentes provenientes do petróleo (o termo utilizado no texto foi *windfall*) para incentivar atividades nos setores agrícola e industrial. A promoção do crescimento

através do aumento de gastos públicos, financiado pela renda das taxas de petróleo e dívida interna, é o foco central da política econômica de Chávez. Barreiras comerciais para fomentar crescimento industrial doméstico também estão sendo implementadas. Entretanto, o governo também está procurando incentivar os investimentos estrangeiros com isenção de impostos (o termo usado no texto foi *tax holiday*).

As relações com os Estados Unidos foram tensionadas, na medida em que a Venezuela estreita relações com Cuba. Além do acordo de suprimento de petróleo a preços preferenciais para Cuba, os esforços de aprofundar comércio e laços diplomáticos com a China, o Iraque e o Irã e a recusa de Chávez de permitir vôos americanos "anti-drogas" no espaço aéreo venezuelano também têm criado reservas por parte dos Estados Unidos. Além disso, a política econômica avessa ao liberalismo e à abertura, bem como o caráter do novo sistema político, desagradam profundamente à Casa Branca, por gerar uma espécie de anti-modelo ao Consenso de Washington.

A economia venezuelana é largamente dependente do setor petrolífero, o qual provê cerca de 80% da renda estatal, e que é particularmente vulnerável às flutuações do mercado internacional. Os Estados Unidos são o possível principal sócio comercial (representam mais de 50% do comércio exterior do país), além de principal investidor estrangeiro na Venezuela. Por sua vez, a Venezuela é o principal fornecedor de petróleo para os Estados Unidos. Para estes, a Venezuela é um sócio estratégico na América Latina. Em 1999, a Venezuela exportou um total US$ 21,058 mi sendo 47,8% deste para os Estados Unidos.

Quando de sua reeleição, em 30/07/2001, redirecionou sua política externa. Ao tentar formar parcerias com países de mesmos objetivos ideológicos, na premissa de contrabalancear o poder dos EUA, fato que causou confrontos diplomáticos com tal país. Em primeiro lugar, a visita de Chávez (ago/2000) ao Iraque, e em particular seu encontro com Saddam Hussein elucidou o protesto dos norte-americanos. Por ser o primeiro presidente eleito democraticamente a visitar o país desde 1991. Chávez teria violado as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, como foi alegado pelos Estados Unidos.

Chávez também mudou a política de preços de petróleo, transformando a Venezuela num dos países da OPEP com maiores preços, enquanto as políticas venezuelanas anteriores eram de

rebaixamento de quotas. O grande risco para tal política seria a economia norte-americana. Se os Estados Unidos se recusarem a esta oferta de preços altos, pode acarretar efeitos negativos na economia mundial.

Em 2000, a OPEP autorizou a Venezuela a aumentar a produção de petróleo: um acréscimo de 81 mil barris/dia, além dos 125 mil barris/dia, autorizados anteriormente. No total, agora a Venezuela produz 2,98 mi de barris/dia.

De acordo com Relatório do Banco Central da Venezuela, entre o janeiro e agosto de 2000, a balança de pagamentos foi de US$ 6,7 bi, tendo um aumento de US$ 364 mi em relação ao período anterior. Estes resultados se devem à alta nos preços do petróleo que representa três quartos da renda das exportações venezuelanas.

A nova estratégia diplomática tem o eixo em quatro áreas básicas:

Atlântica	Guiana
Caribenha	Caribe
Andina	Colômbia
Amazônica	Brasil

Brasil

Entre os anos de 1995 e 1997, o intercâmbio comercial dos dois países apresentou um decréscimo de 33% passando de US$ 2.099 milhões em 1995 para US$ 1.399 milhões em 1997. As exportações de petróleo representam 61% do intercâmbio comercial e representam 88% do total das exportações venezuelanas para o Brasil. Entre os anos de 1995 e 1997, as exportações petrolíferas da Venezuela para o Brasil decresceram 48% ao passar de US$ 1.577 milhões em 1995 para US$ 827milhões em 1997.

Em 1994, o Brasil ocupava o 11° lugar de destino das exportações venezuelanas, subindo para a posição de 8° em 1996 e para 3° em 1998. Em 1994, o Brasil era o 6° país do qual originavam-se as importações venezuelanas, passando para 4° em 1996 e mantendo a posição em 1998. Em 2001 o Brasil exportou para a Venezuela US$ 120 milhões, principalmente em produtos eletrônicos e neste mesmo ano já importou US$ 107 milhões em petróleo bruto e óleos combustíveis venezuelanos.

Brasil e Venezuela assinaram um Acordo de Complementação Econômica em julho de 1994, que elimina restrições alfandegárias e outorga preferências sobre taxas de importação de produtos com origem nos países signatários. A preferência sobre as taxas de importação outorgada pela Venezuela foi para 186 produtos brasileiros e variou de 20% a 100%. Brasil por sua vez, outorgou preferência sobre as taxas de importação de 50% a 100% para 1.106 produtos venezuelanos.

Relação com o Mercosul

A participação da Venezuela no MERCOSUL é uma das prioridades do atual governo, como deixou claro o embaixador José Vicente Rangel durante a reunião do Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores em abril de 1998. A Venezuela pretende ingressar no bloco até o final de 2001 como membro associado, mesmo *status* que gozam Chile e Bolívia. A solicitação de ingresso no MERCOSUL por parte do governo venezuelano veio em boa hora, pois respalda a posição brasileira contrária à antecipação da vigência da ALCA.

Apesar de ter um PIB menor que o da Argentina e do Chile, a Venezuela possui uma economia saudável: cresceu 3,3% em 2000, tem superávit comercial e esta conseguindo reduzir a inflação. O embaixador do Brasil para Assuntos do MERCOSUL, José Botafogo Gonçalves, não vê problema em começar um acordo com a Venezuela enquanto não é decidida o a relação do bloco com a Comunidade Andina. Outros membros do governo brasileiro não estão otimistas, porque acham que o MERCOSUL passa por turbulências econômicas e políticas e, portanto, não seria um bom momento para a entrada no bloco de um parceiro com características econômicas tão diferentes. Os sócios da Venezuela na Comunidade Andina também não escondem seu desgosto com a posição individualista da Venezuela.

Relações com bacia do Caribe e a América Central

A Venezuela considera a bacia do Caribe em geral e os países do CARICOM em particular, como zona vital para seus interesses geopolíticos, promovendo, dessa forma, iniciativas de cooperação com países insulares, a maioria, por sua vez, de caráter econômico.

Dentro da estratégia de inserção da Venezuela na economia mundial e diversificar as exportações para diminuir a receita petrolífera, foi lançado em 1992, o Acordo sobre Comércio e Investimentos com o CARICOM.

Acordo sobre Comércio e Investimentos com o CARICOM

Esse projeto integra o projeto de regionalização da bacia do Caribe e tem como características: a não-reciprocidade, onde a Venezuela reduz as barreiras aduaneiras e demais obstáculos ao comércio, enquanto a CARICOM se compromete a tratá-la como nação mais favorecida nas relações multilaterais; um forte caráter programático, que destaca vários objetivos para que se alcance o livre comércio, mas não os regula; ausência de uma forte estrutura institucional forte e autônoma e a falta de mecanismos claros para a solução de conflitos.

Em matéria comercial, a análise da participação individual dos países mais importantes do CARICOM no comércio da Venezuela, no período de 89 a 94, demonstraram que as maiores negociações se deram com Trindad e Tobago, Bahamas, Bermudas e, em menor medida, com a Guiana. Esses países representaram mais de 65% do comércio venezuelano com a CARICOM.

Em relação aos investimentos foram promovidas ações conjuntas nas áreas do petróleo, de produtos e implementos agrícolas, veículos, máquinas de construção e mineração, equipamentos elétricos e serviços financeiros.

O Acordo, apesar de não causar uma modificação radical nas relações comerciais com o Caribe, permitiu à Venezuela um papel mais ativo na região. Na verdade, observa-se que o acordo respondeu, em grande parte, ao interesse de incrementar a cooperação política com os países do Caribe, uma vez que o caráter de não-reciprocidade é modalidade pouco comum no estabelecimento de zonas de livre comércio.

O presidente Chavez declarou, em 1998, que sua política externa privilegiaria relações com a América Latina e a bacia do Caribe, defendendo o ideal de integração bolivariana, onde a Venezuela teria papel central nas relações com a Comunidade do Caribe.

Associação dos Estados do Caribe (AEC)

A idéia de criar uma Associação de Estado do Caribe partiu de uma das recomendações das Comissão das Índias Ocidentais, na Reunião de Chefes de Governo da CARICOM em julho de 1989, que apontava a tendência mundial de abertura e globalização econômica, obrigando os países do Caribe a ampliar seu espaço de integração e cooperação.

Quanto a sua definição, a AEC pode ser entendida como um organismo de consulta, cooperação e ajuste, cujos propósitos seriam:

- identificar e promover a instrumentalização de políticas e programas orientados a fortalecer, utilizar e desenvolver as capacidades coletivas do Caribe para obter um desenvolvimento sustentável nos setores cultural, econômico, social, científico e tecnológico;

- desenvolver o potencial do mar do Caribe;

- promover um espaço econômico amplo para comércio e investimentos, consolidar e ampliar as estruturas institucionais e os acordos de cooperação que correspondem à diversidade das identidades suturais;

Nesse sentido a composição da AEC deixa de lado uma série de barreiras como o idioma, a cultura e as etnias para projetar um projeto integracionista que ultrapasse o propósito de fomento e promoção da atividade comercial entre seus membros.

Dentro da estrutura da AEC pode-se distinguir três modalidades de participação: Estados-Membros (Venezuela), Estados-Associados e Estados-Observadores. Dessa forma a AEC é formada por 25 territórios independentes e 12 não-independentes, os quais abrigam um total de 200 milhões de habitantes, um PIB de US$ 500.000 milhões e um volume de comércio exterior de US$ 80.000 milhões.

A vinculação da Venezuela com a AEC deve-se tanto ao fato de sua localização geográfica, como também à importância do papel do Caribe para os interesses venezuelanos, principalmente para a comercialização do petróleo.

Em resumo, essa integração econômica constitui uma ferramenta fundamental para alcançar o desenvolvimento e auto-suficiência econômica da região, como um organismo que torna viável uma integração regional em seu conjunto. A AEC pode qualificar-se como

o amadurecimento do ideal de integração na área, cuja razão de ser é a reestruturação da realidade sócio-econômica da região. "No caso da Venezuela, um país que tem se destacado há pouco tempo no âmbito regional pela combinação de um sistema político estável e com uma economia baseada na exportação do petróleo, a AEC, é uma oportunidade para manter sua supremacia e projeção, e para construir um campo de ação que tire proveito da supremacia econômica e tecnológica que tem o país frente ao Caribe" (Cubarrubia, 1997, p. 124)

Relações entre a Venezuela e a Colômbia

As relações entre Venezuela e Colômbia apresentam características muito próprias e pouco usuais entre os países da região, devido à grande diversidade de fatores que as mesmas envolvem e por sua fronteira constituir uma das mais extensa e ativas do hemisfério (2.219 km). Estas relações envolvem, entre outros aspectos, temas como: integração, intercâmbio comercial, desenvolvimento fronteiriço, segurança, cooperação judicial, a luta contra o tráfico ilícito de drogas e delitos conexos, a problemática da dupla nacionalidade e a migração ilegal.

Ambos os governos, conscientes da condição de vizinhança, mantêm a firme vontade política de buscar soluções para os problemas que se apresentam diariamente. Esta vontade é cada vez mais fortalecida por um intenso processo de cooperação e integração que desenvolvem. Reconhecem, dessa forma, a necessidade de resolver os problemas fronteiriços no marco do diálogo e dos mecanismos bilaterais existentes.

A prioridade nas relações entre Venezuela e Colômbia, no âmbito da política internacional, manifesta-se através dos encontro dos Presidentes, Chanceleres e titulares dos respectivos ministérios, introduzindo ações para que proporcionem um bom relacionamento. Porém, muitas vezes, elas se vêem perturbadas pela persistência de fenômenos de violência, como atos terroristas, seqüestros, extorsões, tráfico ilícito de drogas, violação dos direitos humanos, etc.

Relações extra-hemisféricas

Durante o governo Chávez, a Venezuela resgatou e aprofundou qualitativamente a busca de novos espaços de atuação internacional,

transcendendo o âmbito hemisférico. A União Européia constitui uma alternativa importante para a Venezuela em suas relações com os países desenvolvidos. A UE foi o 3° destino das exportações venezuelanas, depois dos EUA e da Comunidade Andina e o 2° provedor das importações do país depois dos EUA. As relações centram-se na necessidade de aumentar a confiança do número crescente de investidores europeus na Venezuela, haja vista que a UE, depois dos EUA, é a segunda fonte de IED (Investimentos Estrangeiro Direto) no país. Assim, o presidente Chávez visitou os principais países europeus ocidentais, buscando abrir alternativas às pressões americanas exercidas no plano hemisférico.

Outra dimensão importante, foi o novo protagonismo venezuelano no âmbito da OPEP. Foi desenvolvida uma ação multilateral e bilateral com os Estados-membro da organização para uma bem-sucedida política de valorização do preço do petróleo. Mas esta estratégia esteve igualmente associada à uma dimensão política: a afirmação da autonomia venezuelana. Líbia, Irã e Iraque, considerados *rogue states*, foram visitados pelo presidente Chávez, afirmando uma diplomacia própria. Além disso, a China Popular foi visitada e as relações com a Rússia estreitadas, numa tentativa de dar conteúdo à defesa do estabelecimento de uma ordem internacional multipolar, que evite uma hegemonia norte-americana exclusiva. Neste sentido, estão previstas, em 2001, visitas à Índia, Indonésia, Rússia, Malásia, Cingapura, além de outros países.

Cabe destacar que tal conjunto de ações insere-se numa visão articulada de atuação internacional que, por sua vez, implicou numa completa reestruturação da Chancelaria (Operação Galileu), como meio de adaptá-la ao manejo de questões econômicas do "Estado Promotor". Neste sentido, a participação de empresários e suas associações tem sido estimuladas e crescido aceleradamente nas missões internacionais do governo. Por outro lado, persegue-se uma verdadeira profissionalização da diplomacia venezuelana, como forma de dar suporte ao novo curso internacional do país.

Por fim, cabe destacar que a Revolução Bolivariana, como se denomina o regime do presidente Chávez, tem atuado como forma de conter o ímpeto de implantação da ALCA, buscando, como consequência, um reforço do Mercosul. Para tanto, sutilmente tem alentado o que poderia ser uma posição brasileira de resistência à integração hemisférica. Num plano mais amplo, a diplomacia

venezuelana tem resgatado a postura de soberania enquanto Estado westfaliano, sendo um dos pioneiros no condicionamento da globalização, como reação ao terrível impacto interno que dela resultou. Se este projeto de política externa terá chances de frutificar, é algo difícil de prever. Mas de qualquer maneira, ele sinaliza para a emergência de um novo padrão alternativo à ordem internacional pós-Guerra Fria, resgatando um significativo protagonismo estratégico às potências médias do Terceiro Mundo.

Bibliografia

BÁEZ Cabrera, Maurício. "La Política Exterior de Venezuela", in PUIG, Juan Carlos (Comp.). *América Latina: Políticas Exteriores Comparadas*. Buenos Aires, Grupo Editor Latino-americano, 1984, vol. II.

BOERSNER, Demétrio. *Relaciones Internacionales de América Latina*: Caracas, Nueva Sociedad, 1986.

BOND, Robert. "Venezuelan Policy in the Caribbean Basin", in FEINBERG, Richard. *Central América: international dimensions of the crisis.* New York: Holmes & Meyer, 1982.

CALDERA, Rafael. *Dos Discursos*. Caracas: Editorial Arte, 1992.

CARDOSO da Silva, Elsa, y ROMERO, Maria Teresa. "Politica exterior de Venezuela en 1990: dinamismo y contradicciones en un contexto cambiante", in HEINE, Jorge (comp.). *?Hacia unas relaciones Internacionales de Mercado?* Anuário de Políticas Exteriores Latino-americanas 1990-1991. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.

Comunicado Conjunto la Guzmania. Ministério de Relaciones Exteriores, República de Venezuela, 1994.

DÍAZ Müller, Luis. América Latina: *Relaciones Internacionales y Derechos Humanos.* México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

FERMIN, Júlio. "Venezuela: la crisis política en una nueva encrucijada". in Alai: Servicio Informativo: Quito, nº 169, abril 1993.

GIACALONE, Rita. "La política centroamericana de Venezuela (1979-1987)", in EGUIZÁBAL, Cristina (Ed.). *América Latina y la crisis centro-americana: en busca de una solución regional*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

HOLBRAAD, Carsten. *Las potencias medias en la politica internacional*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

KARL, Terry Linn. "Petróleo e Pactos Políticos: a Transição para a democracia na Venezuela", in O´DONNELL, Guillermo, e outros (ed.). *Transições do Regime Autoritário: América Latina.* São Paulo: Vértice, 1988.

KRIVOY, Ruth de. "Venezuela ante el processo de integración andina". in: *Integración Latinoamericana*. Buenos Aires, vol. 12, nº 127, set. 1987.

MARTA Sosa, Joaquín. "Venezuela 1989-1993: cambios, elecciones y balas", in: *Nueva sociedad*. Caracas: mar-abril 1993.

MARTZ, John D. " A Poliítica externa venezuelana e o papel dos Partidos políticos", in MUÑOZ, Heraldo, e TULCHIN, Joseph (Ed.). *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo: Convívio, 1986.

MEDINA, Taisa. " Venezuela: rasgos centrales de la politica exterior, 1983-1984", in MUÑOZ, Heraldo (comp.). *Las políticas exteriores latinoamericanas frente a la crisis. Anuário de políticas Exteriores latinoamericanas.* 1984. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985.

MOISÉS, José Álvaro (org.). *O Futuro do Brasil.. A América Latina e o fim da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MUÑOZ v., Heraldo (comp.). *El Fin del Fantasma. Las relaciones internacionales después de la guerra fria*. Santiago: Hachette, 1992.

NAIM, Moises. *Paper tigers & Minotaurs. The politics of Venzuela´s Economic Reform*. Washington: The Carnegie Endowment for International Peace, 1993.

OCHOA, Orlando. "Changing politics of Venezuela in 1992: Oil, Democracy and Economic Reforms", in: *The Oxford international Review*. Oxford: Oxford University Press, june 1992.

PASTOR, Robert A. Whirlpool: U.S. *Foreign Policy toward Latin America and the Caribbean*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

PLASTINO, Carlos Alberto, e BOUZAS, Roberto (orgs.). *A América Latina e a Crise Internacional*. Rio de Janeiro: Graal/Instituto de Relações Internacionais PUC/RJ; (México): Instituto de Estudios de Estados Unidos - CIDE, 1985.

SCARLATO, Francisco Capuano, e outros (orgs.). *O Novo Mapa do Mundo: globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.

SERBIN, Andrés. *El Caribe ?zona de paz? geopolítica, integración y seguridad*. Caracas: Nueva Sociedad. 1989.

TOMASINI, Luciano (comp.). *Transnacionalización y desarollo nacional en America Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.

TOMASINI, Luciano. *La Política Internacional en un Mundo Postmoderno*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991.

VV. AA. II Foro Mercosur NAFTA. São Paulo: Cuadernos del Parlatino nº 06, 1994.

VV.AA. *Los Paises del CAME y América Latina*. Moscú: Progresso, 1983.

VIZENTINI, Paulo G. F. *A situação política da Venezuela e suas perspectivas*. Cadernos do IPRI, nº 13. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/ IPRI/MRE, 1994.

_____ (org.). *A Grande Crise. A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes, 1992.

WELSCH, Friedrich. "Venezuela: transformación de la cultura política", in: *Nueva sociedad*. Caracas, sept-nov. 1992.

WILHELMY, Manfred. "Venezuela: política Exterior en la adversidad", in MUÑOZ, Heraldo (comp.). *Las politicas exteriores de América Latina y el Caribe: continuidad en la crisis*. Anuário de políticas exteriores latinoamericanas 1986. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

WILHELMY, Manfred, y VIO, Eduardo. "Democracia, instabilidad regional y crisis económica: la política exterior de Venezuela 1984-1985, in: *América latina y el Caribe: políticas exteriores para sobrevivir. Anuário de Políticas Exteriores latinoamericanas.* 1985. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1986.

De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira

*Octavio Amorim Neto**

Introdução

Pouco conhecida no Brasil, a Venezuela é, junto com a Colômbia, a mais antiga democracia sul-americana, tendo ingressado no seleto clube dos regimes livres em fevereiro de 1959, quando Rómulo Betancourt assumiu a presidência após disputar a primeira eleição direta realizada no país em 11 anos (a última havia sido em 1947). Em janeiro de 1961, a redemocratização do país foi concluída com a promulgação de uma nova Constituição. Nas duas décadas seguintes, o país assistiria a consolidação daquele que chegou a ser um dos mais institucionalizados sistema partidários da América Latina (Mainwaring e Scully 1995). Entretanto, no curto espaço 18 meses, entre a posse de Hugo Chávez em fevereiro de 1999 e a chamada mega-eleição de julho de 2000, a Constituição de 1961 e o sistema partidário que sob ela vicejou foram irrevogavelmente jogados na lata de lixo da história. Nesse ínterim, foram realizados dois referendos, um, em abril de 1999, para convocar uma assembléia constituinte, outro, em dezembro do mesmo ano, para aprovar a nova Constituição redigida pela assembléia. Depois de tanta agitação política, hoje em dia, democracia, na Venezuela, é um termo em disputa, objeto de vários adjetivos, e um conceito de tortuosa aplicação.

A confusão que hoje paira sobre se a Venezuela ainda é uma democracia encontra-se na maneira pela qual se deu o processo de mudança constitucional do país sob a presidência de Hugo Chávez. A convocação do referendo sobre a necessidade de uma assembléia constituinte foi feita por decreto presidencial, um ato que gerou grande controvérsia política e jurídica. Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (doravante, ANC), o Congresso eleito legitimamente em 1998 foi, para todos os fins práticos, completamente emasculado. Ademais, as constantes ameaças, ultimatos e ofensas que Chávez dirigiu repetidamente às instituições estabelecidas, durante a

* Doutor em Ciência Política. Professor assistente do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro

campanha presidencial de 1998 e após a sua posse em fevereiro de 1999, foram de tal virulência que fizeram analistas nacionais e estrangeiros temer freqüentemente pelo futuro das liberdades civis no país.

Se Chávez estava certo ou não em agir da maneira com que agiu, eu não saberia responder. O fato é que, sob sua presidência, produziu-se uma ruptura institucional completa, uma quebra definitiva das regras do jogo político vigentes desde 1958. É isso o que nos interessa entender neste trabalho.

Para tanto, vou me valer - como instrumento heurístico e referência comparativa - da experiência brasileira com a ruptura institucional de um regime democrático, o golpe de 1964, tal qual interpretada por um dos seus mais argutos observadores, Wanderley Guilherme dos Santos, em sua obra premiada *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. Creio que tal estratégia de abordagem da política venezuelana não é apenas válida do ponto de vista analítico, mas também útil para despertar o interesse e a curiosidade dos cientistas sociais brasileiros, em geral, pouco atentos ao que se passa neste crescentemente importante país vizinho.

O texto está assim estruturado: na próxima seção, trato de mostrar como se consolidou e degenerou a democracia na Venezuela a partir de 1959, com ênfase nos distintos padrões de governança que teve o país até 1998 e na dinâmica do sistema partidário. A terceira seção oferece uma descrição sumária dos eventos cruciais ocorridos em 1999 para mostrar que houve uma ruptura institucional no país. Na quarta, utilizo-me das hipóteses de Wanderley de Guilherme dos Santos (doravante, WGS) para identificar os fatores que levaram à ruptura institucional. Segundo WGS, rupturas institucionais se seguem a crises de paralisia decisória decorrentes de um processo de fragmentação política *cum* radicalização ideológica. Procurarei verificar, por meio de dados quantitativos, em que medida tal processo ocorreu na Venezuela. A quinta seção conclui o texto.

Ascensão e queda do sistema de *punto fijo* (1959-1998)

A relativa longevidade da democracia na Venezuela se deveu, em grande medida, à força dos seus partidos e do sistema partidário (Coppedge 1994; Levine 1973; Kornblith e Levine 1995).[1] Os partidos venezuelanos desempenharam um papel fundamental no

[1] Esta seção se baseia pesadamente em Amorim Neto (1999).

estabelecimento e consolidação da democracia em função de quatro fatores: (1) a disposição que demonstraram seus líderes em superar diferenças ideológicas para formar pactos de governabilidade (Karl 1991, Navarro 1988); (2) a capacidade que tiveram no esforço de eliminar a atuação de grupos radicais e anti-democráticos durante o auge da guerra fria; (3) sua habilidade em aplacar os militares e submetê-los ao controle civil; (4) sua eficácia na organização, mobilização e representação de diversos grupos sociais.[2]

A força organizacional dos partidos venezuelanos foi fruto, em parte, de sua história pré-democrática e, em parte, de algumas características do sistema eleitoral. Durante a ditadura militar de Pérez Jiménez (1952-1958), o principal de partido de oposição ao regime, *Acción Democrática* (AD), foi legalmente proscrito. Porém, ao mergulhar na clandestinidade, a AD conseguiu sobreviver à brutalidade do regime. Essa verdadeira experiência de guerra acabou por criar uma sólida cadeia de comando vertical dentro do partido. Quando Pérez Jiménez foi finalmente derrubado por uma rebelião civil-militar em janeiro de 1958, as disciplinadas tropas de AD, auxiliadas pelos partidários do *Comitê de Organización Electoral Independiente* (COPEI) e da *Unión Republicana Democrática* (URD) não tardaram em ocupar o terreno político e se estabelecer como os principais atores da transição para a democracia. Dado o êxito que teve a AD na queda do antigo regime e na transição para o novo, sua estrutura organizacional passou a ser modelo para as outras agremiações partidárias.

Antes das eleições gerais realizadas ao final de 1958, AD, COPEI e URD assinaram dois acordos históricos: o *Pacto de Punto Fijo* (pacto do ponto fixo) e o *Programa Minimo de Gobierno*. O *Pacto* estipulava que seus signatários se comprometeriam a respeitar o resultado da eleição fosse qual fosse o vencedor, a estabelecer consultas inter-partidárias em questões delicadas e a partilhar cargos e responsabilidade política. O *Programa Minimo*, por sua vez, lançava as bases de um modelo de

[2] Cumpre notar que a Venezuela é também o maior produtor de petróleo da América Latina e o maior exportador mundial do produto para os Estados Unidos. Os partidos venezuelanos, na tarefa de consolidar a democracia, foram enormemente ajudados pelos vastos recursos financeiros que passou o país a receber a partir da alta do preço do petróleo em 1973. A renda extraída da exportação do petróleo deu às elites governantes os meios necessários para a implementação de políticas redistributivas e compensatórias que em muito serviram para estreitar os laços entre a população de baixa renda e o regime democrático.

desenvolvimento alicerçado no capital estrangeiro e capital privado doméstico, em subsídios para o setor privado e mecanismos de compensação para qualquer reforma agrária. Ou seja, o *Programa* enunciava os princípios de uma abordagem cautelosa para com a reforma econômica e social (Levine e Kornblith 1995).

Assim, o regime representativo nasceu na Venezuela sob o abrigo de fortes organizações partidárias comprometidas com a moderação política, a partilha do poder e a existência de garantias mútuas, uma fórmula tida como ideal para a estabilização de uma democracia nascente (Lijphart 1976; 1999). À luz da preeminência dos partidos na transição e consolidação democráticas, não deve ser motivo de surpresa o fato de que seus líderes, quando se sentaram para escolher as regras formais do jogo político, tenham optado pela representação proporcional com listas fechadas. Como é sabido, tal sistema, ao dar às lideranças a prerrogativa de determinar a posição dos candidatos nas listas eleitorais, outorga grande poder às instâncias decisórias mais altas dos partidos, dificultando a articulação de interesses locais no seio das bancadas legislativas (Carey e Shugart 1995; Shugart 1992; Shugart e Carey 1992). Os membros dessas, por temerem perder sua vaga na lista do partido nas próximas eleições, vêem-se condicionados a uma fiel obediência aos seus líderes. Vale lembrar que, no Brasil, por conta do uso de listas abertas, ocorre algo distinto: como são os eleitores que definem a ordem final dos candidatos nas chapas, os deputados se sentem menos obrigados para com as lideranças partidárias (Mainwaring 1991). Em suma, não é à toa que uma singular combinação de história organizacional e incentivos eleitorais deu vez, na Venezuela, a um dos mais disciplinados sistema de partidos do mundo contemporâneo, denominado pelos próprios venezuelanos de *partidocracia* (Coppedge 1994). A disciplina parlamentar era tão forte na Venezuela que eram raras as votações nominais no Congresso, pois quase não havias dúvidas a respeito de como votaria cada deputado. Por isso, a grande maioria das decisões tomadas em plenário era feita por meio de votação simbólica (Coppedge 1994).

Como funcionou um sistema político operado por partidos tão fortes, algo distinto da experiência brasileira? Os parágrafos a seguir tratam de oferecer uma breve análise dos principais partidos venezuelanos e de sua ascensão e queda ao longo das últimas quatro décadas.

A AD, partido de centro-esquerda com uma base eleitoral multi-classista, foi, de 1958 a 1998, o maior partido do Congresso.[3] As Tabelas 1 e 2 mostram que a AD alcançou seu auge nas eleições de 1983, quando, além de ganhar a presidência, conquistou 56,5% das cadeiras da Câmara de Deputados. Seus pontos mais baixos foram em 1999, quando não conseguiu eleger nenhum membro da ANC, e nas últimas eleições gerais, em 2000, quando obteve apenas 18,2% das cadeiras para deputado. Dos onze presidentes eleitos desde 1947, 6 foram *adecos* (membros da AD).

Tabela 1 - % de Cadeiras por Partido na C©mara dos Deputados da Venezuela (1958-2000)

PARTIDO	1958	1963	1968	1973	1978	1983	1988	1993	1998	1999	2000
AD	54,9	37,1	30,8	51,0	44,2	56,5	48,3	27,6	33,0		18,2
COPEI	14,3	21,3	27,6	32,0	42,2	30,0	33,3	27,1	14,4		4,2
URD	25,5	16,3	7,9	2,5	1,5	1,5	1,0				
PCV	5,3			1,0	0,5	1,5	0,4			3,8	
FND (IPFN)		12,3	1,9								
FDP		9,0	5,1								
MEP			11,7	4,0	2,0	1,5	1,0				
CCN			9,8	3,5							
MAS				4,5	5,5	5,0		12,6	9,6	14,5	12,1
MAS-MIR							9,0				
Convergencia								12,6	1,6		1,2
Causa R								20,1	2,7		1,8
Movimiento VÛ											
Rep¼blica									24,5	67,9	47,3
Proyecto Venezuela									10,6		4,2
Patria Para Todos									3,2	6,9	0,6
Apertura									0,5		
Renovaci·n											
Primero Justicia											1,8
LAPY											1,8
Nuevo Tiempo											1,8
Independentes										4,6	
Outros		4,0	5,2	1,5	4,0	4,0	6,9				3,0
Delegados Ind²genas										2,3	1,8
Total (=100%)	133,0	178,0	214,0	200,0	199,0	200,0	201,0	199,0	188,0	131,0	165,0
Fragmenta-«o	2,6	4,3	4,9	2,7	2,6	2,4	2,8	4,5	4,7	2,0	3,6
Comparecimento Eleitoral	79,7	78,3	84,6	81,1	74,5	77,1	72,7	60,0	63,5	47,1	56,5

Fontes: Coppedge (s/d), Landman (1995) e Venenzuela ð Consejo Supremo Electoral (1987; 1990).

[3] Sobre a AD, ver Coppedge (1994).

Tabela 2 – % de Votos Obtido Pelos Presidentes Venezuelanos (1947-2000)

Presidente	Partido	Ano	% de Votos
Rómulo Gallegos	AD	1947	74,4
Rómulo Betancourt	AD	1958	49.2
Raúl Leoni	AD	1963	32.8
Rafael Caldera I	COPEI	1968	29.1
Carlos Andrés Pérez I	AD	1973	48.7
Herrera Campíns	COPEI	1978	46.6
Jaime Lusinchi	AD	1983	58.4
Carlos Andrés Pérez II	AD	1988	52.9
Rafael Caldera II	Convergencia	1993	30.5
Hugo Chávez I	MVR	1998	56.2
Hugo Chávez II	MVR	2000	59.7

Fontes: Coppedge (s/d), Landman (1995), Kornblith e Levine (1995) e Venenzuela – Consejo Supremo Electoral(1987; 1990).

Quanto ao COPEI, trata-se de um partido democrata cristão, composto por grupos conservadores, principalmente a Igreja Católica e o empresariado.[4] Do ponto de vista ideológico, pode-se dizer que o COPEI é de centro-direita e, tal qual a AD, vale-se também de um apelo eleitoral multiclassista. Na primeira eleição do período democrático, o COPEI ficou em terceiro lugar na disputa pelas cadeiras da Câmara de Deputados. Contudo, de 1963 até 1998, manteve-se como a segunda força política do Congresso, tendo vencido também dois pleitos para a presidência da República, em 1968 e 1978. Porém, tal qual a AD, nas três últimas eleições legislativas (1998, 1999 e 2000), o COPEI teve o pior desempenho de sua história, conseguindo parcos 14,4% das cadeiras da Câmara em 1998, nenhuma na ANC e apenas 4,2%, em 2000.

O desenvolvimento do sistema partidário venezuelano ao longo de quatro décadas é fielmente retratado pelo número efetivo de partidos efetivos (N), também chamado de índice de fragmentação legislativa, que, ao dar maior peso aos maiores partidos e menor peso aos menores, reflete mais validamente a distribuição de poder legislativo do que uma

[4] Sobre o COPEI, ver Combellas Lares (1985).

simples contagem do número de siglas.[5] A primeira eleição, em 1958, produziu um sistema com um número efetivo de partidos menor do que 3, refletindo a maioria absoluta da AD e a distribuição desigual do resto das cadeiras entre COPEI e URD. Na década de 1960, a Câmara dos Deputados tornou-se altamente fragmentada, sem nenhum partido a controlar uma maioria parlamentar. Ou seja, nos seus quinze primeiros anos de existência, a democracia venezuelana teve um nítido sistema multipartidário.

Em 1973, AD e COPEI dão um salto, passando juntos a controlar 83% das cadeiras da Câmara, fazendo o sistema partidário retornar ao nível de fragmentação de 1958 (N = 2,6). Outro dado significativo é que nenhum outro partido conseguiu pelo menos 10% da representação. Na eleição de 1978, esta correlação de forças se manteve, com a dupla AD e COPEI conquistando 86,4% das cadeiras e verificando-se novamente a ausência de uma terceira força relevante. Conquanto uma franja de pequenas siglas nunca tenha deixado de existir, seja no eleitorado, seja no Congresso, a década de 1970 presenciou a cristalização de uma inequívoca dinâmica bipartidária no seio do regime representativo. Tal dinâmica, não custa ressaltar, tinha como eixo o duopólio de AD e COPEI sobre as cadeiras parlamentares e o revezamento de ambos na presidência. Este situação prevaleceu, com poucas alterações, até 1993.

Aos dois sistemas partidários corresponderam modelos distintos e relativamente estáveis de governança. Assim, no período multipartidário, formaram-se acordos de coalizão para o preenchimento de postos nos gabinetes presidenciais e mesas do Congresso. Já na fase bipartidária, houve quase que apenas gabinetes unipartidários, uma vez que o partido dos chefes de governo contou sempre com uma maioria absoluta ou próxima disto no Congresso.[6]

Em 1993, ano de um novo ciclo eleitoral, a fase bipartidária chega ao fim. Aliás, não seria exagero dizer que as eleições de 1993 constituíram o ponto de inflexão a partir do qual começou a derrocada definitiva do sistema político estabelecido pelo *Pacto de Punto Fijo*. Elegeu-se

[5] A formula do número efetivo de partidos é $N = 1/S xi^2$, onde *xi* é o percentual de cadeiras de cada partido representado na legislatura.

[6] Para uma análise detalhada do padrão de formação de governo na Venezuela entre 1959 e 1994, ver Amorim Neto (1998, cap. 5).

pela primeira vez um presidente, Rafael Caldera, não filiado nem à AD nem ao COPEI. Ainda que Caldera não possa ser considerado um *outsider* do sistema político, uma vez que foi o principal líder do COPEI durante quase todo o período democrático, tendo também sido nada menos do que presidente da República entre 1969 e 1974, o fato é que Caldera conduziu expressamente sua campanha eleitoral investindo contra a *partidocracia* representada por AD e COPEI. Não menos significativo é o fato de que os dois partidos lograram eleger apenas 54,7% dos deputados. O sistema partidário fragmentou-se sobremaneira (N = 4,7), passando a ter cinco partidos com mais de 10% de cadeiras na Câmara (além de AD e COPEI, também Causa Radical, Movimiento al Socialismo [MAS] e Convergencia). Outra ruptura relevante com o modelo de governança que prevaleceu entre 1973 e 1992 foi a completa ausência de membros de AD e COPEI no gabinete ministerial de Caldera (Amorim Neto 1998, p. 136).

Na esteira das rupturas políticas ocasionadas pelas eleições de 1993 estão uma série de eventos dramáticos ocorridos nos quatro anos anteriores: o sangrento levante social de 27-28 de fevereiro de 1989 decorrente do aumento do preço das tarifas de transporte público acordado por Carlos Andrés Pérez com o FMI, conhecido como *Caracazo*; as tentativas de golpe de estado encabeçadas por militares em fevereiro e novembro de 1992, tendo sido a primeira delas liderada pelo então coronel Hugo Chávez; e, finalmente, a destituição do presidente Pérez, em maio de 1993, sob a acusação de malversação de dinheiro público. Como pano de fundo desses tristes espetáculos, uma situação de grande instabilidade econômica, caracterizada por picos inflacionários, quedas bruscas e agudas da taxa de crescimento econômico e o declínio constante do preço do barril de petróleo, motor da economia venezuelana e principal fonte de receita pública. Todos esses fatores contribuíram de forma decisiva para um crescente cinismo da população para com as instituições políticas, as elites dirigentes, em geral, e com os partidos dominantes, em particular. Um indicador eloqüente de tal atitude difusa de desconfiança para com a ordem política é a taxa de abstenção eleitoral (ver última linha da Tabela 1). Nas eleições de 1988, o comparecimento foi de 72,7%, enquanto que, nas eleições de 1993, a taxa caiu simplesmente para 60%, estabilizando-se neste patamar em 1998 (63,5%).

A classe política venezuelana não ficou inerte diante de tantas crises. Várias reformas políticas foram efetuadas entre 1989 e 1995, procurando todas elas reaproximar as instituições democráticas dos eleitores. Foram estabelecidas eleições diretas para governadores de estado e prefeitos em 1989 e instituíram-se distritos uninominais e a regra de maioria para as eleições parlamentares. As mudanças feitas no sistema eleitoral da Câmara merecem atenção especial.

De 1958 até 1988, as candidaturas à Câmara eram apresentadas em listas fechadas distritais, sendo a geografia dos distritos justapostas às dos estados, tal qual no Brasil, devendo os eleitores dar um único voto a uma determinada sigla partidária. Assim como no Brasil, a fórmula eleitoral utilizada para a distribuição de cadeiras era o método d'Hondt. Porém, os partidos sub-representados na alocação de cadeiras ao nível estadual com relação ao seu percentual de votos obtidos nacionalmente tinham direito a receber um número limitado de cadeiras compensatórias. Para um partido credenciar-se a receber cadeiras compensatórias, tinha que haver recebido um número de votos pelo menos igual ao total de votos dados nacionalmente dividido pelo número de cadeiras em disputa em todos os estados. Recapitulando: as duas principais diferenças entre o sistema eleitoral venezuelano do período 1958-1988 e aquele vigente, hoje, no Brasil é a utilização de listas fechadas e de cadeiras compensatórias na Venezuela. A partir das eleições de 1993, o sistema eleitoral venezuelano tornou-se muito mais complexo e distinto do brasileiro e bem semelhante ao alemão, seu modelo inspirador. Estabeleceu-se que metade das cadeiras fixas (por oposição às compensatórias) seria disputada em distritos uninominais e pela regra de maioria simples. A outra metade seria disputada pelo sistema antigo, isto é, por meio de listas fechadas apresentadas em cada estado e com a distribuição de cadeiras regida pela fórmula D'Hondt. O eleitor passou a ter dois votos: um para as cadeiras uninominais e outro para as listas plurinominais. Por fim, manteve-se a sistemática de alocação de cadeiras compensatórias.

O objetivo primordial da reforma eleitoral era suavizar o controle férreo exercido pelas lideranças partidárias sobre a representação política, permitindo, assim, uma maior articulação de interesses locais e, conseqüentemente, uma maior aproximação entre representantes e representados. Esperava-se que o estabelecimento de distritos

uninominais teria um papel fundamental na consecução de tais objetivos porque, sendo eles bem menores que os tradicionais distritos plurinominais (os estados), facilitariam a comunicação entre eleitores e candidatos e o controle destes por aqueles. Os resultados frustaram as intenções dos advogados das reformas. Como já mencionado, a abstenção nas eleições para a Câmara aumentou enormemente de 1988 a 1998. As eleições diretas para os governos subnacionais também não reanimaram o eleitorado. Muito pelo contrário. Nas primeiras eleições para governadorias e prefeituras, em 1989, a abstenção foi de 55%; nas eleições seguintes, em 1992, a abstenção foi de 50,8%; e, nas de 1995, 53,8% (Kornblith 1996). Ademais, estudos empíricos mostraram que o comportamento legislativo dos deputados em pouco mudou depois da implementação das reformais eleitorais, máxime no que concerne à disciplina parlamentar (Crisp 1998; Kulisheck 1997).

Duas razões podem explicar a ineficácia das reformas. Em primeiro lugar, o fato de terem tido pouco tempo de vigência. Ou seja, não é de uma hora para outra que se mudariam velhas práticas políticas. Segundo, a sólida estrutura organizacional dos grandes partidos, um dos pilares da *partidocracia*, permaneceu intocada. Quer isto dizer que os líderes partidários continuaram a possuir recursos políticos suficientes para sobrestar os incentivos gerados pelas novas regras eleitorais e, portanto, para continuar a fazer valer o seu peso no processo decisório.

A ineficácia das reformas combinada com o fracasso econômico do segundo governo de Caldera (3 anos de recessão em 5 anos de mandato), entretanto, tendeu a realimentar as condições que as motivaram. Prova disto é que, nas eleições realizadas em dezembro de 1998, todas as tendências que se manifestaram em 1993 se aguçaram. Foi eleito para a presidência um militar golpista, Hugo Chávez, que, durante toda a campanha, atacou violentamente não apenas os partidos dominantes como toda a ordem política vigente, prometendo nada menos que a convocação de uma assembléia constituinte com poder para dissolver o Congresso. Ou seja, um *outsider* por excelência. Some-se a isto o fato de que a AD e COPEI chegaram ao fundo do poço em termos de cadeiras na Câmara de Deputados: 42,6%. Registre-se que, pela primeira vez na história da venezuela democrática, as duas esfinges do regime passaram a controlar menos de 50% das cadeiras Câmara. Com o declínio sem precedente de AD e COPEI e a presença de outros

três partidos com mais de 10% de cadeiras na Câmara (desta vez, eles foram o MAS, o Projeto Venezuela e o Movimento Vª República), o sistema partidário nunca se encontrou tão fragmentado como desde 1968. Por último, como era de se esperar depois de uma campanha eleitoral tão rancorosa, o novo presidente, apesar de seus partidários estarem em minoria na Câmara (tinham 37,2% das cadeiras), decidiu obviamente não formar qualquer tipo de coalizão com AD ou COPEI, mas, isto sim, optou por uma estratégia de aniquilação dos dois partidos e do sistema constitucional sob o qual vicejaram.

Em suma, os quatro fatores citados no começo da seção como responsáveis pela longevidade da democracia na Venezuela não estavam mais atuando na política do país na segunda metade década de 1990. Em primeiro lugar, a disposição para estabelecer pactos de governabilidade perdeu-se completamente em vista do altíssimo grau de confrontação existente entre os partidos tradicionais e seus opositores. Segundo, com o fim da guerra fria, as elites políticas perderam um inimigo comum que poderia forçá-las a cooperar entre si, qual seja, os partidos de extrema esquerda. Cabe lembrar que esse "cimento cooperativo" já estava fora de uso há muito tempo. Terceiro, a capacidade das elites civis de controlar os militares chegou ao seu nível mínimo com as duas tentativas de golpe de 1992 e a ascensão do coronel Chávez à presidência. Quarto, com as crescentes taxas de alienação eleitoral, ficou claro que a capacidade que tinham os partidos tradicionais de organizar, mobilizar e representar os mais diversos grupos sociais encontrava-se seriamente comprometida.

A ruptura institucional de 1999

No dia 2 de fevereiro de 1999, Hugo Chávez assumiu a presidência ainda sob as regras da Constituição de 1961, que ele tão abertamente avacalhou desde 1992 e a qual se recusou a jurar respeito no dia da posse. No dia 20 de dezembro do mesmo ano, promulgou-se uma nova Constituição. Essa mudança profunda no ordenamento constitucional da Venezuela não se fez da mesma maneira que em outros países latino-americanos ao longo das décadas de 1980 e 1990, tal qual no Brasil em 1988, na Colômbia em 1991 e na Argentina em 1994. Esses três processos de transformação constitucional ocorreram sob as

regras vigentes do jogo político, sem que estas jamais tenham sido violadas. Foram, em suma, processos de mudança pactuada entre as principais forças políticas do país. Quando a mudança constitucional se faz à margem das regras do jogo, isto é, de forma ilegal, temos o que se pode chamar de ruptura institucional. O conceito de ruptura institucional é uma generalização daquilo que WGS chamou, para o caso específico do Brasil em 1964, de violência política, isto é "…quaisquer mudanças ilegais nas regras do jogo…" (Santos 1986:32). Rupturas institucionais abarcam tanto golpes de estado, como os que ocorreram no Brasil em 1964 e no Chile em 1973, assim como a transferência ilegal de poder ao general Charles de Gaulle, na França, em 1958.

Houve realmente uma ruptura institucional na Venezuela? Nos parágrafos que seguem, procuro narrar, de forma sumária, os principais eventos políticos do ano de 1999 para mostrar que esse foi o caso, baseado nas informações fornecidas por duas conhecidas fontes de notícias inglesas, o *Keesing's Record of World Events* e o *Latin American Weekly Report*.

Durante a campanha presidencial de 1998, Chávez prometera realizar um referendo acerca da convocação de uma assembléia constituinte. Porém, o único mecanismo pelo qual reformas constitucionais poderiam ser feitas, sob a Constituição de 1961, era por meio da aprovação de emendas constitucionais por dois terços do Congresso. Em janeiro de 1999, ainda antes da posse do novo presidente, a Suprema Corte, em resposta a uma consulta de Chávez, determinou que não seria inconstitucional a realização de um referendo a respeito de se uma assembléia constituinte poderia ser convocada. Líderes parlamentares reclamaram da decisão da Corte. Chávez, antes da sua posse, ameaçou dissolver o Congresso caso este se opusesse a seu plano de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. A própria oposição, porém, reconheceu que a convocação da ANC era um processo político, não jurídico. Donald Ramírez, secretário geral do COPEI afirmou que o processo de convocação da ANC "… não é jurídico, mas político [de modo que] o jurídico não pode ser uma obstáculo à execução de uma reforma radical." *(Latin American Weekly Report*, 19/01/1999).

Às vésperas da posse, os partidos tradicionais não se posicionavam mais contra a ANC, mas, isto sim, a favor de que ela fosse convocada por meio de uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso.

Acima de tudo, o que Chávez desejava com a ANC era se livrar do Congresso dominado por AD e COPEI (Coppedge s/d). A questão que isso coloca é se a convocação da ANC por meio de um referendo foi ou não constitucional.

A decisão da Suprema Corte foi um ato político feito à margem da Constituição de 1961. Ela, a Corte, vergou-se ao intenso clamor dos que apoiavam Chávez. A decisão foi, do ponto de vista constitucional, no mínimo, tão pouco ortodoxa quanto aquela do presidente René Coty de passar a chefia do governo a de Gaulle, em 1958.

O primeiro ato de Chávez enquanto presidente foi assinar o decreto convocando um referendo a respeito da eleição da ANC. O referendo não se cingiria apenas a um sim ou não a propósito da ANC, mas também se manifestaria sobre a extensão e o termos da missão da ANC. Chávez emitiu também um ultimato ao Congresso estabelecendo o prazo de metade de fevereiro para que o Congresso fizesse também a sua própria convocação de referendo, algo nunca antes visto no período 1959-1998.

No final de fevereiro, Chávez enviou ao Congresso um projeto de lei habilitante que lhe daria poderes de emergência para governar por decreto em questões administrativas, monetárias, fiscais e setoriais. O Congresso optou por emendar o projeto, coisa que Chávez abertamente rejeitou. Além disso, o presidente ordenou que seus ministros não atendessem às convocações feitas a eles pelo Congresso para que lá fossem explicar as medidas exigidas pelo Executivo. Ao fim e ao cabo, no meio de abril de 1999, o projeto de Chávez foi inteiramente aprovado após o presidente instar partidários seus a cercar e pressionar o Congresso. Aqui não há dúvida de que se tratou de uma violação irrefutável das regras do jogo da democracia, pois não consta que, em nenhum regime digno deste nome, projetos do Executivo sejam aprovados com bases em cercos ao Poder Legislativo ordenados pelo presidente da República.

Ainda em abril, Chávez afirmou que faltava ao Congresso e à Suprema Corte legitimidade, ao que esta última respondeu com uma nota exigindo que o chefe do executivo cessasse suas atitudes desrespeitosa e hostis (*Latin American Weekly Report*, 20/04/1999). No dia 25 de abril, a pequena fatia do eleitorado que foi às urnas (apenas 37,6%) deu uma ampla vitória às propostas de Chávez (87,8%

responderam sim à pergunta 1; 81,7% responderam sim à pergunta 2).

Em maio, inicia-se o processo, por assim dizer, informal de dissolução do Congresso eleito em 1998. Quarenta e dois dos 103 deputados e senadores do Pólo Patriótico, nome da aliança dos partidários de Chávez, renunciaram às suas cadeiras parlamentares para concorrer às eleições para a ANC. Treze dos seus suplentes também renunciaram. Com a renúncia dos chavistas, aumentou o controle que a oposição tinha sobre o Congresso, ao preço, porém, de ver diminuída a sua legitimidade. A resposta do Congresso à ação dos chavistas veio com a nomeação de Rafael Pérez Perdomo para o cargo de procurador geral da República. Perdomo havia sido o advogado de defesa de Carlos Andrés Pérez, presidente contra o qual Chávez ensaiou um golpe de estado em 1992 (*Latin American Weekly Report*, 08/06/1999).

Em junho, Chávez entrou em conflito com o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e, novamente, com o Congresso. O CNE acusou formalmente o presidente de estar mais interferindo do que promovendo a eleição para a ANC ao apoiar abertamente candidatos do governo, favorecê-los com o uso de transporte público e atacar os candidatos da oposição com freqüentes ofensas pessoais como "corruptos" e "ladrões". Chávez respondeu ao CNE com a afirmação de que "Nós não estamos debatendo entre dois caminhos: não há uma terceira via. Vejo isto em preto e branco. Estamos vivendo em tempos apocalípticos na Venezuela e não há espaço para sermos brandos, para tentar estar bem com Deus e o Diabo" (*Latin American Weekly Report*, 29/06/1999).

Com o Congresso, o conflito se deu em torno da maior lista de promoções militares já feita por um presidente, 262 ao todo, com 52 promoções para o posto de general. A comissão de defesa do Senado, de maioria oposicionista, afirmou que não fazia sentido promover tantos oficiais, uma vez que não havia postos suficientes e que recusaria a promoção de 35 oficiais cujas idades já haviam ultrapassado o período de elegibilidade estabelecido pelos códigos militares. Ao que Chávez respondeu com a afirmação de que os senadores não tinham autoridade moral para agir de tal maneira (*Latin American Weekly Report*, 29/06/1999) e que pediria à ANC para dissolver o Congresso. A promoção dos 35 militares foi efetivada por Chávez a despeito da decisão do Congresso. Aqui, mais uma vez, um caso de desrespeito aberto à Constituição.

Nas eleições para a ANC, em julho, o Pólo Patriótico obteve nada

menos que 122 das 131 cadeiras em disputa. No dia 19 de agosto, a ANC aprovou um decreto criando uma comissão de emergência judicial encarregada de fazer uma reforma radical do Poder Judiciário. Uma pequena maioria da Suprema Corte votou por cooperar com a comissão. A presidente da Corte, Cecília Sosa Gómez, optou por renunciar.

No final de agosto, a ANC declarou o estado de "emergência legislativa", sob o qual estariam suspensas todas as sessões do Congresso e seria estabelecida uma comissão de investigação. Dos dias mais tarde, houve sérios conflitos de rua, no centro de Caracas, entre os partidários de Chávez e os da oposição (*Keesing's Record of World's Events*, vol. 45, Agosto de 1999). Essa crise foi mais um marco no luta entre o Congresso dominado pelos velhos partidos e ANC sob o comando das forças chavistas.

No dia 5 de setembro, alcançou-se um acordo entre a ANC e o Congresso, com a mediação da Igreja Católica, que garantiria o pleno funcionamento do Poder Legislativo até a promulgação da nova constituição, pondo fim ao conflito iniciado no final de agosto com o decreto de emergência legislativa.

No começo de novembro, todavia, revelou-se o quão vazio era o acordo de coexistência. Quando a comissão de finanças do Congresso fez retornar ao Executivo o projeto de orçamento para o ano seguinte alegando uma série de falhas que o tornavam inviável, o governo imediatamente tirou o Congresso do caminho, remetendo o projeto à ANC. Praticamente, não houve reação ao ato do governo (*Latin American Weekly Report*, 23/11/1999). A anulação do Congresso nesse episódio foi o *dénouement* final do processo de ruptura institucional.

Finalmente, a Constituição redigida pela ANC foi ratificada pelo referendo popular celebrado no dia 15 de dezembro de 1999. 71,8% dos eleitores que foram às urnas, representando apenas 44,4% do eleitorado nacional, deram sua aprovação ao texto. No dia 20 de dezembro, foi promulgada a nova Constituição. À 4 de janeiro de 2000, o Congresso bicameral, eleito em 1998, foi dissolvido. Tal qual estabelecido pela nova Constituição, a Corte Suprema foi dissolvida e substituída por um Supremo Tribunal de Justiça, cujos membros foram escolhidos pela ANC. No dia 31 de janeiro de 2000, o presidente da ANC, Luis Miquelena, foi empossado como presidente da legislatura interina, composta de 21 membros, que exerceria as funções de Poder Legislativo até as eleições gerais inicialmente marcadas para 28 de maio

de 2000, nas quais se elegeriam uma legislatura unicameral.

Ao fim de julho, foi finalmente realizada a chamada mega-eleição, na qual estavam em disputa a presidência, as 165 cadeiras da Assembléia Nacional e os 23 governos estaduais. Chávez obteve nada menos do que 59,7% dos votos, a segunda mais ampla maioria alcançada por um candidato nas 11 eleições presidenciais havidas na história do país, atrás apenas dos 74,4% de votos dados a Rómulo Gallegos em 1947. Os partidos que endossaram a candidatura de Chávez (Movimiento Vª República, MAS, Pátria Para Todos e o Partido Comunista), ficaram com 99 cadeiras parlamentares (60%). A AD foi reduzida a uma bancada de 30 deputados (18,2%) e o COPEI, a 7 (4,2%). Encerrava-se de forma patética a IVª República. Do ponto de vista estritamente constitucional, começava a Vª República.

A crise de paralisia decisória

O que leva à ruptura institucional de um regime democrático? Ou, conversamente, o que faz uma democracia ser estável? Esse é certamente um dos temas mais relevantes da ciência política nas últimas quatro ou cinco décadas. Toneladas de tinta ou de *toner* foram gastas tentando se dar uma resposta à questão. Várias teorias se propuseram a explicar o colapso ou estabilidade da democracia. Mais recentemente, Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi (2000) realizaram o mais sistemático e abrangente esforço para testar quantitativamente todas as principais hipóteses explicativas da estabilidade dos regimes democráticos, analisando dados anualizados de 141 países no período 1950-1990.

Seus principais achados são os seguintes:

(1) as democracias têm uma maior probabilidade de sobreviver nos países que já são desenvolvidos;

(2) a democracia é mais estável em sociedades com melhor distribuição de renda;

(3) a heterogeneidade social ou etno-linguística torna qualquer regime, democrático ou autoritário, mais instável;

(4) nem o protestantismo nem o islamismo tem um efeito sobre a durabilidade da democracia, porém, os regimes democráticos têm maiores chances de sobreviver em países nos quais há mais católicos (um resultado

surpreendente em vista do consenso teórico existente quanto à pouca afinidade do catolicismo com a democracia);

(5) o legado colonial tem um efeito pequeno sobre a estabilidade democrática;

(6) a história política dos regimes, seu passado de instabilidade, tem um importante papel nas chances de sobrevivência da democracia;

(7) o clima político internacional tem um impacto significativo sobre a estabilidade das democracias, isto é, quanto maior o número de países democráticos no mundo, menor a probabilidade de colapso democrático; e

(8) a democracia é menos estável sob o presidencialismo do que sob o parlamentarismo (Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi 2000:106-136).

Cabe lembrar a maneira pela qual os quatro autores (doravante, PACL) operacionalizaram a variável dependente de seus testes econométricos: se um país era ou não democrático ao final de cada ano no período 1950-1990. Ou seja, valeram-se da dicotomia democracia *versus* autoritarismo. O conceito aqui adotado de ruptura institucional é, como já mencionado, mais amplo. Um golpe militar que leva à derrubada de um regime democrático é uma ruptura institucional. Porém, uma transferência ilegal do poder, como na França em 1958, ou uma reforma constitucional por meios ilegais, como a feita na Venezuela em 1999, também constituem casos de ruptura institucional. Seria interessante refazer os testes de PACL operacionalizando-se a variável dependente a partir da noção de ruptura institucional. Um exemplo de como tal noção poderia levar a resultados diferentes daqueles encontrados por PACL é que estes classificaram a França como democrática ao final de 1958 (2000:67), favorecendo as hipóteses que afirmam ser a democracia mais estável em países desenvolvidos, com melhor distribuição de renda e sob regimes parlamentaristas.

Infelizmente, ainda não há informação disponível para que se refaçam os testes de PACL a partir da noção de ruptura institucional. Porém, temos a própria teoria desenvolvida por WGS para explicar processos de ruptura institucional. Segundo esse autor, rupturas institucionais em regimes democráticos são conseqüência de crises de paralisia decisória. A paralisia decisória, por sua vez, abre caminho para que alguns grupos procurem romper o impasse existente por meios

violentos e pela mudança ilegal das regras do jogo. A questão que se coloca, então, é: como se chega a uma situação de paralisia decisória?

A paralisia decisória decorre de processos simultâneos de dispersão de preferências, intensificação das mesmas e fragmentação dos recursos políticos, situação que estimula a formação de coalizões de veto *ad hoc*, mas que dificulta enormemente a formação de maiorias governativas estáveis. Chega-se, assim, a uma posição de equilíbrio político, a partir do qual o sistema político passa a ser caracterizado pelo impasse permanente (Santos 1986:23-36). Tradução política: a paralisia decisória é fruto do efeito conjugado do aumento de partidos, à esquerda e à direita, em oposição ao governo, da radicalização das posições ideológicas dos partidos e da diminuição do tamanho legislativo destes e do concomitante aumento do número de partidos existentes.

Sob as circunstâncias acima descrita, a cooperação se torna mais difícil porque, com a diminuição do tamanho dos partidos, mais partidos são necessários para se formar uma maioria legislativa e, simultaneamente, os partidos têm menos incentivos para cooperar por conta da radicalização de posições. Como a proliferação de partidos de oposição vem, em geral, de mãos dadas com o aumento do número de partidos, pode-se amalgamar os dois processos sob a rubrica de fragmentação. A intensificação de preferências é, no caso, sinônimo de radicalização ideológica. Em suma, segundo WGS, a paralisia decisória é produto de um processo de fragmentação *cum* radicalização.

O ganho analítico que se tem com a teoria desenvolvida por WGS é a identificação clara das condições sob as quais se dá um processo de paralisia decisória, permitindo, assim, que se façam predições precisas acerca de quando se deve observar uma ruptura institucional. Ressalte-se que nenhuma das teorias testadas por PACL especifica as condições sob as quais um regime democrático deve entrar em colapso, sendo, portanto, menos úteis para os nossos propósitos.

WGS encontrou fortes evidências de paralisia decisória no Brasil, em 1963, isto é, às vésperas do golpe: a taxa de aprovação de projetos de lei caiu para 0,07 neste ano, enquanto a mesma taxa havia atingido os valores de 0,13, 0,13, 0,15 e 0,14, em 1959, 1960, 1961 e 1962, respectivamente.

Outra evidência de paralisia decisória é a diminuição da estabilidade governamental tal qual medida pela taxa de rotatividade

dos ministros em seus cargos. A instabilidade governamental aponta, no seu extremo lógico, para a ausência de governo. Assim quanto mais instável a permanência dos ministros em seus postos, menos decisões tomam.[7] Sob a presidência de Dutra, a taxa de estabilidade ministerial foi de 0,36; sob Vargas, 0,32; sob Kubitschek, 0,38; e sob João Goulart, 0,13 (Santos 1986:121).

No que concerne à fragmentação, na legislatura de 1946-1951, o número efetivo de partidos foi de 2,7; na legislatura de 1951-1955, 4,1; na de 1955-1959, 4,6; na de 1959-1963; 4,5; e na legislatura de 1963-1964, 4,6. Ou seja, a fragmentação estava no seu nível máximo no ano que antecedeu ao golpe de 1964.[8]

Por último, WGS exibe dados que mostram que, à medida que o legislativo se fragmentava, mais cadeiras iam para os partidos de direita e esquerda e menos para os partidos de centro-esquerda e centro-direita, configurando uma situação de crescente polarização ideológica (Santos 1986:76-77).

Terá havido uma crise de paralisia decisória antes da chegada de Chávez ao poder semelhante à que ocorreu sob o governo de João Goulart?

A Tabela 3 mostra que, no período 1994-1999, nunca foi tão baixo o percentual total de projetos de lei aprovados pela Câmara de Deputados (34,8%) e que este percentual vinha declinando consistentemente desde o período 1984-1989. Também nunca foi tão baixo o percentual de aprovação de projetos de lei de autoria do Executivo como no quinqüênio 1994-1999 (37,8%). Se não houve paralisia decisória completa no período que precedeu a Chávez, é inegável que a tendência era nesta direção.

Com relação à estabilidade ministerial, a Tabela 4, porém, indica que o período 1994-1999 não foi o pior. Porém, a estabilidade atingiu o seu nível mais baixo na presidência anterior, de Carlos Andrés Pérez (0,27), presidência que está na origem da crise que levou de roldão o regime de 1958.

---

[7] A medida de estabilidade ministerial desenvolvida por WGS (1986:121) é a média de permanência dos ministros em seus cargos dividida pela duração constitucionalmente estabelecida do governo.

[8] WGS, em *Anatomia da Crise*, não usa o número efetivo de partidos para mediar a fragmentação. Porém, o indicador por ele adotado, o de fracionalização, desenvolvido por Douglas Rae, pode ser facilmente transformado no número efetivo de partidos.

Tabela 3 – Produção Legislativa na Venezuela por Período Presidencial-Legislativo (1959-1999)

Mbodlal	K¹ ab Molgbqlp ab Ibf ab >rqlof^ al Bub`rqfsl	K¹ ab Molgbqlp ab Ibf ab >rqlof^ al Bub`rqfsl >molsˆalp	" ab Molgbqlp ab Ibf ab >rqlof^ al Bub`rqfsl >molsˆalp	K¹ ab Molgbqlp ab Ibf ab >rqlof^ aˆ @Ĉ j ^oˆ	K¹ ab Molgbqlp ab Ibf ab >rqlof^ aˆ @Ĉ j ^oˆ >molsˆalp	" ab Molgbqlp ab Ibf ab >rqlof^ aˆ @Ĉ j ^oˆ >molsˆalp	" Qlqˆi ab Molgbqlp ab Ibf >molsˆalp
.626* .631	20	13	53)5	/1	.-	1.)4	4/)4
.631* .636	31	03	23)0	/5	.-	02)4	2-)-
.636* .641	50	15	24)5	15	/0	14+6	21)/
.641* .646	15	0/	33)4	/1	2	/-)5	2.)1
.646* .651	31	0/	2-)-	1.	.2	03)3	11)5
.651* .656	43	35	56)2	2.	.4	00)0	33)6
.656* .661	6-	34	41)1	44	/.	/4)0	2/)4
.661* .666	12	.4	04)5	.-3	01	0/).	00)5

Fontes: Venezuela – Câmara de Deputados (s/d) para o período 1959-1989 e dados fornecidos por Brian Crisp para o período 1989-1999.

Tabela 4 – Estabilidade Ministerial na Venezuela (1959-1999)

1959-1964	1964-1969	1969-1974	1974-1979	1979-1984	1984-1989	1989-1994	1994-1999
0,39	0,36	0,48	0,44	0,50	0,45	0,27	0,45

Fontes: *Keesing's Record of World Events* e Olmos (s/d).

No que concerne à fragmentação legislativa, a segunda seção do texto já revelou que a partir de 1989 começou a haver inequívoco aumento da fragmentação. O número efetivo de partidos da legislatura vigente entre 1994 e 1999, 4,5%, foi o segundo maior desde 1959.

Por último, no tocante à polarização ideológica, optou-se por medí-la como o percentual de votos obtidos pelos partidos de esquerda, direita,

personalistas e outros fora da tradicional clivagem esquerda-direita, tal qual classificados por Coppedge (1997). Segundo essa medida, como mostra a Tabela 5, nunca foi tão alta a polarização como em 1994-1999.

Tabela 5 – % de Votos Obtido por Partidos Extremistas, Personalistas e Outsiders na Venezuela por Período Presidencial-Legislativo (1959-1999)

1964-1969	1969-1974	1974-1979	1979-1984	1984-1989	1989-1994	1994-1999
1,7	15,8	13,8	17,0	18,8	17,6	23,3

Fontes: Landman (1995), Coppedge (1997) e Venenzuela – Consejo Supremo Electoral (1987; 1990).

É interessante notar que, no quinqüênio 1969-1974, coincidentemente também sob a presidência de Rafael Caldera, a fragmentação e a polarização também foram altas, porém, a taxa de produção legislativa não foi tão baixa quanto sob a sua segunda presidência (54,2% do total de projetos de lei foram aprovados). Aqui se verificam claramente os efeitos positivos do Pacto de Punto Fijo, que, ao comprometer os partidos *ex ante* com uma política de cooperação mútua, permitiu que estes sobrestassem o potencial de disrupção institucional de um processo de fragmentação *cum* radicalização.

Em suma, os dados revelam algumas fortes semelhanças entre as circunstâncias que presidiram o governo de João Goulart, tal qual representadas por WGS, e o segundo governo de Rafael Caldera, com ambos os casos abrindo caminho para um processo de ruptura institucional. Ainda que a ruptura institucional não tenha se dado exatamente no governo de Caldera, esta solução já se insinuara no começo do seu mandato. Logo após assumir a presidência em 1994, Caldera ameaçou dissolver o Congresso e convocar uma constituinte caso AD e COPEI ficassem no seu caminho (Crisp 2000:38). O que permitiu um mínimo de governabilidade a Caldera foi, após as ameaças que fez, ter conseguido do Congresso delegação para governar por decreto em algumas áreas de política econômica. Neste sentido, cumpre ressaltar de que muito do que Chávez fez em 1999 foi em antecipação ao que poderia ocorrer caso o processo político continuasse a ser conduzido sob as antigas regras do jogo político. A legislatura eleita em

1998, além de mais fragmentada do que a anterior, também se encontrava muito mais polarizada por conta do conflito aberto entre chavistas, que estavam em minoria, e a dupla AD-COPEI. No primeiro momento em que AD e COPEI tentaram bloquear as iniciativas de Chávez, este imediatamente recorreu a ameaças de dissolução do Congresso e à violência política.

Conclusão

O novo regime político estabelecido com a Constituição de dezembro de 1999 é uma resposta direta à crise de paralisia decisória pela qual passou a Venezuela nos anos anteriores. Reduziu-se o número efetivo de partidos políticos (em 2000, N = 3,6, enquanto que, em 1998, N = 4,7) e concentrou-se poder na presidência, dando-se a esta um mandato mais longo (6 anos) e o direito à reeleição. Obviamente, tais mudanças constitucionais não vão necessariamente levar à solução dos graves problemas econômicos que enfrenta o país, mas certamente têm dado a Chávez e seus partidários os meios para mais facilmente traduzir suas preferências em decisões governamentais.

É ainda a Venezuela uma democracia? Para alguns, como o eminente jurista venezuelano Allan Brewer-Carías, a nova Constituição foi concebida para o autoritarismo, o paternalismo estatal, o populismo e o estatismo insolvente (Brewer-Carías 2000). Para Janet Kelly, politóloga americana radicada na Venezuela, por detrás do linguajar espalhafatoso da nova Carta, esconde-se uma estratégia de Chávez de conseguir uma fórmula politicamente aceitável para executar reformas econômicas ortodoxas aceitas em toda a América Latina em um ambiente hostil a elas. Para o venezuelanista norte-americano Michael Coppedge, o que há, hoje, no país, é um conflito entre uma visão de democracia calcada na noção de soberania popular, defendida pelo chavismo, reivindicando para o seu líder um mandato amplo supostamente conferido pelo eleitorado, e uma visão de democracia liberal advogada pelos opositores de Chávez, visão que sustenta a necessidade de limites ao governo e respeito ao rol clássico de direitos para que exista realmente um regime democrático (Coppedge s/d).

Não tenho resposta para este debate. Creio que ele continuará enquanto Chávez permanecer no poder. A única coisa certa que posso

afirmar é que o processo que levou à promulgação da Constituição de dezembro de 1999 não foi democrático. O grande teste acerca do caráter democrático do novo regime se dará no dia em que Chávez perder uma eleição, seja parlamentar ou presidencial. Se aceitar passar as rédeas do poder para a oposição, então, se poderá dizer que o regime é democrático. Contudo, pelo que fez até o momento e dada a presente radicalização política no país, a possibilidade de que o faça não é alta.

Bibliografia

AMORIM NETO, Octavio. 1998. *Of Presidents, Parties, and Ministers: Cabinet Formation and Legislative Decision-Making Under Separation of Powers*. Tese de Doutorado, Universidade da Califórnia, San Diego.

AMORIM NETO, Octavio. 1999. "O Amargo Despertar Venezuelano." *Revista Inteligência* nº 6:78-87.

BREWER-CARÍAS, Allan R. 2000. "Reflexiones Críticas sobre La Constitución de Venezuela de 1999." Trabalho apresentado na Conferência "The New Venezuelan Constitution: A New Political Model for Latin America?", Washington, D.C., Georgetown University, 2-4 de fevereiro.

COPPEDGE, Michael. 1994. *Strong Parties and Lame Ducks: Presidential Partyarchy and Factionalism in Venezuela*. Stanford: Stanford University Press.

COPPEDGE, Michael. 1997. "A Classification of Latin American Political Parties." *Kellog Institute Working Paper nº 244*.

COPPEDGE, Michael. s/d. "Popular Sovereignty versus Liberal Democracy in Venezuela." *In Constructing Democratic Governance*, orgs. Jorge I. Domínguez e Michael Shifter, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, no prelo.

CAREY, John M., e Mathew S. Shugart. 1995. "Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas." *Electoral Studies* 14:417-439.

COMBELLAS Lares, Ricardo. 1985. *COPEI: Ideologia y Liderazgo*. Caracas: Editorial Ariel.

CRISP, Brian. 1998. "Variation in Legislative Entrepreneurship in Venezuela." Trabalho apresentado no encontro da Latin American Studies Association, Chicago, setembro 24-26.

CRISP, Brian. 2000. *Democratic Institutional Design: The Powers and Incentives of Venezuelan Politicians and Interest Groups*. Stanford: Stanford University Press.

KARL, Terry Lynn. 1991. "Petroleum and Political Pacts: The Transition to Democracy in Venezuela." *Latin American Research Review* 23:61-89.

KELLY, Janet. 2000. "Thoughts on the Constitution: Realignment of

Ideas about the Economy and Changes in the Political System in Venezuela." Trabalho apresentado no encontro da Latin American Studies Association, Miami, março 16-18.

KORNBLITH, Miriam. 1996. "Crisis y Transformación del Sistema Político Venezolano: Nuevas y Viejas Reglas de Juego." in *Crisis y Transformación del Sistema Político Venezolano*, org. A. Alvarez, Caracas: Instituto de Estudios Políticos, Universidad Central de Venezuela.

KORNBLITH, Miriam e Daniel H. Levine. 1995. "Venezuela: The Life and Times of the Party System." In *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*, orgs. Scott Mainwaring and Timothy R. Scully. Stanford University Press.

KULICHECK, Michael. 1997. "Electoral Laws and Politicians: The Behavioral Effects of Electoral Reform in Venezuela." Trabalho apresentado no encontro anual da American Political Science Association.

LANDMAN, Todd. 1995. "'*El Chiripero*' Wins: The Venezuelan Elections of 1993." *Electoral Studies* 14:100-104.

LEVINE, Daniel H. 1973. *Conflict and Political Change in Venezuela*. Princeton: Princeton University Press.

LIJPHART, Arend. 1976. *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*. New Haven: Yale University Press.

LIJPHART, Arend. 1999. *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six*. New Haven: Yale University Press.

MAINWARING, Scott. 1991. "Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective." *Comparative Politics* 24:21-43.

MAINWARING, Scott e Timothy R. Scully. 1995. "Introduction: Party Systems in Latin America." In *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*, orgs. Scott Mainwaring e Timothy R. Scully. Stanford: Stanford University Press.

NAVARRO, Juan Carlos. 1988. "Pactos Políticos y Estilos Decisionales: Tres Teorias Frente al Pacto de Punto Fijo y al Pacto Social." *Politeia* 12:193-220.

OLMOS, Helena. s/d. "Ministros de la Democracia." Caracas: Instituto Autonomo Biblioteca Nacional – Colección de Publicaciones Oficiales.

PRZEWORSKI, Adam, Michael Alvarez, José Antonio Cheibub e Fernando Limongi. 2000. *Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1986. *Sessenta Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Vértice.

SHUGART, Matthew S. 1992. "Leaders, Rank and File, and Constituents: Electoral Reform in Colombia and Venezuela." *Electoral Studies* 11:21-45.

SHUGART, Matthew S., e John M. Carey. 1992. *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press.

VENEZUELA – Camara de Diputados. s/d. "Registro de Materias," vols. I-III. Mimeo, Caracas: Archivo de Diputados.

VENEZUELA – Consejo Supremo Electoral. 1987. *Los Partidos Políticos Venezolanos y Sus Estadísticas Electorales, 1946-1984, 2 vols*. Caracas: Consejo Supremo Electoral – División de Estadística.

VENEZUELA – Consejo Supremo Electoral. 1990. *Elecciones 1988, 2 vols*. Caracas: Consejo Supremo Electoral – División de Estadística.

A crise da democracia venezuelana. Relações com os Estados Unidos.

*Mauro Mendes de Azeredo**

Introdução

O Presidente Carlos Andrés Pérez retornava, uma vez mais, do exterior no final do dia três de fevereiro de 1992. Motivadas por ativismo diplomático, as viagens constituíam característica importante da sua segunda administração. Desejando assumir para o seu país liderança dentro do contexto latino-americano, o presidente buscara estender bem além dos tradicionais confins caribenhos e centro-americanos a influência política da Venezuela.

O afastamento a concluir-se em breve na pista do aeroporto de Maiquetía também se assinalava por um aspecto simbólico. Desde o chamado *gran viraje*, de fevereiro de 1989, com que surpreendera os próprios eleitores, o Presidente Pérez se tornara um converso do neoliberalismo radical. Ao invés do estatismo e do terceiro-mundismo do primeiro mandato, de 1974 a 1979, nos anos dourados do *boom* petrolífero, adotara ele, diante do descalabro econômico legado pelo antecessor Jaime Lusinchi, como cartilha o chamado Consenso de Washington.

Com efeito, voltava Carlos Andrés do Seminário de Davos, o virtual centro doutrinário aberto à peregrinação dos próceres e adeptos da nova ideologia das estruturas hegemônicas. No salão de honra do aeroporto, o aguardava o General Fernando Ochoa Antich, Ministro da Defesa. A presença inconsueta do dignitário militar intrigou o Presidente.

A resposta evasiva do Ministro, intentando tranqüilizar o chefe, não dissiparia decerto o problema. A sublevação castrense, de que fora informado sem maiores precisões na véspera, se concretizou na madrugada de quatro de fevereiro. Por uma série de circunstâncias, inclusive falta de coordenação, a tentativa de golpe fracassaria.

A fortuna não abandonou Carlos Andrés Pérez naquela noite. Em duas ocasiões, escapou da morte, ao fugir da residência oficial La Casona, e, em seguida, por uma porta lateral do Palácio de Miraflores. De manhã cedo, para aglutinar apoio ao regime constitucional, fez

* Diplomata.

diversos apelos à população em transmissão televisiva.

Por sua desenvoltura e espírito de reação, assim como, e sobretudo, graças à intervenção das forças leais ao governo, o Presidente se manteve no poder. O apoio que o mandatário recebeu seria, no entanto, mais institucional do que propriamente pessoal. A opinião pública, se condenava o movimento – que atingia estabilidade democrática de três décadas – , dele compreendia os motivos. O ex-Presidente Rafael Caldera, em discurso na sessão extraordinária do Senado, soube captar o pensamento da nação:

"um golpe militar (...) deve ser censurado e condenado; contudo, seria ingênuo pensar tratar-se de um evento em que um punhado de homens ambiciosos se lançou por sua própria conta.(...) Por trás desses acontecimentos está a grave situação em que o nosso país se encontra. Se tal situação não for enfrentada, o futuro pode ainda reservar surpresas desagradáveis para todos nós".[1]

Em função da intentona, que vitimou catorze soldados, e de suas conseqüências, a sobrevida política de Carlos Andrés Pérez seria de cerca de quinze meses. A 21de maio de 1993, no quadro de um processo de *impeachment*, seria afastado da presidência por resolução unânime do Senado.[2] À vista de o que precede, não será, portanto, retórica a pergunta de como tais sucessos puderam verificar-se em um país sul-americano que desde o final dos anos cinqüenta se assinalara pela progressiva estabilidade democrática, e que chegara mesmo a formular a doutrina Betancourt, pela qual negava reconhecimento a regimes oriundos de golpes de estado?

A democracia venezuelana: de 1958 a 1989

O sucesso da democracia venezuelana se deveu a um acordo político – o chamado Pacto de Punto Fijo, assinado em outubro de 1958, porém alinhavado em janeiro, quando desmoronava a ditadura do General Pérez Jiménez. Rómulo Betancourt, o líder de Acción Democrática (AD) desejava evitar o confrontacionismo que caracterizara o *triênio* de 1945-1948, em que a democracia sucumbiu em função do antagonismo prevalente entre os principais partidos e na

[1] Apud Gott, R.,In the Shadow of the Liberator, pp. 72/73.
[2] Apud Crisp, B., Democratic Institutional Design, p.180.

sociedade venezuelana. Derrubado então o Presidente Rómulo Gallegos por um golpe de estado, retornaram os militares ao poder na Venezuela.

No contexto político venezuelano, a ascendência castrense e caudilhesca não constituiria novidade. Nesse sentido, as vinte e cinco constituições editadas até aquela data representavam o espelho da instabilidade institucional reinante.[3] As turbulências, no entanto, pertenciam mais ao século XIX; já no século XX, a tônica seria dada pelas longas ditaduras, com a do general Juan Vicente Gómez (1908-1935) à frente.

Em um Estado em que a famosa 'tenra plantinha' de Otávio Mangabeira se afigurava ainda mais efêmera e vulnerável, compreende-se a preocupação dos três principais líderes políticos signatários do Pacto[4] em criar mecanismos de entendimento consensual e de respeito por opiniões eventualmente divergentes. Coube a R. Betancourt, como vencedor das eleições, pilotar a nau no primeiro qüinqüênio, marcado por contestações armadas à direita e à esquerda, inclusive de influência castrista. Graças às lições amargas do triênio, a sua habilidade política e, *last but not least*, ao apoio majoritário da sociedade venezuelana, Betancourt lograria o que nenhum antecessor civil alcançara. Em 1964, passou a faixa presidencial ao sucessor eleito, o correligionário Raúl Leoni.

A estabilidade democrática do país, a sua bem-sucedida trajetória através de décadas, empurrou para o sótão o passado autoritário, por vezes tempestuoso, da Venezuela. Sem embargo, os mesmos instrumentos que haviam assegurado a consolidação e o êxito dessa experiência, consagrada na Constituição de 1961, ensejariam um ulterior enrijecimento institucional, traduzido na incapacidade de admitir novos atores e de adequar-se às novas condições.

Conforme enfatiza B. Crisp[5], o limitado número de eleições e a sua simultaneidade, a influência preponderante dada aos líderes partidários pelo sistema eleitoral, e o monopólio de representação concedido a um número muito limitado de grupos de interesse (Fedecamaras[6], na parte empresarial; CTV[7], no setor trabalhista)

[3] Vide M. Kornblith, Lessons of the Venezuelan Experience, p.336.
[4] R.Betancourt (AD), R.Caldera (COPEI) e J.Villalba (URD).
[5] V. aut.et op.cit., p.195.
[6] Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção.
[7] Confederação de Trabalhadores Venezuelanos.

tornaram possível canalizar a participação e evitar a polarização. Por outro lado, a ascendência do Executivo, menos em função da constituição, do que de um jogo de fatores, entre os quais o sistema eleitoral, levaram à formação de comissões consultivas mistas, em que as associações incluídas no esquema oficial tinham acesso institucional ao processo de formulação política e, *ipso facto*, a garantir-se a respectiva influência na estratégia de desenvolvimento nacional. Dessarte, dadas as realidades do poder, as instâncias dos diferentes grupos de interesse com acesso institucional se voltaram para o Primeiro Mandatário, pela sua capacidade efetiva de determinar o rumo dos investimentos e das diferentes vantagens atribuídas pelo Estado.

Outro fator que contribuíu para a estabilidade democrática foi a cooptação dos militares pelo sistema político. Como observa J. Martz,[8] "os fundadores do novo regime, eminentemente sensíveis às reações dos militares depois de terem sofrido uma década de perseguição sob a ditadura, trabalharam bastante com vistas à reorganização e revitalização da instituição". O Presidente Betancourt soube encaminhar as forças armadas para uma função ativa em defesa de constitucionalidade. A par de lhes ser garantida substancial autonomia, em suas áreas específicas de atuação, o poder civil criou uma série de condicionantes para a inserção dos militares como força não-deliberante no quadro político geral. Dentre essas, cabe notar especialmente a aprovação pelo Congresso das promoções aos mais altos postos da hierarquia militar e a rotação anual dos comandos castrenses em suas armas respectivas. Mas o remédio civilista causaria a médio prazo efeitos colaterais não previstos pelos próceres democráticos. A ratificação parlamentar das promoções militares levou ao estabelecimento de laços informais pelos interessados com os dois grandes partidos (A.D. e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente – COPEI). Por outro lado, o rodízio nos comandos, se obstaculizava o aparecimento de personalidades caudilhescas, igualmente enfraquecia a capacidade de formação de lideranças funcionais no que tange às respectivas unidades. Em suma, o alto oficialato, pelo seu acesso às principais esferas e vantagens do poder, teria prejudicada não só a ascendência sobre a oficialidade mais jovem, senão a própria aptidão de captar o nível da eventual insatisfação da tropa.

[8] V. J.Martz, Lessons of the Venezuelan Experience, pp. 34/35.

A indefinida extensão do funcionamento satisfatório dos mecanismos acima referidos de representação e consultação políticas, assim como aqueles de implicâncias castrenses, necessitava da permanência dos pressupostos que o haviam validado, aos olhos da sociedade, nas fases de consolidação democrática e da bonança petrolífera dos anos setenta.

A crise econômica, precipitada com a queda das cotações do petróleo, se tornaria manifesta para a população quando o governo Herrera Campins (COPEI), a 13 de fevereiro de 1983, se viu forçado a reconhecer que não mais poderia sustentar a paridade cambial do bolívar em relação ao dólar, até então artificialmente mantida em 4,3 Bs por US$[9]. Decerto, esse primeiro trauma não faria desaparecer da noite para o dia a chamada mentalidade do *"hay pa' todo"*[10], nem tampouco as posturas rentista e clientelista por ela alimentadas.

Embalada há tantos anos na crença dos míticos poderes do ouro negro, a sociedade persistiu aferrada à certeza de que os recursos estatais bastavam para atender a tudo. Crescia, no entanto, na população a insatisfação com a ineficiência do sistema, a sua corrupção generalizada e a própria incapacidade de adaptar-se aos novos desafios.

Malograram, contudo, as repetidas tentativas de reformar o sistema, motivadas por difusa conscientização de enfrentar a incipiente crise, tendo em vista seja o domínio pelos diretivos da A.D. e do COPEI das respectivas bancadas parlamentares - e a conseqüente falta de condições para o surgimento de novas lideranças independentes –, seja o virtual monopólio por Fedecamaras e CTV da representação patronal e laboral nas instâncias consultivas.

Os anos oitenta se caracterizaram por um progressivo desencanto do povo venezuelano com as instituições, diante da aparente incapacidade governamental de reverter a situação e debelar a crise. A queda no nível de vida, expressa pelo decréscimo do produto nacional per capita[11] e a carestia[12], contribuíu para abalar a confiança popular nos dois principais partidos e incrementar bastante a taxa de abstenção eleitoral.

---

[9] V. B.Crisp, op.cit., p.176.

[10] Apud L. Goodman et al., Lessons of the Venezuelan Experience, p. 10.

[11] US$2,937 em 1980; US$2,514 em 1990. Apud B.Crisp, op.cit., p.175.

[12] 12.4 em 1980; 100.00 em 1990 (índice de preços de consumo: 1990=100). Apud aut.et.op.cit.,p.175.

Os esforços para a reforma – de que a Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (COPRE) seria o mais importante no período – não produziram os efeitos esperados. A própria COPRE, instituída em 1984 pelo Presidente Lusinchi, a despeito de seu meritório trabalho em favor de descentralização e de modificações no sistema eleitoral, não lograria atingir resultados na escala adequada às expectativas nacionais.

Por outro lado, a corrupção, desde muito entranhada nas estruturas governamentais, iria alcançar níveis preocupantes, compondo com a ineficiência e desperdício um quadro de fundo sombrio para a legitimidade das instituições perante a opinião pública. Nesse contexto, o escândalo da comissão RECADI engolfaria a administração Lusinchi. Criada para estatuir sobre câmbios diferenciados, em função da desvalorização do bolívar, a RECADI se transformaria em um verdadeiro entreposto de favorecimentos ilegais, estimando-se que cerca de oito bilhões de dólares[13] tenham sido fraudados ao Tesouro.

O *Caracazo*

A crise econômica, agravada durante a presidência de Jaime Lusinchi (1984-1989) não impediria a reeleição para um segundo mandato do correligionário Carlos Andrés Pérez. Para a sua maioria de 53% dos sufrágios terá certamente contribuído o convencimento popular de que o CAP dos anos de bonança retornaria de alguma forma, para a felicidade da sociedade venezuelana.

A baixa nas cotações do petróleo, a par do endividamento indiscriminado e de todos os demais fatores acima aludidos, provocaram situação quase falimentar do Estado. Já em 1986, 75% da receita se destinavam ao pagamentos de juros da dívida pública.[14] Com o descalabro do final da administração Lusinchi, a situação se deterioraria ainda mais. As reservas em divisas se achavam praticamente exauridas, a inflação era de 100% e a dívida externa se aproximava de US$35 bilhões.[15]

Recém-empossado, Pérez acreditou imprescindível a implementação de um pacote de medidas neoliberais radicais, de

[13] V. B.Crisp, op.cit., p.176
[14] V. B.Crisp, op.cit., p.172.
[15] Apud J.Martz, in Lessons of the Venezuelan Experience, p.42.

conformidade com as exigências do Fundo Monetário Internacional e do governo dos Estados Unidos. A negociação de um crédito de US$4,3 bilhões junto ao FMI tinha a contrapartida, segundo a habitual receita, da implantação de brutal austeridade econômico-financeira, que se faria às expensas das classes menos favorecidas. Contava para a formulação e implantação de tais reformas, com um grupo de economistas com apreciável embasamento acadêmico, mas reduzida experiência política. As medidas – apropriadamente chamadas de *gran viraje*, pela drástica mudança nos paradigmas até então defendidos por Carlos Andrés – foram lançadas como é costume de supetão.

Dentro da consueta estratégia de choque, foram unificadas a catorze de fevereiro todas as taxas de câmbio, passando o bolívar a flutuar livremente (o que implicou em quase imediata depreciação de 170%). Revogou-se o tabelamento da maior parte dos artigos, inclusive com substancial aumento nos preços da gasolina e das passagens de transporte urbano e a supressão de subsídios para gêneros alimentícios. Aboliu-se a fixação das taxas de juro, que se elevaram de 13% para 35%.[16]

Após o anúncio das disposições, o Presidente delegou a seus principais auxiliares o acompanhamento e explicitação das novas determinações. Embora agisse consoante as próprias características, faltou a Carlos Andrés nessa ocasião o tino político que aconselhava a não perder o controle de um processo eivado de perigos. Com efeito, a obediência às draconianas prescrições dos prestamistas internacionais seria feita sempre sob a premissa de que os riscos – e eventuais vicissitudes – incumbiam aos mutuários governantes.

O estopim dos protestos populares resultou do aumento de cem por cento no preço da gasolina. A despeito de recomendações de que as companhias de ônibus escalonassem o incremento nas passagens, muitos dos proprietários das empresas de transporte resolveram já a partir da segunda-feira, 27 de fevereiro, aplicar de uma vez o reajuste integral. As primeiras tropelias aconteceram de manhã, bem cedo, no horário da ida para o trabalho. Coletivos foram virados e incendiados, mas a explosão popular iria muito além. Em breve, a arruaça se generalizava, com o início dos saques e destruição de lojas e supermercados. Bandos de jovens dos subúrbios invadiram o centro

[16] Sobre o pacote, V. B.Crisp, op.cit., p.182 e J.Martz, op.cit., pp.42/43.

comercial de Caracas e os bairros residenciais elegantes. Diante da inação da polícia e da guarda nacional, os distúrbios e saqueios atravessaram a noite e entraram no dia seguinte.

Diante da magnitude da reação – que se estendeu às principais cidades do país – o Presidente Pérez decretou a 28 o estado de emergência, com a suspensão das liberdades civis. O exército, chamado a intervir, impôs o toque de recolher. A repressão foi brutal, tanto pela gravidade do conflito, quanto pela inexperiência das tropas em lidar com esse tipo de perturbação. Segundo a estatística oficial, houve 372 vítimas fatais. Todavia, como sói acontecer em tais cômputos, o número de mortes terá sido muito superior, chegando a mais de dois mil, e somente na capital.[17]

De acordo com o professor Heinz Sonntag, citado por R. Gott, tal repressão foi entendida como "uma advertência para os pobres, de modo que eles não reincidissem". Na verdade, os eventos aturdiram governo e opinião pública venezuelana. Desde o começo da década de sessenta, nada existira de comparável. Depois do choque de 1983, com a desvalorização do bolívar e a crise econômica, a sociedade presenciava autêntica rebelião espontânea, sem líderes, alimentada pela indignação das classes populares com as condições de vida, não obstante o manancial petrolífero.

Não se limita às camadas mais pobres esta perplexidade diante da incapacidade da elite dominante em fazer com que a considerável riqueza natural redunde em melhor qualidade existencial para a população. O escritor Arturo Uslar Pietri, uma das personalidades mais respeitadas em seu país, recentemente falecido, expressou a própria incompreensão em face deste aparente absurdo:

"A venda de hidrocarbonetos rendeu para o Estado, entre 1976 e 1995, cerca de 270 bilhões de dólares. A título de comparação, o plano Marshall que, após a segunda guerra mundial, permitiu a reconstrução da Europa Ocidental, representava uma ajuda total de treze bilhões de dólares. Um pequeno país como a Venezuela recebeu, portanto, na qualidade de rendimentos petrolíferos, uma soma global equivalente a vinte planos Marshall... Esta cifra astronômica não permitiu, todavia, dotar o país com infra-estruturas mínimas, nem reduzir as escandalosas desigualdades sociais..."[18]

---

[17] Sobre o *Caracazo*, V. R.Gott, In the Shadow of the Liberator, pp.44/46, passim.
[18] V. A. Uslar Pietri, 'Le Venezuela au seuil d'un grand changement', in Le Monde Diplomatique, dezembro de 1998.

A questão, entretanto, está longe de ser pacífica. N. Bailey[19] nos fala sobre a 'maldição do petróleo'. Consoante a tese, a descoberta de petróleo em países em estágio intermediário de desenvolvimento tem sido "extremamente destrutiva", como o indicariam os exemplos de Nigéria, Indonésia e Venezuela. Dentre os efeitos da 'maldição' alinhados por Bailey, urbanização artificial e abandono da zona rural, gigantismo, desperdício e corrupção, e erosão da ética do trabalho.

Não há negar que se instaurou na Venezuela com a visão do *hay pa' todo*, uma atitude rentista e clientelista, em que a distribuição dos recursos se procedia sem planejamento consistente, com a precípua preocupação imediatista de satisfazer aos reclamos do Estado e de seus principais estamentos, assim como das forças empresariais e laborais, representadas por Fedecamaras e CTV. Contudo, se afigura pelo menos discutível que a descoberta do petróleo haja deparado com economia em estágio intermédio de desenvolvimento. Nos anos vinte, sob a férula do General Juan Vicente Gómez, a economia venezuelana era preponderantemente agrícola, uma vasta fazenda tratada como tal por *el benemérito*.

A morte política de C. A. Pérez

No contexto de tranqüilidade social que caracterizara até então o regime democrático venezuelano, a irrupção do Caracazo implicava em nota dissonante, que contrariava toda uma experiência de três décadas. Dominada a rebelião, reimposta a ordem, o tempo cuidou de arrefecer os temores das elites e as inquietações dos políticos. Daí, como assinala J. Martz[20], os distúrbios de fevereiro de 1989 acabaram por serem considerados pelo *establishment* oficial como uma aberração.

O próprio Presidente deu o exemplo para que o *monitum* fosse esquecido pelo oficialismo. A política neoliberal continuou a ser implementada. A decorrente melhoria macro-econômica (incremento do PNB, declínio da inflação, aumento das reservas em divisas, saldo na balança comercial) não teve maior repercussão nas condições de vida do cidadão comum (crescimento do desemprego e do subemprego, empobrecimento do povo, etc.). Em conseqüência, o êxito tecnocrático

[19] V. N.Bailey, in Lessons of the Venezuelan Experience, p.389.
[20] V. J.Martz, op.cit., p. 43.

não se refletiu na curva de popularidade governamental, que continuou muito baixa.

Pérez se encastelou em postura de negação do dissenso. Para tanto, emulando o avestruz, determinou a cessação do comissionamento pelo governo das pesquisas de opinião. A par disso, em complemento a essa atitude de fuga, embalou-se em protagonismo diplomático, reivindicando através de constantes viagens ao exterior, calçadas em pretextos diversos, uma posição de estadista latino-americano. Olvidava-se de preceitos elementares na cartilha do diplomata. Com efeito, se a política externa é produto da realidade interna do país, os seus alicerces não hão de ser nem as pretensões personalistas, nem as areias de uma situação instável.

Tal alienação política culminaria a quatro de fevereiro de 1992, com o movimento dos oficiais bolivarianos. Nessa oportunidade, Carlos Andrés conseguiu mais uma vitória de Pirro. Se a tentativa de golpe foi repudiada pela opinião pública, as motivações dos conjurados eram partilhadas por largos segmentos, que igualmente condenavam a prevalente corrupção e a incapacidade das instituições de responderem aos novos desafios.

Assim, a população dissociava o procedimento adotado, contrário à prática constitucional arraigada, dos seus agentes, reconhecidos como bem-intencionados. Nesse particular, logo sobressaíu a figura carismática do chefe, o tenente-coronel Hugo Chávez. Na breve intervenção televisiva, em que apelaria a que depusessem as armas os regimentos de Aragua e Valencia, Chávez faria duas asserções que causariam impacto. Após afirmar que *por ahora* os objetivos fixados não haviam sido alcançados, não trepidou em assumir a responsabilidade do movimento, atitude inaudita na Venezuela. Como refere R. Gott, ninguém ouvira até então um político pedir desculpas por alguma coisa errada. Não podia deixar de impressionar que um oficial não hesitasse em declarar-se o responsável por um intento malogrado.

A despeito do apoio institucional, expresso pela entrada de dois membros do COPEI no ministério, e da lealdade do general Ochoa Antich, o governo de Carlos Andrés Pérez tivera a sua morte anunciada pela sublevação militar de 4 de fevereiro. Pérez empenharia toda a sua longa experiência na tentativa de preservar o respectivo mandato, mas os esforços seriam baldados. Perdera a credibilidade não só ao promulgar

um pacote de medidas que contraditava as suas profissões do passado, senão ao menosprezar os eleitores que acreditavam estar votando no CAP de 1973. Por isso, em um processo inelutável, ele terminou por ser identificado, no ideário popular, com as fontes de seu próprio descontentamento. Transformado em estorvo, não surpreende que outros políticos hajam buscado meios legais para consumar a sua derrubada.[21]

De fevereiro de 1992 a maio de 1993, a sobrevida presidencial de Pérez seria pontilhada por vãos projetos de reforma, logo descartados, pela humilhação de negadas licenças a viagens do peripatético mandatário, por uma segunda tentativa de golpe, inda mais cruenta do que o anterior[22], pela fragosa derrota de A.D. e COPEI nas eleições de governadores e prefeitos de dezembro de 1992, pelo crescente clamor por sua renúncia, afinal transmutado no instrumento do *impeachment*, com a chancela da Suprema Corte, e a geral aprovação das forças políticas, inclusive dos seus antigos correligionários da Ação Democrática.

O restante do mandato de C.A. Pérez – cerca de oito meses – foi exercido pelo Presidente interino Ramón J. Velásquez, escolhido pelo Congresso.

A 2ª presidência de Rafael Caldera

Rafael Caldera, concorrendo como candidato de aliança de pequenos partidos, foi eleito em dezembro de 1993, com 30% dos sufrágios. O restante da votação ficou dividido entre os candidatos de A.D., COPEI e Causa R., cada um com cerca de vinte por cento do total.

Apesar de fundador do COPEI, Caldera se afastara de seu partido, o que decerto não lhe terá prejudicado. Segundo o consenso geral, a sua eleição se devera em grande parte ao discurso que pronunciara no Senado, quando da tentativa de golpe militar de 4 de fevereiro.[23]

A rejeição dos dois principais partidos pela população igualmente se refletiu no acentuado decréscimo de suas bancadas parlamentares.

[21] V. B.Crisp, Democratic Institutional Design, p. 179.

[22] A 27 de novembro de 1992 se verificou a tentativa de golpe do Almirante Hernán Grüber. Com 170 vítimas fatais, houve bombardeio aéreo do Palácio de Miraflores, e combates em Caracas e Maracay. Mais uma vez, o Pres. Pérez veio à televisão para anunciar que a sublevação fora debelada. V. R.Gott, pp.74/79.

[23] V. p. 1, *in fine*.

Cresceram, ao invés, representações de esquerda não identificadas com o regime, como a Convergência, de Caldera (que incluía o Movimento para o Socialismo-MAS) e a Causa R., partido de origem trabalhista.

Conquanto não dispusesse de maioria no Congresso, por uma conjunção de fatores institucionais a que alude B. Crisp[24], não foi difícil ao Presidente obter do poder legislativo o necessário apoio em termos de governabilidade. Na primeira metade do mandato, Caldera e o seu Ministro do Planejamento, Teodoro Petkoff seguiram linha intervencionista na economia, em contraposição ao neoliberalismo de Pérez. Sustadas as privatizações, restabeleceu-se o controle de preços de gêneros de primeira necessidade. Nesse período, aconteceu grave crise bancária, com o fechamento de alguns bancos e a intervenção governamental em outros. Em função, entre outros, dos dispêndios extraordinários para garantir a permanência em atividade daqueles estabelecimentos julgados sanáveis, não puderam ser evitados déficits consideráveis no orçamento.

Transcorridos cerca de dois anos e meio, diante da continuada deterioração da economia, Caldera teve de conformar-se com ritual já do sobejo conhecimento de tantos chefes de governo do Terceiro Mundo. Em meados de 1996, bateria à porta do FMI e, por conseguinte, significaria a própria concordância com as exigências das estruturas hegemônicas, de que o Fundo é válido instrumento.[25] O Ministro Petkoff, apesar da radical alteração de rota, continuou no governo, agora empenhado na implementação da ortodoxia neoliberal.

Os ires e vires da administração Caldera em termos econômicos espelham realidade mais ampla. A percepção da crise não era suficientemente aguda para que se alcançasse um consenso societal no sentido de implantar as reformas indispensáveis. Dentro do paradigma[26] instituído pela constituição de 1961, setores importantes porém minoritários no quadro geral dispunham de um veto informal contra políticas que supostamente ameaçassem os seus interesses básicos. Levando a preocupação do consenso a tais limites, a sociedade em geral ficava refém de visões corporativas. O mecanismo, criado para superar os traumas do *triênio*, evitando assim o recurso a meios extralegais

[24] V. B. Crisp, op.cit., cap.9.
[25] V. S. P. Guimarães, Quinhentos Anos de Periferia, cap. 3.
[26] No sentido atribuído por T.S.Kuhn, The Structure of Scientific Revolutions.

e confrontacionistas, ora se transformava no principal empecilho à consecução do mesmo objetivo visado pelos próceres – a paz social.

De qualquer forma, em meio ao processo revolucionário e à manifesta inadequação do sistema institucional de 1961 diante da crise, o povo venezuelano fora buscar, dentre os líderes de um passado de estabilidade e relativa afluência, o respeitado Rafael Caldera. Esgotara-se, contudo, o crédito de confiança concedido ao antigo regime, se bem que na pessoa de representante que se afastara das desmoralizadas estruturas partidárias.

Talvez pela idade, talvez pela própria formação – afinal foi na sua residência de Punto Fijo[27] que se assinara o pacto fundador da democracia venezuelana – , Caldera não logrou dar seqüência às próprias intuições quanto à gravidade da crise. Se soubera, desde a primeira hora, reconhecer na mensagem dos sublevados de 4 de fevereiro o espelho da revolta popular, não conseguiu quebrar a força inercial do sistema.

Relações com os Estados Unidos (1)

Dada a reduzida importância geopolítica da Venezuela no século XIX, as relações da potência hegemônica com o seu distante vizinho hemisférico podem ser caracterizadas pela constante preocupação com a cobrança de títulos vencidos. Já em 1849, o Presidente Zachary Taylor mencionava o problema, em sua mensagem anual ao Congresso. Inadimplente, o governo da Venezuela vivia sob o temor da intervenção.

O respeito que os representantes estadunidenses tinham pelo país pode ser epitomizado nas palavras do recém-chegado (em 1867) Ministro Thomas Stilwell:

"Seu Presidente, seu gabinete, as principais autoridades (...) são piores do que assaltantes, apossando-se das rendas do governo para seu próprio uso".

Para resolver a questão, Stilwell propôs a anexação aos Estados Unidos (então um procedimento em voga). O Presidente Grant preferiu a alternativa do controle direto das mesas aduaneiras venezuelanas. No entanto, o diligente chefe da legação americana não pôde levar avante o projeto, porque Caracas retomou os pagamentos dos juros da dívida. Através dessas prestações, embora os credores não tivessem a

[27] Apud B.Crisp. op.cit., p. 25.

total satisfação, se afastava a ameaça da intervenção.[28]

O diferendo com a Grã-Bretanha por causa da delimitação da fronteira com a Guiana se iniciara em 1841, com uma nota de Caracas de protesto. O contencioso se arrastou até 1876, quando foi reavivado pela Venezuela. Escalando as próprias reivindicações, a chancelaria venezuelana estendia as suas pretensões a cerca de dois terços do território atual da Guiana, com toda a área a oeste do rio Essequibo.

Acreditando fortalecer a sua causa, Caracas solicitou os bons ofícios dos Estados Unidos. Para tanto, a nota da legação em Washington se fundava quase explicitamente na Doutrina Monroe. Por uma série de contingências, o assentimento americano somente se concretizaria no segundo mandato do Presidente Grover Cleveland (1893-97).

Após diversas peripécias, relatadas em detalhe por L. Schoultz, o Presidente Cleveland e o Primeiro Ministro Lord Salisbury, de parte de Sua Majestade Britânica, por meio do Secretário de Estado Richard Olney e do Embaixador Julian Pauncefote, respectivamente, aprovaram "Projeto de Tratado entre a Venezuela e a Grã-Bretanha para solução da questão fronteiriça venezuelana, como acordado entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos".

O próprio título do Tratado já indicava a inferioridade da situação da Venezuela, tutelada à sua revelia pelos Estados Unidos. Os representantes da comissão arbitral se comporia de dois designados por Londres, dois por Washington, e um quinto por consenso mútuo, ou por indicação do Rei da Suécia e Noruega.

Compreende-se a dificuldade experimentada pelo governo do general Joaquin Crespo em aceitar a imposição, máxime pela exclusão de provas históricas para determinar o direito à posse do território em litígio. A fraqueza política da Venezuela a forçou a contentar-se com pequena modificação ao acordo de novembro de 1896. No que corresponderia a um protocolo ao Tratado anterior, o Embaixador Pauncefote e o Ministro José Andrade estipularam que a Venezuela podia indicar o Presidente da Corte Suprema dos Estados Unidos, como seu comissário.

Reunidos em Paris em 1899, a decisão unânime dos comissários arbitrais foi desfavorável à Venezuela, com a exceção da adjudicação

[28] V. L.Schoultz, Beneath the United States, p.177 et sq., passim.

da margem sul do delta do rio Orinoco. Para os Estados Unidos, consoante Cleveland aduziria mais tarde, desde que a Grã-Bretanha deixara de questionar a validade da Doutrina Monroe, o restante em discussão seria considerado de interesse menor.[29]

Atravessava então a Venezuela um período de grande instabilidade política. Também em 1899 assumira o poder, pela costumeira via revolucionária, o General Cipriano Castro. Em um contexto conturbado, onde às crescentes inversões estrangeiras se contrapunham ameaças de intervenção, o Presidente Castro, fundado na doutrina Calvo, insistia na necessidade de que os investidores europeus e estadunidenses recorressem não aos canais diplomáticos, mas às instâncias judiciais venezuelanas para terem as suas pretensões ajuizadas e eventualmente ressarcidas.

Em pleno apogeu da chamada diplomacia das canhoneiras, compreende-se que tal posição causasse irritação nas autoridades americanas e no próprio Presidente Theodore Roosevelt. Assim, em 1902, durante nova crise, provocada por reclamações de potências européias, a Venezuela recebeu ponderável ajuda. O Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luis Drago, em complemento à doutrina Calvo, aduzia, em longo memorandum, que a recuperação de empréstimos por métodos militares pressupunha a ocupação territorial. Esse procedimento, além de ser contrário ao princípio da igualdade soberana, desde muito apoiado pelos Estados Unidos, violava a doutrina Monroe.

A argumentação de Drago trouxe desconcerto às autoridades do *State Department*, segundo a qual pudesse haver um conflito entre intervenção para forçar pagamento de obrigações e o alto princípio da política exterior americana para o Continente, a doutrina Monroe. Depois de hesitação de quatro meses, o Secretário de Estado John Hay respondeu à nota argentina citando frase da mensagem de 1901 do Presidente Roosevelt ao Congresso: "Nós não garantimos nenhum Estado contra punição se por acaso agir de forma faltosa."

Após permitir o bloqueio naval dos portos venezuelanos por couraçados de Alemanha, Itália e Grã-Bretanha, o governo de Washington reconsiderou a sua posição. Ao final, o general Cipriano Castro e as três potências européias acordaram em submeter a questão

[29] V. L.Schoultz, op.cit., pp.122/3, passim.

do pagamento preferencial das dívidas à arbitragem pela Corte Internacional de Justiça da Haia.

Em fevereiro de 1904, a Corte da Haia concedeu direito preferencial a pagamento às potências empenhadas no bloqueio. Não só Castro perdia a causa, mas também a administração Roosevelt que temia agora uma corrida de parte dos países europeus para participar de futuros bloqueios navais e, dessarte, assegurar direitos iguais no ressarcimento das dívidas. Daí nasceu o chamado corolário Roosevelt da doutrina Monroe. "Se a intervenção se fizesse necessária, no hemifério Ocidental os Estados Unidos não poderiam ignorar tal dever.".

Assinale-se que, em função da sentença da Corte Internacional de Justiça, Alemanha, Itália e Grã-Bretanha receberiam o pagamento total de suas exigências em 1907, enquanto os demais investidores de países não-participantes do bloqueio seriam indenizados em 1912.[30]

A belicosidade de Roosevelt foi um tanto refreada por seu novo Secretário de Estado, Elihu Root, que assumiria em meados de 1905. Ao invés de apresentar um ultimatum ao general Castro, como lhe determinara o Presidente, mandou preparar declaração pormenorizada das reclamações estadunidenses e uma solicitação de pagamento. Esse documento foi somente enviado em fevereiro de 1907.

Root se tornaria o primeiro Secretário de Estado em atividade a visitar a América do Sul. Iniciada com a sua participação na Terceira Conferência Internacional de Estados Americanos, no Rio de Janeiro, em meados de 1906, a viagem prosseguiria com a circunavegação do Continente. O périplo reforçaria a atitude de Root em dividir as relações interamericanas em duas categorias: as nações estáveis e progressistas do sul da América do Sul e o México, de uma parte, e os turbulentos países da região caribenha. Obviamente, a Venezuela se inseria na segunda classe de Estados.

O papel moderador do Secretário Root junto ao Presidente Roosevelt se deve sobretudo à sensibilidade política. Com efeito, a aventura imperialista não possuía mais a popularidade de antes. As operações nas Filipinas, Panamá, República Dominicana e Venezuela deixariam um legado de pesados custos, suspeitas de irregularidades e mesmo corrupção.

A resposta negativa do Presidente Castro, em princípios de 1908, a dar seguimento à nota americana com a relação das dívidas pendentes

[30] Para este segundo incidente, V. L.Schoultz, op.cit., pp. 179/185, passim.

– que no seu entender deveria ser ajuizada pelos tribunais venezuelanos – daria oportunidade a Root de fazer valer a sua postura não-favorável ao intervencionismo. Depois de um trabalho de três meses para demover Roosevelt da decisão de enviar uma esquadra e se apossar das mesas aduaneiras, logrou convencê-lo em junho de 1908 a romper relações diplomáticas. Fundamentou a sua atitude contrária à intervenção na Venezuela "diante da nova situação em que o povo estadunidense não mais apoiaria a administração se declarasse guerra ou se pedisse autorização para declará-la."

O governo Castro, reputado um dos mais corruptos da história do país, chegaria ao fim ainda em 1908, quando o general-presidente teve de ausentar-se – temporariamente, segundo acreditava – para tratamento de saúde. Assumiu o poder o seu lugar-tenente, o general Juan Vicente Gómez, que tão só por determinação das Parcas interromperia em 1935 o férreo e incontrastado domínio sobre a Venezuela.

Root se valeria da mudança da guarda em Caracas para enviar representante especial (acompanhado por vários navios de guerra) para negociar acordo com as novas autoridades. Em correspondência particular, reconhecia a própria satisfação em encaminhar o assunto para solução arbitral, visto que "uma das mais difíceis coisas que tivera de fazer no *State Department* fora enfrentar a pressão no sentido de atropelar (*bulldoze*) a Venezuela".[31]

A imagem da Venezuela para as autoridades de Washington, associada a um país atrasado, predominantemente agrícola, politicamente turbulento, e amiúde envolvido com cobranças de credores internacionais, essa imagem sofreria a partir dos anos vinte mudanças substanciais, menos pela ação da ditadura do general Gómez do que por outro fator interveniente. Tal se deveria à descoberta de petróleo em grandes quantidades, a ponto de a Venezuela tornar-se o segundo produtor mundial em 1928. A explotação das imensas reservas foi dominada por companhias americanas. Dada a magnitude dos interesses em jogo, a elas incumbiria, outrossim, influência preponderante no trato, sob o prisma estadunidense, das relações entre os dois países.

Consoante modelo a que não são estranhos muitos ditadores latino-americanos, à dureza evidenciada por *el benemérito*, no que tange

[31] Apud. L.Schoultz, op.cit., p. 190.

a seus conacionais, corresponderia grande generosidade quanto às empresas estrangeiras. Dentro de política de portas abertas para o capitalismo internacional, permitiu Gómez que grande parte da riqueza em hidrocarbonetos da nação venezuelana fosse para os cofres das companhias, notadamente americanas. No contexto da questionável abertura, cabiam ao erário 11% dos lucros totais, mais taxas e as despesas de operação.[32]

Os presidentes militares que o sucederam – López Contreras (1936-41) e Medina Angarita (1941-45) – adotaram política um pouco mais voltada para os interesses nacionais. O general López, sob o slogan "semear o petróleo", empregou os rendimentos petrolíferos na construção de estradas, melhoria no abastecimento de água potável, e eletrificação de inúmeras cidades e povoados. Também por sua iniciativa, encetou-se programa de saneamento que reduziria drasticamente a incidência da malária, então o principal flagelo do país.

Por ele designado como sucessor, assumiu a presidência o Coronel Isaías Medina Angarita. No quadro do conflito mundial, Medina Angarita conseguiu substancial aumento na participação do Tesouro nos rendimentos petrolíferos. Doravante, entre *royalties* e impostos, a parcela venezuelana passou a 50% do total dos lucros obtidos pelas companhias.

Nos termos da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, em 31 de dezembro de 1941 Caracas romperia relações diplomáticas com as potências do Eixo. Somente em 1945, no entanto, haveria a declaração formal de guerra, de modo a permitir o ingresso da Venezuela, como membro fundador, na novel Organização das Nações Unidas.

Ainda em 1945, os ventos democráticos que então sopravam no Continente, em função da vitória dos Aliados, varreram o caudilho Medina Angarita, deposto por um movimento civil-militar. Seguiu-se o famoso triênio, com a preponderância da A.D. de Rómulo Betancourt e Rómulo Gallegos. Ao contrário da Guatemala, onde a revolução democrática de Juan José Arévalo e do coronel Jacobo Arbenz seria antagonizada pelos Estados Unidos, por causa do apoio quase incondicional do *State Department* às posições da *United Fruit*[33], na Venezuela o potencial de eventuais atritos se afigurava bastante menor,

[32] V. Encyclopædia Britannica,vol.22,1973, p.958 et sq.

em virtude do recente acordo entre o Estado e as companhias no que concerne aos rendimentos petrolíferos.

Em 1948, encerrou-se o breve interregno pela derrubada do Presidente Rómulo Gallegos por mais um *pronunciamiento*. O coronel Marcos Pérez Jiménez não tardaria em assumir todo o poder, desvencilhando-se dos outros membros da junta militar. Iniciava-se então o regime ditatorial e corrupto de Pérez Jiménez, que somente terminaria em janeiro de 1958.

Não há notícias nesse período de desavenças com os Estados Unidos. O ditador seria em 1953 agraciado por Washington com a medalha da Legião do Mérito. O próprio *State Department* afiançava que há muitos anos as relações com a Venezuela não se achavam em estado tão promissor.[34] A boa vontade dos homens fortes do hemisfério em atender aos projetos do poder hegemônico constituíra fator importante para justificar o apoio estadunidense a regimes autoritários no Continente, como Odría, no Peru, Pérez Jiménez na Venezuela, e tantos outros.[35]

Na Conferência de Caracas, em março de 1954, às vésperas da queda orquestrada do regime progressista na Guatemala, o Secretário de Estado Foster Dulles obteria a caução jurídica para a operação desestabilizadora já em curso. A resolução alcançaria dezessete votos a favor dos chanceleres latino-americanos, em um total que excedia de muito o núcleo das prestimosas ditaduras, dentre as quais se assinalava o governo de Pérez Jimenez. O único voto negativo, para desconforto da América Latina, foi o da Guatemala, com as abstenções de Argentina e México.[36]

Incentivado por John Foster Dulles, o Vice-Presidente Richard Nixon realizou viagem à América do Sul. Já no caminho de volta, Nixon chegou a Caracas, em maio de 1958. O contra-almirante Wolfgang Larrazábal, o líder do movimento que derrubara Pérez Jimenez, era o presidente interino. Recebido com vaias no aeroporto, o comboio de carros foi detido por uma multidão, ao dirigir-se para a sepultura de

[33] A *United Fruit* desejava manter as ruinosas concessões (para a economia da Guatemala), que obtivera do general Jorge Ubico, presidente de 1931 a 1944.
[34] V. L.Schoultz, op.cit., p.348.
[35] V. M.Azeredo, Visão Americana da Política Internacional de 1945 até Hoje, in 'Estados Unidos-Visões Brasileiras', p.154.
[36] V. P.Gleijeses, Shattered Hope, p. 274 et sq.

Bolívar. Por catorze minutos, o Vice-Presidente e a esposa ficaram a mercê dos manifestantes. Os vidros das janelas das limusines foram quebrados e os populares despejaram a sua raiva contra os Estados Unidos em cuspes no visitante.

As cenas das tropelias de Caracas correriam o mundo. Com a ênfase e o impacto que relatórios e despachos oficiais não poderiam ambicionar, não haveria melhor reflexo do sentimento do povo diante do *benign neglect* de Washington e de sua política de apoio às ditaduras. O incidente expunha a dicotomia existente na América Latina entre um oficialismo em geral pró-americano e a atitude crítica, senão hostil, das massas.

Durante o governo Betancourt, foi criada em 1960 a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com ativa participação venezuelana. Segundo N. Bailey, "a formação da OPEP, de que amiúde se culpa (sic) a Venezuela, somente ocorreu depois que a sugestão do Ministro do Petróleo Juan Pablo Pérez Alfonzo de uma comunidade energética norte-americana fosse ignorada pelos Estados Unidos".[37]

Apesar de 68% das exportações venezuelanas de petróleo se destinem aos Estados Unidos (correspondendo a 15% das importações americanas do produto)[38] existiria aparente recusa estadunidense em reconhecer a Venezuela como fornecedor estável de hidrocarbonetos.[39] Assertiva similar é feita por N. Bailey, no que tange a não-concessão por Washington a Caracas de preferências nesse campo, em contrapartida a tratamento atribuído a México e Canadá.

Outra iniciativa de Betancourt que teria repercussões no futuro foi a reabertura em 1962 do contencioso com a Guiana. Reivindicou-se o território da colônia até o Essequibo, tendo sido a questão colocada perante as Nações Unidas. Denegou-se validade ao laudo arbitral de 1899, sob a justificativa de que a Venezuela não participara das discussões (conquanto tenha sido representada, por sua indicação, pelo Presidente da Corte Suprema dos Estados Unidos).[40]

Mais adiante, o Presidente Rafael Caldera denunciou em 1971 o

[37] V.N.Bailey, Venezuela and the United States, in Lessons of the Venezuelan Experience, p.390.
[38] V.N.Bailey, loc.et op.cit.,p.390
[39] V.A.Serbín, A New Approach to the World, in Lessons of the Venezuelan Experience, p.376.
[40] V. Encyclopædia Britannica,vol.22,1973,p.960.

Tratado de Comércio Bilateral com os EUA, de 1939, e que prejudicara, pela redução das tarifas de muitos itens produzidos localmente, o desenvolvimento industrial venezuelano.

Assim como a partir da segunda década do século XX, se terá considerado conveniente conceder prioridade, no quadro das relações bilaterais, aos interesses das companhias petrolíferas americanas, um exame desse relacionamento nos últimos decênios mostrará a continuada importância do petróleo, a moderação dos sucessivos governos em Caracas com respeito à OPEP, e o relativo *low profile* dessas administrações em termos de política externa[41]. Tudo isso contribui para esboçar um quadro sem tintas fortes, povoado por questões menores, capazes de animar a *Casa Amarilla* e o *State Department*, mas sem condições de abalar a tranqüilidade das relações de Caracas com Washington, marcadas até o advento de Hugo Chávez pela discrição e o desejo de composição.

Hugo Chávez, revolucionário

"Hugo Chávez não saiu do nada". A afirmação de R. Gott[42] quer apresentá-lo como herdeiro das tradições revolucionárias da esquerda venezuelana. No entanto, como a própria leitura do livro do escritor inglês evidencia, o personagem se afigura muito mais complexo em sua formação.

Ao entrar, por primeira vez, nas casas do público venezuelano, naquele dia para ele aziago, com a atitude sobranceira do chefe que se arroga a responsabilidade por movimento derrotado, Chávez mantinha a confiança no futuro, por mais incerto que então se delineasse.

Se os traços do tenente-coronel não admitem dúvidas sobre o sangue indígena a correr-lhe nas veias, a índole contestatária de antepassados seus continuaria por ora enterrada como um segredo de família.

No simbolismo que a visão retroativa da crônica pode permitir-se, o subtenente Hugo Chávez recebeu das mãos do Presidente Carlos Andrés Pérez a espada que no futuro distante se voltaria contra o poder que jurara defender.

---

[41] O ativismo diplomático do segundo governo C. A. Pérez semelha ser a exceção que confirma a regra, eis que a sua presença notadamente caribenha e centro-americana não contestava posições estadunidenses.

[42] V. R. Gott, In the Shadow of the Liberator, p. 31.

A sua trajetória castrense, em especial no seu avesso conspirativo, manifesta bastante cedo a marca corporativa, tingida dos mistérios da iniciação. Articula em 1977, com um grupo de camaradas, o que chamam de Exército de Libertação do Povo da Venezuela (ELPV). É uma associação armada, com idéias algo confusas acerca da sonhada revolução. A adesão de outro jovem oficial, Jesús Urdaneta, dá ensejo à criação em 1982 de célula política dentro do exército, a que se denomina de Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200). Os três integrantes desse núcleo dirigente do processo sedicioso são Chávez, Felipe Acosta (morto na repressão do *Caracazo*) e Urdaneta. O espírito romântico dos conjurados se expressaria no juramento nas cercanias de Maracay, que calcava com pequena adaptação o compromisso assumido em Roma por Simón Bolívar contra o jugo espanhol.

A formação do grupo liderado por Chávez é reminiscente de outras associações do gênero, como aquela de jovens oficiais aglutinada em torno de Gamal Abdel Nasser e que deporia em 1952 o rei Farouk no Egito. Dentro do secretivismo que envolve tais conjuras, o caráter contestário das palestras dos bolivarianos e o seu local de realização – a Academia Militar – decerto não contribuiriam para manter o projeto por muito tempo desconhecido dos órgãos de informação.

Assim, não tardaria que a Direção de Inteligência Militar (DIM) se inteirasse das atividades do grupo. Se excetuarmos punições drásticas, como o afastamento das fileiras, a remoção para longínquas guarnições está entre as medidas preventivas mais praticadas contra possíveis conspiradores. A periculosidade de Chávez, o seu papel catalisador na hierarquia militar intermediária, o tornaria em 1986 objeto de transferência para a distante cidade de Elorza, próxima da fronteira com a Colômbia. Lá ficaria dois anos, até ser chamado de volta para a capital.

Segundo observa R. Gott, alguém deve ter perdido o seu maço, porque o oficial suspeito de radicalismo foi designado para o palácio presidencial de Miraflores, como assessor do Conselho de Segurança Nacional. Chegava a Caracas nos meses finais do governo de Jaime Lusinchi, com o agravamento da situação política e, sobretudo, com os escândalos da corrupção nos mais altos níveis.

Desde muito, dentro do calendário golpista, o ano de 1992[43] tinha sido considerado como o momento apropriado para o intento revolucionário. Conforme a sistemática castrense, só então os oficiais do grupo assumiriam comandos de tropa. Pensavam, no entanto, em aproveitar algum distúrbio da ordem, para deslanchar o próprio movimento. Todavia, malgrado as suas trocas de opinião a respeito, a ocasião, quando surgiria, veio encontrá-los totalmente despreparados.

Com efeito, o *Caracazo* os surpreendeu, e a tal ponto que muitos dos conjurados tiveram de participar na repressão da rebelião popular. O levante de 27 de fevereiro de 1989, inicialmente provocado pelo aumento nas passagens de ônibus, protesto das classes de baixa renda, impressionaria pela sua extensão e virulência, assim como pelo caráter anárquico e caótico.

O *Caracazo* marcaria não só os jovens saqueadores de supermercados, *shopping centers* e residências de bairros de alta renda, senão os próprios militares encarregados de desbaratar o motim e restabelecer a ordem. Da parte desses últimos, em especial dos integrantes do movimento bolivariano, calou fundo a sensação de atirar contra o povo.

Hugo Chávez, por achar-se enfermo, não participou da repressão. A existência do grupo, e seus propósitos desestabilizadores, tornava-se, no entanto, segredo de polichinelo. Em fins de 1989, Chávez e diversos majores seus contemporâneos foram acusados de conspirar contra o governo e de planejar o assassínio do presidente e de altos oficiais no dia de Natal. Sendo falsa a acusação, o comando do exército se limitou a transferi-los para quartéis afastados. Chávez obteria licença para cursar mestrado de ciência política.

A burocracia militar, contudo, continuaria a ser aliada valiosa. A despeito das tentativas de pessoas mais informadas de neutralizá-lo, a rotina da profissão acabava sempre por reimpor-se. Em agosto de 1991, depois do regulamentar curso de estado-maior, o tenente-coronel Chávez recebia o seu batalhão de páraquedistas, sediado em Maracay, a oeste de Caracas. A alta hierarquia

[43] V. R. Gott, op.cit., p. 42.

armava o cripto-revolucionário, em decisão administrativamente irreprochável, mas politicamente obtusa.[44]

A poucos meses da intentona, Chávez estava preparado para concretizar o seu projeto. Fora do círculo militar, realizara diversos contatos com partidos e associações de esquerda. Mantivera conversações com a direção de Causa R, organização de origem operária atuante em Caracas e no estado de Bolívar; e com o Partido da Revolução Venezuelana, na pessoa de seu líder, o antigo chefe guerrilheiro Douglas Bravo.

O tema dos encontros concernia a interação de civis e militares, no contexto do previsto movimento revolucionário. A par das discussões sigilosas, a cooperação entre as duas partes não se desenvolveu. Terá contribuído para tanto a reserva corporativa do oficial que teme por em risco o projeto golpista, tanto pela ampliação dos participantes, quanto pela suposta falta de disciplina do elemento civil.

Segundo reporta Douglas Bravo, na sua entrevista com Chávez de outubro de 1991, teria ficado bastante nítida a básica divergência entre os dois. Enquanto Bravo favorecia uma ação civil, como a greve geral de janeiro de 1958[45], a que se sucederia a intervenção militar, Chávez não queria a participação de civis como força efetiva no quadro do movimento.[46] Ainda a esse propósito, em reunião com guerrilheiros, após esboçar a sua linha de ação para o golpe, perguntado acerca da participação dos civis, Chávez teria dito que os civis iriam estorvar, e que os chamaria quando tomasse o poder.

Prevaleceu, por conseguinte, a orientação do chefe quanto à exclusão dos civis da parte operacional do projeto. Como se desenrolou, constituíu um típico *putsch* militar, a sair da cartilha tão praticada no passado ao sul do Rio Grande.

Entretanto, não seriam em vão, simples manobra diversionista, os amiudados contatos com a esquerda, os cursos e a vivência universitária. Se a conotação corporativa permanece forte – como se reflete na recusa de um modelo civil-militar, a exemplo de 1958 e do próprio triênio -, o

[44] *Mutatis mutandis,* guarda semelhanças, em termos políticos,com a anuência em setembro de 1889 do Visconde de Ouro-Preto ao pedido de transferência do Marechal Deodoro de Mato Grosso para a Corte.

[45] Preparara o caminho para a ação militar do contra-almirante W. Larrazábal e a conseqüente queda do ditador Pérez Jimenez.

[46] Apud R.Gott, op.cit. p.63.

relacionamento com a sociedade, máxime junto a opositores e contestadores do regime trouxe uma outra dimensão ao movimento, que o distinguirá dos golpes clássicos latino-americanos.

Ao irromper na cena política venezuelana, a tentativa de golpe de Chávez e consortes se identificava, dentro de um viés de esquerda, com as inquietações do povo, sobretudo, no repúdio à corrupção generalizada, na necessidade de mudanças radicais no sistema institucional que não mais correspondia às demandas do presente, e, nesse contexto, na rejeição do neoliberalismo, com a sua esteira de desemprego e de miséria, e na conseqüente reafirmação do nacionalismo, por muitos julgado fora de moda.

Não se deve esquecer, porém, que o vetor Chávez carregava igualmente reivindicações específicas do estamento castrense, em especial de sua faixa intermediária. Diziam respeito não só ao soldo, às condições de vida, senão às relações entre militares e poder civil. Recolocando na mesa de discussão o sistema da Constituição de 1961, os insurretos questionavam a suposta cooptação da alta hierarquia militar pela elite dominante e o que julgavam excessiva subordinação. Ressurgia, assim, outra componente do *ethos* político venezuelano, qual seja a presença deliberativa do fator militar, como o atesta a história do país até 1958.

Por todas essas considerações, mas em particular pela expressão de posições e inquietudes comuns com largos segmentos societais, o movimento bolivariano pôde superar o estigma da quartelada e reivindicar um lugar de primeira plana, dentro de um esquema partidário até então incapaz de renovar-se.

Hugo Chávez, candidato

Em função de sua responsabilidade na tentativa de golpe militar, foi imposta ao tenente-coronel Hugo Chávez longa pena de prisão. No entanto, passou efetivamente cerca de dois anos no cárcere (de fevereiro de 1992 a março de 1994), transcorridos nos estabelecimentos penais de San Carlos e San Francisco de Yare.

Bem tratado durante o cativeiro, Chávez tinha o direito de dar entrevistas radiofônicas, além de receber visitas. Dado o seu óbvio potencial, numerosos políticos o procuraram na prisão.

Uma vez denegada a via das armas para o acesso ao poder, logo

após o indulto concedido pelo Presidente Rafael Caldera dedicou-se Chávez à arregimentação política. Em constantes viagens ao interior do país, cuidou de recoser o movimento bolivariano.

A princípio, tinha sérias dúvidas sobre a eventual participação nas eleições presidenciais de dezembro de 1998. Julgava o sistema demasiado corrupto e muito pouco predisposto ao ingresso de opositores. A sua atividade se concentrava em dois temas: a necessidade de dissolver o Congresso e de convocar assembléia constituinte para preparar nova constituição.

Aos poucos, no entanto, a sua posição iria mudando. Terá verificado da conveniência de personalizar a campanha. Sem garantir a alavanca do poder presidencial, restariam exíguas possibilidades de implementação da parte temática. O acesso ao Palácio de Miraflores seria a premissa indispensável para que as duas metas prefixadas pudessem ser realizadas posteriormente.

Em janeiro de 1997, anunciou que o movimento estaria no poder 'antes do ano 2000', e em abril tornou pública a postulação à presidência. Adotou então uma postura maniqueísta, que no seu entender melhor favoreceria os respectivos desígnios de aglutinação das oposições à ordem vigente. Dessarte, "a luta pelo poder na Venezuela seria entre dois pólos: o 'pólo patriótico', do movimento revolucionário bolivariano e o 'pólo de destruição nacional', dos velhos partidos."[47]

Diante das discussões internas, em julho, ao invés de transformar o movimento bolivariano em um partido, preferiu ele optar pela criação de organização política paralela, o Movimento Quinta República (MVR). Pensava evitar dessa maneira as dificuldades encontradas por MAS e Causa R, ao percorrerem a mesma estrada.

Por causa da crescente impopularidade dos dois principais partidos – A.D. e COPEI -, e da incapacidade da administração Caldera de formar um pólo alternativo, a campanha presidencial de 1998 começou cedo. Houve grandes oscilações entre os candidatos, com o sucesso inicial da ex-miss Irene Sáez, prefeita da municipalidade modelo de Chacao. Já em meados de 1997, Chávez recolheu totais importantes nas pesquisas, afirmando-se paulatinamente como o candidato da esquerda e da reforma. Em julho de 1998 alcançou 45% das preferências.

Em conseqüência de suas idéias e perspectivas, teve o apoio da

[47] Apud R. Gott, op.cit., p. 143, caput.

facção majoritária do MAS – a minoritária seria epitomizada por Teodoro Petkoff – e da Causa R,que se transformaria no 'Patria Para Todos' (PPT).

Partindo do pressuposto que a versão venezuelana da democracia não passava de um simulacro, Chávez, ao negar implicitamente a possibilidade de gradações dentro de uma idéia-força, chega ao extremo de nivelar os regimes de Pérez Jiménez, do general Juan Vicente Gómez e do Dr. Rafael Caldera. A seu parecer, "seria o mesmo sistema – em economia e em política – e a mesma negação de direitos humanos básicos e do direito do povo determinar o próprio destino."[48]

Ainda no período entre a saída da prisão e a candidatura presidencial, Hugo Chávez manteve, entre os inúmeros contatos, relacionamento com o historiador argentino Norberto Ceresole. Em se tratando de estranho personagem, com posições características da extrema direita (apoio aos regimes militares; anti-semitismo), a sua prática com o revolucionário venezuelano tenderia a ser vista por muitos como forte indício do substrato reacionário das opiniões políticas de Chávez.

R. Gott, na citada biografia, se esforça em contrapor a tais inquietantes implicações a eventual utilidade do argentino para o candidato, no quadro de seu interesse histórico em regimes militares progressistas (Ataturk, Nasser, Velasco Alvarado e Torrijos)[49] e de seus laços com governos árabes. Sem embargo, a despeito da 'valia' desses conhecimentos, após o triunfo de Chávez em dezembro de 1998, os contatos cessariam e Ceresole voltaria para a Argentina.

Como todo movimento construído em torno da personalidade de um líder carismático, o MVR padeceria de um certo vácuo ideológico. Como se assinalou, salvo o nacionalismo, a rejeição do *status quo* e a prometida mudança, o MVR não semelhava delinear com nitidez a direção de seus objetivos.

Nos últimos meses da campanha, a forçada radicalização conceitual – que correspondia ao repúdio de tudo o que simbolizasse o antigo regime para a parcela do eleitorado que apoiasse o 'polo patriótico' – se refletiria igualmente nas desesperadas tentativas das elites até então dominantes em contra-arrestar a temida avalanche contestatária. Nesse sentido, a plataforma de campanha de Hugo Chávez decerto não desestimulava os temores dos setores empresariais e financeiros, ao propor restrições aos

[48] Apud R. Gott, op.cit., p.41.

[49] Cf. R. Gott – V.p.132 – Ceresole teria escrito livros acerca de Velasco e Torrijos.

investimentos privados na área petrolífera, assim como a renegociação da dívida externa.

Através da disjunção dos pleitos para o Congresso (antecipado para novembro) e a Presidência, a aliança das bancadas da A.D. e do COPEI buscava claramente quebrar a força inercial da eleição presidencial sobre a composição do Legislativo. No entanto, essa modificação casuísta, se reduzia a extensão das eventuais perdas das representações parlamentares dos dois principais partidos, não poderia aspirar a influir sobre o resultado de dezembro. A inviabilidade perante a opinião pública de qualquer candidato presidencial *enquanto* situacionista – e esta rubrica, segundo a geral percepção do eleitorado, abrangia indistintamente A.D. e COPEI – tendia a transformar a manobra em apenas um trunfo questionável em uma mesa já bastante desequilibrada em favor do adversário.

As eleições legislativas resultaram em um Congresso muito fragmentado. A Ação Democrática conseguiu continuar como o principal partido, mas com uma vantagem muito reduzida em relação ao segundo colocado, o Pólo Patriótico de Chávez

Às vésperas do escrutínio de dezembro, colocados diante da iminente vitória de Chávez, os dois grandes partidos do regime de 1961 abandonaram os respectivos candidatos, e jogaram a própria sorte nas costas de Henrique Salas Römer, indicado pelo 'Projeto Venezuela', de tendência conservadora. Embora os demais candidatos permanecessem em liça, a polarização se realizaria na prática. Salas Römer encarnaria a derradeira esperança da direita em lograr, de alguma forma, exorcizar na undécima hora o fenômeno Chávez.

Tais veleidades teriam, no entanto, o destino de tantas outras no passado. No cômputo dos sufrágios, Hugo Chávez venceria com 56,2% dos votos, contra 39% de Salas Römer. Os demais ficariam com totais de um dígito, com Irene Sáez à frente, com 4%.

O triunfo de Chávez significava, porém, não o fim da campanha, mas simplesmente um marco atingido, dentro do que se anunciava extenso processo de caráter institucional.[50]

[50] V. para este capítulo R. Gott, op.cit.,cap.2,5,13 e 15; e B.Crisp, op.cit., postscript.

Hugo Chávez, presidente

Chávez tomou posse como Presidente da Venezuela a dois de fevereiro de 1999. O seu governo tinha dois objetivos precípuos e prioritários: reescrever a Constituição e integrar as Forças Armadas na atividade econômico-social do país através de programa intitulado 'Plano Bolívar 2000'[51].

A revalorização da agricultura tem sido outro tema de peso na agenda presidencial. Com vistas a colonizar o centro-sul da Venezuela, há projetos no eixo Apure-Orinoco para desenvolver a lavoura, atraindo para tanto moradores das favelas de Caracas e de outras grandes cidades. As atenções de Chávez se dirigem igualmente para outra região hoje desabitada, na fronteira com a Colômbia, ao norte de San Cristóbal. Há muitas interrogações quanto ao voluntarismo e às perspectivas do programa, que procura reverter o declínio da atividade agrícola provocado pela exploração do petróleo. Seria a retomada do velho *slogan* de 'semear o petróleo', na tentativa de reduzir a acentuada dependência da Venezuela em matéria de importações de alimentos (64% em 1998).[52]

No que concerne à derrogação da Carta de 1961 por uma outra que atendesse às exigências da situação sociopolítica, tal atitude se difundira já nos anos oitenta, embora com gradações diversas, indo de um tímido reformismo até transformação radical, conforme preconizada pelo movimento bolivariano.

Partindo da premissa que não poderia confiar ao Congresso eleito em novembro de 1998 a missão de preparar nova constituição, Chávez, tão logo empossado, iniciou o processo de convocação de Assembléia Nacional Constituinte. Nesse campo, enfrentou ele a oposição das duas Câmaras, eis que obviamente o procedimento alvitrado não estava previsto pela Carta de 1961. No entanto, a Corte Suprema se alinhou com as teses presidenciais, não só autorizando a eleição da Assembléia, mas também dando plenos poderes ao Executivo para formular o processo de escolha dos representantes.

Assim, a esmagadora maioria obtida pelo governo – 119 em 131 cadeiras - se deve a uma conjunção de fatores: de um lado, a inegável popularidade de Chávez e o sentimento difuso da necessidade de

[51] V. R.Gott, op.cit., p.153.
[52] V. R.Gott, op.cit.,pp.179/189, passim.

mudança institucional, de outro, a desarticulação da oposição diante do 'Pólo Patriótico' e as características *ad hoc* do processo eleitoral.[53]

O calendário eletivo ocuparia, na prática, o ano de 1999: em abril, referendo sobre a Assembléia Constituinte (88% a favor); em julho, eleição para a Assembléia; e, enfim, em dezembro, ratificação da nova Carta (pró, 71%).

A Constituição da República Bolivariana da Venezuela tem 350 artigos. Dentre as suas principais características, a extensão do mandato presidencial a seis anos, com possibilidade de reeleição. O Presidente tem o poder de dissolver a Assembléia unicameral (exceto no último ano de mandato) se o Vice-Presidente Executivo for removido três vezes por moções de censura da Assembléia. Além da Carta de 1961, pode ser delegada ao Presidente a faculdade de promulgar decretos em qualquer área substantiva e não apenas a econômica e financeira. Somente o Presidente pode decretar um estado de exceção, que deve ser submetido à Assembléia em oito dias.

A crescente politização do estamento militar se reflete na revogação da norma da Constituição de 1961, em que as promoções aos últimos cargos da hierarquia castrense dependiam de ratificação pelo Congresso. A par de disposições liberais em matéria de direitos humanos e sociais, a Constituição determina que 'todos têm direito à informação oportuna, veraz e imparcial sem censura'.

Como assinala B. Crisp, os poderes presidenciais legislativos dependem da popularidade do Chefe da Nação. A exemplo da constituição francesa, o Presidente pode recorrer a referendos populares para a aprovação de decretos, mudanças políticas e a abrogação de normas existentes. Dentro da tradição venezuelana, o Primeiro Mandatário dispõe apenas de um veto suspensivo.

A nova Carta cria o 'Conselho Moral Republicano', integrado pelo Defensor do Povo, o Fiscal Geral e o Controlador Geral da República. O seu Presidente será designado pelo Conselho para mandato anual, sendo admitida a reeleição.

Dentro da luta contra a corrupção e a fraude, foi muito bem recebida a decisão do Tribunal Supremo de Justiça de suspender a chamada mega-eleição, marcada para 28 de maio. A sentença do TSJ deu ganho de causa a uma ação de grupos civis que reivindicava a

[53] V. B. Crisp, op.cit., p.231, no que tange a este último tópico.

providência com base na incompetência técnica do Conselho Nacional Eleitoral. Os cinco substitutos dos membros da direção do CNE, selecionados com a participação da oposição, escolheram sistema de votação que logrou eliminar os problemas técnicos anteriores.[54]

No que respeita à magistratura judicial, em que grassava desde muito a corrupção, a Assembléia Constituinte iniciou um processo de expurgo de juízes. Entre outubro de 1999 e abril de 2000, cerca de quatrocentos juízes foram afastados.[55]

Cabe, outrossim, ter presente as implicações do artigo 72, que declara revogáveis 'todos os cargos e magistraturas de eleição popular'. Nesses termos, o Presidente da República e as demais autoridades eleitas podem ser destituídos, na segunda metade do respectivo mandato, por referendo convocado por iniciativa de pelo menos 25% dos eleitores inscritos na correspondente circunscrição. Semelha difícil por ora aferir as eventuais conseqüências desse instrumento de democracia direta sobre a estabilidade do sistema e a capacidade de um desempenho autônomo das respectivas responsabilidades.

Assinale-se, por outro lado, que o Presidente Chávez moderou algumas das posições de sua plataforma, bem como o tom empregado, diante da reação negativa do mercado, o recuo nas atividades econômicas e a fuga de capitais.

De acordo com essa tendência, às vésperas da mega-eleição de julho de 2000, tanto Chávez, quanto o MVR enfatizaram a necessidade de desenvolver o consenso na Venezuela, o que representa considerável evolução quanto à postura anterior, maniqueísta e confrontacionista, no que tange aos partidos de oposição.

Se mantida tal atitude, a governabilidade viria a ser beneficiada. O Presidente Chávez obteve 60% dos votos, o que representa um acréscimo quanto a dezembro de 1998. Reeleito para mandato de seis anos, a sua popularidade se refletiu igualmente na composição da Assembléia. O MVR elegeu 76 deputados e o MAS, 20. Em uma Câmara de 165 cadeiras, o Pólo Patriótico não dispõe da maioria necessária de dois terços para eventuais emendas à Constituição e designação de membros do Tribunal Supremo de Justiça, por exemplo.

O MVR já tem demonstrado certa flexibilidade, inclusive através

[54] Vide E.I.U.,Venezuela, Country Report, Sept.2000, p.14.
[55] Vide E.I.U., Venezuela, Country Profile 2000, p.9.

de entendimentos com o Projeto Venezuela (PV), que tem seis deputados. O principal partido de oposição é a Ação Democrática (33 deputados), a que se seguem o PV, COPEI e Justiça Primeiro (5 deputados cada) e Causa R. (3 deputados). Também nos governos dos Estados, o MVR logrou um bom resultado, com dez governadores. O seu aliado menor, o MAS conseguiu três. Das demais dez governanças, quatro estão com a A.D., duas com o COPEI e duas com o PPT.

Em função do processo de escolha dos candidatos do Pólo Patriótico para governadores[56], prefeitos e deputados, o Pátria Para Todos – a antiga ala de esquerda da Causa R. – saíra da coalizão governamental. A despeito de promessas de democratização das indicações partidárias, os candidatos das listas do PP foram selecionados pessoalmente por Chávez e Luís Miquilena, o octogenário presidente do 'Congressinho'[57], com marcada preferência pelos integrantes do MVR. A ruptura do PPT não foi, porém, completa, eis que, apesar de sair da maioria, continuou a apoiar o Presidente Chávez. Em termos políticos, os resultados foram desiguais. Se o PPT elegeu dois governadores, em contrapartida, obteve apenas um assento na Assembléia.

Não obstante a obediência às normas democráticas, existe em segmentos da sociedade venezuelana certa preocupação com o marcado incremento da participação militar em funções do Executivo, no Legislativo e nos governos dos Estados. Dada a sua extração castrense e do próprio movimento bolivariano, não surpreende que o Presidente se valha de seus conhecimentos da caserna para a provisão de cargos. Todavia, a presença militar nos escalões superiores da administração pública provoca estranheza. O próprio R. Gott, em livro de resto bastante favorável a Chávez, registra declarações de um 'importante assessor econômico' no sentido de que 'os militares estão em toda parte'. 'Existe (...) um partido militar. Em alguns ministérios, há uma dualidade de poder'. A mesma fonte acrescenta, após elogiar o preparo acadêmico desses oficiais: 'a sua mentalidade é assaz diferente e eles são certamente autocráticos.' R. Gott assinala

[56] Dois terços dos governadores do MVR são do estamento militar. V. a respeito, P.Aiquel, Le Monde Diplomatique, novembro de 2000.

[57] A comissão legislativa de 22 membros, que assegurou a continuidade no interregno entre a Assembléia Constituinte e a nova Assembléia Nacional.

que muitos dos oficiais no governo ocupam nível imediatamente abaixo da chefia.[58]

Entre os Ministros, há pelo menos quatro militares. Nesses cargos de primeiro escalão estão, v.g., o General Ismael Eliézer Hurtado como Ministro da Infra-estrutura; o atual chanceler, Luis Alfonso Dávila, que também é egresso das Forças Armadas. Já o Coronel William Fariñas preside o Fundo Único Social, que passa a congregar as organizações estatais de saúde e previdência. Por sua vez, o Ministério da Defesa se acha a cargo de um civil, o ex-Ministro do Exterior, José Vicente Rangel, o que se contrapõe à prática da república da Constituição de 1961, quando a pasta era entregue a um militar.[59]

Ainda nesse contexto, releva sublinhar outrossim que a integração das Forças Armadas na sociedade civil constitui um desígnio presidencial e não dos menores.Por intermédio do Plano Bolívar 2000 – que é uma das principais prioridades da Administração Chávez -, o Exército vem atuando em projetos sociais na área costeira. A par disso, no desastre das inundações de dezembro de 1999, os militares participaram ativamente dos trabalhos de salvação e reconstrução.

A outra face da moeda se refere à visível discordância existente em segmentos do estamento militar quanto aos rumos imprimidos pelo Presidente para a instituição armada. Esse descontentamento não se concentra entre os militares mais antigos, embora entre os oficiais reformados venha a ser expresso com mais desenvoltura. Assim, há ressentimento quanto ao envolvimento político atual, o que prejudicaria a autonomia corporativa assegurada pelo antigo regime.

Entre as manifestações ostensivas desse estado de ânimo, cabe mencionar cerimônia militar em junho de 2000, de despedida para oficiais que se reformavam. Nessa ocasião, metade dos convidados não teria comparecido para receber a comenda das mãos do Comandante em Chefe. Também por considerações de hierarquia, houve desconforto em altos escalões no que concerne à decisão de Chávez em presidir a parada do dia da independência com seu uniforme de tenente-coronel.

Isto posto, sem embargo dos rumores de golpe que circularam por volta das eleições de julho, importa ter-se em mente que, por ora, a oposição militar a Hugo Chávez se apresenta desarticulada e sem liderança. Nesses

[58] V. R. Gott, op.cit., p.176, passim.

[59] Posto que em condições de rotação anual.

termos, aos mesmos observadores que acreditam oportuno levantar a questão, não semelha provável intentona contra um presidente extremamente popular e democraticamente eleito.[60]

A substancial elevação no ano passado das cotações do petróleo melhorou bastante a situação orçamentária. Os consideráveis ganhos auferidos com a bonança petrolífera têm sido canalizados para as despesas públicas. No entanto, segundo refere publicação especializada[61], estão sendo adiadas as reformas indispensáveis para cortar o desperdício e preparar a economia para a época das vacas magras. Se reformulada a estrutura fiscal e alargado o campo de tributação, a economia poderia livrar-se da excessiva dependência em relação ao principal produto da exportação venezuelana. Se contrariasse o comportamento do passado, que parecia partir do pressuposto de que os efeitos cíclicos do mercado não afetariam o alto nível das cotações do petróleo, o governo Chávez tenderia a criar condições para que crises similares àquela dos anos oitenta não se repetissem.

Relações com os Estados Unidos (2)

Com o advento de Hugo Chávez, as mudanças não se limitam à política interna. Provando a norma que a política externa é uma decorrência da interna, a diplomacia venezuelana se torna mais afirmativa e, sobretudo, em dois campos especialmente importantes para esse país: os laços com a OPEP e as relações com os Estados Unidos. Dada a relevância do item petróleo na economia mundial, não surpreenderá que as iniciativas no que tange ao primeiro tema se reflitam igualmente no segundo, em complexa interação de causa e efeito.

De acordo com desenvolvimento que não se restringiu decerto em nosso Continente à Venezuela, antes de Chávez o *State Department* não teria um excessivo trabalho quanto à política externa de Caracas. Alinhada no essencial às diretivas do poder hegemônico, semelha óbvio portanto que as possibilidades de eventuais discussões tenderiam a diminuir acentuadamente, dentro de róseo cenário de uma acatada concordância. Como sói ocorrer em tais circunstâncias, diante da virtual inexistência de relação dialética, seria relativamente baixa para Washington a respectiva

[60] Vide E.I.U.,Venezuela, Country Report, September 2000, p.16.
[61] Vide E.I.U., Venezuela, Main Report, April 2000, p.14, e Country Report, September 2000,p.9 e 10.

prioridade dos assuntos venezuelanos e, nesses termos, *mutatis mutandis*, as exportações de petróleo continuariam a informar o quadro bilateral.

A irrupção do tenente-coronel Hugo Chávez no contexto político venezuelano não terá sido vista com bons olhos pelos Estados Unidos. Se a inicial conotação golpista do movimento bolivariano constituiria razão bastante para tal atitude, os diplomatas de *Foggy Bottom*[62] não parecem ter mudado de opinião em face da evolução do pensamento do líder venezuelano, durante os anos de prisão e de preparo de sua candidatura à presidência.

Dessa animosidade o Embaixador dos Estados Unidos, John Maisto, daria indicação deveras incisiva – e que dispensa comentários – , ao negar visto ao candidato Hugo Chávez. Já o Embaixador britânico seguiria linha diversa, ao convidar Chávez para visitar o Reino Unido em 1998.[63]

Ao entrar, em fevereiro de 1999, no Palácio de Miraflores com a faixa presidencial, Chávez representava para a esquerda latino-americana a perspectiva da resistência aos ventos do neoliberalismo do Consenso de Washington. Ao invés das forças do mercado e da globalização, o Estado não abdicaria dos próprios recursos em sua luta pelo desenvolvimento interno.

Desde muito se manifesta a oposição de Chávez ao que denomina de 'neoliberalismo selvagem'. Não lhe escapava que tais programas de desnacionalização se tornaram possíveis não só pelo controle estadunidense de órgãos financeiros como o FMI e o Banco Mundial, mas também pelo alinhamento de economistas e políticos latino-americanos.[64]

Quanto à América Latina, Chávez veio animado de grandes projetos de marco bolivariano. Deseja ele reeditar o sonho de Bolívar, conforme expresso na convocação do Congresso do Panamá de 1826. No seu entender, seria "um projeto válido para o século XXI reunir em uma conferência as balcanizadas nações da América Latina".[65] Se se tratam "*des grandes idées et des petites vues*"[66], como increpou Rousseau os projetos europeus do Abbé de Saint Pierre, o futuro o dirá.

Por trás desses propósitos, se encontra um espírito associado com a

[62] Bairro onde se encontra o *State Department*.
[63] Apud R.Gott, op.cit., p.195.
[64] V. R.Gott, op.cit., p.51.
[65] Apud R. Gott, op.cit., p.99.
[66] "grandes idéias e pequenas visões".

esquerda, que não tem pejo em manifestar o próprio nacionalismo. Hugo Chávez se vem empenhando na luta pela promoção dos valores pátrios, não como figuras e símbolos hieráticos em um elenco sem maior contato com a realidade, mas como avatares de uma realidade nacional, ofuscada não raro pela presença avassaladora de imagens e exemplos estrangeiros, e da conseqüente alienação muitas vezes estimulada pela mídia.

Como referi anteriormente,[67] as posições do Presidente têm registrado alguns ajustes, embora o teor da mensagem não se haja alterado. Nesse sentido, o governo aceitou firmar o tratado sobre promoção e proteção do investimento estrangeiro, atendendo a insistentes pedidos do Embaixador Maisto. Com efeito, há uma veia pragmática em Chávez, e a sua atuação como governante demonstraria a possibilidade de que tal predisposição ao entendimento coexistisse com a retórica nacionalista. Na complexa personalidade do líder venezuelano, aí deparamos uma outra interrogação que somente mais além será esclarecida.

Nos meses iniciais do seu primeiro mandato, a posição de Washington se caracterizou por um silêncio público e por eventuais críticas privadas. Como o corroboravam assertivas de seu Embaixador em Caracas, a sua vocação democrática era contestada[68]. Tampouco semelhavam promissoras as expectativas do relacionamento.

Em agosto de 1999, ao ensejo do dissídio entre o velho Congresso e a Assembléia Constituinte, um porta-voz do *State Department* significou a esperança de que as partes pudessem "garantir o estabelecimento de uma constituição que preserve o (...) compromisso com a democracia".[69]

Hugo Chávez, em outubro, faria visita oficial à República Popular da China. Nos seus pronunciamentos, a par de rasgados elogios a Mao Tse-Tung, exprimiu o próprio apoio a um 'mundo aberto e multipolar'. Nesse contexto, encareceu que "a China mantivesse alta a sua bandeira, porque este mundo não pode ser dirigido por uma força policial universal que procura tudo controlar."

Falando a R. Gott, ele desenvolve a sua ótica peculiar da atualidade internacional. Consoante o mandatário, "vivemos agora em uma desordem mundial. (...) Não há uma única superpotência. O futuro

---

[67] V. p.22.
[68] Apud R.Gott, op.cit., p. 195.
[69] Apud aut. et op.cit., p.195.

terá muitos centros e veremos a formação de alianças e blocos".[70] Conforme se verifica, a sua visão do presente se dissocia de um quase consenso de políticos e estudiosos, em que não se contesta o caráter de superpotência aos Estados Unidos.[71] Quanto ao porvir, o seu prognóstico não é parecer isolado.

Se a retórica do Presidente Chávez em sua estada na RPC não se afigura das mais favoráveis a desanuviar as relações com Washington, tampouco a escala em Havana (novembro de 1999) terá induzido as autoridades estadunidenses a rever o conceito dele formado.

Em uma visita de congraçamento, expresso por um jogo de *baseball*, o esporte nacional dos dois países, Chávez não só reiterou a indivisibilidade da revolução latino-americana, mas também, chamando Fidel de irmão, asseverou que a "Venezuela está navegando para o mesmo mar que o povo cubano, um mar de felicidade e de real justiça social e de paz". O encontro dos dois líderes não se restringiu a palavras. Através de 'Petróleos de Venezuela', se discutiu da adesão de Cuba ao acordo de São José, para fornecimento de combustível a países do Caribe e da América Central. Decidiu-se, por outro lado, uma *joint-venture* na refinaria cubana de Cienfuegos.

À reaproximação com Cuba se seguiria política de ativos contatos com os membros da OPEP. Conquanto a Venezuela seja um membro fundador do cartel, no passado a sua participação não se assinalara por um desígnio de sustentação de preços,[72] mediante estrita conformidade às quotas de produção acordadas pela organização. Ao contrário, o comportamento de Caracas nesse particular se caracterizara pelo desrespeito aos tetos estabelecidos, com óbvio reflexo negativo sobre o nível de preços. Atualmente, sob a direção de Chávez, se transformou em um dos principais defensores do respeito às quotas e, por conseguinte, da manutenção das infladas cotações do presente.

Às vésperas de assumir a presidência da OPEP, o governo de Hugo Chávez articulou uma série de encontros com todos os membros da organização.O convite para a conferência de cúpula em Caracas da OPEP foi o motivo oficial das visitas do então Ministro de Energia e Minas, Ali Rodriguez Araque a todas as capitais dos países-membros.

[70] V. R.Gott, op.cit., pp.196/199, passim.
[71] Para um aprofundamento do tema, V. M.Azeredo, op.cit., pp.226 et sqq.
[72] Vide E.I.U., Venezuela, Country Report, September 2000, p. 8.

Ali Rodriguez manteve entrevistas, entre outros, com Muammar Kadafi, da Líbia, Saddam Hussein, do Iraque, e Mohamed Khatami, do Irã. Em tais oportunidades, se encetou a discussão da estratégia que triplicou, em curto espaço de tempo, a cotação internacional do petróleo. Embora o México não seja membro da OPEP, concordou com as instâncias do Ministro venezuelano em não incrementar a produção.

A esse respeito, ao ensejo dos cem dias de sua posse, o Presidente Chávez disse: "O aumento no preço do petróleo(...) resulta de estratégia acordada, mudança de 180° na política de governos anteriores e de 'Petróleos de Venezuela'. Primeiro, decidimos respeitar os cortes na produção acordados com a OPEP e o México. Segundo, decidimos aumentar o nível dos cortes."[73]

Posteriormente, o nível atingido na cotação – em torno de US$27 a US$30 – foi considerado suficientemente alto. Ali Rodriguez Araque – que assumiria a Secretaria-Geral da OPEP – propôs que a organização deveria estabelecer uma larga faixa para as oscilações no preço, assim como preparar a respectiva sustentação, no caso de as flutuações do mercado exigirem intervenção, com cortes ou incrementos da produção.

A par do petróleo, em que o governo de Chávez implementou orientação responsável que atendia ao interesse nacional, a sua política externa perseguiu outros objetivos que provocaram reações de Washington.

Quanto à Colômbia, as relações são instáveis, mas tal não é privilégio da administração Chávez. Desde muito, o relacionamento entre os dois vizinhos, afetado por questões fronteiriças, não se afigura fácil. No entanto, o mandatário venezuelano tem mantido entrevistas com o seu homólogo, Andrés Pastrana, datando a última de março de 2001. Apesar das recíprocas declarações de boa vontade, a crise colombiana, com o controle pela guerrilha das FARC de cerca de um terço do país, não contribui decerto para aproximar os dois governos.

Chávez não faz segredo de suas simpatias para com as FARC de Manuel Marulanda. A imprensa veicula a preocupação da CIA com um possível apoio do presidente venezuelano à guerrilha. Por outro lado, o ex-governador de Zulia, Oswaldo Álvarez Paz, do COPEI (candidato derrotado na eleição presidencial de 1993) reportou-se à existência de

[73] Apud R. Gott, op.cit., p.169.

indícios de que o território nacional esteja sendo usado como santuário pelos guerrilheiros colombianos.

Nessa questão, como em outras, Estados Unidos e Venezuela se acham em campos opostos. Washington se está empenhando em programa de assistência militar a Bogotá, na sua luta contra o narcotráfico, com a ajuda aprovada pelo Congresso de US$1,3 bilhão. Envolvendo essa presença americana na Colômbia um intenso tráfego aéreo, e dada a sua utilização de aeroportos nas Antilhas holandesas (em função da retirada das bases panamenhas), o sobrevôo do território venezuelano agilizaria bastante as rotas das aeronaves que se dirijam a ou procedam de terras colombianas.

Caracas, a exemplo de muitos outros países latino-americanos, se opõe ao chamado Plano Colômbia, preconizado por Clinton e apoiado por seu sucessor republicano. O Presidente Chávez, a despeito da forte pressão estadunidense, recusou-se a autorizar o sobrevôo sem licença prévia, conforme solicitado. Esta negativa representa um fautor permanente de atrito entre Washington e Caracas, eis que, ao invés de um caso isolado e com implicações em faixa determinada de tempo, os efeitos da medida persistem como um irritante, enquanto perdurar a presente situação. As tentativas dos EUA de reverter o veto de Chávez tendem, assim, a repetir-se, embora o apoio das Forças Armadas venezuelanas dê à diretiva do Presidente o necessário respaldo.

A desinteligência entre os Estados Unidos e o governo Chávez alcançou momento crítico ao ensejo da visita do Presidente da Venezuela a Saddam Hussein, a 10 de agosto de 2000. O encontro do mandatário venezuelano com o ditador iraquiano – o primeiro presidente eleito democraticamente a visitá-lo[74] – provocou um protesto de Washington, que se fundamentou em alegada violação de Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tampouco agradou às autoridades estadunidenses a reunião com outro líder dos estados-bandido (*rogue states*), Muammar Kadafi, especialmente sob um pano de fundo não-retórico, mas de esforços por efetivo fortalecimento da detestada OPEP.[75]

Dessarte, o relacionamento de Hugo Chávez com Washington, ou a visão desse relacionamento de um prisma estadunidense,

[74] V. P.Aiquel, Le Monde Diplomatique, novembro de 2000, p.20-21.
[75] V. J.Habel, Le Monde Diplomatique, outubro de 2000, p.12-13.

cristalizou-se em um nível senão de rejeição, pelo menos de sua virtual exclusão como interlocutor. Corroboração dessa ótica negativa do *establishment* se poderia encontrar em artigo de L.Rohter. A propósito da recente visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Presidente George W. Bush, o articulista do *New York Times* se reporta a documento do *Council on Foreign Relations* dedicado ao Brasil, com referência incidental à "relação (dos EUA) crescentemente complicada com a Venezuela" e o seu tempestuoso presidente esquerdista. Com respeito a essas últimas palavras, realmente não importa determinar se constituem uma paráfrase do documento ou um acréscimo de Rohter, eis que o seu manifesto caráter consensual, em termos de apreciação de fonte americana, semelha inegável.[76]

O litígio de fronteira com a Guiana, reavivado pela Constituição de 1999, já elevara a tensão entre os dois Estados, em função das pressões de Caracas com vistas a induzir Georgetown a suspender suas conversações com companhia americana, que se propunha arrendar área no delta do Essequibo para aí estabelecer um sítio de lançamento de foguetes. Em aparente represália à posterior exitosa conclusão das negociações, 'Petróleos de Venezuela' anunciou em julho o propósito de leiloar a concessão de zona para exploração petrolífera em território reivindicado pela Guiana. Não sendo mais moeda corrente no hemisfério a solução de diferendos territoriais por meios outros que a livre negociação, os bons ofícios, e o arbitramento, a iniciativa de PDVSA – que claramente extrapola a sua competência de ação – levanta inúmeras questões que não parecem conducentes a criar condições adequadas para eventual entendimento.

Sob o prisma das relações com o Brasil, dando seqüência à maior aproximação registrada a partir dos governos Itamar Franco e Rafael Caldera, o Presidente Hugo Chávez tem manifestado o interesse de contatos mais estreitos entre os dois países. Recentemente, em visita a Brasília, Chávez solicitou formalmente a adesão ao Mercosul. Como membro associado, a Venezuela teria o mesmo *status* que o Chile e a Bolívia. As negociações para os termos do acordo de associação deverão completar-se até o fim do ano.

---

[76] V. L.Rohter, Trade Issues will dominate Bush Meeting with Brazilian, *The New York Times*, 29.03.2001.

O anunciado ingresso da Venezuela é significado em momento difícil para o Mercosul, quando a sombra da Alca parece afetar os propósitos integracionistas sul-americanos de alguns de nossos vizinhos. Igualmente oportuno o apoio de Chávez a dois pontos da agenda hemisférica de negociação: a manutenção da data de 2005 para o início da implementação da Alca e, quiçá mais importante, a ênfase no tratamento das maneiras de se chegar à integração, ao invés de priorizar datas e cronogramas de implantação.

Conclusões

Ao tratar da crise da democracia venezuelana, das relações com os Estados Unidos, e, em conseqüência, da inevitável interação desses dois fenômenos, muitas observações poderiam ser consideradas acessórias e mesmo expletivas. No entanto, existe neste enredo, tecido por forças alheias, a presença de um personagem cuja eventual omissão o tornaria ininteligível a partir de determinada data.

Com efeito, ao irromper no cenário político em quatro de fevereiro de 1992, Hugo Chávez, como foi dito por R. Gott não emergia do vácuo. Trazia ele consigo muitas das aspirações, queixas e revolta dos segmentos não-aquinhoados pelo sistema instituído em 1961, mas epitomizado pelo acordo de Punto Fijo. Carregava igualmente visões passadas, colhidas na experiência familiar, e enfoques corporativos, assimilados na travessia militar. Talvez sem o saber o tenente-coronel de idéias radicais, submetido às vistas suspicazes dos órgãos de segurança, incorporava no próprio carisma as contradições da sociedade venezuelana.

A um tempo, democrático pela valorização das maiorias sofridas, pela sentida necessidade de instituições mais justas e abertas, pela procura de caminhos, por vezes utópicos, para 'semear o petróleo', e para buscar meios de neutralizar as perversas dádivas da cornucópia petrolífera em economias do porte da venezuelana.

Por outro lado, animado desde cedo de ânimo conspiratorial, não trepidando em quebrar por via do *pronunciamiento* prática democrática afirmada a duras penas; em colocar no mesmo pé de igualdade o famigerado Juan Vicente Gómez, das masmorras e das torturas, e Rafael Caldera, que envelhecera com o sistema sem ser contaminado por seus

vícios redibitórios; e em convidar para a sua posse a triste figura do general Pérez Jimenez, símbolo de uma época de autoritarismo militar e de corrupção.

Mais do que complexo, Hugo Chávez é vetor de tendências contraditórias, paladino do Estado em momento de modismos neoliberais, defensor de blocos de países em desenvolvimento contra as estruturas hegemônicas e, em especial, os Estados Unidos, democrata e de simpatias de esquerda, apesar de oriundo de uma corporação armada muitas vezes presa das ilusões autoritárias da direita, presidente que não hesita em renunciar a três anos e meio de mandato para submeter-se ao arbítrio do eleitorado no desígnio de consolidar o respectivo projeto constitucional, líder político que dispersa militares em todos os escalões da administração civil, a ponto de lhe ser acoimada a formação de um partido castrense.

Ao falar de Hugo Chávez, semelha inevitável a menção do já famoso artigo de G. García Márquez, "O Enigma dos dois Chávez".[77] Ali está retratada a convivência em uma só pessoa do possível salvador de seu país e do ilusionista, um novo déspota entre tantos. A história é uma caixa de surpresas. Não será nosso mister aventurar-nos em uma seara em que as anunciadas colheitas se confundem com as miragens do deserto.

Se estamos em meio de um processo, cabe abandonar as tentações dos prognósticos, e ater-nos aos fatos, na visão decerto confusa e limitada dos contemporâneos. Com os seus defeitos, Chávez tem sido sobretudo criticado por suas qualidades, pela sua veia generosa e contestadora de uma pesada realidade. Pode vir a tornar-se um ditador, pois tudo é teoricamente possível, mas hoje certamente não se confunde com a sombria efígie de Fujimori. A navegação promete ser longa, e os perigos muitos. Por ora, de nosso barco podemos desejar ao viajante a boa sorte que será a companheira de maior controle sobre forças desordenadas e inconciliáveis.

[77] V. G.García Márquez, L'énigme des deux Chávez, Le Monde Diplomatique, Août 2000.

Bibliografia

Exposições gerais

CRISP, B. F., *Democratic Institutional Design*, Stanford University Press, 2000.

GOODMAN, L.W., *Lessons of the Venezuelan Experience*, The Woodrow Wilson Center Press, Washington, 1995.

GOTT, R., *In the Shadow of the Liberator: Hugo Chávez and the transformation of Venezuela*, Verso, London, 2000.

SCHOULTZ, L., B*eneath the United States: a history of US policy toward Latin America*, Harvard University Press, Cambridge, 1998.

Aspectos temáticos

AZEREDO, M. M., Visão Americana da Política Internacional de 1945 até hoje, in *Estados Unidos: Visões Brasileiras*, Guimarães, S.P.,IPRI/ CAPES, Brasília, 2000.

CANO, W., Venezuela: Petróleo, Subdesenvolvimento e Pobreza, in *Soberania e Política Econômica na América Latina*, ed. Unesp, São Paulo, s/d.

GLEIJESES, P., *Shattered Hope*, Princeton University Press, 1991.

GUIMARÃES, S. P., *Quinhentos anos de periferia*, 2a. ed., Editora da Universidade (URGS) - Contraponto, Porto Alegre, 2000.

KUHN, T. S., *The Structure of Scientific Revolutions*, 2ª ed., The University of Chicago Press, 1974.

LYRA, H., *História de D. Pedro II*, Declínio (vol.III), ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

AGÜERO, F., *Debilitating Democracy: Political Elites and Military Rebels*, *Lessons of the Venezuelan Experience*, pp.136-162.

AGUIRRE, M., *Les habits neufs des militaires latino-américain*s, Le Monde Diplomatique, junho de 1999.

Artigos

AIQUEL, P., "Un président 'bolivarien' pour le Venezuela", *Le Monde Diplomatique*, novembro de 2000.

Associated Press, "OPEC considering production cut", *The Washington Post*, 20.02.2001.

BAILEY, N. A., "Venezuela and the United States: Putting Energy in the Enterprise", *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 387-397.

AZNAREZ, J. J., "Para CIA, Chávez tenta 'exportar' revolução", *Folha de S.Paulo*, 17.02.2001.

BURGGRAAFF, W. J. e Millett, R. L., "More than Failed Coups:The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations", *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 54-78.

COLES, J., Reforming Agriculture, *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 193-219.

E.I.U. – "The Economist Intelligence Unit, Investing, Licencing and Trading in Venezuela", October 1999.

——————— Country Profile 2000 – Venezuela.

——————— Country Forecast, 1st quarter 2000, Venezuela.

——————— Country Forecast, April 2000, Venezuela.

——————— Country Report – Venezuela, September 2000.

Encyclopædia Britannica, vol. 22, 1973, verbete Venezuela.

FORERO, J., "Colombia in new dispute with Venezuela over a missing rebel", *The New York Times*, 9.03.2001.

GARCÍA MÁRQUEZ, G., "L'énigme des deux Chávez", *Le Monde Diplomatique*, agosto de 2000.

HAUSMANN, R., "Quitting Populism Cold Turkey: The 'Big Bang' Approach to Macroeconomic Balance", *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 252-282.

HABEL, J., "Intégration à marche forcée pour les Amériques", *Le Monde Diplomatique*, outubro de 2000.

KELLY, J., "The Question of Inefficiency and Inequality: Social Policy in Venezuela", *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 283-310.

KORNBLITH, M., "Political Crisis and Constitutional Reform", *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 334-361.

LEVINE, D. H. e Crisp, B. F., Legitimacy, "Governability, and Reform in Venezuela", *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 223-251.

MARQUIS, C., "America Gets Candid About What Colombia Needs", *The New York Times*, 25.02.2001.

MARTINEZ, T. E., "Two Hours with Hugo Chávez", *Foreign Policy*, Winter 1999-2000.

MARTZ, J. D., "Political Parties and the Democratic Crisis", *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 31-53.

MAXWELL, K., "The Long Shadow of Hugo Chávez", *Foreign Affairs*, setembro/outubro 2000.

NAÍM, M. e Francés, A.," The Venezuelan Private Sector: From Courting the State to Courting the Market", *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 165-192.

NAVARRO, J. C., "Venezuela's New Political Actors", *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 115-135.

PERDOMO, R. P., "Corruption and Political Crisis", *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 311-333.

PIETRI, A. U., "Le Venezuela au seuil d'un grand changement", *Le Monde Diplomatique*, dezembro de 1998.

RAMONET, I., Chávez, *Le Monde Diplomatique*, outubro de 1999.

Revista de la Associación Americana de Juristas, *Venezuela: Nueva Constitución – Otra Realidad?*, dezembro de 1999.

ROHTER, L., "Trade Issues will dominate Bush meeting with Brazilian", *The New York Times*, 29.03.2001.

SERBÍN, A., "A New Approach to the World?" *The Gran Viraje and Venezuelan Foreign Policy*, *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 365-386.

TEMPLETON, A., "The Evolution of Popular Opinion", *Lessons of the Venezuelan Experience*, p. 79-114.

WASSERMANN, R., "Chávez e Pastrana tentam acalmar tensões", *Folha de S. Paulo*, 24.03.2001.

A Venezuela e seus vizinhos

*Amado Luiz Cervo**

Introdução

A ênfase deste estudo consiste em definir o papel estratégico da Venezuela para as relações internacionais da América Latina em geral e da América do Sul em particular. Serão examinados os antecedentes históricos das relações regionais da Venezuela e aprofundados os eixos de ação do lado da Colômbia, da Guiana e do Brasil. A presença da Venezuela nos órgãos e blocos regionais consta entre os objetivos de outro estudo, porém este fator é tomado em consideração nas conclusões do trabalho.

Petróleo e democracia: o peso da história recente

O Governo venezuelano enfrentou durante décadas dificuldades em estabelecer sua estratégia de relações com os vizinhos. Desde os anos cinqüenta do século XX, obedecia este Governo a impulsos contraditórios em suas relações regionais: ou controlar a cooperação e a integração, ou desprezá-la. Compreende-se, pois, que tenha reagido com desdém ante a iniciativa da Operação Pan-Americana lançada pelos presidentes do Brasil, Juscelino Kubitschek, e da Argentina, Arturo Frondizi, em 1958. A opinião pública venezuelana também reagiu indignada, àquela época, diante da idéia de criação de um mercado comum latino-americano, considerada pelo Ministro das Relações Exteriores, Ignacio Luis Arcaya, uma iniciativa sem criatividade. Desse modo, a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC pelo Tratado de Montevidéu de 1960 surpreendeu o Governo e o setor privado da Venezuela.

Os impulsos contraditórios da política regional venezuelana apoiar-se-iam, desde então, em duas percepções que alimentariam o sentimento de autoconfiança: a superioridade econômica advinda da riqueza petrolífera e a superioridade política advinda da tradição democrática, inaugurada por Rômulo Betancourt, em 1959. A primeira

* Professor Titular da Universidade de Brasília.

alicerçava-se no fato de a Venezuela haver-se convertido nos anos cinqüenta no segundo produtor mundial e no primeiro exportador mundial de petróleo, o que lhe permitiu atrair capitais e empresas norte-americanos, dos quais se esperava o impulso modernizador. A segunda expressar-se-ia na *doutrina Betantourt*, uma determinação de somente reconhecer governos oriundos de eleições realizadas consoante normas constitucionais. Ocupando uma posição geográfica estratégica entre o Caribe e a América do Sul, a Venezuela, com sua pujante economia, apesar de população pequena, seis milhões de habitantes, tinha ambições de peso sobre o sistema interamericano.

O Governo venezuelano antecipou-se à Operação Pan-Americana com o objetivo de administrar a solidariedade americana, fundando-a sobre a riqueza nacional do petróleo. Em julho de 1956, o Presidente Marcos Pérez Jiménez, por ocasião da reunião dos Chefes de Estado das Nações da América no Panamá, propôs solenemente a criação do Fundo Econômico Interamericano, no mesmo espírito com que Juscelino Kubitschek lançaria a Operação Pan-americana dois anos depois e com que Perón buscara a integração latina anos antes. Sete países apoiaram a criação, quatro não emitiram opinião e nove propuseram que fosse encaminhada ao exame do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA. Nesse Conselho, o Governo dos Estados Unidos fez gestões ante outros para obstruir a aprovação da proposta, em reação semelhante aliás ao boicote que ofereceria à iniciativa brasileira do Presidente Kubitschek. O sistema interamericano haveria de girar em torno de propostas norte-americanos centradas sobre interesses nacionalistas dos Estados Unidos ou paralisar. Irritado, reconheceu Pérez Jiménez em declaração pública: "Pan-americanismo, solidariedade continental e outros conceitos do estilo só seguirão sendo proposições teóricas que fracassarão ou permanecerão como aspirações latentes, enquanto não se traduzam em medidas concretas com resultados de benefício coletivo". Seu Embaixador junto à OEA, diante das circunstâncias, retirou a proposta de criação do fundo e solicitou o fim dos debates.

Após a iniciativa malograda de hegemonia regional dos anos cinqüenta, a Venezuela haveria de refluir para o isolacionismo nas décadas seguintes. Relutou em aderir à ALALC, mantinha-se fora do GATT, opôs-se a qualquer projeto de integração, desdenhou o terceiro-mundismo e abriu confronto, em nome da doutrina Betantourt, tanto com o regime

esquerdista de Fidel Casto, quanto com os regimes militares que se espalhavam pela América do Sul. Voltou-se para os Estados Unidos, o grande mercado de exportação, e para o protecionismo, com o intuito de expandir a indústria interna. Esse último fator engendrou a hostilidade dos países vizinhos, propensos em vão a intercambiar petróleo pelo mercado venezuelano de manufaturados.

Três vertentes passaram a condicionar a política exterior e a ação externa da Venezuela em seu âmbito regional: a dependência das exportações de petróleo, cerca de 90% do total; a dependência dos Estados Unidos, principal investidor, cliente e fornecedor, e a repercussão interna dos acontecimentos políticos na área do Caribe. Os esforços convergiram então para o objetivo de preservar mercados e defender o preço do petróleo, por isso Caracas negociou com os países árabes a criação da OPEP. Visavam, por outro lado, obstar ao estabelecimento de governos hostis na América Central e Caribe, ou seja, à expansão de ditaduras de direita ou comunistas. Repugnava à doutrina Betancourt qualquer regime que atentasse contra a democracia e os direitos humanos.

O isolacionismo venezuelano despiu de conteúdo as relações com os países vizinhos. Ao romper as relações diplomáticas com ditaduras e instar a OEA a aplicar sanções contra tais regimes, se despertava a simpatia de pequenos Estados, provocava a indisposição dos grandes – México, Argentina e Brasil – defensores do princípio de não-intervenção. Depois do golpe militar de 1964 no Brasil, as relações bilaterais permaneceram frias. Como poderia o Brasil dos militares apoiar os esforços venezuelanos junto à OEA no sentido de aplicar sanções contra o regime comunista de Cuba, se a democracia de Betancourt havia rompido relações diplomáticas com o grande vizinho?

Compreende-se, em tais circunstâncias, porque Rafael Caldera Rodríguez, eleito em 1968, não mais pretendesse aplicar com rigidez a doutrina Betancourt. A Venezuela mantivera até então, com seu isolacionismo, relações econômicas irrelevantes e relações políticas inconsistentes com os países vizinhos, ao norte e ao sul. Nos anos setenta, contudo, passou a empreender ações regionais destinadas a criar laços com os países vizinhos, cujo consumo de petróleo desejava prover.

A alta dos preços do petróleo permitiu ao país, agora sob o Governo de Carlos Andrés Pérez Rodrígues, substituir a doutrina Betancourt pelos sonhos bolivarianos de liderar a América Latina.

Havendo já o país aderido à ALALC, integrou também o Pacto Andino e adensou as relações com os membros desse bloco, sem recuar de suas ambições do lado da bacia caribenha. Serão estas as duas áreas geográficas por onde se pretenderá engendrar o fim do isolacionismo. Em vão. A Venezuela prosseguirá vivendo de sonho e de ilusão: o sonho bolivariano e a ilusão do petróleo. O primeiro não lhe garantiria a pretendida liderança sobre a América do Sul e a segunda não traria o desenvolvimento social e econômico esperado. O Pacto Andino não vingava e a cooperação bilateral com outros parceiros tampouco. Requeria-se um tipo de política exterior dotada de maior senso realista, capaz de induzir ações ancoradas em necessidades e oportunidades objetivas.

Essas novas condições eram vislumbradas ainda nos anos setenta, quando o Brasil manifestou a intenção de aumentar a importação de petróleo venezuelano e a Argentina interessou-se pelo mercado de manufaturados do bloco econômico andino. Tanto uma como outra, Venezuela e Argentina, temiam que o rápido crescimento econômico do Brasil obstruísse suas ambições de liderança regional. As visões geopolíticas de então eram conflitantes. A Venezuela de Caldera e Andrés Pérez prosseguia disposta a jogar com o peso do petróleo em favor da liderança pretendida sobre a região. E a dirigir sua ação para as duas áreas contíguas, América Central e Caribe e países bolivarianos. Nessas condições, frustrava-se o Governo brasileiro que buscava em vão estabelecer a cooperação bilateral: "As nossas propostas – escrevia desde Caracas ao Itamaraty o Embaixador brasileiro, Lucillo Hadock Lobo, em 1975 – não tiveram êxito; encalharam na suspicácia, no temor ou no desinteresse. Nas conversas com altas autoridades venezuelanas, as palavras são de simpatia, de chegarmos à cooperação fecunda; agradáveis palavras o vento leva...".

A elevação do conceito do Brasil junto aos estrategistas venezuelanos resultou, enfim, da decisão da diplomacia brasileira de apoiar a política venezuelana de altos preços para o petróleo, como variável de uma luta em prol da valorização das matérias-primas oriundas do Terceiro Mundo. Ao exaurir-se a década de setenta, previa-se, pois, uma inflexão da política regional da Venezuela, iniciada com a visita à Brasília de Carlos Andrés Pérez, em 1977. O Partido Social Cristão-COPEI e a Ação Democrática, os dois grandes partidos políticos,

abandonaram a postura isolacionista, imbuída de empáfia sem lastro material, e transitaram para uma orientação realista, que articulava os objetivos da cooperação e da integração com o esforço interno de desenvolvimento. Surpreenderam-se, pois, com a saída chilena do Pacto Andino, um processo que, vindo do norte, esperavam que alcançasse o da Bacia do Prata.

Não perdeu tempo o Governo brasileiro em tirar proveito da nova orientação externa. Em abril de 1978 despachou para Caracas o Ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, que discutiu projetos relevantes de cooperação nos ramos do petróleo, da petroquímica, da mineração e da metalurgia. As condições estavam maduras para o Tratado de Cooperação Amazônica, firmado no mesmo ano por oito países, como o terceiro agrupamento de integração sub-regional, ao lado do Pacto Andino e do Tratado da Bacia do Prata. Diferenciava-se, contudo, aquele Tratado dos outros acordos de integração, ALALC, ALADI ou Pacto Andino, que atuavam na esfera econômica ou comercial. Seu objetivo era a concertação política permanente dos signatários para coordenar ações empreendidas conjuntamente pelos governos e os setores técnicos, tais como os estudos hidrológicos e climatológicos, a cooperação técnica e científica em matéria de saúde, transportes, comunicações, preservação do meio ambiente etc. Indiretamente, esperavam os estrategistas, adviriam conseqüências econômicas de estudos que redundassem na criação de infra-estrutura física destinada à melhora das condições de vida das populações amazônicas.

A mudança da política regional da Venezuela representou, portanto, injeção de novo ânimo tanto para os movimentos de integração quanto para a cooperação bilateral entre vizinhos. A imagem de um Brasil expansionista, hegemônico e dominador modificou-se drasticamente e as expectativas positivas afloraram. O equipamento empresarial e tecnológico brasileiro agregou-se ao projeto de desenvolvimento venezuelano, no início dos anos oitenta, à época da administração Herrera Campins, como um possível fator de propulsão, que será procurado no futuro. Desenhava-se, nas estratégias de ação política regional, um eixo Brasil-Venezuela, visto melhor como eixo produtivo e não comercial, porquanto destinado a robustecer o núcleo central das economias nacionais mediante projetos de cooperação empresarial. Sem ter a Venezuela que abandonar seu papel de campeã

na defesa da democracia e dos direitos humanos e sem abandonar as linhas de força de sua política exterior em direção aos Estados Unidos e à região do Caribe e América Central.

A inclinação realista para a América Latina nos anos oitenta, ao tempo em que a abundância da oferta de petróleo estava comprometendo seu preço no mercado internacional e a Venezuela perdia peso nas considerações norte-americanas, inspirou o projeto, não mais abandonado pela diplomacia de Caracas, de criar a primeira transnacional do petróleo do Terceiro Mundo. Um protocolo nesse sentido foi firmado em 1981 por Venezuela, Brasil e México. A aproximação com o Brasil, país com o qual nunca tivera conflito de qualquer natureza, era aconselhada em razão do grande potencial de cooperação nos setores produtivos mais diversos, e como contraparte às investidas do nacionalismo norte-americano na zona caribenha. Era também aconselhável diante dos contenciosos de fronteira que ainda pendiam do lado de seus dois outros vizinhos, Colômbia e Guiana, particularmente este último, que envolvia a região do Essequibo.

A recessão da década de oitenta em ambos os países tornou-se, contudo, o complicador operacional das intenções políticas. O ambicioso projeto da Petrolatina não dispunha de condições para materializar-se. Ademais, com o projeto Calha Norte, criado em 1985, o Brasil parecia abandonar a cooperação amazônica em favor de soluções unilaterais para os problemas da área. Por outro lado, a letargia em que se instalara o bloco andino estava a requerer uma reforma de seu estatuto, o Acordo de Cartagena. A negociação de modificações deu-se no ano de 1987, com o objetivo de atenuar o dirigismo estatal coercitivo e conferir maior determinação ao mercado e à concorrência como fatores de alocação de recursos e de crescimento dentro do bloco. Sob influência de um isolacionismo que ainda pesava – a Venezuela não aderira ao GATT e entrara tardiamente na ALALC e no Pacto Andino – as autoridades de Caracas hesitavam em firmar o Protocolo Modificatório da nova Comunidade Andina. Mas não resistiriam à pressão vinda do Brasil, que passou a liderar o moderno processo de integração da América do Sul.

Com efeito, foi o presidente José Sarney ao encontro de seus colegas da Argentina, Raúl Alfonsín, e da Venezuela, Jaime Luzinchi. Com o primeiro, firmou em 1986 os Protocolos de Cooperação que deram respaldo ao um flexível processo de integração no Cone Sul e,

com o segundo, o Compromisso de Caracas, em 1987, também destinado a estabelecer um eixo regional capaz de induzir o moderno processo de integração do norte. Operava essa diplomacia pendular de Sarney com o trunfo político de poder optar por um ou outro dos processos de integração, à mercê de seu triunfo. Vingou o do sul, ficando o do norte em compasso de espera, uma frustração para os setores empresariais e políticos venezuelanos. Os novos eixos de cooperação ao norte e ao sul do Brasil tinham causas comuns, no plano político: a consolidação da democracia, uma atitude de maior introspecção latino-americana em substituição à introspecção nacional dos países e a presença ativa dos governos em grupos regionais de concertação política e econômico-financeira, como os Tratados da Bacia do Prata e de Cooperação Amazônica, o SELA, o Pacto Andino, os grupos de Contadora-Apoio, dos Oito e o Consenso de Cartagena.

De qualquer modo, ao tempo em que se preparava a criação do bloco do Cone Sul a partir da cooperação entre Brasil e Argentina, a diplomacia do Presidente brasileiro, José Sarney, havia lançado bases para outro processo alternativo, ao norte, mediante o eixo de perspectivas similares com a Venezuela. As experiências introduzidas pelos presidentes neoliberais Carlos Saúl Menem na Argentina, Carlos Andrés Pérez na Venezuela e Fernando Collor de Melo no Brasil, desde 1989-90, haveriam de modificar as estratégias de concertação regional e condicionar os processos de integração na última década do século, até sua derrocada por cassações políticas ou por força do voto popular. A vitória de Hugo Chávez Frías nas eleições presidenciais de dezembro de 1998 pôs fim à dominação de quarenta anos dos dois partidos conservadores tradicionais, inaugurando um outro modelo político caracterizado pelo nacionalismo social, distinto do conservadorismo tradicional e da malograda experiência neoliberal recente. Nas palavras de seu Ministro de Relações Exteriores, José Vicente Rangel, a ênfase da política exterior venezuelana, desde a ascensão de Chávez, foi posta nas vizinhanças. Quatro áreas básicas denominadas *fachadas* foram selecionadas para dirigir os esforços da diplomacia e a ação do Governo: a atlântica, a caribenha, a andina e a amazônica. Seus objetivos desdobrar-se-iam na implementação de importantes projetos de cooperação bilateral e na determinação de contribuir, desde a região, para agilizar os processos de integração. Decidiu, desse modo, o novo

Governo venezuelano jogar seu peso político, a força de seu mercado e de seu setor produtivo, particularmente o petrolífero, em favor da união da América Latina. Sendo membro forte da Comunidade Andina, do Grupo dos Três (uma zona de livre comércio em construção entre México, Colômbia e Venezuela), do Tratado de Cooperação Amazônica, e havendo-se vinculado à Associação dos Estados Caribenhos e ao CARICOM por meio de um Acordo Energético, a Venezuela desponta como intermediário imprescindível para o processo de articulação entre o norte e o sul da América Latina.

Venezuela e Colômbia: convivência perpétua

Dois condicionamentos concorrem para o significado relevante que adquiriu a vizinhança nas atuais relações internacionais da Venezuela. Por um lado, o texto da constituição da República Bolivariana da Venezuela, adotado em dezembro de 1999, confinou em menor espaço a tradição pan-americanista do país, ao recuperar a idéia da antiga Grã-Colômbia, a efêmera realização unitária de Simón Bolívar. Pelo Artigo 14, poder-se-ia criar, caso os residentes o decidissem por voto, a Grã-República Bolivariana, uma reintegração de Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá. Por outro lado, ao definir os parâmetros de sua política exterior, o presidente Hugo Chávez Frías expressou esta mesma visão. Desse modo, a Colômbia tornou-se peça-chave da arquitetura política da Venezuela.

Raramente dois países foram chamados a uma convivência tão íntima quanto Colômbia e Venezuela. A grande diversidade de fatores envolvidos nessas relações derivam em boa parte da fronteira comum de 2.219 km., porém outros também existem. Com efeito, essas relações abarcam aspectos como a integração, o comércio, o desenvolvimento da zona de fronteira, a migração fronteiriça, o problema da dupla nacionalidade, a segurança, a cooperação judicial, a luta contra o tráfico transfronteiriço de ilícitos e a guerra revolucionária na Colômbia. Vamos coordenar o exame dessas questões em quatro pontos: os limites, a zona de fronteira, as relações econômicas e o comércio bilateral e o Plano Colômbia de combate à produção e ao comércio de drogas.

Os limites entre Colômbia e Venezuela

Quando se desfez a Grã-Colômbia, em 1830, colocou-se o problema fronteiriço. As negociações acerca da definição da linha iniciaram nos anos imediatos. Apesar de esforços reincidentes, porém infrutíferos, no século XIX, a questão foi levada ao arbitramento do Rei da Espanha em 1881. O laudo adveio em 1891 e foi considerado lesivo aos interesses territoriais pela opinião política venezuelana, mantendo-se abertos no futuro o contencioso e a negociação. Em 1898, um tratado bilateral dispôs sobre a demarcação, criando possibilidades de compensações relativamente à linha arbitrada. Esta e sucessivas outras negociações foram infrutíferas, de modo que a questão foi levada novamente ao arbitramento internacional em 1916, junto à Confederação Helvética. O laudo de 1922 deixou apenas em suspenso a demarcação de fronteira e navegação dos rios comuns, acordadas bilateralmente em 1941. Nessa data, deu-se por concluída a fixação das fronteiras entre os dois países. Uma herança de descontentamento e de frustração diante do desempenho da diplomacia incorporou-se, contudo, ao patrimônio político da Venezuela, que se considera historicamente prejudicada.

A definição das áreas marítimas e submarinas constituiu-se em novo problema a enfrentar desde 1964, o qual veio à tona quando a Colômbia tomou decisões unilaterais acerca da delimitação à noroeste do Golfo da Venezuela, uma zona petrolífera. O diálogo se estabeleceu no ano seguinte. E se prolongou arduamente, com suspensões e retomadas, por estar a Venezuela convencida de suas perdas territoriais anteriores e imbuída de firme determinação de não reincidir. A ponto de haver a negociação repercutido como argumento durante a tentativa de golpe militar encabeçado por Hugo Chávez em 1992. Quando assumiu a Presidência, em 1999, a questão permanecia pendente.

A zona de fronteira

Os governos de ambos os países lidam permanentemente com problemas derivados das fronteiras vivas que se estendem por mais de dois mil quilômetros, cujas conseqüências são mais sensíveis no lado venezuelano: comércio de contrabando, desmatamento, migrações,

povoamento irregular, narcotráfico, seqüestros, incursões da guerrilha colombiana e presença de cartéis de narcotraficantes. Como não foram fixados marcos de fronteira em número suficiente, esses fenômenos provocam acréscimo de dificuldades, aos quais reage o exército venezuelano, que por vezes, na esteira da perseguição quente, penetra o território do vizinho. Quanto às bacias hidrográficas, o controle de três dentre elas (Arauca, Catatumbo e Orinoco) está nas mãos do ribeirinho superior, a Colômbia.

O espírito bolivariano do Governo Chávez deu continuidade às iniciativas de solução conjunta para os problemas de fronteira viva, mesmo porque toda e qualquer iniciativa haveria de malograr se não coordenasse esforços conjuntos. Na Acta de San Pedro Alejandrino, de 6 de março de 1990, os dois governos haviam definido os assuntos prioritários de suas relações bilaterais. Quatro temas foram postos sob responsabilidade da Comissão Negociadora Presidencial: bacias hidrográficas; rios internacionais; delimitação de áreas marinhas e submarinas; demarcação e adensamento dos marcos fronteiriços. Os outros temas relevantes foram confiados à Comissão Presidencial para Assuntos Fronteiriços: migrações, transporte internacional, utilização de recursos naturais transfronteiriços, tráfico de entorpecentes, apropriação e recuperação de meios de transporte e cooperação e assistência mútua em caso de emergência. Mais de oitenta projetos de desenvolvimento sócio-econômico da zona de fronteira se somaram às iniciativas sob responsabilidade desta Comissão.

A imigração colombiana criou um espaço econômico e cultural na zona de fronteira, tamanha tem sido sua envergadura nos últimos cinqüenta anos.

Entre 1994 e 1999, inúmeros atos bilaterais ratificaram a disposição de ambos os Estados em manter a ação constante em que convergem interesses comuns e contrapostos. A presença do Estado na zona de fronteira deriva da consciência da convivência inevitável e perpétua, estando seu *modus operandi* orientado por duas normas operacionais: manter permanente a negociação direta e adotar em seu curso o enfoque da globalidade para a busca de soluções. Esta estratégia de ação *inclusiva* induz soluções para os incidentes e para os fenômenos permanentes de fronteira que são fundadas na avaliação de seus componentes específicos e de suas interfaces com outros fenômenos, fazendo uso do diálogo estabelecido no interior dos mecanismos bilaterais.

Ademais, a relevância das relações entre Colômbia e Venezuela se manifesta por meio de intensa utilização da negociação de alto nível: as trocas de visitas presidenciais entre Andrés Pastrana Arango e Hugo Chávez Frías ocorrem, desde 1999, várias vezes ao ano; o mesmo acontece com os chanceleres, os vice-chanceleres e outros ministros de Estado.

Nessas condições, é muito difícil prever que um incidente de fronteira, do tipo incursão, ação da guerrilha, seqüestro etc. possa comprometer o desempenho desses mecanismos de negociação no sentido de alcançar soluções politicamente concertadas, por mais que os meios de comunicação alardeiem o conflito. Mesmo porque, em 1997, os governos estabeleceram um Mecanismo de Verificação de Incidentes Fronteiriços e, no ano seguinte, firmou-se um Acordo de Cooperação Policial, precisamente, para fazer face a esse gênero de acontecimentos.

As relações econômicas e o comércio bilateral

Em termos comparativos no conjunto de seus parceiros, abstração feita dos Estados Unidos, as relações econômicas e comerciais da Venezuela com a Colômbia são muito intensas. Nos anos de 1999 e 2000, as exportações da Venezuela, excluídos petróleo e ferro, orientaram-se para os Estados Unidos em primeiro lugar (33 % e 37%), em segundo lugar para a Colômbia (18% e 15%), vindo outros parceiros abaixo de 6%. A Colômbia era o primeiro mercado de destino das exportações não petrolíferas venezuelanas até 1999, ocupava até então e ainda ocupa o segundo lugar como fornecedora externa da Venezuela.

As relações entre Venezuela e Colômbia foram historicamente influenciadas pela negociação. Entre 1835 e 1995, foram firmados 31 acordos formais, aos quais se somaram troca de notas e atos complementares, atingindo um total de 67. Por campo de poder, foram 7 acordos econômicos, 8 sociais, 48 políticos e 4 militares. O período mais produtivo em termos de atos bilaterais foram os anos entre 1988 e 1991, em razão da negociação das questões fronteiriças, bem como em conseqüência dos acordos bilaterais ditos de integração, feitos à raiz do Pacto Andino.

O comércio fomentou, nas duas últimas décadas, a imigração colombiana para o território vizinho. Existem aldeias onde a maioria da

população é de nacionalidade colombiana. Se este fenômeno cria certas dificuldades, como o comércio ilegal, por outro lado estimula o processo integrador, ao constituírem-se famílias mistas, dispostas a apoiar ações dissuasivas de conflitos por parte dos governos. O comércio de fronteira deu origem à emergência de agentes sociais com capacidade de influir junto às autoridades centrais, das quais obtiveram a criação de várias Câmaras de Comércio Bilateral e o estabelecimento de vias de transporte transfronteiriço. As atividades comerciais da e pela zona fronteiriça envolvem produtos tradicionais, da agricultura e da pecuária, e produtos industrializados, como calçados, têxteis e outros. As atividades podem imbricar-se de tal modo que se chega, por exemplo, a denominar *de região metropolitana* o estado de Táchira e o Departamento Norte de Santander.

O dinamismo das atividades econômicas de fronteira foram ao ponto de converter a Colômbia no segundo parceiro comercial da Venezuela, depois dos Estados Unidos. As facilidades legais fixadas em acordos de integração fizeram avançar a complementaridade econômica e estimularam empresários de ambos os países a realizaram inversões conjuntas. As trocas induziram, para além dos fluxos de mercadorias, o comércio de matérias-primas de origem colombiana para processamento em indústrias venezuelanas.

Guerrilha, narcotráfico e Plano Colômbia

Desde o início de seu Governo, o presidente Chávez rompeu com a tese de seus antecessores de considerar a insurgência colombiana inimiga comum, deixando claro que a guerrilha era apenas inimiga da Colômbia e não da Venezuela. Sua aproximação com as FARC tornou-se patente em pequenos gestos, como o convite feito a dois de seus membros para participar de debates na Venezuela. É presumível que as intenções dessa aproximação tenham sido duas: afastar a ação guerrilheira na extensa fronteira comum e produzir um poder negociador de barganha. Com efeito, Chávez manifestou a seu desconfiado colega Pastrana a firme disposição de mediar o conflito interno. No ano 2000, as relações bilaterais passaram por momentos de tensão, gerados por incidentes de fronteira e por contatos efetivos entre o Governo venezuelano e líderes das FARC, tensão cujo agravamento a intensa atividade política entre ambos os Estados soube conter.

Essa diferença entre Venezuela e Colômbia a respeito do tratamento a dar à guerrilha foi objeto de explicação por parte do Chanceler José Vicente Rangel, por ocasião de um encontro público a 17 de março de 1999. A Venezuela não pretende envolver-se em assuntos internos da Colômbia, mantém-na como única interlocutora, porém, estaria conferindo às FARC o mesmo *status* político e envidando os mesmos esforços para a consecução da paz que lhes dispensa o governo de Pastrana. O novo tratamento por parte da Venezuela teve início quando Pastrana decidiu entender-se politicamente com a guerrilha, em uma mesa de negociação, e convidou nessa ocasião representantes do Governo venezuelano para tomar parte nas mesmas.

Além de presumíveis vínculos entre o Governo de Chávez e a guerrilha, sua resistência ao Plano Colômbia de combate às drogas lançado pelo Presidente Bill Clinton dos Estados Unidos também contribuiu para perturbar as relações com a Colômbia. Importa frisar que a versão original do Plano apresentada pelo presidente Andrés Pastrana a Washington não continha dispositivo algum prevendo a intervenção militar. Pastrana buscava soluções distintas e conjugadas para os dois problemas do país, guerrilha e drogas, causados ambos no seu entender por desigualdades sociais. A versão americana eliminou toda ajuda ao desenvolvimento e colocou recursos praticamente inexauríveis na guerra às drogas. Desse modo, a presença do Estado colombiano na negociação com a guerrilha, prevista por Pastrana no âmago do combate à droga, tornou-se concretamente inalcançável. No pacote de ajuda norte-americana de centenas de milhões de dólares à Colômbia em 2000, 82% dos recursos destinaram-se à ação militar.

A exemplo de outros países da América do Sul e da Europa, a Venezuela temia a internacionalização do conflito colombiano, ou seja, a vietnamização da região. E via na iniciativa andina dos Estados Unidos o mesmo erro estratégico posto em marcha no modo de enfrentar movimentos insurgentes e subversivos em outros países: utilizar a força militar ao invés de planos de desenvolvimento sócio-econômicos. Mas as correntes conservadoras da opinião pública em curso no interior da Venezuela e da Colômbia acusavam Chávez de colaboração com a guerrilha e de exportador de revolução. Frente a esse complicador, tornou-se difícil o diálogo político entre ambos os governos, sem contudo suspenderem-se os encontros presidenciais. Ambos os governos não

haviam ainda percebido que convinha conviver com suas diferenças, Bogotá com seu Plano e Caracas com sua liberdade de receber guerrilheiros. Uma espécie de luta travou-se entre os ministros de relações exteriores, com *rounds* de sucesso e malogro de lado a lado. As grandes comissões binacionais chegaram a cessar por momento seus trabalhos.

O abrandamento das disposições venezuelanas para com os Estados Unidos tornou-se perceptível no ano 2001, com a inauguração da administração George W. Bush. A tendência à distensão observou-se também diante dos temores dos vizinhos. José Vicente Rangel, Ministro de Relações Exteriores, foi enfático ao afirmar que a relação com os Estados Unidos permanece "fecunda e produtiva" e, por outro lado, em assegurar aos vizinhos que seu país não está interessado em exportar o modelo político para o exterior, mas sim em exportar petróleo, café, cacau e outros produtos. Se houve, portanto, um idealismo inicial na diplomacia bolivariana de Chávez, em pouco tempo esse caráter cedeu ao adequado realismo político da ação externa.

A administração Bush, ao anunciar a proposta de orçamento para 2002, apesar de fortemente criticada nos Estados Unidos, nos países andinos e amazônicos, manteve a prevalência da ajuda militar sobre outras modalidades de utilização de recursos pelo Plano Colômbia. Introduziu, todavia, dois outros componentes em sua estratégia: por um lado, a regionalização da ação, que de Iniciativa Andina, como é denominada nos Estados Unidos, amplia-se para um Plano América, envolvendo Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Brasil, Venezuela e Panamá; por outro lado, a terceirização das operações militares para o trabalho *sujo* mediante a contratação de civis americanos, como militares aposentados que se tornam mercenários, ou mediante o uso de forças regulares latino-americanas, do exército ou da polícia. Quanto mais surpresa se torna a opinião pública diante dessas mudanças, paradoxalmente mais se dissipam as reservas dos governos latino-americanos diante do empreendimento regional dos Estados Unidos.

As diferenças havidas entre os dois países quanto às três questões aqui analisadas não comprometeram o diálogo político e a aproximação econômica entre Venezuela e Colômbia, que permanecia, em 2001, o segundo sócio comercial. Nas palavras do Ministro de Relações Exteriores, Luis Alfonso Dávila García, que substituiu em fevereiro de 2001 a José Vicente Rangel, a relação com a Colômbia, "es hoy más digna, más clara,

más transparente, a veces más emotiva, pero también porque es hoy más afectiva". O estilo pessoal e desenvolto do Presidente e de seu Chanceler continha certa dose de magia capaz de seduzir interlocutores e fazê-los esquecer ressentimentos.

Venezuela e Guiana: a fronteira que se procura

A Venezuela reivindica de pleno direito a região rica em minérios da bacia do Essequibo, 159.000 km^2, parte da circunscrição administrativa espanhola que lhe era afeta na época colonial, cedida porém à Grã-Bretanha por um tribunal arbitral internacional estabelecido em Paris, cujo laudo veio a público em 1899. Sua ação internacional obteve em 1966 o Acordo de Genebra, firmado entre Venezuela, Grã-Bretanha e um representante da colônia Guiana Britânica, que obteve sua independência meses depois. O Acordo nada definia, além da obrigação para as partes de buscar uma solução satisfatória. Mas essa decisão de direito internacional confirmava a nulidade do laudo e a existência da controvérsia, o que *per se* constituía uma vitória da diplomacia venezuelana.

Na nota de reconhecimento da Independência da Guiana, a Venezuela se reserva o direito de soberania territorial sobre toda a margem esquerda do rio Essequibo, direito contestado pelo Governo do novo país independente, que reafirmou, contudo, a disposição de dar cumprimento ao Acordo de Genebra. A controvérsia estendeu-se, tanto em nível internacional, no seio de inúmeras organizações, como em nível nacional, com decisões unilaterais de ambos os governos relativas ao território contestado. As negociações bilaterais foram suspensas por longos anos, o que permitiu à Guiana implantar projetos e reforçar seu controle sobre o território. Apesar da mediação da ONU, durante os 21 anos de Governo despótico de Lindon Forbes Burnham, que faleceu em 1985, nenhum avanço concreto deu-se na negociação.

Desde então, os dois países firmaram acordos de cooperação em outras áreas, independentemente de se chegar à solução da controvérsia lindeira. Até mesmo trocas de visitas de chefes de Estado se realizaram, denotando esse novo ambiente nas relações políticas. Introduziu, entretanto, o Governo guianense, nos meados da década de noventa, sob protesto de seu vizinho, a tática de internacionalizar o território

mediante concessões mineiras e madeireiras a empresas transnacionais.

Com base no Acordo de Genebra de 1966, a diplomacia de Caracas se movimentava com presteza junto a empresas e governos envolvidos nas concessões, obtendo via de regra a desistência do parceiro externo da Guiana. Assim aconteceu com as empresas Exxon-Mobil e Century dos Estados Unidos, que renunciaram a suas licenças de exploração de recursos naturais na região do Essequibo. Em 19 de maio de 2000, entretanto, o acordo entre o Governo guianense e a empresa norte-americana Beal Aerospace Technologies para instalação de uma base espacial no Essequibo – mais uma concessão do gênero – provocou veemente reação do presidente Chávez: "No lo vamos a aceptar. Eso que le quede muy claro al Gobierno guyanés y a todos los que tienem que ver com eso". Desta feita, além da ação diplomática de rotina utilizada em tais casos, não hesitou Chávez em recorrer à diplomacia do petróleo para demover os contratantes. As gestões de Caracas em Washington e o fato de estar a Guiana interessada nos benefícios do Acordo Energético de Caracas foram suficientes, mais uma vez para, para anular a concessão. A Beal anunciou em outubro o término de suas operações.

Contrapôs recentemente, com êxito, o Governo venezuelano a tais iniciativas, seu critério de globalidade a presidir negociações diplomáticas com seus vizinhos, um *modus operandi* segundo o qual o conjunto de questões e possibilidades das relações internacionais devem ser postos sobre a mesa quando se concertam soluções para uma determinada questão. Apesar de haver esta prática estabilizado as relações bilaterais em boas bases, adensando a cooperação econômica e o comércio, nenhuma solução alcançou-se quanto ao território litigioso até o presente. Em 2001, estavam em pleno funcionamento dois mecanismos de cooperação recentemente implantados: a Comissão Binacional de Alto Nível e o Conselho Binacional Empresarial. Chávez assegurou ao vizinho que, apesar de manter a histórica reivindicação territorial, jamais utilizaria a força para realizá-la. O Governo da Guiana manifestou a intenção de integrar o Acordo Energético de Caracas, subscrito no ano 2000 por uma dezena de países da América Central e do Caribe aos quais a Venezuela fornece petróleo em condições especiais de pagamento.

Venezuela e Brasil: a cooperação somente um desejo

Brasil e Venezuela mantêm relações bilaterais não conflitantes desde a Independência. Essas relações foram, ademais, consideradas pelos analistas como relações benéficas, nos dois últimos séculos. Dois marcos recentes, permitem qualificar estas relações, primeiramente de cooperativas, desde o final da década de setenta, e convergentes, desde a ascensão do Presidente Chávez, em 1999.

Com efeito, em que pese diferenças de estilo na ação externa, nenhum outro país da América do Sul apresenta relativamente ao Brasil, no início do milênio, tantas variáveis comuns em sua visão de mundo e em sua estratégia externa quanto a Venezuela. Essa convergência se estabelece mediante a comum adoção dos seguintes parâmetros: a) o conceito de globalização assimétrica como correção ao conceito neoliberal de globalização benéfica; b) o conceito político e estratégico de América do Sul; c) o reforço do núcleo central robusto da economia nacional como condicionante da interdependência global; d) a prévia integração da América do Sul como condicionante da integração hemisférica; e) a percepção de nocividade da Associação de Livre Comércio das Américas-ALCA, caso se estabeleça sem os condicionamentos anteriores e sem a reciprocidade comercial efetiva; f) a reserva ante o aspecto militar do Plano Colômbia; g) o repúdio a qualquer presença militar norte-americana e a seus vôos na Amazônia; g) a decisão de não privatizar o setor petrolífero.

Duas diferenças, entretanto, podem ser percebidas nas políticas exteriores de ambos os países: por um lado, o ideal bolivariano de integração política, um dos suportes ideológicos do Governo Chávez, foi tomado por utopia pelo pensamento político dos brasileiros, desde o tempo em que o libertador era vivo, embora se possa estabelecer um elo entre esse pensamento e o conceito estratégico de América do Sul, elaborado pelo Barão do Rio Branco; por outro, a Venezuela ostenta maior disposição na esfera da integração econômica regional – haja vista o propósito de se criar a Petrolatina – com projetos de envergaduras que se distanciam das intenções pusilânimes do empresariado brasileiro, público ou privado.

A zona de fronteira

Os limites entre Brasil e Venezuela foram traçados pelo Tratado de 1859. A demarcação da fronteira comum de 2.199 quilômetros, iniciada em 1879, ainda não se concluiu, apesar de haverem as comissões mistas cravado nada menos de 2.061 marcos até o ano 2000.

Embora sendo muito menos intensa a presença humana na zona de fronteira Venezuela-Brasil, relativamente à zona Venezuela-Colômbia, cuja extensão é praticamente idêntica, requer-se de ambos os Estados uma coordenação de ações para fazer face aos problemas da mineração ilegal, do povoamento e do desenvolvimento.

Em 1989, detectou-se pela primeira vez a presença de garimpeiros brasileiros em território venezuelano. O prejuízo causado pelo desmatamento e a ação de traficantes que utilizam aeroportos clandestinos, entre outros complicadores fronteiriços, ensejaram, nos anos noventa, a criação de grupos técnicos de cooperação, de uma Comissão Científica Conjunta, de um Mecanismo Político de Consulta e de um Grupo de Trabalho sobre Mineração Ilegal. O envolvimento de órgãos diversos de ambos os lados levam à conclusão segundo a qual esses problemas de fronteira, em razão da invariável boa disposição aplicada na busca de soluções, contribuíram para adensar as relações bilaterais em seu conjunto.

Ambos os países formularam uma política de povoamento da área fronteiriça. O programa venezuelano, denominado PRODESSUR, refere-se aos estados Amazonas, Apure, Bolívar e Delta Amacuro. O correspondente brasileiro, o Calha Norte, que lhe é anterior, compreende os estados Amazonas, Amapá, Pará e Roraima. Ambos têm por escopo zelar pela respectiva soberania, melhorar a qualidades de vida das populações locais, assegurar boas condições para as populações indígenas, desenvolver suas potencialidades econômicas e proteger os recursos naturais. Receberam muitas críticas em razão da forte presença militar e do presumível descuido com o meio ambiente. Tendo em vista a repercussão nacional e internacional dos programas, resolveram os governos complementá-los com o Sistema de Proteção da Amazônica (SIPAM) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Os planos de integração energética resultaram espontaneamente de necessidades percebidas pelos programas mencionados. As estatais EDELCA e ELETROBRAS negociam contratos desde 1993, com base

em estudos feitos pelo Grupo de Trabalho sobre Energia. Os cursos fluviais da Venezuela, com quedas d'água de potencial superior, oferecem reais possibilidades de fornecimento de energia elétrica para regiões brasileiras. O primeiro contrato para a construção de uma linha de transmissão foi firmado pelos presidentes Rafael Caldera e Fernando Henrique Cardoso.

Outro plano de cooperação fronteiriça estabeleceu-se com a possibilidade de vínculo rodoviário entre ambos os países, um fator indutor do investimento empresarial e do comércio regionais. A rodovia BR-174, partindo de Manaus, conecta Brasil com Venezuela e permite aos produtos brasileiros o acesso ao mercado do país vizinho como também uma saída para os portos da região do Caribe.

A cooperação aquém das potencialidades

A Amazônia indomável separou Brasil e Venezuela durante dois séculos. Dois momentos, ambos de iniciativa brasileira, inauguram a fase de estreitamento das relações bilaterais, que passam a ampliar seu espaço na agenda externa de ambos os países: a estratégia de diversificação de fornecedores externos de petróleo após a primeira crise de preços de 1973 e a nova concepção de integração regional do Presidente José Sarney, implementada desde 1985 com base na construção de eixos bilaterais, conforme acima se observou.

As relações econômicas foram estimuladas pela diplomacia presidencial, sobretudo nos anos noventa. Estudiosos de ambos os países à convite da Fundação Alexandre de Gusmão-FUNAG e do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais-IPRI, órgãos do Itamaraty, desenvolveram o conhecimento do outro, que era extremamente precário, estabelecendo bons diagnósticos das possibilidades de cooperação. Em 1994, os chefes de Estado reuniram-se e firmaram o Protocolo de La Guzmania, com o objetivo de traçar as diretrizes da nova e moderna cooperação econômica bilateral. Nessa ocasião, o Presidente brasileiro, Itamar Franco, sugeriu uma tríplice estratégia de concertação entre os dois países, tendo por fim desenvolver ações na zona de fronteira, estimular o comércio e a interpenetração empresarial e agir no sentido de criar uma zona de livre comércio na América do Sul. Durante as administrações dos presidentes Caldera,

Chávez e Cardoso, de 1994 ao presente, o empenho pessoal dos chefes de Estado foi o motor principal da cooperação que engrandeceu nas esferas da ação política e econômica.

Os diagnósticos determinaram os interesses estratégicos que podem ser realizados por meio das relações bilaterais. Para o Brasil, a Venezuela tem condições de converter-se em primeiro fornecedor de petróleo, assegurando sua tranqüilidade energética, e de acionar seu sistema produtivo com o fim de prover o norte do país de eletricidade, bens e serviços requeridos pelo desenvolvimento da Amazônia. Com a interligação dos transportes, abre ao Brasil seu mercado para produtos vindos do sul e de outras regiões, com a possibilidade de baixar custos de suas exportações a partir de portos venezuelanos. Para a Venezuela, a dimensão do mercado brasileiro e o grande potencial econômico implantado no país vizinho abrem perspectivas de negócios substantivos. A cooperação econômica e tecnológica despertou grandes expectativas nas áreas de petróleo, petroquímica, mineração, siderurgia e tecnologia espacial. O mercado do norte do Brasil abriu-se, como se observou, a bens e serviços venezuelanos. As exportações venezuelanas para o Brasil tendem, ademais, a ir além do petróleo. Por fim, a Venezuela alimenta há anos a intenção de articular a Comunidade Andina com o Mercosul, utilizando para tanto a intermediação brasileira. Nesse ponto, os dois governos, cuja ação é imprescindível e condicionadora do processo, estão imbuídos da mesma determinação política de fundar o bloco dos países da América do Sul, sobre a base preexistente dos dois blocos regionais onde exercem liderança.

Desde meados de 1999, o Brasil negocia com a Comunidade Andina, havendo-se estabelecido preferências alfandegárias para 2.728 produtos até fins de 2000. As negociações estenderam-se para o âmbito do Mercosul. A 3 de abril de 2001, por ocasião de mais uma visita do primeiro a Brasília, Chávez e Cardoso reafirmaram o compromisso de subscrever o mais breve possível o acordo de livre comércio entre Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e Comunidade Andina (Colômbia, Peru, Equador, Bolívia e Venezuela). Chávez anunciou então a decisão de seu Governo de solicitar a adesão ao Mercosul, primeiro como membro associado, depois como membro pleno. Ratificou-a dias depois junto ao Presidente argentino Fernando de la Rúa por ocasião da cúpula de Quebec convocada para deliberar sobre a criação da ALCA.

Os dados disponíveis acerca das relações entre o Brasil e a Venezuela levam às seguintes conclusões: a) nos últimos anos, as relações políticas bilaterais conheceram um surto de adensamento superior ao que se verifica entre estes países e outros parceiros; b) estudos estabeleceram diagnósticos sobre cooperação bilateral, comercial e econômica, evidenciando grande potencialidade; c) a ação dos respectivos fatores produziu, até 2001, resultados incipientes, expressivos sobretudo na zona de fronteira; d) a letargia dos agentes brasileiros, públicos e privados, representa fator explicativo para frustrações venezuelanas.

Conclusão

O novo modelo político implantado na Venezuela com a constituição bolivariana de 1999 reforçou a soberania nacional, fomentou a integração regional e revitalizou o diálogo político internacional. O estilo pessoal e independente do Presidente Hugo Chávez Frías criou problemas no relacionamento com os Estados Unidos, em razão de seu estreitamento com o regime de Fidel Castro, de sua visita ao Iraque, da reserva diante do Plano Colômbia e da proibição de sobrevôos militares americanos na Amazônia. Dificuldades de bem menor porte surgiram no ano 2000 entre a Venezuela e a Colômiba, em razão da aludida reserva ao Plano Colômbia, bem como dos contatos informais entre o Governo de Chávez e representantes das FARC.

O uso de intensa diplomacia presidencial concretizada em freqüentes viagens internacionais neutralizou efeitos negativos de estilo, tanto nas relações com os Estados Unidos quanto com a Colômbia. Em 2001, essas relações restabeleceram a cordialidade.

Na esfera regional, os frutos da diplomacia bolivariana fizeram-se sentir de cinco maneiras: 1) o encaminhamento de soluções integradas para os distintos problemas e possibilidades que as intensas relações com a Colômbia requerem; 2) a administração pacífica do contencioso lindeiro com a Guiana acerca do Essequibo, por modo a permitir a cooperação econômica entre ambos; 3) a convergência política com o Brasil nas visões de mundo, o fomento da cooperação na zona de fronteira e a conjugação de esforços para a integração regional; 4) o reforço dos dois blocos econômicos mais importantes da região, Comunidade Andina e Mercosul, mediante o lançamento da negociação tendo em vista associá-los, quiçá

fundi-los, agregando-se a este processo os outros países da América do Sul; 5) a reafirmação dos interesses econômicos da América do Sul nas negociações para criação da ALCA; 6) enfim, maior presença da Venezuela na América Central e Caribe, Cuba inclusive, mediante acordo subscrito para provimento de petróleo em condições favoráveis aos países da região.

Parece, portanto, chegado o momento de se convencerem os países da América do Sul do relevante papel que pode desempenhar a Venezuela nas relações regionais e da necessidade de ajudá-la a superar seu histórico isolacionismo.

Bibliografia

Convém mencionar em primeiro plano os trabalhos de dezenas de especialistas inseridos na obra coletiva de 1.131 páginas dirigida por Kaldone G. Nweihed, *Venezuela y los paises hemisféricos, ibéricos e hispanohablantes* (Caracas, Instituto de Altos Estudios de América Latina, Universidade Simon Bolívar, 2000). Para os antecedentes das relações regionais da Venezuela, remeto o leitor para meu livro *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, no prelo).

Dois outros livros nos serviram para aprofundar o estudo das relações entre Venezuela e Colômbia: Leandro Area e Pompeyo Márques, *Venezuela y Colombia. Política e integración* (Caracas, Panapo, 1994) e *Hacia una política para la frontera con Colombia* (Caracas, Comisión Presidencial para Asuntos Fronterizos Colombo-Venezolanos, 1991).

As relações entre Venezuela e Brasil foram objeto de análise pelos seguintes livros: Julio Portillo, *Venezuela-Brasil, relaciones diplomáticas, 1842-1982* (Caracas, Ed. Arte, 1983); Samuel Pinheiro Guimarães (org.), *Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século* (Brasília, IPRI-FUNAG, 1995); *Relações diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997* (Brasília, FUNAG, 1998); Imelda Cisneros e outros, *El desarrollo del comercio y las inversiones entre Brasil y Venezuela, síntesis ejecutiva* (Brasília, FUNAG, 1998); *Oportunidades para o desenvolvimento do comércio e do fluxo dos investimentos Brasil-Venezuela* (Brasília, FUNAG, 1999); Wilson Cano, *Soberania e política econômica na América Latina* (São Paulo, Ed. UNESP, 1999).

Periódicos

Foram examinados artigos e informes sobre a Venezuela publicados por: *The Economist Intelligence Unit, Revista da Asociación Americana de Juristas, Revista Brasileira de Política Internacional, Carta Internacional* (Universidade de São Paulo), *Network* (Universidade Cândido Mendes), bem como estudos de órgãos técnicos dos governos e da CEPAL.

Internet

Informações da imprensa foram examinadas nas páginas dos respectivos órgãos. Documentos e estudos foram-me gentilmente disponibilizados pela professora titular da Escuela de Estudios Internacionales de la Universidad Central de Venezuela, Elsa Cardozo da Silva, a quem agradeço (www.tableroglobal.com). Na página do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela localizam-se estudos, notícias, informações diversas, documentos oficiais e discursos (www.mre.gov.ve). Outros sites ricos em informações acerca da Venezuela e de suas relações internacionais: www.analitica.com, www.personal.umich.edu, www.latin-focus.com, www.globovision.com.

MESA 3

ECONOMIA

Venezuela: limites para uma nova política econômica

*Wilson Cano**

Em trabalhos recentes tenho insistido na impossibilidade de que os países subdesenvolvidos que adotaram o modelo macroeconômico neoliberal possam ter altas taxas médias de crescimento, de forma persistente.[1] Embora não tenha a pretensão de apresentar conclusões "definitivas" sobre os rumos econômicos vindouros da América Latina, necessitamos tomar consciência sobre a dinâmica do modelo neoliberal (nos países subdesenvolvidos). Para tanto, tento aqui, de forma muito resumida, remarcar algumas das questões mais importantes que afetam o conjunto dos países latino-americanos.[2]

A abertura comercial indiscriminada inerente ao modelo faz com que, quanto mais cresçamos, maiores são nossos gastos com importações de bens e serviços, que tendem a atingir um ponto de saturação no déficit externo. Isto pode ser potenciado, por outros efeitos externos (crise em um determinado país, alteração das taxas de juros internacionais, e outros) decorrentes da crise financeira internacional, ampliando os efeitos de uma crise cambial interna. Para debelá-la, faz-se uma recessão, contendo a demanda por bens e serviços externos, e restaurando um certo "equilíbrio" cambial. Contudo, a subseqüente retomada do crescimento, trás a recorrência do aumento das importações, repondo o aumento do déficit de transações correntes, inviabilizando, a médio prazo, a continuidade da expansão. Contudo, os economistas *oficiais* teimam em não ver essa conseqüência.[3] Esse aumento de

* Prof. Titular do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, março de 2001.

[1] Refiro-me, principalmente, ao capítulo 1 de Cano (2000 A), que se refere à pesquisa que realizei nos sete principais países capitalistas da América Latina e em Cuba. Ver também Cano (1995).

[2] Para estas notas iniciais sobre a América Latina e parte dos tópicos 1 a 3 usei largamente os capítulos 1 e 8 de meu recente livro (Cano 2000 A), revistos, ampliados e atualizados. Agradeço ao Embaixador Samuel P. Guimarães, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Intertnacionais do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, o acesso a material recente com que pude completar a atualização do texto.

[3] Ver por exemplo, as críticas e advertências de Ffrench-Davis (1997) e Tavares in Tavares e Fiori (1993) sobre México, Chile e Argentina, feitas em 1992. Mesmo após as crises de 1994-95, 1997, 1998, 1999 e 2000, economistas oficiais de vários países da região sempre voltam a prever taxas de crescimento acima de 4%, melhoria dos déficites fiscais e de transações correntes, mas a realidade tem sido mais dura do que suas *idéias.*

importações, tanto de bens de consumo como de insumos estão *desestruturando nossos parques produtivos* (agrícolas e industriais), comprometendo seriamente a geração de valor agregado e principalmente de empregos. A gravidade maior disto é que, frente a uma inexorável crise cambial que imponha forte redução de importações, a *reversibilidade dessa desestruturação* é problemática, pela dificuldade em *re-substituir* essas importações.

Assim, a sustentabilidade do modelo é impossível, dado que seu principal determinante é o fluxo de capital externo, que, para isso, teria que ser *permanente* e *crescente*. Contudo, ainda que isto fosse possível, é preciso entender que esse aumento do passivo externo implica também em ampliar o endividamento público interno e os custos financeiros das dívidas (externa e interna) no orçamento público, tornando-o cada vez mais rígido e deteriorando os gastos públicos sociais. As lições da década de 1920 e as recentes crises de 1994-95 ("do México"), 1997 ("da Ásia"), 1998 ("Russa"), 1999 ("do Brasil") e de 2000-2001 ("da Argentina e da Turquia") desnudaram essa possibilidade. As taxas anuais do PIB dos principais países, entre 1989 e 2000, confirmam a debilidade e a *descontinuidade do crescimento*. Na Argentina elas foram altas em 1991-94 e 1997, modesta em 1996, forte recessão em 1995 e 1998-2000; no Brasil, alta em 1994, modestas em 4 anos e baixas ou negativas em 6; no México foram altas em 1990 e 1996-1998), modestas em 5 anos e em outros 2, baixas e com violenta recessão; no Peru e na Venezuela, altas em 4 anos, médias em 2 e, nos outros 6, negativas ou baixas; na Colômbia, altas em 1993-95, modestas em 5 anos e baixas em 3. O Chile teve melhor desempenho: 9 anos com taxas acima de 5% e 2 com baixas.

Há que ressaltar que a entrada de *investimentos diretos*, que cresceu nos últimos anos, deve-se muito mais às verdadeiras "oportunidades da China" criadas pelas privatizações, concessões de serviços públicos e compras de ativos privados nacionais, e muito pouco para adicionar nova capacidade produtiva. Suas principais alocações têm sido no setor serviços, que não geram divisas mas que geram remessas crescentes de lucros e de juros derivados desses investimentos. Por outro lado, essa "maré" oportunista parece estar quase esgotada na maioria de nossos países.

Devemos ainda enfatizar também que o problema da *dívida externa* de forma alguma está "solucionado" para nossos países, mesmo

considerando-se suas recentes renegociações e as enormes entradas de capital: ela passou (em US$ bilhões) de 180 em 1979 a 440 em 1989 e a 760 em 2000, e a maior parte do aumento se deu no setor privado. Por último, como o novo modelo é altamente sensível às flutuações internacionais, seu futuro estará condicionado pela evolução da conjuntura internacional, e qualquer reversão desta encontrará nossos Estados Nacionais desaparelhados para oferecer uma resposta positiva mais imediata. O desmonte a que foi submetido o Estado reduziu-lhe o poder de *intervenção na economia*, paradoxalmente, quando ela se faz mais necessária, ainda mais se considerarmos sua atual debilidade fiscal, que conduziu o investimento público a níveis irrisórios.

Também a Venezuela, por ter adotado esse modelo, está em semelhante situação. Contudo, padece de outro sério problema estrutural que decorre de ter ela uma das maiores economias petroleiras do mundo, e isto lhe dá um significado econômico específico, além do decorrente de sua abertura neoliberal. Refiro-me, brevemente, sobre o *paradoxo fiscal e cambial* que se manifesta em economias como esta, que têm o petróleo exportador como atividade predominante e dele extraem alta carga fiscal. Aqui, a renda de todo o setor petroleiro perfaz cerca de 28% do PIB total; a refinação representa cerca de 25% do produto da indústria de transformação; suas exportações representavam mais de 90% do total exportado nos anos setenta, pouco mais de 80% na década seguinte e de 70% a 75% na média 1990-99; sua contribuição para a receita fiscal total do governo central situou-se em torno de 80% até fins da década de 1980, e entre 60% e 70% na de noventa.[4] Por outro lado, embora diretamente perfaça "apenas" 28% do PIB, seu enorme peso no setor externo e na receita fiscal condiciona fração muito maior do que essa na vida nacional, dado o elevado coeficiente de abertura do setor não petroleiro e do impacto do gasto público.[5]

O auge exportador, ao trazer excesso de divisas ao país gera um acréscimo correspondente na receita fiscal, que vai induzir um

---

[4] Cf. Cepal (vários documentos), Espinaza (1994 e 1997) e Garcia O. y otros (1997), p. 3.

[5] Seu peso externo também é expressivo, dado que, a PDVSA, após a nacionalização do petróleo, utilizou parte de seus excedentes para internacionalizar suas atividades, com grande sucesso. Sua filial Citgo nos EUA, detém 10% do mercado de derivados com 15.000 postos de serviço, 5 refinarias próprias e uma associada e participação em oleodutos. Também está presente na Europa, associada, com 7 refinarias instaladas na Alemanha, Bélgica, Reino Unido e Suécia.

proporcional aumento do gasto público, expandindo a demanda efetiva, com acréscimo de importações. Contudo, se o excesso de divisas não puder ser utilizado (ou "esterilizado"), isto desencadeará uma valorização cambial, que comprimirá a receita fiscal num momento seguinte. Porém, como o gasto fiscal cresceu de patamar, e parte dele não é comprimível, o desequilíbrio fiscal poderá gerar pressões inflacionárias, deteriorando também a taxa cambial, reclamando novas desvalorizações, aumentando a inflação e abrindo campo para novas políticas recessivas..

Este processo, dependendo da intensidade da valorização (ou desvalorização) cambial, também pode gerar graves distorções na estrutura de preços relativos, baixando (ou aumentando) os dos *transáveis* e aumentando (ou baixando) os dos *não transáveis*, causando outras repercussões problemáticas (*deformação* estrutural do crescimento do PIB, alocação setorial indesejada de investimentos, desestímulo às outras exportações, pressão sobre o salário real, etc.). Assim, a coordenação macroeconômica de uma economia desse tipo é das mais problemáticas, para tentar atenuar os extremos cambiais (valorização e desvalorização acentuadas), a inflação, a política de investimentos privados, e, notadamente, evitar aquele paradoxo fiscal. E deve-se ter sempre presente que as modificações fortes e abruptas na estrutura dos preços relativos sempre podem distorcer a própria análise econômica.[6]

Fim do desenvolvimentismo e ensaios neoliberais (1970-1988)

A Venezuela tem se defrontado nos últimos vinte e cinco anos, com essa "volatilidade" fiscal, com a inflação e com as alterações dos preços relativos. A não desvalorização nominal do câmbio, na década de 1970 não foi fruto de uma decisão política e sim da maior inflação norte-americana em relação à do país, notadamente entre 1973 e 1978. Com isso, a economia teve dois efeitos contidos: a inflação mantida em níveis baixos (4% anuais no primeiro qüinqüênio e 9% no segundo) e a receita fiscal (real) petroleira aumentada, impulsionando a carga fiscal total de 22% do PIB em 1970-73 para 38% em 1974-75, permanecendo em 26,5% na média de 1978-79. Isto não só permitiu a expansão do

[6] Esta análise, para o caso venezuelano pode ser vista em Barboza P. y Villalobos (1994), Espinaza (1994 e 1997), Garcia O. y otros (1997) e Riutort y Zambrano S. (1997).

gasto público (crescendo o investimento público à média anual de 22% na década) como também, via expansão do financiamento público, fez o investimento privado crescer à taxa anual de 15%. O PIB cresceu à taxa média anual de 4,5% em 1970-80 (6,1% em 1971-77), desacelerando fortemente em 1977-79 (média de 2%).

Mas a bonança petroleira não suportou essa aceleração. Tendo consciência de que as reservas de petróleo poderiam terminar, o Estado lançou ambicioso programa de investimentos (*Plan de Desarrollo Nacional* 1973-74) para criar alternativa futura, centrada em infra-estrutura e indústrias básicas (siderurgia alumínio, carvão, eletricidade, petroquímica, cimento e outras). Algumas das metas foram atingidas parcialmente (aço, laminação, alumínio, fertilizantes, e cimento) e outras postergadas, tanto porque as fontes de financiamento se mostraram insuficientes quanto porque o balanço de transações correntes se tornou deficitário a partir de 1976, impelindo ao endividamento externo crescente, que em bilhões de dólares salta de 6 para 23 entre 1975 e 1979.[7]

Entretanto há confirmação oficial de que parte substancial do novo endividamento privado foi ilegal e nem mesmo teria entrado no país. As estimativas do próprio BIRD em 1985 apontavam para uma cifra de US$ 35 bilhões depositados por cerca de 500 venezuelanos (empresas e indivíduos) em bancos norte-americanos.[8] Esse problema gera também movimentações visíveis e ocultas de rendimentos dessas aplicações, as quais, somadas ao movimento decorrente do narcotráfico (embora bem menor do que no caso da Colômbia) e do contrabando cria sérios problemas para a correta interpretação das contas externas do país.

Há que acrescentar que em 1969 o Grupo Andino assinara o acordo da indústria automotriz, o que duplicaria a produção local, pressionando também a balança comercial, com maiores importações de bens de produção para o setor. O saldo exportador do setor industrial, que em 1970 fora, em bilhões de dólares, de 0,8 passava em 1980 a um déficit de 4,8 com o coeficiente de exportações industriais subindo

[7] Cf. Cepal, *Estúdio Económico* (vários anos), Barboza P. y Villalobos (1994) e Espinaza (1997).

[8] Esta informação está contida em Ojeda (1997). Essa cifra e mais a estimativa de outros 5 bilhões em bancos fora dos EUA, totalizam US$ 40 bilhões, valor superior ao da própria dívida externa total (31 bilhões em 1985) da Venezuela. Os 40 bilhões, atualizados aos valores de 1997 alcançariam a cifra de 52,3 bilhões. Contudo, alguns dos entrevistados pelo autor afirmaram que além daquela soma conhecida, outros 50 bilhões teriam sido desviados do país, totalizando portanto pouco mais de 100 bilhões de dólares.

de 20% para 32% e o de importações de 35% para 57%. Contudo, foram as importações de bens de consumo as que mais cresceram, passando de 15,7% da pauta em 1970 para 18,7% em 1980.

Com a revolução do Irã, o petróleo atingiu US$ 38/barril em 1981, cerca de US$ 33 em 1984 (guerra Irã-Iraque) e cai muito, a partir daí, oscilando entre US$ 12 em 1986-1988 US$ 16 em 1989. No período 1979-84, do novo governo (Campins) a desaceleração do PIB se acentua e se estende até 1985, e ainda assim, ele tentou, timidamente, fazer um ensaio neoliberal liberal, sem sucesso, dadas as resistências de empresários, trabalhadores e de seu próprio partido político. Com aquela alta dos preços, as exportações (em US$ bilhões) passaram 9 em 1978 para 20 em 1980-81, e em torno de 15 em 1982-85, valorizando o câmbio e elevando fortemente a receita fiscal, com o que o governo abandona seu neoliberalismo e acelera o gasto público, evitando a depressão. A recessão só permitiu pequeno aumento de 10% nas importações, entre 1979 e 1982, contraindo-as a partir daí. A valorização exigiu esterilização de divisas, aumentando para isso a dívida pública e a política de alta dos juros dos EUA, ampliou a dívida externa.

A valorização cambial e a política recessiva contiveram a inflação, mas provocaram grande fuga de capital, piorando o balanço de pagamentos. Contudo, a crise da dívida externa dificultou o corte maior do elevado gasto publico, elevando o déficit fiscal, com o que o governo fez um ajuste ortodoxo entre 1982 e 1984.[9] O "sucesso" em conter a inflação resultou em queda de 12% no PIB, entre 1979 e 1985, triplicando a massa de desempregados e reduzindo o salário real em torno de 25%.[10]

Com a vitória de Lusinchi (1984-89), a oposição tentou alterar a política econômica: constituiu a Comissão para a Reforma do Estado (COPRE), negociou vários "pactos sociais" com trabalhadores e empresários, subsidiou o pagamento da dívida externa privada, negociou a dívida externa e tentou implantar a abertura comercial. Mas o agravamento da crise aprofundou ainda mais o ajuste ortodoxo. A proposta da COPRE, no plano político tentava quebrar as fechadas instâncias partidárias, dar maior transparência à política partidária, criar

[9] Sobre esse ajuste ver: Barboza P. y Villalobos (1994), Garcia O. y otros (1997), Gómez C. (1988), Espinaza (1994 e 1997),

[10] Ver dados em Cepal (*Estudio*...1985) e Barboza P. y Villalobos (1994).

novos mecanismos democráticos, fortalecer o poder legislativo e descentralizar o poder do voto local, o que, se de um lado legitimava mais a democracia, de outro facultava o fortalecimento dos poderes locais conservadores.[11] No plano econômico, tentava antecipar a implantação de reformas, em grande medida de corte neoliberal.[12]

As altas desvalorizações cambiais de 1986 e 1987 e o pequeno aumento da produção petroleira contiveram o efeito da baixa de seus preços, mantendo ainda alta a renda fiscal petroleira e o gasto público, permitindo ao governo reativar o investimento público. Isto, mais as reposições parciais de salários, reativou o consumo com o que o PIB apresentou os três únicos anos em que cresceu, nessa década. As desvalorizações do câmbio(e a do dólar, a partir de 1986), estimularam a exportação dos demais produtos (notadamente para o Grupo Andino), aumentando sua participação de 5% para 20% do total exportado e ajudando a evitar a depressão.

A reativação da demanda elevou as importações em 50%, gerando novos déficites comerciais. A persistência da inflação (mesmo baixa) e da taxa de câmbio valorizou de novo o câmbio entre 1987 e 1989. Isto e a redução da taxa de juros reais estimulou a saída e a fuga de capitais agravando as contas externas. A economia mostrava, mais uma vez, a impossibilidade de manter crescimento e estabilidade, diante das perversas condições do mercado internacional de seu principal produto.[13]

Vejamos um resumido balanço dos principais indicadores no período.

Entre 1980 e 1990 o PIB caiu 6,8% e, com isso, a renda média por habitante, que em 1980 ainda era a quarta maior da América Latina (32% acima da média) caia para a sétima posição em 1990, ficando apenas 4% acima da média regional.

A *agropecuária* cresceu à fraca média anual de 2%, face à crise interna e à corrosão salarial. As sucessivas desvalorizações cambiais

[11] Sobre essa proposta de reforma ver: Gómez C. (1988) e López (1992).

[12] Esta faculdade decorria da suspensão, por motivos de "força maior", da vigência do artigo 96 da Constituição, que impedia o Executivo de, independentemente do Legislativo, controlar preços, administrar a dívida externa, a política cambial, etc. Ela era usada desde 1940 e foi restituida ao Legislativo em 1991. Cf. Blanco C. (1995).

[13] Sobre a relação entre as variações cambiais e a inflação na Venezuela, para o período recente, ver Zambrano S. (1994).

estimularam suas exportações, que triplicam na década, embora seu valor absoluto continuasse pequeno. Com a crise do mercado interno, as importações não poderiam crescer como na década anterior: em 1989 elas foram 45% menores do que as de 1980, diminuindo o déficit comercial setorial que, naqueles anos foram, respectivamente, em US$ bilhões, de 1 e 1,7.[14] Disto resultou piora na disponibilidade nutricional do período, regredindo seu nível ao início da década de 1970.

A *mineração* teve queda acumulada de 7,9% na década, face à contração nos preços do petróleo mas a média dos demais produtos minerais cresceu quase 40%, estimulados por suas exportações. A *indústria da construção* foi severamente afetada pela queda do investimento e do financiamento habitacional: a produção acumulou queda total na década, de 54,4%. O *setor serviços* cresceu pouco (15,7% acumulados na década), afetado pelos cortes no gasto público e no comércio exterior.

A *indústria de transformação* cresceu 20,7% entre 1980 e 1990, em grande medida, graças ao aumento de suas exportações. Só os bens intermediários aumentaram sua participação (47,4% para 57,0%) na estrutura produtiva, tanto pelo aumento das exportações de insumos básicos quanto (ao final da década) pela alta dos preços do petróleo. Esse movimento explica também as mudanças nos coeficientes setoriais de importações (56,7% para 30,7%) e de exportações (32,1% para 41,1%), e no sinal da balança comercial setorial (em US$ bilhões), de -4,9 em 1980 para 2,1 em 1990.

Os *indicadores sociais* confirmam as profundas marcas sociais da crise: entre 1980 e 1990 o desemprego aberto sobe de 6% para 11% e a informalização de 35,4% para 41,8%; o salário médio real em 1990 eqüivalia a 49,8% do de 1978.[15] Com isto, os níveis de pobreza e indigência da população entre 1981 e 1990 atingiram cifras inusitadas: a porcentagem dos domicílios cujas famílias se encontravam abaixo da linha de pobreza sobe de 22 a 34 e a dos abaixo da de indigência, de 7 a 12. Os 20% mais pobres da população urbana que em 1981 recebiam 6,9% da renda total passaram a receber 5,7% em 1990 e os 20% mais ricos sobem sua fração de 37,8% para 44,6%.[16]

O gasto público em níveis ainda altos talvez explique a pequena melhoria observada em alguns indicadores sociais (esperança de vida,

[14] Cf. FAO (1996) e CNA (1996).
[15] Cf. Barboza P.. y Villalobos (1994) e Vivancos C. (1994).
[16] Cf. España (1992), dados do texto e gráfico às paginas 24-25 e Cepal (1997 A e B).

mortalidade infantil e escolaridade). Contudo, uma crise como esta traz, inexoravelmente, grande aumento da violência: a taxa de *delitos por 1.000 habitantes/ano*, passa, de pouco mais de 7.000 ao final da década de 1970, para quase 9.000 em 1980 e quase 12.000 em 1990.

Neoliberalismo, política econômica e crise do petróleo (1989-2000)

Em 1986-88 o PIB mal recuperou as quedas do período 1980-85 graças à recuperação parcial dos preços do petróleo. Mas a inflação retornou: a média 1985-86 (11%) saltou para 30% em 1987-88 .O novo governo em 2/1989, faria novo ajuste, ostensivamente patrocinado pelo BIRD e FMI, com os velhos remédios: desvalorização cambial, restrição monetária, altos juros reais, maiores preços e tarifas públicas, liberalização de preços, eliminação de subsídios, suspensão temporária de amortizações en de juros da dívida. Os resultados provocaram até uma revolta popular: quedas de 25% no consumo privado, de 40% no investimento, de 30% na construção e de 38% nas importações, com pequeno aumento (6,6%) nas exportações.

A despeito do amargor do remédio, a inflação subiu para 81% , o desemprego cresceu e os salários sofreram enorme deterioração. Em 1990-1992 a inflação se manteve em torno de 30% e o *boom* petroleiro de 1990-91 anulou o efeito recessivo pretendido, resultando forte crescimento do PIB nesse triênio, e também das importações, que crescem 70%, estimuladas pela valorização cambial. O duro ajuste e o anuncio das reformas neoliberais causaram forte reação popular, duramente reprimida.[17]

Passado o efeito petroleiro, a inflação subiu para 46% em 1993 e 71% em 1994, impondo-se novo e duro ajuste, causador da recessão 1993-94. A situação já tensa desde o ano anterior, aumentou, tendo o governo suspendido temporariamente os direitos civis e econômicos. Maior instabilidade, fuga de capitais, os efeitos da desvalorização sobre as dívidas dolarizadas, e o aumento da inadimplência, que caracteriza quase todas as recessões, agudizaram a crise bancária.

Essa crise já se mostrava desde 1989, quando, por força do ajuste as carteiras creditícias dos bancos se deterioraram e estes, para sobreviver, iniciam perigoso processo de aumentar as taxas de juros

[17] Sobre a violência ver España (1992).

passivas acima do aumento das ativas, para atrair depósitos e tomar, crescentemente, títulos da dívida pública. A partir do início de 1992, quando a desproporção já é flagrante, as rendas provenientes das taxas ativas já eram menores do que os gastos com as passivas, compensadas em parte com os juros da dívida pública.[18]

O agravamento da crise econômica pôs a nu a crise bancária, com o estado intervindo em 13 bancos, e cujo custo de sustentação está estimado em 14% do PIB. A despeito dos ideais neoliberais, os controles de câmbio tiveram que ser repostos. Embora a economia tenha saído da recessão em 1995, desemprego e inflação mantiveram-se altos e, com as desvalorizações cambiais os juros das dívidas públicas atingiram 5% do PIB (20% do gasto oficial), agravando ainda mais as contas públicas.

No início de 1996 a inflação acelera e, em abril o governo faz novo e duro ajuste, como preâmbulo para a posta em marcha do projeto "Agenda Venezuela" retomando com força as reformas liberais. Correção dos preços e tarifas públicas (a gasolina teve seu preço sextuplicado), liberalização de preços, juros e câmbio (passa a flutuante, com banda de 7,5%) e restrições monetárias foram sua marca. De um elevado déficit público passou-se a ligeiro superávit. Mas o que evitou uma propagação ainda maior do desequilíbrio foi o aumento das exportações de petróleo (e de sua renda fiscal) e não propriamente o ajuste recessivo.[19] A inflação atingiu 103% em 1996, baixando 38% em 1997, 30% em 1998 e, graças à draconiana recessão programada para 1998-99, e à valorização cambial (30% em 1997, comparado com 1990), chega a 20%.

Dado que a política de abertura foi implantada a partir do início de 1989, nas comparações que faremos 1988 será tomado como base "pré abertura". A Venezuela também confirma o comportamento "errático" do PIB nos modelos de abertura neoliberal: dos 12 anos do período em análise, só em 4 o crescimento foi satisfatório ou alto (1990-92 e 1997); em 2 (1995 e 2000)), ele atingiu pouco mais de 3%, menos de 1% em 1993 e nos outros 5 anos do período foi negativo. Tomado o período 1988-2000, o PIB cresceu à média anual de 1,15% enquanto a população o fez à de 2%, com o que a renda média por habitante de 2000 é 9,5% menor do que a de 1988, ou 28,8% menor do que a de

[18] Cf. Molina R. (1994).

[19] Tanto Garcia O. y otros (1997) quanto o Estudio 1997 (Cepal 1998), destacam esse fato.

1980! Ou seja, a contração petrolífera pós apogeu do final dos anos setenta e os vários ajustes efetuados na economia provocaram forte redução no padrão médio de vida da população.

O exame da variável Consumo mostra isto: embora o PIB tenha crescido 11,8% entre 1988 e 1999, o Consumo aumentou apenas 5,% e sua participação no PIB cai de 69,3% a 64,1%. Contudo, em 1999 ele era 21% maior do que em 1980, mas, neste período, a população crescera 50%, ou seja, o consumo médio por habitante se reduziu em cerca de 20%! Pior ocorreu com o Investimento Bruto: em 1999 era 8,7% menor do que o de 1988, ele era 38% menor do que o de 1980! Como proporção do PIB, seria algo em torno de 12,5% em 1999, cifra longínqua dos 17,4% de 1988 ou dos 16% de 1980. Examinada a composição do Investimento, o item *Construção* passa de 56,5% do total, a 62,9% em 1999, reduzindo ainda mais a participação (e o volume) dos *Bens de Capital*.[20]

A profunda recessão conteve as importações e estimulou as exportações ainda mais acrescidas pela elevação moderada dos preços de petróleo, acumulando nos anos 1989 a 1999, (em US$ bilhões), enorme saldo comercial de 87,6. Contudo, os gastos com balanço de serviços acumularam um rombo de -53,6 resultando num saldo de transações correntes de apenas 33,4 dos quais 10,7 serviram para abater parte da dívida externa cai de 41,2 em 1994 para 30,6 em 1999). Quer dizer, mesmo com recessão e expansão das exportações, o modelo neoliberal constitui enorme sangradouro nas contas externas.[21]

Vejamos alguns indicadores dos setores produtivos. Para tanto, utilizo 1998 como último ano, dado que os desastrosos dados de 1999 dariam uma imagem pior e distorcida desse movimento.

O *agropecuário* entre 1988 e 1998 cresceu à medíocre média anual 0,4%, mas o da população foi de 2%. Salvo produtos de exportação e alguns protéicos para o mercado interno, a maior parte dos demais produtos para o mercado interno teve mau desempenho, solidário com a longa recessão. Contudo, é possível que seu produto

[20] As proporções do Consumo e do Investimento (e de seus componentes) foram calculadas com a série a preços constantes de 1984, dados de Cepal, *Anuario...* (varios anos).

[21] Cabe advertir que o exame do balanço de pagamentos deste país é muito difícil, para quem não está familiarizado com certas especificidades de algumas de suas contas. Por exemplo, a conta de "erros e omissões" mostra um movimento acumulado entre 1989 e 1999 de cerca de - US$ 10 bilhões, quantia sem dúvida expressiva.

real tenha sido maior, dada a mudança dos preços relativos no período, pois seu deflator implícito foi cerca de 20% menor do que o do PIB. [22] Com isso seu déficit comercial diminuiu, como também a disponibilidade de nutrientes, que, em 1994, segundo a FAO, manteve-se no mesmo nível da de 1990, a qual contudo está abaixo da de 1980.[23]

A *mineração* teve desempenho mais positivo, crescendo à média anual de 6,6% no período, graças à grande expansão da bauxita e do carvão e ao crescimento de 40% da extração de petróleo. A participação do setor no PIB, no período passa de 15,1% a 23,5%. Já o setor da *construção* sofreu seriamente com a redução do investimento público e do privado: no período, seu crescimento médio anual foi de 1,9%.

A *indústria de transformação* entre 1988 e 1998 teve crescimento médio anual praticamente nulo no período, caindo sua participação no PIB, de 22,5% para 19,8%. Contudo, pode também ocultar uma expansão real menos ruim, haja vista que seu deflator implícito nesse período foi cerca de 10% menor do que o do PIB, mostrando sensível alteração dos preços relativos. Entretanto, as informações disponíveis para o período de 1988 a 1995 mostram realmente que o setor foi fortemente atingido. As porcentagens acumuladas para a produção dos principais ramos entre 1988 e 1995 são: alimentos -15,2; bebidas -2,1; têxtil -39,4; químicos básicos 14,3; químicos diversos -36,3; refinação petróleo 66; metalurgia básica -32,2; não ferrosos -18,4; produtos de metal -16,9; máquinas não elétricas -30,1; aparelhos e máquinas elétricas -59; material de transporte 14,6.[24] Note-se que vários dos ramos menos afetados são exportadores. Dados isolados para 1988 e 1998 mostram poucos produtos que acumularam crescimento importante no período: cimento (67% e petroquímicos (86%).

Outro sintoma disso pode ser visto na radical mudança nas importações, com sua balança comercial passando de deficitária a superavitária no período. Entre 1988 e 1996, as importações (para toda a economia) de bens intermediários e de capital sofrem forte redução, passando, em US$ bilhões, respectivamente, de 6,1 para 4,7 e de 3,7 para 2,2 valores esses que se recuperam em 1997-98, graças ao aumento

[22] Para os deflatores implícitos ver Cepal (1998).

[23] Cf. CNA (1996), p. 69.

[24] Dados calculados pelo autor, usando a série do PADI-CEPAL da produção física (com valores em US$ de 1985) para 1988-93 e a do governo (valor agregado a preços de 1984) para os anos 1993-95. Obviamente, a questão dos precos relativos e dos absolutos de cada ramo

da valorização cambial do período. Evidentemente, uma forte redução de insumos importados sem a contrapartida de aumento na produção local significa, no mínimo, forte redução na produção de bens finais.

Comparada a estrutura industrial de 1995 com a de 1990 (distorcida pela elevação dos preços do petróleo), a participação dos bens não duráveis de consumo "aumenta" para 33,5% contra 30,2%; a de duráveis passa de 5,3% contra 4,7%, a de intermediários, "cai" para 52,3% contra 57% e a de capital, passa de 8,8% contra 8,1%. Comparada no entanto a de 1995 com a de 1980, a participação dos duráveis de consumo diminui 4 pontos percentuais e a de bens de capital 1 ponto, pois foram as mais afetadas pela crise, enquanto a de não duráveis mantém sua participação e a de intermediários aumenta 5 pontos, decorrentes da expansão de exportações de insumos básicos.

Examinemos os principais indicadores sociais do período

A taxa de desemprego aberto, que fora de 6,9% em 1988 atingiu 11,3 em 1998 e 14,9 em 1999 e a dos subocupados (no conceito de rendimentos inferiores ao salário mínimo), nesse mesma data, estaria por volta de 33,1% desnudando a precária situação de quase metade da população trabalhadora. A taxa de informalização, que fora de 38,4% em 1988 sobe para 48,7% em 1996. A taxa de desocupação aberta, por estrato educacional, entre 1991 e 1998 mostrava que tanto os que não tinham nem a educação básica quanto os que tinham o ensino superior foram igualmente afetados: entre os de menor nível de educação, os desempregados passam de 5,3% para 9,2% e entre os da segunda categoria, passam de 4,8% para 9,4%.[25]

O salário mínimo urbano real caiu entre 1988 e 1999, cerca de 53% e representando apenas 45% do de 1980 e o salário real médio urbano cai, entre 1988 e 1999, 53%, representando tão somente 31% do de 1980. Estas quedas, no entanto escondem a brutal dispersão salarial criada nesse processo. Por exemplo, o salário de um presidente de uma grande empresa era, em 1996, eqüivalente a 71 vezes o salário médio dos trabalhadores da indústria de transformação, cifra que representava talvez a maior dispersão relativa do mundo.[26]

[25] Para os dados de desemprego usei: Datanalisis (dados fornecidos, originados das pesquisas domiciliares do governo), Márquez y Álvarez (1997) e Cepal, *Anuario*...(2000).
[26] Cf. Barboza P. y Villalobos (1994) e Botomme y otros (1996), p.58.

Com isso, a distribuição da renda piorou: do total de domicílios, os que se encontravam abaixo da linha de pobreza em 1990 eram 34% para o total do país e os que estavam abaixo da de indigência eram 12% cifras que em 1997 passam respectivamente para 42% e 17%. A participação dos 20% mais pobres da população na renda total, que era de 5,7% em 1990 cai para 5% em 1997 (pior que a de 1981) e a dos 20% mais ricos, sobe de 44,6% para 49,6% entre aquelas datas.[27]

A crise das finanças públicas e o grande aumento dos juros no orçamento do governo central, comprimiram os gastos sociais: eram de 3,7% do gasto total em 1989, subiram para cerca de 8% em 1990-91 e se reduzem para 5,3% em 1996.[28] Isto, a inflação, o desemprego e a queda dos salários impuseram à população enorme redução em seu padrão de vida: a proporção do gasto alimentar no orçamento familiar médio, que era de 45,8% em 1985 passa para 71,7% em 1995. Ainda assim, houve redução no gasto alimentar, notadamente em produtos protéicos, mas também em massas e cereais. Outros indicadores sociais teriam piorado, conforme mostram várias pesquisas: qualidade da educação, mortalidade infantil e esperança de vida, delinqüência juvenil triplicada e o número de homicídios em Caracas, que teria atingido o dobro do verificado em Nova Iorque.[29]

Ajustes e reformas neoliberais nos anos noventa

Eles se iniciam em 2/1989 com a posse de Pérez (2º mandato, 2/1989-94), com desemprego e inflação crescentes e salários reais cadentes. Graças à *Guerra do Golfo*, no Oriente, os preços do petróleo subiram entre 1989 e meados de 1991, estimulando a economia e saindo da depressão. Mas o fôlego foi curto, dada a forte queda dos

[27] Cf. Cepal, *Anuario...* (2000).

[28] Cf. Garcia O. y otros (1997), p. 69 e Velázquez (1994), p. 70.

[29] Dados fornecidos por Datanalisis (1997 B) e Botomme y otros (1996), p. 59, citando pesquisas de várias fontes no país. Em 5/1997, pesquisa mensal de opinião pública em Caracas mostrava os resultados para escolha do Presidente da República, "caso fosse possível" a opção entre os presidentes (nominados) da Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Peru e Venezuela : Fujimori ganhou com 43%, seguido de Fidel (18%), Caldera e Pérez (12% juntos), Menem (5%) e Samper (1%); 24% não declararam ou escolheram "nenhum". Fujimori foi escolhido graças, entre outros, aos seguintes fatos e características: firmeza, autoridade, coragem, fechamento do Congresso, enfrentamento à guerrilha e corrupção, autonomia, etc. A pesquisa é feita por Veneconomia e Consultores 21, e publicada em *Insight 21*, v.2 n.2, 6/1997.

preços do petróleo, aumento da inflação e queda ainda maior dos salários. A recessão volta mais forte em 1993-97. Nesse clima de tensões ocorrem duas tentativas de golpe militar (fevereiro e novembro de 1992) e a deposição de Pérez (5/1993), acusado pelo Senado por corrupção.[30]

Embora tenha criticado a política econômica de "Pérez e do FMI" em sua campanha eleitoral, Caldera (2º mandato 2/1995-99) apresentou em 1995, seu programa "Agenda Venezuela" (implantado a partir de 4/1996), com grande apoio de projetos e recursos do BIRD, BID e do FMI, com "novas" propostas de reformas. Contudo, a recessão prolongada e a inflação retardaram o processo de encaminhamento das reformas.

Vejamos seus principais itens implantados e em andamento

A Reforma do Estado, contemplou amplas áreas e temas: judiciário, política, administrativa e econômica. Pouco andou a do judiciário, exigida pelo BIRD, "entre outras razões, para assegurar ao investidor estrangeiro um marco jurídico estável e previsível". A eleitoral e dos partidos políticos, deu alguns passos: criação dos cargos de prefeito, eleição direta para governadores e prefeitos, terminando com o voto exclusivamente no partido. Outras permaneceram na forma de projeto de lei no Congresso, recolocando proposições da COPRE e novas. Contudo, a resistência dos grandes partidos à ruptura do "caciquismo" interno parecia ser insuperável.[31]

A administrativa, (também com projetos do BIRD e do BID), pouco andou, salvo alguns avanços quanto à *descentralização*. A reforma do FIDES (Fundo Intergovernamental para a Descentralização) em 1997, não resolveu a falta de a falta de recursos à maior ação de governos locais. Além de descentralizar alguns serviços de educação e saúde, transferiu para os governos estaduais empresas de água e de eletricidade e privatizou (via concessão), estradas de rodagem e vários portos.[32]

A de privatização, mais ativas entre 1989 e 1991 apresentou em 1992-95 escassa realização. A partir de 4/1996, foi retomada em outras bases institucionais: preservando direitos dos trabalhadores e garantindo-

[30] A tentativa de golpe em 1992 foi liderada pelo então Cel. Chavez, que viria a ser eleito presidente no final de 1998.

[31] Cf. Datanalisis (1997) p. 54. O texto entre aspas é tradução do autor.

[32] Sobre essas reformas ver: Blanco (1995), Datanalisis (1996-97) e Coba R. (1997).

lhes a oferta de ações no mínimo de 10%; setores de atividades básicas ou estratégicas dependem de autorização do Congresso Nacional; os recursos obtidos são destinados ao abatimento da dívida externa, ou, com aprovação do Congresso, podem ser alocados em outro gasto público.[33] No período 1989-1999, as privatizações e concessões somaram o total de US$ 6,2 bilhões (cerca de 6% do PIB de 1999), grande parte dele amortizando dívida pública externa.[34] Quanto ao *petróleo*, o governo, utiliza a própria lei que estatizou esse recurso, criando novas formas de cooperação e associação com o capital privado (que tem sido maioritariamente externo), sob controle estatal e por prazo determinado.[35] Entre 1992 e 1997 foram efetuados: *convênios operativos*, em poços antigos e ociosos, com venda compulsória do petróleo extraído, à estatal PDVSA, que reembolsará os investimentos privados ao final do convênio; *associações*, sob aprovação pelo Congresso, para tratamento de óleo pesado, e *operações de risco*, também sob aprovação do Congresso, com divisão igualitária de lucros.

As Reformas Comerciais foram mais rápidas, e em 1990 o país ingressava no GATT. Em 1989, as tarifas *específicas* passam para *ad valorem*, e em 1990 limitadas a cinco alíquotas. Seus níveis máximos e médios sofreram fortes reduções anuais, passando, respectivamente, de 135% e 37% em 1988, a 50% e 17% em 1990 e a 20% e 10% em 1992. As barreiras não tarifárias, que atingiam 38% das posições tarifárias em 1988 caem a 2% em 1991, também eliminada a proibição de importação de mais de cem bens "de luxo". O setor automotivo sofreu alterações, tendo tarifas mais altas para veículos mais caros e sem similar nacional.

A Venezuela praticou ativa política externa, concluindo, entre 1992 e 1994, acordos de livre comércio com Chile, México (exclusive agropecuária, nas reduções tarifárias), Caricom, procurando ainda

[33] Há uma nova lei de privatizações, de 1996, e estas são realizadas por vários órgãos: as do setor petróleo, pela própria estatal PDVSA; as financeiras e de seguros, pelo Fundo de garantia de Depósitos; as pertencentes a governos estaduais, por eles mesmos; as vinculadas ao FIV (Fondo de Inversiones de Venezuela), por esta instituição, abarcando principalmente os setores de indústria pesada. Cf. FIV (1997).

[34] Sobre as privatizações ver ainda: Cepal: *Estúdios Económicos* (vários anos), Espinaza (1994) e DATANALISIS (1996-97). Em Cepal, *Estudio*...(1996-1997) há um resumo das privatizações realizadas em 1990-1997.

[35] Também nos demais setores predomina o capital estrangeiro, com pouco mais de 70% do total.

acelerar a integração do Grupo Andino. Seu mais promissor foi com a Colômbia, com quem passou a ter comércio mais ativo e de alto superávit, principalmente em exportações não tradicionais. Em 7/1996 foi criado o Banco do Comércio Exterior, para fomentar as exportações não petroleiras.

A partir de 7/1990 se inicia a Reforma Comercial para a Agropecuária, reduzindo e simplificando tarifas e antigas proibições de importação substituídas por controle sanitário e eliminação de proibição de exportações (salvo em casos específicos). Aplica alguns instrumentos especiais de proteção ao setor, como tarifas médias mais altas, maior uso de controles sanitários e a adoção de correções nos preços de importação (para compensar *dumping* ou flutuações comuns), via câmbio, tarifa, sobretaxas.[36]

A reforma cambial unificou os mercados em 1989, com flutuação controlada pelo Banco Central e em 4/1996 seriam atenuados os controles, e instituída uma *banda de flutuação* de 7,5%. As exportações totais passaram de (em US$ bilhões) 10,2 em 1988 a 23,7 em 1996 e 1997, porém a crise do petróleo e a valorização cambial (65% entre 1996 e 1998) reduziram-nas a 17,7 em 1998; as de petróleo, passam de 8,3 para cerca de 18,3 em 1997, valor praticamente igual ao do auge petroleiro de 1979-81, caindo para 12,8 em 1998; as não petroleiras, ao contrário, saltam de 3 para 5,6 expansão explicada, em parte, pela crise.

Com a desvalorização cambial a partir de 1988 e a recessão, as importações caem (em US$ bilhões) de 12,1 em 1988 à média de 10 em 1994-96; a valorização cambial em 1997-98 colocam-nas em 14,8 em 1998. Com isso, o saldo da balança comercial que em 1996 atinge 13,8 cai para apenas 3,9 em 1998, agudizando ainda mais a crise desse ano. Assim, elas tiveram comportamento não tendencial durante a abertura: se contraem em 40% entre 1988 e 1990, pela violenta recessão e desvalorização cambial; sobem em 1991-93, pela valorização do câmbio e pelo alto crescimento do PIB; voltam a cair em 1994-95, de novo pela desvalorização e pela recessão, subindo novamente em

[36] Sobre a Reforma Comercial para a Agropecuária ver Clemente R. (1994), que analisa as transformações sofridas pelo comércio exterior venezuelano entre 1989 e 1992. Conforme informa esse autor, esse sistema de estabilização e proteção à agropecuária já era usado pelo Chile desde 1977 e pelos países do Grupo Andino desde 1991, e funciona numa base de aceitação internacional negociada.

1997-98, principalmente pela alta valorização cambial.

Contudo, se comparadas as importações de 1995 com as de 1988, as de veículos de passageiros aumentam 42%, as de bens de consumo (total) crescem 73%, as de bens intermediários caem 3% e as de bens de capital caem 30%, mostrando os resultados esperados da política neoliberal.[37] Assim, o resultado do comércio de bens, após a abertura, e ao contrário do que ocorreu com os outros países, aumentou consideravelmente o superávit da balança comercial (salvo em 1992, quando é modesto). Daí que os maus resultados do saldo de transações correntes entre 1991 e 1995 devem ser buscados no balanço de serviços, em transportes, viagens de turismo, e, principalmente, em juros da dívida e remessa de lucros, que mais que duplica.

A desregulamentação ao capital estrangeiro, iniciada em 1990 é ampliada em 1992 no âmbito do Grupo Andino: elimina limites para reinvestimento, remessa de lucros ou de venda de participações e permite acesso ao crédito interno. Em 1993 regulamenta a participação no setor financeiro, em 1994 no de seguros e em 1995 no petroleiro. Mais tarde contemplou outros setores, selecionados, via conversão de dívida pública externa. Conforme as leis venezuelanas, seu ingresso deve obedecer a certas restrições ou condições especiais, em petróleo, finanças, seguros, marinha mercante, ferro e transporte aéreo. Sua participação em TV, rádio, periódicos em espanhol e alguns serviços profissionais regulados por lei só é permitida em caráter especial, com o máximo de 20% do capital.[38]

A despeito das taxas de juros reais altas, os investimentos diretos foram magros, e só tiveram expressão em 1991 (1,7 bilhão de dólares), para a compra da estatal de telecomunicações e em 1996 para outras privatizações e especulações na Bolsa de Valores. Nesse período, em bilhões de dólares, as saídas líquidas de juros e remessas de lucros somaram 9,3 e os investimentos diretos 2,6. Estas entradas melhoraram em 1997 e1998, quando somaram 8,8 graças às concessões petrolíferas (2,2 bilhões), privatizações (menos de um bilhão), investimentos de risco nas concessões de petróleo, e na Bolsa.

As contas externas (em US$ bilhões) só melhoraram a partir de 1995, com amortizações líquidas de 8 bilhões de dólares na dívida externa (pública, principalmente) e forte recomposição de reservas: a dívida

[37] Cf. Cepal (1998).
[38] Cf. FIV (1997).

externa, passa de 34 em 1988 para 41 em 1994 e 31,6 em 1998. Mas a reversão do saldo de transações correntes, que passa de 8,9 em 1996 para -1,6 em 1998, obrigou ao consumo de reservas num total de 5, para conter o movimento adverso da balança de capital, pelos efeitos perversos da crise *russa*.

A Reforma Financeira se inicia em 1989, liberalizando (*de facto*, e não *de jure*) as taxas de juros, diminuindo os encaixes e tentando eliminar o crédito dirigido (salvo, mais tarde, para a agropecuária). Em 1992 através de lei do Congresso, o Banco Central obtém sua "independência", foi proibido de financiar o governo, de promoção do desenvolvimento, sendo diminuída a participação do Executivo em sua direção.

Em 1993 novas reformas aumentam a autonomia da Superintendência dos Bancos e Instituições Financeiras e regulamentam o ingresso de capitais estrangeiros no setor financeiro e no de seguros, e criados novos mecanismos de correção monetária. Mas essas reformas não foram capazes de evitar a profunda crise bancária entre fins de 1993 e início de 1995, que retarda estas reformas. Em 1995 termina o monopólio da compra interna de ouro não financeiro, alargando o mercado para investimentos em sua mineração. Em 1996 eram retomadas as reformas, ampliadas para modernizar as instituições e os procedimentos no mercado financeiro e de capitais.[39]

As Reformas Tributária e Fiscal iniciadas em 1989-90, eliminam subsídios e aumentam preços e tarifas públicas. Em 1991 criam simplificações fiscais e diminuem as alíquotas máximas do imposto de renda de pessoas e empresas, de 45% e 50% ambas para 30%. A depressão no preço do petróleo induziu a baixa de sua alíquota de 67,7% para 30%. Nova reforma em 1993 criou Imposto sobre Ativos das Empresas e o imposto sobre o valor agregado (IVA), com início para 1994, incidindo apenas sobre vendas do atacado. Foi permitido às empresas a correção monetária sobre o ativo fixo, diminuindo com isso o lucro tributável.

Em 1994 o IVA foi substituído pelo IVM – imposto sobre vendas no atacado e sobre consumo suntuário – , criado o Imposto sobre os Débitos Bancários (vigente apenas em 1994 e 1995) e aprofundada a reforma na administração tributária do país e é criada uma unidade monetária fiscal, as "Unidades Tributárias", para correção dos débitos fiscais.

[39] Cf. BCV (1996 e1997).

Com a alta da inflação e a queda da receita fiscal petroleira em 1995 o imposto de renda passou a 34% e o IVM de 12,5% para 16,5% em 1996. Para atenuar a volatilidade fiscal e atenuar as altas variações da capacidade de investir da PDVSA e do gasto fiscal, foi proposta a criação de um Fundo de Estabilização Macroeconômica (FIEM), no qual seriam depositados os recursos excedentes de um período de *boom* para estabilizar um de crise.[40] Em que pese essas reformas, na visão de autores críticos, a administração tributária ainda guardava muitas brechas na legislação favorecendo a evasão fiscal, e a justiça era incapaz de cobrar os devedores do fisco.[41]

As séries mais recentes da Cepal permitem constatar a grande volatilidade fiscal na Venezuela: no auge petroleiro de 1979-81 a carga tributária atinge 27% do PIB e os saldos ou déficites do governo central eram pequenos; a partir do ajuste dos anos oitenta e com a queda dos preços do petróleo, a carga cai para 22% ao final dos anos oitenta, 18% no início dos noventa e 16% entre 1993 e 1995, e os déficites sobem a níveis entre 4 a 8 por cento do PIB. Para o setor público total, o déficit que era de 1,5% do PIB entre 1992 e 1997, com a crise de 1998 subiu a 2,4%, a despeito dos drásticos cortes então procedidos.

Com a reforma tributária iniciada em 1995-96 e com o aumento das exportações petroleiras a carga volta a 20% e ocorrem dois pequenos saldos em 1996-97. Mas estas contas ocultam algo mais grave: comparadas as médias de 1974-79 e de 1990-99, a carga fiscal e o gasto público se reduzem violentamente, fazendo com que, em termos reais e por habitante, o investimento público e o gasto social, respectivamente, sejam hoje 60% e 40% menores.[42] Nem por isso extinguiu-se a inflação: a média anual de 30 a 40 por cento verificada nos anos 1987-88 e 1990-93, volta em 1997 (40%), após as altas cifras de 1989 (81%), 1994-95 (71%-57%) e 1996 (103%). Em 1998 a política fiscal e monetária e a valorização cambial contiveram-na em 31%.[43]

A reforma do mercado de trabalho foi a última (6/1997), dado o longo período de crise, inflação, corrosão dos salários reais (e das

[40] O FIEM foi finalmente aprovado pelo Congresso em 1998.
[41] Essas considerações são de Garcia O. y otros (1997), p,11.
[42] Cf. Garcia O. y otros (1997), p.7-10.
[43] Cf. Cepal (1997 C).

pensões) e alto desemprego.[44] Talvez a mais importante foi a *incorporação salarial de benefícios*, como vários subsídios e auxílios (não incidentais), como alimentação e transporte. Agora esses benefícios (*salários indiretos)* só podem atingir, no máximo 20% do valor do salário, reduzindo as possibilidades de diminuir a contribuição previdenciária.

Foi constituído *pecúlio por tempo de serviço*, com depósitos mensais (contabilizados na empresa ou em Fundos, a serem criados), com rendimentos de juros sob controle do Banco Central e pagáveis anualmente. A lei estabelece várias condições para as retiradas do fundo, que é financiado por contribuições do empregador, na base de 5 dias por mês de salário, a partir dos primeiros 3 meses no emprego. Após 1 ano de trabalho, há contribuição adicional de 2 dias/ano trabalhado, até o limite de 30 dias de salário.

Indenizações e aviso prévio: a) finda a relação contratual, (qualquer causa), trabalhador tem direito a receber aviso prévio e a diferença entre seu pecúlio e um pagamento por *antiguidade*: 15 a 30 dias de salário, para emprego até 12 meses incompletos: 45 a 90 dias para mais de 1 ano de serviço; b) sem justa causa, além do pagamento acima terá direito a: b1) indenização adicional de 10 dias de salários (até 6 meses de trabalho) a 30 dias por ano de trabalho, com teto em 150 dias; e b2) outra, como aviso prévio, de 15 a 30 dias de salário para 1 a 12 meses incompletos de serviço ou de 45 a 90 dias para empregos superiores a 1 ano.

A questão fundamental da reforma é a de fixar tetos de 90 e 150 dias de salário para indenização, *achatando* assim seu montante, reduzindo custos para a empresa (e reduzindo o ganho do trabalhador), estimula a permanência do trabalhador por longo período e desestimula a dispensa sem justa causa. Contratos por tempo determinado: prazo máximo de 1 ano com uma renovação; se houver duas ou mais, direitos e obrigações passam a ser os dos contratos por tempo indeterminado. Operários estão desobrigados de prestar serviços contratuais por mais de 1 ano; trabalhadores mais qualificados e de administração, por mais de 3 anos. Também o *salário-base* para os cálculos tem teto eqüivalente a 10 salários mínimos.

A recente reforma da seguridade social abrange todos os trabalhadores (públicos e privados) e trouxe as seguintes alterações

[44] As principais informações sobre este tema obtive de: Nottome (1997), Lora y Pagés.

principais: a) além do sistema atual de repartição, com contribuições do empregado e do empregador, terá um Fundo de Solidariedade para suprir os benefícios, e eventualmente contará com recursos orçamentários complementares e que também garantirá uma pensão mínima; b) serão criados Fundos de Capitalização Individual, complementares, como empresa pública, privada ou mista, financiado com contribuições dos trabalhadores. Foram instituídos outros subsistemas de seguridade (além do previdenciário), para a saúde, desemprego, formação profissional, habitação e laser. A lei estabelece os princípios de *universalidade* (filiação obrigatória de toda a população) e de *integralidade dos sistemas*.[45]

O *seguro desemprego* (criado em 1989) teve poucas modificações: as contribuições são de 0,5% (trabalhador) e 1,7% (empregador) sobre o salário; requisitos de emprego anterior mínimo de 12 meses e comprovação de imediata disponibilidade para trabalhar; tempo de benefício 13 a 26 semanas; valor do benefício até 60% do último salário, com teto máximo de cerca de um salário mínimo. Para este benefício e o de *formação profissional*, a lei prevê contas individuais capitalizadas e um outro Fundo de Solidariedade, para cobrir eventuais diferenças entre a conta individual e o saque legal permitido.

Resumidamente, o rol das contribuições hoje vigentes é o seguinte, para o trabalhador (T) e para o empresário (E): seguro social: 4% (T) e 8% (E); teto sobre 5 salários mínimo urbanos; seguro desemprego: 0,5 (T) e 1,7% (E); teto, idem; casa própria: 1% (T) e 2% (E), teto, 15 salários mínimos urbanos; demais sistemas: 2% (T) e 2% (E); sem limite.

Uma nova política econômica? Crise, Chávez e transição[46]

Examinemos um pouco mais a questão petróleo. Em 1970, antes do primeiro *choque de preços*, a Venezuela produzia (em milhões de m^3), 215 e o restante da América Latina 90; vindo o choque, países não membros da OPEP reagiram, para reduzir consumo e aumentar a

[45] Estas leis (a do trabalho e a da seguridade) são recentes e não pude ter acesso direto a elas. As informações acima foram gentilmente enviadas pela consultora DATANALISIS e VENECONOMIA, através de seus respectivos diretores Srs. Luis V. León e Robert Bottome, aos quais sou grato e os eximo de quaisquer interpretações aqui contidas.

[46] Para este tópico usei as publicações recentes da Cepal (*Anuario e Estudio)* e várias publicações do E-I-U, The Economist, citadas na bibliografia, além de outras fontes.

produção. Com efeito, em 1980, enquanto a Venezuela a reduzia para 126 o restante aumentou-a para 182: em 1990 as cifras respectivas eram 122 e 274. Ou seja, a produção conjunta dos demais países latino americanos triplicou; no mesmo período os países da OPEP aumentaram sua produção em apenas 24% e os demais em 52%.

Passada a *guerra do golfo* em 1990, os preços desceram e estabilizaram-se, entre 1991 e 1997, em torno de US$ 16/barril. Isto, mais a retomada do crescimento na CEE, a longa expansão dos EUA e o desastre da URSS (cuja produção de petróleo cai 40% e antes eqüivalia a 17% do total mundial), animaram tanto a OPEP quanto outros grandes produtores. As previsões então feitas foram otimistas, subestimando perda de participação do petróleo no consumo total de energia e os programas individuais de alguns dos maiores produtores (Arábia Saudita, Mar do Norte, México, Venezuela e outros). Não deixa de ser curioso que a própria EIA (Energy Information Administration) dos EUA tenha publicado suas estimativas em 1997, embora tenha construído cenários com "preços altos e baixos".[47]

Em 1996, a PDVSA, entusiasmada, fixou ambiciosa meta de dobrar a produção, entre 1996 e 2006, de 3,5 para 6,5 milhões de b/d, sendo 1/3 do aumento pela própria estatal e 2/3 por outras empresas (públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras). Para tanto, abriu o setor petroleiro ao capital privado (principalmente ao externo), via acordos de cooperação e *joint ventures*, e planejou investimentos no fantástico montante de US$ 65-75 bilhões de dólares, nos próximos 10 anos, o que aumentaria a inversão anual em 75% passando a taxa de inversão a 24% do PIB.[48] Isto, em meu entender, seria como *apostar todas as fichas apenas de uma vez, e num único número de sorte.* Ainda que as projeções se concretizassem, cabe lembrar que vários dos problemas que o petróleo gera na economia e na sociedade venezuelanas tenderiam a aumentar, mantidas as condições vigentes.

Um país como Venezuela, de frágeis bases agrícolas e industriais e cuja economia está centrada na produção de petróleo, ao abrir sua economia e desregulamentá-la, tem poucas chances de "competir eficientemente" no mercado mundial dos países desenvolvidos, salvo

[47] Para a discussão dessas estimativas mundiais ver EIA (1996 e 1997). Sobre o programa venezuelano ver Bottome y otros (1996) cap. V.

[48] As informações aqui usadas sobre a empresa e o programa de expansão petrolífera foram obtidas de Espinaza (1997) e Bottome y otros (1996).

em petróleo, o que evidencia a imprescindível necessidade de diversificar internamente sua economia, ampliar seu mercado interno via distribuição de renda e emprego e ampliar seu grau de integração econômica com os países subdesenvolvidos. Mas a eclosão das crises *asiática* (fins de 1997) e a *russa* (1998), desnudou mais uma vez a instabilidade latente do modelo econômico. Isto, e a drástica redução do preço do petróleo entre fins de 1997 e agosto de 1998 adiaram parte do programa: projetos no valor de US$ 6 bilhões foram cancelados ou adiados e o governo, face à crise das finanças públicas, extraiu mais US$ 3,8 bilhões da PDVSA, além das retiradas normais, reduzindo assim, em igual montante seus investimentos.

Os economistas oficiais, que vinham programando nos últimos anos essa expansão da atividade petroleira do país, preferiram fechar os olhos às crise internacional. Assim, programaram para 1998, o melhor dos mundos: alta de 4 a 5 por cento no PIB, superávit fiscal de 2,5% e inflação cadente. A crise levou-os a planejar uma recessão, que resultou na medíocre alta 0,2% no PIB, caindo a taxa de inversão, de cerca de 20% para 15% e o desemprego só não aumentou de imediato, por que mais 338.000 pessoas informalizaram suas relações de trabalho. Isto e a queda dos preços do petróleo (de 16 para 11 US$/barril entre o início e meados de 1998) reduziu a carga tributária, de 32% em 1997 para 21% em 1998 gerando resultado fiscal de -5,7%. A recessão, a alta dos juros (atingiram níveis reais anuais entre 30 e 60 por cento) e a desvalorização cambial em apenas 22%, evitaram que os preços subissem além de 31,2%, pouco abaixo do verificado em 1997. Mas, com isso, o câmbio se valorizou em 17% em relação a 1997, o que dificultaria ainda mais o manejo da política econômica em 1999.

Num clima como esse, e em um ano eleitoral, o capital externo encolheria, agravando ainda mais as perspectivas para 1999. A crescente crise social e o aumento do descrédito nas instituições políticas tradicionais favoreceram Chávez, nas eleições de dezembro de 1999, eleito com 56% dos votos, pelo *Movimento V República* (MVR), e numa ampla coligação progressista (o *Pólo Patriótico*). Se persistisse a crise petroleira, a Venezuela não teria outra saída senão optar entre uma depressão mais longa ou uma *virada no modelo*. A vitória de Chávez já era sintoma social de mudança da opinião pública.[49]

[49] Notícias recentes (Folha de São Paulo 7/3/2001, p. B 6) informam que Chávez criaria o Banco da Mulher, no Dia Internacional da Mulher (8/3).

A despeito de seu controvertido discurso, prometia mudanças e em 2/199, anunciou seu *Plano Bolívar 2000*, com a formação de um "exército" composto por 140.000 homens (a metade de soldados e o resto de funcionários públicos), que, aglutinando os desempregados, faria obras públicas; redistribuição de terras estatais e expansão da agricultura; desenvolvimento de micro empresas e criação de empregos, e alguns projetos de desenvolvimento de longo prazo. Dizendo estar no rumo de uma *revolução social*, citava o camarada Mao: "O povo está para o Exército assim como a água está para o peixe"...[50]

A profundidade da crise petroleira, a apatia do setor privado, a ironia e a prematura hostilidade do capital e instituições internacionais e o escasso tempo entre a eleição e a posse (fevereiro de 1999) não permitiriam a Chávez compor uma imediata política econômica de cunho progressista. O petróleo caíra ainda mais, para US$ 9, e Chávez viu-se obrigado a aceitar o acordo com o FMI e um *Programa Econômico de Transição 1999-00*, que resultou no seguinte conjunto de fatos e medidas principais:

- com a queda daqueles preços, o Congresso não aprovou o orçamento para 1999, praticamente repetindo o de 1998;

- restrições fiscais: corte de 10% no gasto público;

- criou imposto provisório sobre movimentação financeira (tipo"CPMF"), de 0,5% até 5/00;

- substitui o imposto (IVM) sobre consumo suntuário e sobre vendas no atacado, por outro, sobre valor agregado (IVA), que resultou em redução da carga de 16,5% p/ 15,5%;

- a amplitude do imposto de renda (pessoa física), de 6% a 34%, foi abrandada, permitindo várias deduções (educação, saúde, filhos até 25 anos, etc.);

- os dividendos, antes isentos**,** passaram a ser tributados a partir de 1/2000: 34% para não residentes; 67,7% para os de empresa local do setor petróleo; 60% para residentes ou para ganhos derivados de royalties ou similar.

O ajuste recessivo, potencializado pela restrição da produção (3,45 para 3,16 milhões de barris/dia decidida pela OPEP), não elevou a receita fiscal pretendida, salvo as decorrentes do novo aumento do preço para US$ 16 em março de 1999. Mas as medidas foram muito

[50] Matéria divulgada na Folha de São Paulo de 22/2/1999, primeiro caderno.

duras, afetando gravemente a economia: queda de 8% do PIB no primeiro semestre e anual de 6,1%, com queda do investimento e do emprego. O ano de 1999 sofreu ainda enormes estragos pelas fortes chuvas e enchentes ao final do ano, com perdas equivalentes a US$ 3,2 bilhões (3,3% do PIB), com efeitos que se prolongariam no ano 2000. Os custos para a reconstrução de infra-estrutura e moradias destruídas estão estimados acima de US$ 10 bilhões.

O governo, após o aumento do preço do petróleo tentou reativar a economia, baixando os juros e aumentando a liquidez. Com o novo aumento do preço do petróleo, para US$ 23 em outubro de 1999, recuperou-se parcialmente a carga tributária total (de 21% em 1998 para 25% em 1999). Porém, o destino de parte da receita do petróleo para o FIEM diminuiu temporariamente a capacidade de financiamento do governo, implicando em ampliar a dívida interna.

Ainda que tenha adotado a política recessiva para 1999, Chávez não desistiu de seus planos de realizar reformas institucionais e econômicas progressistas, conforme prometera na campanha eleitoral. Em abril de 1999 foi realizado seu prometido plebiscito, aprovando com 70% dos votos (e abstenção de 55%), a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que concluiria seus trabalhos em dezembro 1999.

As mudanças institucionais permitiram a eleição (maio de 2000) de um novo Congresso (*El Congresillo)*, temporário e reduzido a 21 membros, com plenos poderes para legislar, e que foi extinto em agosto de 2000, substituído pelo novo legislativo. A nova Constituição proporcionou radicais mudanças, ampliou a participação decisória do povo, amplia o requisito de maior transparência governamental, postula a integração econômica com a América Latina e Caribe (privilegiando os países iberoamericanos). Entre suas principais medidas cabe destacar:

- altera o nome do país para República Bolivariana de Venezuela;

- eliminou o Senado, criou uma Assembléia Nacional unicameral e uma Câmara Constitucional para interpretar a nova Constituição;

- substituiu vários titulares de altos postos: do Conselho Nacional Eleitoral, do Tribunal Supremo de Justiça, da Promotoria Pública, da Tesouraria Fiscal, vários juízes da Corte Superior e outros. Os candidatos a juízes do TSJ passam por processo seletivo e em seguida eleitoral, com direito de objeção do povo, e seus mandatos são de 12 anos;

- criou o *Poder Moral*, como uma agência adicional do governo,

composto pelo Ministério Público, Controladoria Geral da Republica e Defensoria do Povo, para fiscalizar a administração pública conta atos que atentem à ética e à moral;

- permite reeleição do Presidente e amplia o novo mandato para 6 anos;

- criou a Vice-Presidência Executiva, nomeada pelo presidente, para mediar as relações entre o Executivo e o Legislativo. O presidente só pode substituí-lo mediante acordo com o Legislativo e se este fizer moção de censura ao Vice-Presidente, por três vezes durante o mesmo ano, o presidente pode dissolver a Assembléia;

- cumprida a metade do mandato presidencial e de outros cargos públicos eletivos, seus titulares podem ser depostos mediante referendo popular;

- militares passam a ter os mesmos direitos eleitorais dos civis;

- reconhece os direitos das comunidades indígenas (justiça, cultura, língua e território);

- a *mídia* é agora obrigada a divulgar informações *no tempo certo, verdadeiras e imparciais;*

- permite a expropriação da propriedade privada para uso social. O latifúndio é considerado contrário ao interesse social;

- o Banco Central agora deve submeter suas contas e a nomeação de sua diretoria à Assembléia Nacional. e prestar contas do cumprimento de suas metas macroeconômicas e das metas acordadas com o Governo. Na prática, a autoridade do BC foi transferida ao Legislativo e a possibilidade de substituição da moeda nacional por uma regional só pode ser adotada mediante tratado assinado pela República;

- reafirma a reserva, ao Estado, do petróleo e de outras atividades estratégicas e proíbe o governo de vender sua participação acionária na PDVSA, podendo contudo vender suas subsidiárias;

- o turismo e a agricultura de subsistência passam a ser prioridades nacionais;

- o governo pode tomar medidas para proteger produtores locais contra competição estrangeira;

- a evasão fiscal passa a ser punida com prisão;

- reduz jornada semanal de trabalho de 48 h para 44 h;

- garante aos trabalhadores pagamentos final (ou indenização)

quando cumprir ou quando o empresário romper o contrato de trabalho;

- saúde, educação e aposentadoria são garantidas a toda a população (antes, só se aposentava quem tivesse contribuído para a Previdência);

- a anterior reforma da previdência feita em 1997 foi suspensa por Chávez em 1999 e a Constituição reverteu-a, determinando que a nova Assembléia Nacional faça uma nova lei.

A Constituição também estabeleceu para maio de 2000 as eleições para todo o Executivo e todo o Legislativo, mas foram adiadas, para 30 de julho, a nacional, para a Presidência e Assembléia Nacional e para 31 de agosto as locais, para Executivos e Legislativos estaduais e municipais. Embora com abstenção de 46% (principalmente classe média), Chávez foi novamente eleito obtendo 60% dos votos (23 pontos acima do segundo, e uma vitoria geral do MVR (76 cadeiras), que, somado aos aliados socialistas (MAS), detém 96 das 165 cadeiras da Assembléia Nacional, necessitando apenas mais 3 para completar 3/5 com o que pode nomear as principais autoridades do país e consolidar a interpretação e regulamentação da Carta. Essa adição é possível, com as 3 cadeiras do Partido Indígena e a única do dissidente Pátria Para Todos, ou ainda com a possível aproximação do Partido Projeto Venezuela (6 cadeiras). Embora surgissem conflitos na base, inclusive entre militares, sua base ganhou em 13 dos 23 estados e a Prefeitura de Caracas.

Durante a vigência da Constituição – e principalmente do *El Congresillo* – Chávez implementou algumas de suas propostas, tomando, em outros casos, medidas progressistas, a maioria das quais coerentes com suas metas. Embora parte da opinião pública (principalmente a internacional) as reprovasse, todas (as institucionais e as econômicas) foram tomadas dentro das bases da chamada democracia formal. Vejamos as principais.

No campo institucional, as mudanças eleitorais contiveram o esclerosado pacto entre os dois maiores partidos, e as jurídicas puderam remover parte da justiça corrompida e conservadora, a qual, se mantida, certamente anularia na Corte Suprema, as principais leis e reformas de Chávez. As de cunho econômico e social puseram algum freio – ainda modestos – ao ímpeto neoliberal dos últimos tempos, ressuscitaram uma certa dose de *desenvolvimentismo* e apontam para uma política externa

mais independente. Lembremos que sua proposta econômica geral de crescimento da renda e do emprego consiste em priorizar a diversificação da economia e da pauta exportadora, estimular o turismo, a expansão rural e a diminuição do êxodo rural.[51]

Sua política externa tem sido um tanto audaciosa, gerando alguns contratempos com os EUA e críticas explícitas deste país, ao recusar ceder seu espaço aéreo aos EUA, na questão dos vôos anti-drogas e por ter conseguido ou tentado reforçar relações com blocos de países para contrabalançar o poder dos EUA. Constituem exemplos dessas ações: promessa de estreitar relações com a China e com o Irã; visitou o Iraque, solicitando à ONU a suspensão das sanções contra este país, entrevistando Saddam Hussein e o convidando para a reunião dos Chefes de Estado dos países da OPEP em Caracas; suas pressões junto à OPEP, para aumento dos preços do petróleo; ações políticas com a Colômbia, sobre guerrilha; seu pedido para o fim do embargo a Cuba, fazendo ainda com este país acordo de suprimento de petróleo a preços preferenciais e negociando uma *joint-venture* para refinar petróleo em Cuba; sua tentativa de aproximar-se - incluindo o Pacto Andino - mais ao Brasil e ao Mercosul, tentando retomar o fracassado acordo de abril de 1998 (que tentou formar uma ambiciosa área de livre-comércio Andino-Mercosul) mas concluindo um acordo com o Brasil em 8/1999.

Por outro lado, a. PDVSA anunciou que pretende leiloar concessão de área em litígio com a Guiana, para exploração de petróleo, em represália à intenção da Guiana ceder a uma empresa dos EUA na mesma área, uma base lançamento de satélites. Chavez reafirmou o Protocolo de Port of Spain assinado com a Guiana em 1970, que impede-a de fazer qualquer infra-estrutura na área antes da solução deste conflito. Contudo, a nova Constituição utiliza a legislação de 1810, que confirmava à Venezuela aquela área.

Para suas reformas econômicas emergenciais (1999), obteve a Lei de Habilitações, que lhe criou facilidades para procedê-las, no campo

[51] Parte dessa política tem como objetivo evitar o aumento do desemprego urbano (pela contenção do êxodo rural) ou aumentar o emprego em áreas propícias ao turismo cujos esforços e incentivos dos últimos anos já deram resultados positivos, ao aumentar para um milhão, o número de turistas que entraram no país em 1999. Também nesse sentido, Chávez está estimulando a construção de novas moradias aos desabrigados das fortes chuvas de 12/1999, em outtros locais de menor risco, preferentemente rurais e não urbanos.

administrativo público, aduaneiro, criação do Fundo Único Social, do Banco do Povo e do Sistema Financeiro Nacional Público para a produção.[52] Reformou o FIEM que antes recebia as rendas petrolíferas excedentes aos preços médios (média móvel de 5 anos anteriores) em US$ e hoje (a vigorar entre maio de 1999 e 2004) recebe 50% da renda que exceder o preço de US$ 9/barril, descontada a renda (30% do excedente, o IR sobre petróleo, sempre que as amortizações mais os juros superem 20% da receita fiscal) destinada ao FRD (Fondo de Rescate de la Deuda). A partir de agora o governo pode usar recursos do FIEM, mediante autorização do Congresso.

Um conjunto de outras leis regulamentam as concessões e licitações e mecanismos de proteção ao capital (nacional ou estrangeiro) e incentivam vários setores, como o elétrico, petróleo e gás, mineração. Com relação aos investimentos diretos externos, só se permite o julgamento em outro país, quando houver acordo bilateral. Contudo, o governo respeitará os contratos em vigor no petróleo. A desnacionalização só será permitida com aprovação prévia, nos setores em que se obriga controle acionário nacional.

A nova Lei de Finanças Públicas, promulgada pouco antes de sua nova eleição, disciplina a reforma fiscal, cria o orçamento plurianual, reforça o sistema de planejamento de médio prazo e institui regras para modificações no orçamento. No que se refere à centralização no governo central, dos recursos para os estados e municípios, Chavez tentou mantê-la, recusando pedido da oposição para provê-los no orçamento nacional, através do FIDES (Fundo Intergovernamental para a Descentralização, criado em 1993), porém mais tarde perdeu na Justiça, que o obrigou repassá-los aos governos locais.

Essa mesma lei, instituiu o Banco do Tesouro, para receber todos os depósitos, tributos e taxas governamentais, criando com isto mais um grau de liberdade em relação ao BC. Este, por sua vez, estaria perdendo autoridade no controle das políticas monetária e cambial, principalmente através de intervenções feitas pela PDVSA no mercado de câmbio, para proteger o bolívar.

Os incentivos do imposto de renda baixaram de 100% para 80% para os novos investimentos em setores não industriais:

[52] Notícias recentes (Folha de São Paulo 7/3/2001, p. B 6) informam que Chávez criaria o Banco da Mulher, no Dia Internacional da Mulher (8/3).

agropecuária, pesca, florestal, ou processamento de suas matérias primas. Novos investimentos que protejam o meio ambiente ou os que aumentem o emprego de nacionais recebem desconto de 10% do imposto de renda. Para o turismo (hotéis, infra-estrutura e serviços de turismo) a redução é de 100% para 75% durante 15 anos, a partir da nova construção ou 5 anos para reforma. A nova lei do imposto sobre valor adicionado (IVA) reduz incentivo anterior de 20% para 10%, para a indústria, agroindústria, construção civil, eletricidade, ciência e tecnologia, exclusive setor petróleo. Outra dedução de 8% para ativos fixos novos em petróleo e atividades afins e 4% adicionais para perfuração, distribuição, transformação, conservação, e pesquisa na mesma área. A lei passou a taxar as exportações, mas suas alíquotas têm sido nulas. Os portos livres perderam a anterior isenção adicional do IVA.

Em fevereiro de 2000 divulgou novos planos setoriais para a agropecuária e a indústria, alumínio, infra-estrutura, petróleo, construção e turismo. Dos investimentos já programados e estimados (em US$ bilhões), as ferrovias abarcariam 13 nos próximos 20 anos; para o metrô de Caracas e rede rodoviária, chineses e brasileiros já teriam prometido 2,5; para eletricidade 6, em 5 anos, principalmente em transmissão; para a reconstrução das perdas causadas pelas já citadas chuvas, a infra-estrutura e os edifícios e moradias e o desenvolvimento rural exigiriam algo entre 10 e 20 bilhões de dólares. Para o setor petróleo, são estimados 50 a 60 em 10 anos, mas o anterior plano da PDVSA mudou, diminuindo a ênfase na produção de *Orimulsion* (e de carvão, por outras empresas), dadas as pressões ambientalistas. A nova ênfase se dirigiria mais ao gás natural e outras fontes menos poluidoras, bem como na expansão da capacidade de refino de petróleo e de petroquímica. O governo pretende reverter a proporção *óleo cru/derivados* da pauta exportadora, de 60/40 de hoje para 40/60 até 2009, e a nova meta para 2009 seria de 5,8 milhões de b/d (50% em joint-venture).

As privatizações, diante do quadro de crise e de transição política, arrefeceram, de (em US$ milhões) 1505 em 1997 para 174 em 1998 e 37 em 1999. Antes de promulgada a Constituição, (que manteve o monopólio do petróleo) o governo já retardara a privatização da PDVSA mantendo-se assim nos dois anos seguintes. Embora continuem indexadas para privatização a maior parte das 36 empresas da Corporação Guayana

(eletricidade, alumínio, e outros insumos básicos) esse processo está "adormecido" pelo menos temporariamente. O governo retardou contratos e fez revisão de regras, e em alguns casos tomou medidas mais drásticas, como no da antiga estatal de telecomunicações (CANTV) obrigando-a a rebaixar o preço da tarifa internacional.

Em 2000 os preços do petróleo subiram (em US$ /barril), com sua média oscilando entre oscilando sua média entre 27 e 30, jogando para cima, novamente, as variáveis macroeconômicas:o PIB teria crescido 3,5% e o saldo em transações correntes atingiu cerca de US$ 14 bilhões. Com essa nova bonança, o câmbio continuou se valorizando, a inflação caiu de 20% para 14% mas o desemprego pouco se moveu (14,9 para 12,1 em 1999-2000).

Contudo, e a despeito da elevação dos preços de petróleo, a economia internacional, na passagem 2000/2001 estaria novamente aumentando sua instabilidade, com a desaceleração dos EUA em andamento, o baixo crescimento do Japão, da crise que se manifesta na Turquia, com a ameaça de uma verdadeira *implosão* na economia Argentina, e esses fatos obviamente também afetarão seriamente Chile, Brasil, México e Colômbia, sendo os quatro últimos parceiros importantes do comércio exterior venezuelano. Além disso, como era de se esperar, os preços do petróleo caíram, assim como o das principais *commodities*.

Isto repõe o quadro analítico colocado no início deste texto, qual seja, a da recorrência da crise e da necessidade de retorno da soberania no uso da política econômica e da necessidade de uma reestruturação da inserção internacional de todos os países latino-americanos. O próximo quadro mostra sinteticamente, o quanto um país como a Venezuela tem ainda a caminhar nesse sentido. A despeito que suas exportações de manufaturados – nas quais predominam insumos básicos minerais, metalúrgicos e químicos e alguns produtos terminados – terem aumentado 9,5 vezes entre 1980 e 1997, ainda perfazem tão somente 14% de suas exportações totais, ao passo que suas importações de manufaturados cresceram apenas 27%, mas no entanto participam com 81% das importações totais.

A tabela mostra ainda que, embora 48% das exportações venezuelanas de manufaturados se destinem à ALADI, é o próprio Grupo Andino que tem por destino 40% restando somente 4% para o

Mercosul, com o Brasil sendo o mercado majoritário neste bloco. Além disso, o valor total dessas exportações, em 1997, atingiu (em US$ bilhões) apenas 3,1 frente aos 13,2 das respectivas importações. Por outro lado, entre 70% e 80% dessas importações continuam vindo dos países da OECD, e apenas 18% delas se originam na ALADI (7% do próprio Grupo Andino e 6% do Mercosul), mostrando não só uma difícil competitividade dos países membros desses blocos frente à OECD, mas também as enormes dificuldades para ampliar a integração desse país com o Mercosul, onde boa parte das importações de manufaturados poderia se realizar.

Sbkbwrbi^7 Bumloq^þĠl Qlq^i %Uq& b F j mloq^þĠl Qlq^i % J q& ab molarqlp mof j Ěoflp %m& b j ^krc^qro^alp(1)

	ĉndices				Destino de Xm (%)			
	Xt	Xp	Xm	Xm/X (%)	ALADI	ANDINO	MERCOSUL	OECD
1980	100	100	100	2	25	16	6	54
1988	71 (2)	60 (2)	464 (2)	12 (2)	21	16	3	40
1992	74	67	466	11	40	28	3	35
1997	119	104	946	14	48	40	4	37
					Origem de Mm (%)			
	Mt	Mp	Mm	Mm/M	ALADI	ANDINO	MERCOSUL	OECD
1980	100	100	100	79	6	2	3	82
1988	108	118	105	77	8	1	5	82
1992	119	93	125	83	10	4	4	80
1997	123	109	127	81	18	7	6	72

Clkqb7 A^alp _orqlp b j RP! J fieóbp) @loobkqbp7 @BM> I) >krĚofl Bpq^qâpqf`l8 sĚoflp ^klp+

%.& >p mlo`bkq^dbkp bpqĠl ^moluf j ^a^p Ě rkfa^ab+

%/& .656

Visto o comércio bilateral entre a Venezuela e o Brasil, há contudo fatos importantes que devem ser melhor analisados, a despeito que apenas cerca de 3% de suas exportações totais se destinem ao Brasil e que cerca de 5% das importações se originem do Brasil.[53] Cabe dizer, contudo, que esse comércio com o Brasil compreende entre 70% e 85% do comércio daquele país com o Mercosul. Mas ele é de fato ainda muito pequeno e, portanto, pode crescer bastante: as vendas totais brasileiras para esse país perfazem apenas 1% de suas exportações e também 1% do total das importações mundiais da Venezuela. Porém, a Venezuela tem importado um total de manufaturas que tem atingido

[53] Um detalhado estudo sobre as pautas dos dois países e potenciais de comércio e de investimentos pode ser visto em Cisneros e outros (1998).

cerca de US$ 11 bilhões, cifra equivalente a um terço do total das exportações brasileiras desses produtos. Um sumário exame das pautas exportadoras respectivas mostra claramente que são fortemente complementares e, portanto, há um largo campo de exploração por ambos, para alargar consideravelmente seu comércio bilateral. Mas isto - um efetivo comércio bilateral sem as sérias limitações impostas pela OMC -, segundo o *mainstream*, tem estado um pouco fora de moda.

Contudo é preciso enfatizar que para nossos países, não há como persistir no modelo atual. É necessário romper com as políticas neoliberais, mantendo as relações comerciais possíveis com todos os países do mundo, no marco da globalização, porém com parâmetros que reponham um grau necessário de proteção e que atendam aos legítimos interesses nacionais. Além dessa inserção, podemos tentar construir uma *inserção externa paralela*, com acordos bilaterais ou formas mais ousadas de integração com países subdesenvolvidos, notadamente entre com alguns dos próprios países da América Latina e, especialmente, com China, Índia, e Rússia. É necessário contudo advertir que isto requer uma forte liderança – provavelmente o Brasil poderia exercê-la – para organizar e conduzir a concreção desta idéia.[54]

[54] Esta idéia está um pouco mais desenvolvida em Cano (1995 e 2000 B).

Bibliografia

BARBOZA P. y Villalobos, C.L. "Venezuela: Políticas de Ajuste y Pérdidas de Bienestar". in Rebolledo S., L.(Ed.), Políticas Económicas em América Latina. AFEIAL-Univ. de Lima, 1994.

BCV-Banco Central de Venezuela. Informe Económico. BCV, Caracas, (vários anos).

BLANCO, C. "Reforma y modernización del Estado en América Latina: hacia un nuevo proyecto latinoamericano." in ILPES, Santiago, 1995.

BOTTOME, R. *Reforma a la Ley del trabajo: algunas respuestas*. Veneconomia, v.14, nº 9, Caracas, 1997.

BOTTOME, R. y otros. *Perspectivas económicas, políticas y sociales de Venezuela:* 1996-2001. VENECONOMIA. Caracas, 1996.

CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional*, Unicamp, 1995, (4ª ed).

_____ *Soberania e Política Econômica na América Latina*, UNESP/ UNICAMP (2.000 A).

_____ *Notas para um Projeto Nacional de Desenvolvimento.* in Teoria e Debate nº 45, Ed. Fundação P. Abramo, São Paulo, jul/set. (2000 B)

CÁRDENAS, S. (Coord.) *Empleo y distribución del ingreso en América Latina. Hemos avanzado?* TM Ed. Bogotá, 1997.

CEPAL Estúdio Ecómico de América Latina y el Caribe . Cepal, Santiago, (vários anos).

_____ Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe. Cepal, Santiago, 1997 A e 1998, 1999 e 2000.

_____ Panorama Social 1996. Cepal, Santiago, 1997 B.

_____ Balance preliminar de la economia de América Latina y el Caribe 1997. Cepal, Santiago, 1997 (C) e 2000.

CHANG S. y otros (Coord.). *La Política Económica Necessária: estabilización, crecimiento y solidariedad*. IESA-UCAB, Caracas, 1994.

CISNEROS, I. y otros. *El Desarrollo del Comercio y las Inversiones entre BRASIL y VENEZUELA - síntesis ejecutiva.* Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 1998.

CLEMENTE R., L. A. “Crecimiento, Apertura Comercial y Desempeño Sectorial”. in Chang S. y otros (1994).

CNA – Consejo Nacional de la Alimentación. *Cumbre mundial de la alimentación- informe Venezuela.* Presidencia de la República. Caracas, nov. 1996.

COBA R., A. *Tiene sentido reformar la Ley Orgánica del Sufragio.* Veneconomia v.14 nº 9, Caracas, 1997.

DATANALISIS - *Indicadores del Camin.* Datanalisis, Caracas, vários n., 1996 e 1997.

_____ Situación Nacional: una visión objetiva. Datanalisis, Caracas, junio 1997.

Economist, The: *Country Profile 2000 (ref. Ano 99)*, London.

_____ *Country Report sept.2000.*London.

_____ Economist *Country Forecast* april 2000. London.

_____ Economist Forecast 1st quarter 2000. London.

_____ Investiment, Licensing & Trading, 10/99.London.

España, L. P. *La Violencia: la cara amarga de la transición en venezuela.* Temas de Coyuntura n. 27. IIES/FCES/UCAB, Caracas, julio 1992.

EIA - Energy Infomation Administration., *The World Oil Market.* International Energy Outlook. EIA, Washington, 1996 e 1997.

Espinaza, R. “Ajuste fiscal, efectos distributivos y perspectivas de mediano plazo”. in Chang S. y otros (1994).

_____ *Política Petrolera y Desarrollo Económico.* IESA, Caracas, mimeo, 1997.

FAO. *El estado mundial de la agricultura y la alimentación.* FAO, Roma, 1996.

FRENCH-Davis, *R.* “El efecto tequila, sus origenes y su alcance contagioso”. Desarrollo Económico nº 146, v. 37, IDES, Buenos Aires, jul-dic/1997.

FIV- Fondo de Inversiones de Venezuela. Programa de Privatización. FIV, Caracas, 1997.

GARCIA O. y otros. *La Sostenibilidad de la Política Fiscal en Venezuela.* BID-IESA/UCAB, Caracas, mimeo, 1997.

GÓMEZ C., L. *La democracia venezolana entre la renovación y el estancamiento.* Pensamiento Iberoamericano nº 14, Madrid, julio-diciembre 1988.

LORA, E. y PAGÉS, C. *La legislación laboral en el proceso de reformas estructurales de América Latina y el Caribe.* in Cárdenas S. (1997).

LÓPEZ, J. D. *Consideraciones sobre la Reforma del Estado en Venezuela-México entre 1988 y 1991.* Temas de Coyuntura nº 27, IIES/FCES/UCAB, Caracas, julio, 1992.

MÁRQUEZ, G. y Acedo, C. "El sistema de seguros sociales en Venezuela: problemas y soluciones alternativas". In Barreto de Oliveira, F.E. (Ed.) Sistemas de Seguridad Social en la región: problemas y alternativas de solución. BID, Washington, 1994.

MÁRQUEZ, G. y N. Álvarez, C. "Pobreza y mercado laboral en Venezuela", 1982-1995. in Cárdenas S. (1997).

MOLINA R., R. "El otro ámbito de la Política Monetaria". in Chang S. y otros (1994).

OJEDA, R. *Como se sangra un país...! Que hacer?*. Vadel Hermanos ed. Caracas,1997, 2ª ed.

RIUTORT, M. y Zambrano S., L. *Volatilidad de la política fiscal en Venezuela.* Temas de Coyuntura nº 35, IIES/ FCES/UCAB, Caracas, junio/1997.

TAVARES, M. C. e Fiori, J.L. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Paz e Terra, RJ. 1993.

VELÁZQUEZ, E. "Las finanzas del sector público de Venezuela en los 90s. Una evaluación y algunas proyecciones". in Chang S. y otros (1994).

VENECONOMIA - *Veneconomia Mensual.*Veneconomia, Caracas, vários nº 1996 e 1997.

VENEZUELA. *La deuda externa y elfin del milenio. Encuentro Internacional por Estrategia Común*. Congresso de la República de Venezuela y el Parlamento Latinoamericano. Caracas, 10-12-julio-1997.

VIVANCOS C., F. "Salarios, ingresos y estabilización en Venezuela". in Chang, S. y otros (1994).

ZAMBRANO S., L. "Tipo de cambio real y inercia inflacionaria en Venezuela". in Chang, S. y otros (1994).

Comércio exterior e política comercial da Venezuela

Lia Valls Pereira[*]

Introdução

A partir de meados da década de 80, inicia-se uma mudança na orientação das políticas de comércio exterior nos países latino americanos. A intensidade e o ritmo das mudanças varia em cada país, em função de condições específicas. No entanto, o denominador comum é a implementação de políticas visando um maior grau de abertura comercial. Ao mesmo tempo é observado, em especial na década de 90, uma proliferação de acordos comerciais entre os países latinos e/ou propostas de consolidação de acordos regionais em vigor.

Na Venezuela, a mudança do regime comercial inicia-se em 1989, sendo acompanhada por medidas, que de forma geral, são identificadas como o término de políticas de intervenção governamental no comportamento dos mercados e a ênfase na questão do controle do déficit público. Ao longo da década de 90, questões de instabilidade política e econômica dominam o país. Após atingir um crescimento de 6,2% do PIB, em 1992, há registro de variação positiva apenas paras os anos de 1995 (3,4%) e 1997 (5,9%). No ano de 1999, o PIB cai em 7,2%. De forma geral, entretanto, é mantido o compromisso com a abertura comercial.

Ressalta-se também que durante a década de 90, a Venezuela realizou diversos acordos comerciais e foi retomada a agenda de aprofundamento da integração dos países andinos, iniciada em 1969 com o Acordo de Cartagena. Entre os acordos, destaca-se a proposta de criação de uma área de livre comércio Comunidade Andina e Mercosul, formalizada em 1998.

O peso do petróleo na economia venezuelana determina em grande medida o desempenho da economia e do setor exportador. As exportações do setor petróleo explicam cerca de 75% das exportações

[*] Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ e Coordenadora de Projetos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas na área de Comércio Internacional.

totais do país, sendo que o setor tem em média uma participação de 25% da geração do valor adicionado na economia.

O presente texto está organizado da seguinte forma. A primeira seção descreve os principais indicadores da estrutura de comércio exterior da Venezuela. A segunda seção analisa o tema da política de comércio exterior da Venezuela e a terceira destaca alguns pontos na relação Brasil-Venezuela e Comunidade Andina e Mercosul. Por último, apresentam-se algumas considerações.

Principais aspectos da estrutura de comércio exterior da Venezuela

Segundo dados de 1999 da Organização Mundial do Comércio, as exportações da Venezuela corresponderam a 0,4% das exportações mundiais (42º principal exportador mundial) e as importações a 0,3% do total mundial (45º principal importador). As exportações de combustíveis do país representaram 3,7% das exportações mundiais. Dada a dependência da pauta exportadora venezuelana do setor de combustíveis – cerca de 75% – é sinalizada a importância de esforços para a diversificação da oferta exportadora.

Dados agregados do Banco Mundial mostram que há uma mudança na pauta exportadora nos anos 80. Em 1979, 1,1% das exportações totais da Venezuela correspondiam ao grupo de manufaturas, sendo o percentual de 9,5%, em 1989. Nos anos de 1998 e 1999, estes percentuais foram respectivamente de 8,9 e 6,2 por cento. Estes resultados refletem o maior dinamismo das exportações de manufaturas entre 1979/1989 – crescimento médio anual de 23% – comparado com os anos de 1989/1998, crescimento de 2,2%. O quadro abaixo mostra os resultados.

ABPB J MBKEL A>P BUMLOQ>ë ßBP MLO DO>KABP >DOBD>ALP %

Setores	Participa-»es				Crescimento		
	1979	1989	1998	1999	1979/1989	1989/1998	1998/1999
Petr·leo	95,2	74,2	69,9	85,0	-3,2	2,3	37,3
Siderurgia/Min®rios*	1,4	3,9	5,5	5,0	9,7	6,8	2,3
Manufaturas	1,1	9,5	8,9	6,2	23,6	2,2	-21,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,8	3,0	13,0

Clkqb7 ?^k`l J rkaf^i %/--.&) q^_bi^p ab obcboÇk`f^ alp m^âpbp * t t t÷t loia_^kh÷lod

' KĢl á bp`i^ob`fa^^ `l j mlpfþĢl al ^dobd^al pqbbi )nrb mlab bpq^o fk`irfkal q^kql j ^krc^qro^p

`l j l lp jfkáofl p÷

As exportações para os Estados Unidos explicam em média cerca de 55% da pauta venezuelana total na década de 90, sendo que os combustíveis representam quase 70% das exportações para este mercado. No entanto, a dependência dos Estados Unidos das importações de combustíveis da Venezuela é de 12,8%.[1] O que evidencia a vulnerabilidade das exportações venezuelanas em termos de produto e mercados.

A análise das pautas de exportação, por mercados de destino, foi realizada com os dados da Secretaria da Comunidade Andina, que privilegia o comércio extra-zona por blocos (tabela 1e 2). A participação majoritária das exportações para a região do Nafta (Estados Unidos, México e Canadá representando o acordo de livre comércio entre estes países – *North American Free Trade Agreement*) é explicada basicamente pelo mercado dos Estados Unidos. Alguns pontos são ressaltados.

- Há uma diversificação da pauta em direção aos países da Comunidade Andina. O aumento das exportações para a região foi superior a média das exportações totais, exceto para os anos de 1998/1999, quando há o incremento dos preços do petróleo no mercado internacional. A participação dos países da Comunidade passa de 2,8% para 11,5% entre 1990 e 1998. Neste comércio é destacado o incremento das exportações para a Colômbia, cuja participação na pauta venezuelana passa de 2,2 para 8,4 por cento nesse mesmo período. O ano de 1999 é marcado por reduções de crescimento e crises internas na maior parte dos países andinos, o que influencia inferências sobre tendências de comércio, entre outros fatores.
- Observa-se um aumento da participação das exportações destinadas ao Mercosul, cuja participação na pauta de exportações da Venezuela passa de 1,2 para 4,7 por cento entre 1990 e 1999.
- Ressalta-se a queda nas taxas de crescimento e da participação da União Européia nas exportações da Venezuela. Em 1990, a região explicava 14,3% do total das exportações venezuelanas e, em, 1998 e 1999, respectivamente os percentuais são de 8 e 5,4%.

O processo de abertura comercial da Venezuela, iniciado no ano de 1989, levou a um aumento significativo das importações. Enquanto, a taxa de crescimento médio anual das importações foi negativa – 1,1%,

[1] Dados da OMC e da CEPAL.

entre 1984/1990 – esta passou para 10,2%, entre 1990/1998, segundo os dados do Banco Central da Venezuela.

A análise dos dados de importações por origem de regiões revelam as seguintes informações (tabelas 3 e 4).

- A região Nafta é o principal mercado de origem das importações venezuelanas, explicando em média cerca de 50% da pauta do país.
- Há um aumento da participação dos países andinos, mas em menor importância do que na pauta exportadora.[2] A diferença em pontos percentuais na pauta de exportações entre 1990/1998 é de 9 pontos, enquanto na pauta de importações é de 3 pontos percentuais.
- Não há diferenças significativas nas importações oriundas do Mercosul. Em 1990, estas representam 6% da pauta total de importações e, em 1998, 6,9%.
- Ressalta-se o mercado da União Européia. A queda da participação deste mercado como destino das exportações também é observado no caso das importações. No entanto, enquanto o mercado europeu explica 8% do destino das exportações venezuelanas, o mesmo mercado registra um percentual de 19,5% na participação das importações totais da Venezuela

Conclui-se que nos anos 90, analisando os mercados de destino e origem do comércio exterior da Venezuela, as mudanças mais significativas ocorrem na pauta de exportações do país, destacando-se o aumento do comércio com os países andinos, em especial, a Colômbia.

A tabela 5 mostra os saldos comerciais da Venezuela totais e por regiões. Na década de 90, apesar do maior incremento nas importações em relação às exportações, os anos de redução de crescimento da economia aliado ao comportamento do preço os petróleo explicam, em parte, os resultados.[3] Os saldos totais da balança comercial são positivos. Os maiores superávites são obtidos com a região do Nafta, o que sinaliza novamente o peso das exportações do setor petróleo com os Estados Unidos.

Um estudo da CEPAL classifica as exportações por mercados de destino e sua composição, apresentado nas tabelas 6 e 7. Sempre há controvérsias quanto ao sistema de classificação de mercadorias.

[2] A participação das importações oriundas dos países da Comunidade Andina aumentam de 3,2 para 7 por cento entre 1990 e 1999.

[3] Comparações com a década de 80 devem considerar o regime de proteção comercial que leva a menores níveis de importações.

Algumas informações gerais, entretanto, podem ser ressaltadas.

• Confirma-se a dependência da Venezuela nas exportações de produtos "energéticos" – combustíveis – para os Estados Unidos.

• Os Estados Unidos registrem a maior participação nas exportações totais de bens industrializados venezuelanos – 40% – , seguindo a região latino americana e do Caribe de 37,7%. A participação da União Européia é de apenas 4,8%.

• Em todos os itens de bens industrializados, a participação do mercado latino é maior, exceto nas exportações de bens com elevadas economias de escala (nesse caso inclui-se o setor automotivo).

• Analisando-se a composição da pauta por mercados de destino, é clara a assimetria das pautas entre os países latinos e os Estados Unidos junto com a União Européia. Basicamente nos mercados latinos, predominam as exportações de produtos industrializados (76,5%), enquanto para os Estados Unidos e a União Européia os bens primários explicam respectivamente 67 e 64% das compras oriundas da Venezuela.

O que os dados mostram, no caso de produtos industrializados, é a importância similar dos mercados latinos e dos Estados Unidos para as exportações venezuelanas deste agregado. Ao mesmo tempo, revelam que esta importância não se traduz, na composição da demanda norte americana por produtos venezuelanos, dada a concentração das exportações de produtos energéticos na pauta de exportações da Venezuela para os Estados Unidos.

As tabelas 8 e 9 descrevem o comportamento das exportações não tradicionais nos anos de 1999 e 2000. Produtos associados ao setor siderúrgico (metais comuns) seguido de químicos explicam cerca de 45% da pauta. Os Estados Unidos e a Colômbia são os principais mercados de destino destas exportações. Destacando-se somente a participação das manufaturas, entretanto, a Colômbia apareceria em primeiro lugar.

Principais aspectos da política de comércio exterior

As diretrizes gerais da política de comércio exterior da Venezuela estão em parte associadas ao histórico da Comunidade Andina. Inicialmente descreve-se as principais características da política venezuelana na década de 90 e, em seguida, são destacados alguns

pontos da evolução da Comunidade Andina e da agenda da política de acordos comerciais da Venezuela e a Comunidade.

A reforma comercial nos Anos 90

A abertura comercial iniciada em 1989 foi acompanhada da entrada do país no GATT, em 1990. O teto máximo tarifário de 40%, vigente em 1990, passa para 20%, com algumas exceções, em 1992, quando o país adota a tarifa externa comum acordada pela Comunidade Andina. A tarifa da Comunidade é pautada em quatro níveis tarifários de 5%, 10%, 15% e 20%, sendo observada alguma escalada tarifária visando estimular o processamento das matérias primas na região andina, segundo dados da OMC.

A estrutura tarifária da Venezuela por seções do Sistema Harmonizado para o ano de 1998 é apresentada na tabela 10. A média tarifária é de 12% e a moda de 5%. Há picos tarifários de 35% na seção de material de transporte (automóveis) e de máquinas e aparelhos elétricos. As seções com médias tarifárias mais elevadas são: produtos alimentares, bebidas e fumo (18,1%); matérias têxteis e suas obras (18,1%); e, calçados (18,8%).

Observa-se que a totalidade das tarifas da Venezuela estão consolidadas na OMC. No ano de 1996, a tarifa consolidada era de 50% para produtos agrícolas e 35% para manufaturados, sendo a tarifa praticada de 15 e 14 por cento respectivamente para estes agregados (Cepal 2000).

A reforma comercial de 1989 aboliu a maior parte das proibições às importações. Os coeficientes de frequência medidos com percentuais de linhas tarifárias sujeitos à barreiras não tarifárias informados pela CEPAL foram de: 2% (licenças não automáticas); 3% (proibições); e, 13% (tarifas variáveis/preços mínimos).

O relato anual do governo dos Estados Unidos sobre barreiras comerciais praticadas pelos seus parceiros comerciais destaca os seguintes itens, no caso da Venezuela. As proibições estão restritas às importações de carros, pneus e roupas usadas. As licenças não automáticas referem-se a práticas usuais na maior parte dos países cobrindo armas, medicamentos, entre outros. As maiores restrições estão associadas às importações de produtos agrícolas.

A Venezuela adota, desde 1995, o sistema andino de bandas de

preços agrícolas, substituindo um sistema nacional similar já existente. O objetivo é o de estabilizar o preço doméstico de certos produtos agropecuários (arroz, cevada, milho, soja, trigo, açúcar, leite e carne) consistente com a tarifa externa comum. Preços máximos e mínimos referenciais são calculados com base nos preços internacionais, considerando de forma geral a evolução dos 5 anos anteriores taxas *ad valorem* são então aplicadas sobre a tarifa externa comum para assegurarem que os preços de importação se mantenham nos intervalos determinados pelos preços de referência. Fazem parte desse sistema Colômbia, Equador e Venezuela.

Uma outra política importante adotada pela Venezuela e acordada nos países andinos refere-se ao regime automotriz, em vigência desde 1993. Segundo o relato da CEPAL (2000), Colômbia, Venezuela e Equador assinaram um Convênio de Complementação Industrial em relação ao setor automotriz, adotando uma tarifa externa comum e contemplando incentivos para o uso dos insumos domésticos regionais. Em 1999, foi assinado um novo convênio eliminando cláusulas que especificavam a exigência de conteúdo local na produção de veículos e assegurando o livre comércio intra-regional, desde que atendidas as regras de origem fixadas pela secretaria Geral da Comunidade. As tarifas de importação estabelecidas foram: 35% (automóveis de passageiros): e, 15% (Colômbia e Venezuela) e 10% (Equador) para veículos pesados.

Os subsídios às exportações foram quase todos eliminados, mantendo-se o sistema de *drawback*, que permite abater 15,5% de um imposto pago sobre insumos importados. Exportadores de produtos agrícolas selecionados (café, cacau, algumas frutas e pescados) recebem um crédito fiscal de 10% do valor de suas exportações. O Banco de Comércio Exterior da Venezuela, criado em 1996, opera linhas de crédito para impulsionar o incremento das exportações não tradicionais. Também é dada ênfase ao tema da participação da pequena e média empresas nas exportações.

Sintetizando, como em outros países latinos, a principal característica da mudança na política de comércio exterior da Venezuela nos anos 90 foi a reforma tarifária, a eliminação de quase todas as proibições e redução dos subsídios às exportações. Além disso, foi implementada uma legislação sobre antidumping e direitos

compensatórios, sendo a sua utilização pouco significativa e não há registro de legislação nacional sobre salvaguardas. (CEPAL 2000).

A agenda da Venezuela nos acordos de integração

Nos anos 90, a Venezuela realizou novos acordos comerciais e houve esforços para o aprofundamento do processo de integração dos países andinos.

Comunidade Andina: breve histórico[4]

O Acordo de Cartagena de 1969 englobava originalmente – Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru. Este foi realizado num período em que eram dominantes estratégias associadas ao modelo de substituição de importações nos países da América Latina. Os acordos regionais eram entendidos como veículos de promoção ao desenvolvimento dos países através de políticas comuns de incentivos setoriais.

O Acordo de Cartagena de 1969 continha disposições detalhadas sobre a implementação de um programa comum para o desenvolvimento industrial, uma política comum para o tratamento dos investimentos estrangeiros e programação agrícola, entre outras. Reconhecendo o papel das economias menores da região – Bolívia e Equador – e a existência de produtos sensíveis, o programa de liberalização intra-regional proposto contemplava um complexo quadro de desgravação tarifária. A implementação de uma tarifa externa comum (TEC) também era matéria do Acordo, sendo sujeita a sua adoção a critérios associados aos Programas Setoriais de Desenvolvimento Industrial. Em princípio, foi acordada uma tarifa externa comum, que variava de 0 a 120%. (Grien 1994).

A complexidade da negociação proposta, questões associadas aos cenários políticos e econômicos dos países dificultando a adesão a um projeto comum, entre outros fatores, podem ser apontados para o não cumprimento das metas do Acordo de Cartagena. O Chile se retira do Acordo, em 1974, enquanto a Venezuela se incorpora em 1973. Segundo

[4] Este texto foi pautado em quase sua totalidade no capítulo "Análise do Potencial de Relações Econômicas entre o Mercosul e o Grupo Andino" escrito pela autora e publicado nem livro organizado por Baumann (2001)

Rivas (1999) o ano de 1979 marca o início de uma etapa de crise que irá se estender até 1984. Segue-se um período de negociações, que culmina com o Protocolo de Quito, que flexibiliza os acordos não cumpridos, elimina a concepção da programação industrial conjunta e diminui o escopo do tratamento comum aos capitais estrangeiros.

No início da década de 90, o compromisso com a integração volta a dominar a agenda dos países andinos, num quadro distinto da década de 70. Políticas de liberalização comercial e o tema da inserção competitiva passam a dominar a agenda de integração. Assim em 1991 é assinada a Ata de Barahona implementando uma área de livre comércio e, em 1992, é definida uma nova Tarifa Externa Comum. Em 1996, o Protocolo de Trujillo, modifica o Acordo de Cartagena criando a Comunidade Andina e uma nova estrutura institucional com instâncias comunitárias de caráter supranacional.[5] Mantém-se o objetivo da criação de um mercado comum até 2005.

Na prática, uma área de livre comércio sem exceções, englobando Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela vigora desde 1993. O Peru se incorporou a essa área, a partir de 1997, com um programa de desgravação tarifária, que termina, no ano 2005.[6]

A implementação de uma tarifa externa comum está em vigor, desde fevereiro de 1995, com níveis tarifários de 5, 10, 15 e 20 por cento, definidas em função do grau de elaboração dos produtos. A união aduaneira ainda não é perfeita. O Equador pode praticar tarifas até 5 pontos percentuais menores do que a TEC, para 15% do universo tarifário. A Bolívia pode manter sua estrutura tarifária nacional com alíquotas que estão, de forma geral, no intervalo de 5 a 10 por cento. Adicionalmente, listas de exceções a TEC foram permitidas para Colômbia, Venezuela e Equador até o ano 2000. Logo, a união aduaneira da Comunidade Andina se restringe na prática a três países. No ano de 1999, englobaria 87% do universo tarifário na Colômbia e Venezuela e 67% do Equador (INTAL 1999).

[5] A estrutura institucional da Comunidade Andina é relativamente ampla. Os órgãos executivos são: Conselho Presidencial Andino; Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores; Comissão da Comunidade Andina; Secretaria Geral da Comunidade Andina, Tribunal de Justiça; e, o Parlamento Andino (função deliberativa, e prevê-se eleição direta para os seus representantes em 2002). Outras instituições de apoio ao processo de integração são: Cooperação Andina de Fomento; Fundo Latino Americano de Reservas; Conselho Consultivo Empresarial Andino; Conselho Consultivo de Trabalhadores Andino; e, a Universidade Simón Bolivar.

[6] Em 1992, o Peru suspendeu suas obrigações com o programa de liberalização andino, optando por acordos bilaterais.

Paralelamente ao processo de negociação estritamente comercial, um número extenso de normas e decisões foram acordadas na Comissão Andina, visando a construção do mercado comum. Assim, em 1998, foi aprovado o Acordo Geral de Princípios e Normas para a Liberalização do Comércio de Serviços. Também foram aprovadas regulações no campo da propriedade intelectual, mecanismos de financiamento e seguro crédito às exportações, entre mais de cem decisões (Rivas 1999).

O resultado mais nítido da retomada do esforço de integração pelos países andinos é refletido no aumento do comércio de intra-regional. As exportações entre os países membros em relação às exportações totais aumentam de 3,9% para cerca de 14%, entre 1990 e 1998. Quanto ao papel das decisões acordadas no campo não estritamente comercial, para a construção do mercado comum, há um relativo ceticismo. Basicamente muitos das decisões não são implementadas ou não tratam ainda de temas relevantes para a formação de um mercado comum.[7]

Ao mesmo tempo que os países da Comunidade Andina procuram formas de consolidarem os seus processo de integração intra-regional, também se envolvem numa série de acordos com terceiros países. Não é um fenômeno exclusivo desses países no âmbito da América Latina e Caribe. As razões são diversas.

Uma seria a de garantir melhores condições de acesso a mercados para as exportações e criação de novas oportunidades de investimentos para as empresas nacionais e estrangeiras. A segunda está associada à obtenção de economias de escala e estratégias de racionalização alocativa da produção. Outra estaria associada à considerações geopolíticas e econômicas na definição de eixos centrais da integração hemisférica, dado o quadro de múltiplos acordos preferencias.

Em uniões aduaneiras, mesmo que imperfeitas, negociações comercias com terceiros países deveriam ser realizadas conjuntamente pelos países membros. Negociações separadas apenas elevariam o grau de "imperfeição" da própria união. Essa diretriz depende, porém, da percepção dos países membros em termos dos seus interesses políticos e

[7] Ver Rivas (1999), Maldonado (1999) e Santos (1999). Embora, os autores apresentem relatos com graus diferenciados sobre o sucesso da nova fase de integração andina, todos apontam a necessidade de cumprimento de decisões acordadas.

econômicos no quadro da integração sub-regional e com terceiros países.

O breve histórico da Comunidade Andina (CAN), antes apresentado, sugere que o compromisso com o processo de integração foi sempre diferenciado entre os países, expresso através das inúmeras exceções para a acomodação de situações específicas. Logo, diversos acordos preferencias de caráter bilateral ou agrupando, apenas alguns países da CAN, foram realizados. Um exemplo é o acordo de livre comércio Colômbia, Venezuela e México (G-3), que entrou em vigor a partir de 1995. Outro é acordo de livre comércio Bolívia-Mercosul assinado, em dezembro de 1996.

Em fevereiro do ano 2000, foi aprovada a "Política Externa Comum" da Comunidade, que estabelece critérios gerais para a sua execução. Nada garante que essa obrigue aos cinco membros da Comunidade a demostrarem uma posição comum nas suas relações com terceiros países. Mesmo assim, é identificada uma agenda comum nas relações com terceiros países, pela Secretaria Geral da Comunidade Andina. Fazem parte dessa agenda os seguintes itens.

· Negociações para a formação de uma área de livre comércio com o Panamá, a partir da assinatura de um Acordo Geral, assinado em 1998.

· Negociações com o Mercado Comum Centroamericano (MCCA), formado pela Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, visando a formação de uma área de livre comércio.[8]

· Negociações com os Estado Unidos têm um caráter especial com alguns países da Comunidade, em função do comércio de narcotráfico. Em 1991, foi aprovado pelo Congresso norte-americano uma "Lei de Preferências Tarifárias Andinas" contemplando melhores condições privilegiadas de acesso ao mercado dos Estados Unidos para Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O acordo do ponto de vista comercial é considerado benéfico, sendo que 30% das exportações andinas seriam associadas a esse acordo. É pleiteada a inclusão da Venezuela. Também existe um Conselho sobre Comércio e Investimento entre os Estados e todos os países da Comunidade, desde 1998, visando a promoção dos laços econômicos entre as regiões. Os Estados Unidos são principal mercado das exportações extra-zona dos países da

[8] Nesse caso, a própria Secretaria sugere que o interesse do acordo engloba Colômbia, Venezuela e Equador, do lado da Comunidade, e Guatemala, El Salvador e Honduras, do lado da MCCA.

Comunidade Andina, representando cerca de 50% desse comércio.

- Negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).
- Negociações com a União Européia pautadas em quatro pontos: diálogo político; acesso ao mercado europeu; acordo marco de cooperação; e, diálogo especializado na luta contra o narcotráfico. Associada à questão do narcotráfico, a União Européia outorga a Comunidade um "Regime Especial de Preferências Andinas", desde 1990. A Venezuela foi incorporada ao regime, em 1995. Cerca de 86% das exportações da Comunidade para o mercado europeu seriam beneficiadas por esse regime especial, sendo Colômbia e Equador os principais beneficiários. A União Européia registra um percentual de cerca de 18% no comércio extra-zona da Comunidade Andina.
- Negociações com o Canadá realizadas pelos países da Comunidade, formalizadas através de um "Entendimento de Cooperação em Matéria de Comércio e Inversões" (1999).
- Negociações com o Mercosul visando a criação de uma área de livre comércio. Em abril de 1998, é assinado um Acordo Marco que estabelece os princípios básicos para a negociação.

A participação do comércio extra-zona nos países da Comunidade Andina apresenta elevados percentuais para todos os países integrantes, cerca de 80 a 90 por cento, sendo que as exportações para os Estados Unidos são majoritárias. No entanto, a busca por acordos no âmbito da América Latina e Caribe sugere estratégias tanto de acesso a mercados, como de fortalecimento num quadro de integração hemisférica.

Em termos gerais, o histórico da Comunidade mostra um grau de coesão baixo em assuntos de política comum externa. Não só alguns países estiveram envolvidos em sérias disputas fronteiriças — Equador e Peru — , como também o compromisso com a integração intra- regional e relações extra-zona seriam relativamente diferenciadas entre os países.[9] Além disso, há divergências entre os países da Comunidade quanto ao peso das negociações extra-zona. Na avaliação de Santos (1999), a Colômbia teria um postura de maior empenho no aprofundamento da Comunidade Andina. Uma razão seria o fato dessa ter sido relativamente mais beneficiada com o comércio intra-regional da Comunidade, em especial quanto às exportações de manufaturados. Bolívia e Venezuela, por outro lado, parecem mos-

[9] Exemplo já citado foi a criação do G-3 e o acordo Bolívia-Mercosul.

trar as vezes maior empenho com o aprofundamento das relações com o Mercosul. No entanto, como sinaliza o documento, antes citado, sobre a "Política Externa Comum" da Comunidade, é expresso o compromisso político de buscar posições comuns.

Muitas das iniciativas da agenda de acordos da Venezuela são, portanto, pensadas a partir da Comunidade Andina. Mesmo repetindo-se algumas das informações, descreve-se a seguir o quadro dos acordos do ponto de vista da Venezuela.

Grupo dos Três. O acordo para a criação da área de livre comércio entre Colômbia, Venezuela e México foi assinada em 1990, entrando em vigor, a partir de janeiro de 1995.

Acordos de Complementação Econômica. Assinado com o Chile em 1993 com o objetivo de estabelecer uma área ampliada de preferências comerciais até 199, mantendo-se alguns produtos sensíveis fora do processo de liberalização. Também inclui acordos de investimentos e transporte marítimo.

Acordos de Alcance Parcial de Complementação Econômica. Foram assinados acordos com o Brasil e a Argentina, ao longo da década de 90 com o intuito de regularizar e/ou estender as preferências já antes acordadas no âmbito da Aladi. Como membro da Comunidade Andina junto com Peru, Equador e Colômbia foi assinado um acordo em junho de 2000 com a Argentina e agosto de 1999 com o Brasil. Estes acordos fazem parte da tentativa de se negociar a proposta de livre comércio Mercosul e Comunidade Andina (ver seção seguinte).

Em 1986 foi assinado um acordo com a Costa Rica.

Acordo Temporário Não Recíprocos. Assinado com os países do CARICOM, em 1992, concedendo tratamento preferencial para as exportações destes países. Em 1993 foi assinado um novo acordo para o estabelecimento de negociações visando a formação de uma área de livre comércio. No momento, as negociações são conduzidas no âmbito da Comunidade.

A Venezuela também faz parte da Associação dos Estados Caribenhos. Além disso, participa das negociações para a formação da área de livre comércio das Américas.[10]

[10] O exame da integração da Venezuela no hemisfério não é aqui analisada, pois será objeto de outro artigo específico a ser apresentado no presente seminário.

O atual governo da Venezuela tem destacado a importância da agenda externa do país através do estabelecimento de acordos comercias, em especial o Mercosul.

As relações comerciais da Venezuela com o Brasil no contexto das relações Mercosul e Comunidade Andina[11]

As exportações brasileiras para a Venezuela representaram no ano 2000, 1,36% da pauta brasileira e as importações 2,38%. As tabela 11 e 12 descrevem os dez principais produtos do comércio bilateral nos anos de 1992 e 2000. Destaca-se que, enquanto os dez produtos explicam 33,8% do total das exportações do Brasil para a Venezuela, este mesmo percentual é de 91% na pauta de importações. Observa-se ainda o elevado grau de assimetria da pauta, com a concentração de produtos manufaturados (complexo automotivo) nas exportações do Brasil e de produtos do setor petróleo na pauta de importações.

As negociações entre o Brasil e a Venezuela na década de 90 foram, em parte, estruturadas com referência aos acordos entre a Comunidade Andina e o Mercosul. Num primeiro momento, estão inseridas no contexto de renegociação do patrimônio histórico destes países e foram iniciadas, desde 1995. Após contínuas renovações dos acordos existentes, Mercosul e Comunidade Andina assinaram o Acordo Marco para a criação de uma Zona de Livre Comércio, em abril de 1998. Esse estabeleceu duas etapas para a negociação. A primeira seria a realização de um Acordo Transitório de Preferências Tarifárias Fixas com base no patrimônio histórico, que deveria vigorar entre 1º de outubro de 1998 e 31 de dezembro de 1999. Nesse caso seriam multilateralizadas as preferências, permitindo uma base comum para a segunda etapa – criação de uma zona de livre comércio pleno, a partir de 1º de janeiro do ano 2000.

Ressalta-se que para a Comunidade Andina, o acordo expressava o compromisso com o fortalecimento da integração intra-regional, pois foi o primeiro a ser negociado de forma conjunta Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A Bolívia, já assinara um acordo de livre comércio com o Mercosul, em vigor desde fevereiro de 1997.

Diversas dificuldades foram surgindo ao longo das negociações

[11] Texto pautado no capítulo já citado em Baumann.

para o prosseguimento do acordo proposto. A partir de 1999, o governo brasileiro opta por uma negociação bilateral com a Comunidade, que culmina com a assinatura de um acordo de preferências fixas, que passou a vigorar em agosto de 1999, com prazo de 2 anos. Argentina, Paraguai e Uruguai continuam a negociação, também de forma bilateral, sendo que a Argentina negociou um acordo similar em 2000.

Alguns pontos são destacados no quadro de dificuldades para a assinatura do acordo de livre comércio Mercosul e Comunidade Andina, no prazo previsto.

Primeiro, a importância do patrimônio histórico nas relações comerciais entre as duas regiões é distinta. Antes da assinatura do acordo Brasil-CAN, apenas cerca de 10% das exportações da Argentina e do Brasil para o mercado andino, exceto Bolívia, gozavam de alguma preferência tarifária. E só 1% dessa preferências se traduziam em livre comércio. Já 19% das importações argentinas e brasileiras provenientes da Comunidade, recebiam margens de preferência de 86% a 100%, sendo 71,5% das importações realizadas sem nenhuma concessão tarifária.

A estrutura de comércio, de forma geral, é bastante assimétrica. O Mercosul exporta basicamente produtos manufaturados para a Comunidade, cerca de 77% do total da pauta, e importa dessa região basicamente combustíveis – 68% da pauta, em 1997. Para os países da Comunidade, o único mercado relevante para as exportações de manufaturados é o intra-regional, cerca de 56%.

De forma geral, num primeiro momento, os países andinos querem assegurar as suas preferências e também preservarem, em certa medida, os seus ganhos intra-regionais.[12] A abertura de mercado poderá criar novas oportunidades, mas no curto prazo, é pouco provável que sejam criados fluxos associados a novos produtos, em especial no setor de manufaturas. Por outro lado, os países do Mercosul, em especial o Brasil, percebem possíveis ganhos nas exportações de manufaturados, demandando no curto prazo a inclusão de novos produtos nos acordos transitórios.

Alguns dos principais setores sensíveis no comércio inter-regional seriam, a princípio, os seguintes.[13]

[12] Em especial, a Colômbia que é a principal exportadora de manufaturados na região.
[13] Panorama del Mercosur (1999, nº 3).

• Agrícola. Considerando-se Brasil e Argentina, a negociação é mais importante para o segundo. As exportações argentinas do complexo agro-industrial representam 57,5% das vendas para a Comunidade, enquanto esses mesmo percentual para o Brasil é de 6,1%. Muitos dos produtos agrícolas de exportações argentinas estão sob o sistema de bandas de preços – taxas variáveis de importações, calculadas a partir de níveis de preços fixados pela Comunidade no intuito de proteção aos setores – , como trigo, milho e soja.

• Siderurgia: Um primeiro ponto refere-se a maior capacidade da indústria siderúrgica brasileira em relação a Venezuela. Essa última teme que concessões de preferências ao Brasil afete negativamente a sua produção doméstica. O segundo ponto está associado à privatização da companhia siderúrgica Sidor, onde participaram empresas brasileiras, argentinas, mexicanas, e venezuelanas. Nesse caso, Argentina e México, entendem que a participação na siderurgia venezuelana é um fator de impulso para as exportações de seus países para o mercado andino e também temem perdas com a entrada livre do produto brasileiro.

• Petróleo: Venezuela e Brasil tem interesses especiais no estreitamento de suas relações associados ao setor de energia. O petróleo venezuelano seria subsidiado, sendo mais barato que o argentino e, dada as reservas da Venezuela, essa constitui uma fonte segura de abastecimento. Acordos estão sendo negociados também entre a companhia brasileira Petrobrás e a venezuelana PDVSA. No campo da energia elétrica há iniciativas para o fornecimento de empresas da Venezuela para a região norte do Brasil. Está, em construção uma rodovia ligando o Estado de Roraima no Brasil e a Venezuela.

Acrescenta-se ainda que o Brasil, Bolívia, Equador, Venezuela, Colômbia, Peru, Guiana e Suriname estão reunidos sob a égide do Tratado de Cooperação Amazônica de 1978, que visa promover de forma geral iniciativas para o desenvolvimento e a integração física e energética da região. No caso brasileiro, o tema tem especial relevância para os Estados do Norte do país.

Considerando o breve quadro acima exposto, entende-se, em parte, a opção bilateral do Brasil como forma de impulsionar as negociações. No acordo assinado, o Brasil obteve ganhos pela inclusão de novos produtos na negociação. O número de linhas tarifárias que recebem preferências dos países da Comunidade aumentou de 1066 para

5523. Por outro lado, o Brasil elevou o número de produtos de 2390 para 6476 no quadro de preferências para os países da Comunidade. No entanto, permanecem altas as assimetrias de concessões. A margem de preferência média, ponderada pelo volume das exportações brasileiras, concedida pela Comunidade passou de 29,5% para 51,7%. Enquanto a mesma média, ponderada pelas importações brasileiras, referente às concessões brasileiras elevou-se de 81,2% para 84,4%. Ressalta-se, porém, que produtos brasileiros com elevado potencial de exportação para o mercado andino ficaram fora do acordo – automóveis e siderúrgicos (no caso da Venezuela).

Um novo impulso para as negociações forma realizadas no presente ano, restando verificar até que ponto os pontos de divergências antes assinalados serão solucionados.

Consideração final

A principal mudança na política de comércio exterior da Venezuela foi o seu processo de abertura comercial. Apesar da produção de superávites comerciais, o desempenho exportador do país continua dependente do petróleo. Considerando que é no mercado andino principalmente e, em parte, no mercado latino, como um todo, que o país apresenta melhor desempenho nas exportações de suas manufaturas, as propostas de aprofundamento da integração no âmbito da Comunidade e dos acordos regionais com os países latinos sobressaem. No entanto, uma significativa melhora destas exportações continua pendente de uma agenda que também priorize a formulação de estratégias conjuntas que aproveitem as complementariedades da região.

Bibliografia

BAUMANN, R. (2001). *Mercosul: Avanços e Desafios da Integração*. IPEA/ CEPAL, Brasília.

CEPAL (2000). *Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe*. CEPAL, Santiago do Chile.

OMC (2000). International trade Statistics. OMC, Genebra.

GRIEN, R. (1994) *La Integración económica como alternativa inédita para América Latina* .Fondo de Cultura Econòmica, México.

MALDONADO, H. (1999). *Trinta Años de Integración Andina: Balance y Perspectivas.* www.comunidandina.org

Panorama del Mercosur (1999). Centro de Economia Internacional, Secretaria de Relaciones Economicas Internacionales Ministerio de Relaciones Exteriores, Argentina.

OMC (2000). International Trade Statistics. OMC, Genebra.

RIVAS, R. P. (1999) *Acuerdo de Cartagena: Trinta Años de Historia, Logros y Frustaciones.* www.comunidandina.org

SANTOS, J. M. (1999). *Consolidar la Integración: Que hacer com el Pacto Andino?* www.comunidandina.org

Anexos

Tabela 1: Participação das principais regiões nas exportações da Venezuela

OBDFßBP,M>èPBP	.66-	.661	.665	.666
@l j rkfa^ab >kafk^	/)44	5)20	. .)16	3)-5
? liâsf^	-)--	-)-.	-)-0	-)-.
@li÷ j _f^	/)/-	4)-4	5)1.	0)60
Bnr^alo	-)04	-)54	.)0-	-)4/
Mbor	-)/-	-)25	.)43	.)1/
J bo`lpri	.)62	0)34	1)01	1)43
K^cq^	3-)6.	2.)52	2-)33	2/)2/
J@@>	.)./	/)1-	/)11	/)4-
@>OF@L J	-)3.	3)66	.)22	.)53
RkfĠl Brolmáf^	.1)02	6)-5	5)-0	2)1.
M^âpbp >pfĔqf`lp Pbib`flk^alp	-)/.	-).3	-).-	-)-3
Ab j ^fp	.5)-4	.4)0.	/.)06	/3)3.
QLQ>I	.--)--	.--)--	.--)--	.--)--

CLKQB7 @L J RKFA>A >KAFK>) Pfpqb j ^ Fkqbdo^al ab @l j áo`fl Buqbofl o %PF@BUQ&+

Tabela 2: Crescimento médio anual das exportações da Venezuela

%

OBDFßBP,M>èPBP	.66-,.661	.661,.665	.665,.666
@l j rkfa^ab >kafk^	0-)3/	5).5	*04)20
? liâsf^	06).2	/0)16	*36)14
@li÷ j _f^	0/)-/	1)55	*11)5/
Bnr^alo	//).0	.-)51	*01)2.
Mbor	/5)63	0/)24	*1)01
J bo`lpri	.2)14	1)35	/6)30
K^cq^	*2)/6	*-).3	//)1/
J@@>	.6)/2	-)5.	0-)4/
@>OF@L J	5.)-6	*0.)-4	1.)45
RkfĠl Brolmáf^	*./)-4	*/)3.	*/-)1/
M^âpbp >pfĔqf`lp Pbib`flk^alp	*4)0.	*..).0	*/1)20
Ab j ^fp	*/)12	2)55	13)56
QLQ>I	*.)1-	-)1/	.5)-6

CLKQB7 @L J RKFA>A >KAFK>) Pfpqb j ^ Fkqbdo^al ab @l j áo`fl Buqbofl o %PF@BUQ&+

Tabela 3: Participação das principais regiões nas importações da Venezuela

OBDFßBP,M>èPBP	.66-	.661	.665	.666
@l j rkfa^ab >kafk^	0).4	2)56	3)3-	4).-
?liâsf^	-)-0	-)-.	-)..	-)/5
@li÷j _f^	/)/-	1)50	2)10	2)34
Bnr^alo	-)-3	-).-	-)04	-)13
Mbor	-)55	-)62	-)36	-)36
J bo`lpri	3)-6	2)52	3)6.	2)61
K^cq^	16)2.	2/)0.	2-)-2	14)0-
J@@>	-)-0	-)1.	-)14	-)/2
@>OF@L J	.)./	-)12	-)21	-)00
RkfĠl Brolmáf^	/3)5-	/.)1-	.6)23	/.)16
M^âpbp >pfĔqf`lp Pbib`flk^alp	-)/3	-)22	-)24	-)24
Abj ^fp	.0)-/	.0).1	.2)0-	.4)-/
QLQ>I	.--)--	.--)--	.--)--	.--)--

CLKQB7 @L J RKFA>A >KAFK>) Pfpqb j ^ Fkqbdo^al ab @l j áo`fl Buqbofl o %PF@BUQ&+

Tabela 4: Crescimento médio anual das importações na Venezuela

OBDFßBP,M>èPBP	.66-,.661	.661,.665	.665,.666
@l j rkfa^ab >kafk^	//).1	.6)-4	*1)56
?liâsf^	*./).4	6-)00	.01)6.
@li÷j _f^	/4)1-	.6).2	*4)3.
Bnr^alo	.2)64	3.)5.	6)3-
Mbor	3)24	4)-3	*./)36
J bo`lpri	0)3-	/-)3.	*/0)6.
K^cq^	3)-6	.1)1/	*.3)03
J@@>	64)46	.6)1/	*2/).3
@>OF@L J	*.3)5-	/.)00	*13)4/
RkfĠl Brolmáf^	*.)-5	.0)./	*/)42
M^âpbp >pfĔqf`lp Pbib`flk^alp	/2)65	.3)3-	*.-)62
Abj ^fp	1)6-	/-).3	*.)16
QLQ>I	1)31	.2)36	*..)16

CLKQB7 @L J RKFA>A >KAFK>) Pfpqb j ^ Fkqbdo^al ab @l j áo`fl Buqbofl o %PF@BUQ&+

Tabela 5: Balança comercial da Venezuela

? > I >Kë > @L J BO@F> I	.66-	.66.	.66/	.660	.661
@l j rkfa^ab >kafk^	/34)6	2-)/	15)/	14/)/	60/)-
? liâsf^	* .)2	*0)0	-)/	-)0	-)6
@li÷ j _f^	/01)6	*./).	/)1	10.)3	443)-
Bnr^alo	3.)/	3/).	0/)6	02)6	.05)-
Mbor	*/3)4	0)1	./)4	1)1	.4).
Jbo`lpri	*5.)/	*001)0	*135)6	*/.1)0	.//)2
K^cq^	4+0-1)/	.+242)1	501)/	/+/31)/	1+/41)1
RkfĠl Brolmáf^	33.)/	*56-)3	*.+113)1	*.+/-4)5	*/5-)-
M^âpbp >pfĚqf`lp Pbib`flk^alp	.5)2	3.)2	01).	*.4)0	*.6).
J@@>	.63).	024)4	0.6)/	021)5	033)5
@>OF@L J	/6)6	162)6	216)4	206)6	.+.0.)1
Abj ^fp	/+/50)0	/+5/5)0	.+.26)4	.+3/4)/	.+456)-
QLQ>I	.-+35-)-	1+.11).	.+-/6)5	0+5.6)-	5+0.3)6
? > I >Kë > @L J BO@F> I	**.662**	**.663**	**.664**	**.665**	**.666**
@l j rkfa^ab >kafk^	526)1	6.3)0	.+-51)/	626)2	/42)-
? liâsf^	5)5	0)2	1)6	*.-)6	*02)5
@li÷ j _f^	256)4	225)1	14-)0	3./)-	00)3
Bnr^alo	.5/)5	.12)2	/26)2	.31)1	5/)6
Mbor	45)/	/-5)6	016)2	.61)-	.61)0
Jbo`lpri	*52)0	.--)1	.11)6	*0-/)1	.31)2
K^cq^	0+//5)-	6+./-)3	3+1..)2	.+-5.)-	1+/11)-
RkfĠl Brolmáf^	*.6/)4	05.)0	*531)6	*.+245)/	*.+443).
M^âpbp >páĚqf`lp Pbib`flk^alp	*3-)1	*/5)6	*/-)2	*35)4	*30)2
J@@>	0/-)4	1.4).	15/)3	011)0	2-5).
@>OF@L J	145)6	034)3	.36)0	.5/).	00-)3
Abj ^fp	.+1-2)5	/+2/6)4	/+.6.)3	.+001)5	0+-41)/
QLQ>I	2+621)1	.0+5-1)-	6+265)3	.+62/)0	3+423)5

CLKQB7 @L J RKFA>A >KAFK>) Pfpqb j ^ Fkqbdo^a1 ab @l j bo`fl Buqbofl o %PF@BUQ&+

Tabela 6: Venezuela: destino das exportações por categorias

	América Latina e Caribe	Estados Unidos	União Européia	Outros	Total
Bens Primários	***9,4***	***66,3***	***6,9***	***17,4***	***100***
Agrícolas	21,9	38	20,2	19,9	100
Minerais	23,3	40,6	24,8	11,3	100
Energéticos	9,1	66,9	6,6	17,4	100
Bens Industrializados	***37,7***	***40,4***	***4,8***	***17,1***	***100***
Tradicionais	61,9	10,2	7,4	20,5	100
Alimentos, Bebidas e Tabaco	59,2	5,8	3,5	31,5	100
Outros Tradicionais	64,1	13,7	10,5	11,7	100
Com Elevadas Economias de Escala	32,9	44,8	4,8	17,5	100
Duráveis	73,1	25,9	0,2	0,8	100
Difusores de Progresso Técnico	68,6	14,2	2,5	14,7	100
Outros Bens	***29,6***	***26,5***	***17,8***	***26,1***	***100***
Total	***22,1***	***54,7***	***6,0***	***17,2***	***100***

Fonte: CEPAL

Tabela 7: Venezuela: Composição das exportações por destino 1998

%

	> j áof`^ I^qfk^ b @^of_b	Bpq^alp Rkfalp	RkfĠl Brolmáf^	J rkal
?bkp Mofj Ěoflp	***/0)2***	***34)-***	***31)-***	***22)0***
>doâ`li^p	.).	-)5	0)5	.).
J fkbo^fp	-).	-).	-)1	-).
Bkbodáqf`lp	//)/	33).	26)4	21)-
?bkp Fkarpqof^ifw^alp	***43)2***	***00)-***	***03)-***	***11)4***
Qo^af`flk^fp	..).	-)4	1)6	1)-
>if j bkqlp) ?b_fa^p b Q^_^`l	1)4	-)/	.)-	.)4
Lrqolp Qo^af`flk^fp	3)2	-)3	0)6	/)/
@l j Bibs^a^p B`lkl j f^p ab Bp`^i^	23)4	0.)/	0-)4	05).
AroĚsbfp	2)5	-)5	-).	.)5
Afcrplobp ab Moldobppl Qá`kf`l	/)5	-)/	-)1	-)6
Lrqolp ?bkp	***-)-***	***-)-***	***-)-***	***-)-***
Qlq^i	***.--)-***	***.--)-***	***.--)-***	***.--)-***

Clkqb7 @BM>I

Tabela 8: Exportações por setor

Pbqlo	.666	/---	S^of^þĠl
>doâ`li^ sbdbq^i	5).	2)2	%.0)5&
?b_fa^p b q^_^`l	3)/	1)0	%./).&
Molarqlp j fkbo^fp	3)5	.2)-	.5-)/
Molarqlp nrâ j f`lp	.1)3	.2).	0.)3
MiĚpqf`l b j ^krc^qro^	6)/	4)4	2)4
J bq^fp `l j r j	06)-	04)6	/0)3
J ^qbof^i biáqof`l	0)0	/)4	0)0
J ^qbof^i ab qo^kpmloqb	1)5	1)4	/2)3
Lrqolp	5)-	4)/	.0)/
Qlq^i	.--	.--	/4)/

Clkqb7 ?^k`l ab @l j áo`fl Buqbofloa^ Sbkbwrbi^

.,Kl ^kl /--- fk`irf ^p bumloq^þóbp ab mbqoÕibl a^p b j mobp^p mofs^a^p

/,Bu`irf ^p bumloq^þóbp ab ab mbqoÖibl b ab cbool a^p b j mobp^p mà_if`^p

Tabela 9: Destino das exportações não tradicionais: 1999-2000

%

M^âpbp	.666	/---
Bpq^alp Rkfalp	00)/5	03)40
@li÷j _f^	.4)5.	.2)2.
G^mĠl	2)00	1)26
J áuf`l	1)23	2)35
M^âpbp ?^fulp	/)/3	/)65
Mbor	0)33	/)61
Bnr^alo	/)./	0)-.
?o^pfi	/)03	/)24
Obfkl Rkfal	.)/2	6-
Lrqolp	/4)03	/2).

Clkqb7 ?^k`l ab @l j áo`fl Buqboflo a^ Sbkbwrbi^

.,Bu`irf ^p bumloq^þóbp ab mbqoÕibl b cbool al pbqlo mà_if`l+

Tabela 10: Tarifas médias por seção do sistema harmonizado. Venezuela - 1988

PbþĠl al PE	Abp`ofþĠl	KÌ ab Fqbkp	Q^ofc^ Mlo PbþĠl				
			J âkf j ^	J Ěuf j ^	J áaf^	Abp+M^aoĠl	J la^
F	>kf j ^fp Sfslp b Molarqlp al Obfkl >kf j ^i	/15	2)-	/-)-	.3)4	2)2	/-)-
FF	Molarqlp Sbdbq^fp	012	2)-	/-)-	./)6	1)4	.2)-
FFF	Dloaro^p b Ĉiblp >kf j ^fp b Sbdbq^fp	3/	2)-	/-)-	.3)6	1)1	/-)-
FS	Mola+Fka+>if j bkq^obp) ?b_fa^p b Cr j l	/16	2)-	/-)-	.5).	0)2	/-)-
FU	J ^abfo^ b Pr^p L_o^p	.6.	-)-	.2)-	3).	/)1	2)-
S	Molarqlp J fkbo^fp	.+/04	-)-	/-)-	4)0	0)3	2)-
SF	Molarqlp a^p Fkaàpqof^p Nrâ j f`^p	/35	-)-	/-)-	.0).	2)5	.2)-
SFF	MiĚpqf`lp) ?loo^`e^p b Pr^p L_o^p	5-	2)-	/-)-	..)5	3)0	2)-
SFFF	Mbibp) @lrol b Pr^p L_o^p	64	2)-	/-)-	./)0	1)1	.2)-
U	M^pq^ ab J ^abfo^) M^mbi b Pr^p L_o^p	.62	-)-	/-)-	./)6	2)4	.2)-
UF	J ^qáof^p QĢuqbfp b Pr^p L_o^p	563	2)-	/-)-	.5).	0)1	/-)-
UFF	@^iþ^alp) @e^márp b Pf j fi^obp	24	.2)-	/-)-	.5)5	/)/	/-)-
UFFF	L_o^p ab Mbao^) @f j bkql b Pf j fi^obp	.3.	2)-	/-)-	.1).	0)2	.2)-
UFS	Máoli^p K^qro^fp) Mbao^p Mob`flp^p	23	2)-	/-)-	./)1	1)0	.-)-
UFU	>o j ^p b J rkfþóbp	333	-)-	/-)-	.-)4	2).	.2)-
US	J bq^fp @l j rkp b Pr^p L_o^p	.+.2/	-)-	/-)-	.-)/	2).	2)-
USF	J Ěnrfk^p b >m^obielp Biáqof`lp	.52	-)-	02)-	./)2	5)3	2)-
USFF	J ^qbof^i ab Qo^kpmloqb	0.-	2)-	02)-	4)2	1)0	2)-
USFFF	Fkpqor j bkqlp b >m^obielp ab Ĉmqf`^	/2	2)-	/-)-	.4)-	1)3	/-)-
UU	J bo`^alof^p b Molarqlp Afsbooplp	.20	2)-	/-)-	.4)5	1)-	/-)-
UUF	L_gbqlp ab >oqb b >kqfdrfa^abp	5	2)-	/-)-	.-)3	4)5	2)-
	QLQ> I	**3+31.**	**-)-**	**02)-**	**./)-**	**3).**	**2)-**

Clkqb7 Rkfa^ab ab >kĚifpb Bpq^qâpqf`^ b Nr^kqfq^qfs^ al FKQ>I,?FA

Tabela 11: Principais exportações brasileiras para a Venezuela "

Molarqlp	M^oqf`fm^þóbp >kl /---
Qbo j fk^fp mloqĚqbfp ab qbibclkf^ `biri^o	5)16
>rql j Ösbfp `l j j lqlo ^ bumilpĠl'	2)0.
>rql j Ösbfp `l j j lqlo ^ bumilpĠl	1)0/
Lrqo^p mobm^o^þóbp m^o^ bi^_lo^þĠl ab _b_fa^p	1)/1
Lrqolp doĠlp ab plg^ j bp j l qofqro^alp	/)40
>rql j Ösbfp `l j j lqlo ^ bumilpĠl	/).-
>rql j Ösbfp `l j j lqlo ^ bumilpĠl	.)61
Lrqolp mkbr j Ěqf`lp klslp ab _loo^`e^ m^o^ ÷kf_rp	.)40
Rkfa mol` afdfq mbn `^m _pb j f`olmol`bpp	.)25
Lrqo^p m^oqbp b ^`bpploflp m^o^ qo^qlobp b sbf`ril	.)01
Qlq^i alp .- Mofk`fm^fp Molarqlp	00)45
Qlq^i alp .- Mofk`fm^fp Molarqlp k^ M^rq^ ?o^pfi	-)13
M^oqf`fm^þĠl Qlq^i a^p Bum+Sbkbwrbi^ k^ M^rq^ ?o^pfi	.)03

Molarqlp	M^oqf`fm^þóbp >kl .66/
?^rufq^ j bq^iàodf`^) kĠl `^i`fk^a^	1)34
S^dóbp ^_boqlp m^o^ qo^kpmloqb ab j bo`^alof^	0)0/
ĝkf_rp `l j j lqlo mlo fdkfþĠl	/)36
>rql j Ösbfp ab m^pp^dbfol `l j j lqlo ^ d^plifk^	/)35
I^j fk^al mi^kl ab cbool , ^þl	/)3/
>rql j Ösbfp ab m^pp^dbfol `l j j lqlo ^ d^plifk^	/)12
Qr_l ab ifd^ ^þl	/)-.
>rql j lsbfp `l j j lqlo fdkfþĠl c^âp`^	.)41
C^obil ab plg^) a^ buqo^þĠl al Öibl	.)32
J lql`l j mobpplo ebo j áqf`l	.)13
Qlq^i alp .- Mofk`fm^fp Molarqlp	/2)/6
Qlq^i alp .- Mofk`fm^fp Molarqlp k^ M^rq^ ?o^pfi	-)0.
M^oqf`fm^þĠl Qlq^i a^p Bum+Sbkbwrbi^ k^ M^rq^ ?o^pfi	.)/1

Clkqb7 Pfpqb j ^ >if`b,PB@BU

' Lp molarqlp `loobpmlkab j ^ 5 aâdfqlp al Pfpqb j ^ E^o j lkfw^al) kĠl pb bpmb`fcf`lr lp afcbobkqbp qfmlp ab ^rqÖ j lsbfp mlo `fifkao^a^p+

Clkqb7 > IF@B,PB@BU, J AF@

Tabela 12: Principais importações brasileiras para a Venezuela

Molarqlp	**M^oqf`fm^þóbp >kl /---**
D^plibl	0/).5
Ĉiblp _orqlp ab mbqoÖibl	0.)24
Nrbolpbkbp ab ^sf^þĠl	. .)15
Molm^kl b j _orql ifnrbcbfql	1)23
?rq^klp ifnrbcbfqlp	0)40
K^cq^p m^o^ mbqolnrâ j f`^	0)32
Erie^p) j bp j l b j mÖ	.)44
Bq^klafli	.)--
@e^m^p ab sfaol cilq^al	-)46
Crbi*lfi	-)4/
Qlq^i alp .- Mofk`fm^fp Molarqlp	6.)11
Qlq^i alp .- Mofk`fm^fp Molarqlp k^ M^rq^ ?o^pfi	/).5
M^oqf`fm^þĠl Qlq^i a^p F j m+Sbkbwrbi^ k^ M^rq^ ?o^pfi	/)05

Molarqlp	**M^oqf`fm^þóbp >kl .66/**
Ĉiblp _orqlp ab mbqoÖibl	4-)4-
D^plibl	.0)2-
K^cq^p m^o^ mbqolnrâ j f`^	/)4-
Roáf^ `l j qblo 12" kfqoldĢkfl	.)3-
J fpqro^ ab Molm^kl b _rq^kl	.)0/
Nrbolpbkbp ab ^sf^þĠl	.).0
Crbi*lfi	.)-5
Ĉufal ab ^ià j fkfl	-)6.
Molm^kl b j _orql ifnrbcbfql	-)56
Ĉibl ab mbqolibl, j fkbo^i _bqr j fklpl	-)43
Qlq^i alp .- Mofk`fm^fp Molarqlp	61)26
Qlq^i alp .- Mofk`fm^fp Molarqlp k^ M^rq^ ?o^pfi	.)41
M^oqf`fm^þĠl Qlq^i a^p F j m+Sbkbwrbi^ k^ M^rq^ ?o^pfi	.)51

C1kqb7 Pfpqb j ^ >if`b,PB@BU, J AF@
Bi^_lo^þĠl7 F?OB , CDS

Venezuela - Ortodoxia econômica e investimentos estrangeiros

Dércio Garcia Munhoz *

Introdução

Os países em desenvolvimento tradicionalmente enfrentam situações recorrentes de instabilidade econômica, com indesejáveis desdobramentos políticos e sociais. Tais circunstâncias se explicam fundamentalmente devido às características das economias, onde o predomínio da produção primária na atividade econômica introduz elementos de incerteza quer em relação ao volume de produção esperado, quer quanto aos níveis dos preços de venda e da renda gerada. E se a estrutura produtiva reflete internamente na renda, os seus efeitos tendem a ser mais amplos, já que o nível de emprego e as receitas governamentais são variáveis dependentes do comportamento mais geral da economia.

Não bastassem os componentes geradores de instabilidade econômica e política internas, ligados à estrutura produtiva, os mesmos fenômenos também refletem nas relações econômicas externas, dada a instabilidade dos preços dos produtos primários no mercado internacional, e a própria inelasticidade da demanda de tais produtos, cujo consumo é pouco sensível ao crescimento da renda nos grandes mercados dos países ricos. Com isso, na hipótese de serem as receitas em dólares afetadas por queda da produção ou face enfraquecimento nos preços de produtos importantes na pauta das exportações, a capacidade de pagamento do país fica comprometida, fazendo surgir os desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Administrar economias onde as principais variáveis estejam fora de controle torna-se, portanto, uma atividade de risco, dada a recorrência de situações recessivas, conjugando-se a crise do setor produtivo com o estrangulamento das contas externas.

* Economista e Professor Universitário, Membro do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal. Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília até 1996. Foi Presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Nacional da Previdência Social.

Como as economias em desenvolvimento são marcadas pela instabilidade econômica interna e externa, sucedem-se as políticas governamentais ditas de ajustamento, ora voltadas para a estabilização dos preços dentro da economia, ora dirigidas ao reequilíbrio das transações internacionais, mas invariavelmente modeladas e impostas pelo Fundo Monetário Internacional; e às quais os países se submetem supostamente pela necessidade de garantir a manutenção do financiamento externo. E como tais medidas, essencialmente conflitivas, normalmente são introduzidas em um quadro de dificuldades econômicas, políticas e sociais, estas tendem a tornar-se ainda mais agudas.

A questão fundamental liga-se, portanto, não só às origens dos desequilíbrios que levam à desorganização das economias em desenvolvimento, mas especialmente ao modelo de diagnóstico que orienta as políticas corretivas, sempre de caráter ortodoxo, e aos reflexos internos decorrentes de tais políticas.

Se uma queda da produção agrícola reduz a oferta e eleva os preços no mercado interno, pressionando a inflação, as autoridades monetárias diagnosticam sempre que as pressões inflacionárias decorrem do excesso de demanda; e conseqüentemente aplicam medidas clássicas de política monetária e de política fiscal, procurando reduzir o nível de atividades da economia através da elevação das taxas de juros, aumento de impostos, redução de subsídios, contenção das despesas de consumo e de investimento do setor público. Com tais medidas visando reduzir ainda mais o ritmo de atividades da economia, na busca de que os preços revertam por inanição, o que se pretende efetivamente é tornar os agentes econômicos ainda mais frágeis, levando os trabalhadores a aceitar perdas definitivas de renda reais, deixando de obter a correção dos salários corroídos pelos aumentos de preços. Afinal a estabilização depende de que surjam perdedores definitivos de rendas reais; e a recessão e o desemprego é a forma como os elitistas modelos ortodoxos buscam atacar a inflação.

O que é mais dramático em termos de reflexos da política econômica sobre a população é que os instrumentos de intervenção a que a ortodoxia sempre recorre agravam ainda mais a penalização dos trabalhadores; isso porque enquanto a inflação inicial já provocava perdas no poder de compra das famílias, com o aumento de juros e de

tributos elevam-se ainda mais os custos de produção e os preços em geral na economia, e paralelamente aumentam as rendas financeiras e as receitas do Tesouro, provocando, em contrapartida novas perdas nos salários reais. O que significa que tanto as políticas de estabilização quanto as políticas de ajustamento externo adotadas dentro dos modelos ortodoxos tendem a aumentar o desemprego e a concentração da renda, reduzindo a participação dos ganhos das famílias na renda global, empobrecendo os trabalhadores e enfraquecendo o mercado interno.

As crises econômicas da América Latina

Os países latinoamericanos vêm enfrentando nas três últimas décadas uma sucessão de dificuldades econômicas que os tornaram extremamente dependentes de capitais externos, comprometendo a possibilidade de manutenção de taxas sustentáveis de crescimento e afetando a própria estabilidade política. E normalmente os problemas tem derivado de causas externas, embora às vezes tendo como origem remota decisões tomadas internamente.

Dos mais dramáticos foram, por exemplo, os desequilíbrios externos ligados à chamada crise do petróleo, nos anos 70, quando as economias centrais, enquanto articulavam uma política econômica comum visando conter o ritmo de atividade econômica e assim enfraquecer os preços internacionais de matérias primas e produtos primários em geral, estimulavam os países emergentes a manterem suas economias abertas, sustentando níveis de importações incompatíveis com uma economia mundial em posição defensiva. Estratégia através da qual os países industrializados conseguiram transferir a conta do petróleo para as economias mais frágeis, que, assim, embora pouco dependentes de combustíveis importados, surgiram ao final da década de 70 como os grandes devedores internacionais.[1]

Os problemas dos anos 70 refletiram no endividamento externo crescente das economias periféricas, e em fortes pressões inflacionárias internas. A dívida externa acumulada, que continuava a crescer no início dos anos 80 por força dos elevados encargos financeiros agravados

[1] Nesse processo perverso de ajuste internacional a contrapartida dos superávits externos acumulados pela OPEP no período 1974/81, de aproximadamente US$ 400,0 bilhões, não se deu nos balanços de pagamentos dos países industrializados, mas fundamentalmente nas contas externas das nações em desenvolvimento. V. Munhoz (1988).

pelo aumento das taxas de juros internacionais, levou ao estrangulamento externo dos devedores, dadas as dificuldades para manutenção do financiamento bancário. Como desdobramento viriam os programas de ajustamento externo patrocinados pelo Fundo Monetário Internacional, como uma imposição para o aval da instituição aos acordos de refinanciamento da dívida bancária.

Como conseqüência, nos anos 80 as economias latinoamericanas em sua quase totalidade viram-se submetidas a políticas econômicas recessivas, e que paralelamente provocaram profunda desestabilização monetária, aumentando as taxas de inflação dados os aumentos de custos que as medidas ortodoxas introduziam no sistema produtivo. É o que evidenciam os dados da Tabela I, que relaciona os maiores devedores da América Latina em princípios dos anos 80; e das informações da tabela é possível perceber que, do grupo em questão, apenas a Venezuela não se viu forçada a firmar rapidamente acordo de ajuste externo com o FMI, logo após a "crise do endividamento" que se seguiu ao "setembro negro" (1982); quando a banca privada internacional suspendeu toda e qualquer operação de financiamento ou refinanciamento dos desequilíbrios do balanço de pagamentos.

Tabela I – AMÉRICA LATINA – DÍVIDA EXTERNA, INFLAÇÃO E RECESSÃO

- 1978-83 -

Países (Acordos com o FMI)	Dívida Externa - US$ bilhões -			Inflação - Variação - % -			Variação do PIB-%		
	1978	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983
1 Brasil (01/83)	52,3	87,6	96,5	91,2	97,9	179,2	- 4,3	- 0,8	- 2,9
2 México (01/83)	33,9	78,0	82,0	28,7	98,8	80,8	8,8	- 0,8	- 4,6
3 Argentina (01/83)	12,5	43,6	45,5	131,2	208,7	433,7	- 5,9	- 3,2	3,8
4 Venezuela (Não)	16,4	31,0	33,5	11,0	7,3	7,0	- 0,3	- 2,1	- 3,7
5 Chile (01/83)	6,7	17,2	17,5	9,3	20,7	23,6	4,8	- 10,4	- 3,7
6 Peru (06/82)	9,3	11,1	12,4	72,7	72,9	125,1	7,4	- 0,4	-12,5
América Latina	**150,9**	**308,3**	**332,3**	**57,6**	**84,8**	**131,1**	**- 0,4**	**- 1,2**	**- 2,2**

Fontes: Políticas de Ajuste Y Renegociación de La Deuda Externa en América Latina. Cuadernos de La CEPAL, n. 48, Diciembre de 1984.
Balance Preliminar de La Economía Latinoamericana, CEPAL, 1986
Indicadores da Economia Mundial, Miniplan-SEAIN, No. 10, Dezembro/1999

Para que se possa avaliar o grau de alienação das elites no que toca à concepção teórica dos fenômenos que afetam as economias em desenvolvimento no seu relacionamento com a área industrializada, provocando déficits no balanço de pagamentos e obrigando a contratação de empréstimos externos, é interessante lembrar que, por ocasião do acelerado endividamento dos anos 70, muitos documentos oficiais brasileiros assinalavam que os déficits – marcados por perdas na relação de trocas e por taxas de juros abusivas sobre a dívida acumulada – constituíam uma circunstância normal, e até vantajosa, para "países carentes de capitais"; e que, assim, tornava-se possível ao Brasil e a outras nações em desenvolvimento absorver, em proveito da sua economia, as poupanças acumuladas no centro industrializado. Tal raciocínio, que embute um viés revelador de preocupante colonialismo cultural, não consegue perceber que apenas empréstimos vinculados a importação de bens que ampliam a capacidade produtiva – possibilitando ganhos futuros de dólares através de aumento das exportações ou da substituição de importações – podem ser vistos como geradores de um endividamento racionalmente concebido; passível, portanto, de administração sem o risco de se introduzir desequilíbrios estruturais no balanço de pagamentos do país.

O ingresso de capitais na América Latina nos anos 90

Se nos anos 70 e 80 as economias latinoamericanas enfrentaram problemas externos ligados a um processo de endividamento decorrente da ação pragmática das economias centrais, que puderam "eleger" os perdedores que pagariam a conta do petróleo, já nos anos 90 novos e graves desequilíbrios irromperam nos balanços de pagamento de um grande número de países da região, porém sem relação com decisões externas. Diferentemente, os novos problemas tiveram como origem políticas internas de caráter neoliberal que, na busca da estabilização monetária, abriram unilateralmente os mercados, substituindo a produção nacional por bens importados, subsidiados por programas de valorização cambial e estimulados pelo desmonte dos instrumentos de proteção tarifária.

O modelo de política econômica de países como México, Argentina, Brasil, Peru e muitos outros, fundamentou-se na introdução de medidas visando a contenção dos preços internos através das políticas

de câmbio e de tarifas, e ainda e da redução dos salários reais (concretizada com a não reposição das perdas inflacionárias na transição para a implantação dos programas de estabilização). Com importações baratas e redução dos custos salariais foi possível aos países da região reverter as pressões inflacionárias que emergiram ainda nos anos 80, associadas aos programas de ajuste impostos pelo FMI; mas os déficits do balanço de pagamentos não só se tornaram inevitáveis como incontroláveis, fazendo assim ressurgir o endividamento externo que nos primeiros anos da década de 80 paralisara as economias da região, provocando moratória generalizada.

Ainda mais, em países como o Brasil, em que o financiamento dos déficits externos recentes foi garantido pela entrada de capitais autônomos, o mecanismo de atração de capitais de curto prazo, altamente especulativos, foi o aumento das taxas de juros sobre títulos públicos, garantindo assim, aos investidores, ganhos certos e elevados; isso provocaria um rápido crescimento da dívida do Governo Central (e dos governos estaduais e municipais), fazendo com que a economia passasse a enfrentar duplo travamento, decorrente tanto do endividamento externo como do endividamento do setor público. E esse é um processo ainda em andamento, que vem afetando de forma especial a Argentina e o Brasil, pois ambos não conseguem superar os estrangulamentos provocados pelo programa de estabilização artificial dos preços (Plano Austral e Plano Real), fazendo com que as economias registrem performances medíocres. Com isso o empobrecimento da população em ambos os países tem sido crescente, assim como o desemprego e a desnacionalização econômica.

É fato que o modelo neoliberal que deu suporte teórico aos programas de abertura econômica na América Latina fundava-se na suposta inevitabilidade de os países ingressarem num processo de globalização econômica que estaria em andamento; e, segundo a retórica que logo se tornaria uma moda avassaladora, o não engajamento condenaria os omissos ao isolamento, ao atraso e à pobreza.

Ora, a alegada inevitabilidade da globalização constituía apenas um dos argumentos trabalhados por governos e instituições internacionais dentro, das linhas do Consenso de Washington (1989), que paralelamente defendia, dentre os vários pontos, a privatização

das empresas públicas[2]. E essa onda neoliberal tinha como objetivo último não a consolidação das economias em desenvolvimento, mas sim a fragilização dos Estados Nacionais e a desarticulação de projetos de fortalecimento econômico e político.

Não se pode dizer que a globalização no geral tenha fracassado, já que a privatização e paralela abertura ao capital estrangeiro das economias periféricas, em setores estratégicos de interesse das grandes corporações internacionais – como o sistema financeiro, o sistema de telecomunicações e a área de energia, tem avançado de forma tanto acelerada como desastrosa.[3] Mas exatamente naquilo que poderia favorecer as economias emergentes, que seria a abertura comercial, ampliando os espaços nos grandes mercados internacionais, isso não passou de discurso vazio, enganoso, e ao qual apenas algumas economias latinoamericanas aderiram, de forma pouco responsável. É o que se pode verificar dos dados da Tabela II, abaixo, que registra a expansão do comércio internacional entre 1990 e 1997, nos anos que antecederam à crise asiática.

Como pode ser observado, em praticamente todas as economias mundiais de grande ou médio porte, tanto da América do Norte como da Europa e da Ásia, assim como no agregado de cada região, o crescimento das exportações e das importações entre 1990 e 1997 deu-se de forma equilibrada, com taxas muito próximas, não se registrando qualquer exemplo de país que tenha introduzido políticas de abertura unilateral dos seus mercados. Assim, apenas as economias latino-americanas praticaram o liberalismo comercial, e conseqüentemente ampliaram explosivamente as suas importações (estimuladas pelos subsídios cambiais

[2] O chamado Consenso de Washington designa um receituário de políticas econômicas de caráter liberal prescritas para a crise latinoamericana, centradas no objetivo de reduzir o papel do Estado na economia, discutidas em seminário realizado em Washington, em l989, no Institute for International Economics. Ver, sobre o tema, Bresser Pereira (1991), Malan (1991), Pereira (1995) e Stiglitz (1999).

[3] Dois aspectos se destacam evidenciando os efeitos desastrosos para as economias dos países que vem alienando o patrimônio público em nome de fantasiosos aumentos de eficiência: a) os valores de venda depreciados, e os aumentos insuportáveis nos preços das tarifas, como instrumentos de atração dos investidores; b) a ausência de investimentos nos níveis necessários, provocando estrangulamentos antes desconhecidos no lado da oferta, como no caso energético brasileiro. E anteriormente, para jogar a opinião pública contra o setor estatal que respondia pelas áreas de infraestrutura, os países submeteram-se de forma irresponsável aos esquemas do FMI de considerar investimentos de empresas estatais como deficits públicos. Essa forma absurda de desestruturar o setor estatal brasileiro foi trazido à discussão pelo autor ainda em 1984 - V. Munhoz (1984).

e tarifários), enquanto as exportações eram travadas face à perda de competitividade determinada pela valorização artificial da moeda: as exportações da Argentina , por exemplo, cresceram 105,6 % no citado período, enquanto a expansão das importações chegou a 644,6%; as exportações brasileiras se expandiram em apenas 68,8% para um aumento de 188,1% das importações; as vendas do Chile cresceram 101,0% e as importações 154,0%; as exportações e importações do Peru se expandiram em 110,5% e 195,7%, respectivamente; e em 34,5% e 98,6% no intercâmbio comercial da Venezuela.

Tabela II – Comércio Mundial - Expansão nos anos 90

Discriminação	Aumento nas Exportações - 90/97-% -	Aumento nas Importações - 90/97-% -
Total Mundial	**60,1**	**58,7**
- Estados Unidos	74,7	76,1
- Rússia-1992/97	108,1	82,7
União Européia	**38,3**	**27,2**
- Alemanha	24,2	27,4
- Reino Unido	52,0	61,9
- França	36,0	15,3
- Itália	39,9	13,2
- Holanda	25,6	23,8
- Espanha	87,9	38,9
Ásia	**147,2**	**141,9**
- Japão	45,9	43,9
- Coréia do Sul	110,2	117,8
- Indonésia	110,0	114,9
- Filipinas	207,3	198,4
América Latina	**84,3**	**160,8**
- Argentina	105,6	644,6
- Brasil	**68,8**	**188,6**
- Chile	101,2	154,0
- México	140,6	134,7
- Peru	110,5	195,7
- Venezuela	**34,5**	**98,6**

Fonte: International Financial Statistics, FMI, Setembro 1998 e Yearbook de 2000.

O único caso de equilíbrio entre as taxas de crescimento do comércio no período 1990/97 no rol das economias latinoamericanas de maior porte ocorreu no México (variação próxima de 140,0%); que, em situação de insolvência externa, desde 1995 já havia interrompido o programa de liberalização comercial.

A abertura comercial unilateral praticada na América Latina em meados dos anos 90 – que foi precedida da experiência mexicana de 1990/94 – provocou grandes déficits nos balanços de pagamentos dos países da região, que desaguariam em rápido crescimento do endividamento externo, além da desnacionalização das economias. Tais déficits são indicados na Tabela III, em termos de valores agregados qüinqüenais, observando-se o grande peso dos desequilíbrios comparativamente ao produto global (PIB do último ano do quinquênio de referência).

Tabela III – América Latina – Principais ecocomias. Déficites em contas correntes. Valores acumulados no qüinqüênio

Países	Qüinqüênio	Déficit US$ bilhões	Déficit/PIB %
1. Argentina	1995-99	50,0	24,5
2. Brasil	1995-99	130,8	22,0
3. Chile	1994-98	14,3	19,5
4. México	1990-94	98,5	23,5
5. Peru	1994-98	17,7	28,0
6. Venezuela	1994-98	2,6	2,5

Fonte: International Financial Statistics, FMI, Yearbook de 2000.
Obs. 1. Qüinqüênios a partir do primeiro ano de adoção do liberalismo comercial.
Obs. 2. Cálculo Déficit/PIB – déficit acumulado no qüinqüênio em relação ao PIB do último ano.

De fato os déficits nas transações internacionais no primeiro quinquênio de práticas comerciais liberais provocaram grave estrangulamento externo na maioria das economias regionais de maior porte, alcançando aproximadamente 25,0% do PIB; o que significa que, em média, as políticas econômicas neoliberais praticadas em um grande número de países latinoamericanos vêm custando anualmente apenas

aos grandes devedores da América Latina – Argentina, Brasil, Chile, México e Peru – em termos de aumento do endividamento e/ou entrega de ativos, algo equivalente a 5,0% do PIB a cada ano. Daí se depreende que em um decênio de insensatez aquele pequeno grupo de nações terá assumido uma dívida nova – e/ou transferido a propriedade de ativos para estrangeiros – em valores que equivalem a metade do PIB, num montante global estimado em US$ 700,0 bilhões. E admitindo-se que os capitais internacionais movam-se em busca de uma remuneração mínima de 10,0%, o tão inocente neoliberalismo latinoamericano estaria próximo de completar a criação de um fluxo adicional de transferência de rendimentos para o exterior, tendo como origem as cinco nações listadas, da ordem US$ 70,0 bilhões anuais. O que vem transformando países em desenvolvimento, supostamente carentes de capitais, em verdadeiros exportadores de rendas, agravando as condições de pobreza da população, aumentando o desemprego e a miséria face à redução da renda das famílias.[4]

O liberalismo comercial latinoamericano, com paralela abertura dos mercados financeiro, de telecomunicações e energia, não se explica, todavia, apenas como ingenuidade política num mundo ferozmente entrincheirado em práticas protecionistas. Em realidade tal postura tem uma explicação lógica, pois enquanto a retórica interna falava num processo de globalização universalmente praticado e aceito, que levaria à modernização e à melhoria do bem estar, e dessa forma se procurasse anular as resistências internas a um processo que fragilizava as economias nacionais, os governos da região tinham plena consciência de que praticavam um liberalismo suicida; mas o objetivo era a erradicação da inflação a qualquer preço, na busca dos ganhos políticos proporcionados pela estabilização monetária.

[4] Esse empobrecimento decorrente das políticas neoliberais é ainda muito mais grave dado o surgimento paralelo de outros fatores concentradores de rendas em economias praticamente estagnadas: a) o aumento da carga tributária na tentativa de conseguir recursos fiscais que cubram os novos encargos financeiros gerados pelos déficits externos; b) a transferência de rendas para os novos proprietários das empresas privatizadas, com o aumento anormal das tarifas de serviços públicos para atrair novos investidores. Aumentam as receitas do Governo e as rendas dos setores privatizados (e a privatizar) na composição do PIBN e em contrapartida recuam os salários e os ganhos de aposentados e pensionistas, autônomos sem qualificação e pequenos empresários.

É fato que existe uma inconsistência clara quando se tenta sustentar projetos de poder de longo prazo com políticas econômicas que, dados os desajustes provocados externa e internamente, e suas conseqüências políticas e sociais, dificilmente reúnem condições para perdurar além do médio prazo. E é a tentativa de desconhecer tal conflito que faz perdurar programas econômicas que vem paralisando as economias da região, face às disfunções que provoca na apropriação da renda e no nível do emprego; além do endividamento interno que desorganizou as finanças públicas e no endividamento externo que gerou condições de absoluta dependência financeira e política dos devedores frente ao do governo americano e a instituições internacionais.

Em função de tais desarranjos externos é que a América Latina surge nos anos 90 como grande receptora de capitais internacionais. Fundamentalmente capitais de curto prazo, que se deslocam com grande agilidade na busca da maximização dos ganhos, ao mesmo tempo em que procuram preservar plena maneabilidade para a fuga a situações que apresentem riscos de insolvência dos países devedores.[5]

Entre investimentos diretos e investimentos em portfólios a América Latina registrou ao longo dos anos 90 um ingresso bruto da ordem de US$ 680,0 bilhões – Tabela IV. Em verdade trata-se fundamentalmente de capitais de curto prazo, pois os investimentos diretos efetivamente destinados à ampliação do capital produtivo não encontram atração em economias estagnadas e/ou endividadas, a não ser aqueles recursos destinados à aquisição de empresas locais. Ocorre que, diante das dúvidas quanto à solvência futura dos grandes devedores da região, os capitais de curto prazo passaram a ingressar de forma crescente sob a rubrica investimentos diretos (donde o montante de US$ 321,4 bilhões registrado sob aquele título no período

[5] Quando os investidores fazem aplicações extremamente voláteis em papeis (portfólios) ou registram os ingressos como investimentos diretos, praticamente eliminam a hipótese de insolvência dos devedores finais. Assim os riscos da inadimplência estão associados à possibilidade de moratória, quando os Bancos Centrais dos países devedores não conseguem manter um fluxo de entrada de dólares em níveis suficientes para refinanciar a dívida vencida ainda financiar os novos déficits do Balanço de Pagamentos. Nesse caso o país não tem como manter a conversibilidade de sua moeda, face à escassez de dólares, materializando-se o que os credores mais temem - a moratória externa. Da qual não escapam nem mesmo os capitais especulativos ingressados sob a rubrica Investimentos Diretos, pois sem dólares não há como permitir-se retornos de inversões.

1990/99), dando a falsa impressão de economias prósperas atraindo recursos destinados a aumento da capacidade produtiva.[6]

- 1990 A 1999 – US$ bilhões -

Ano	INVESTIMENTOS			Contas de Capital * (liquido)
	Investimentos Diretos	Investimentos em Portfólios	Investimentos Total	
1990	7,3	0,8	8,1	18,4
1991	7,8	7,9	15,7	39,3
1992	12,0	37,0	49,0	61,7
1993	10,3	79,2	89,5	66,9
1994	22,8	77,0	99,8	44,9
1995	25,1	16,3	41,4	25,4
1996	38,0	54,6	92,6	62,4
1997	59,9	39,5	99,4	80,4
1998	64,2	32,9	97,3	69,5
1999 *	74,0	13,0	87,0	40,4
TOTAL	**321,4**	**358,2**	**679,8**	**509,3**
1990/94	60,2	201,9	262,1	231,2
1995/99	261,2	156,3	417,7	278,1

Fonte: Balance of Payments Yearbook, IMF, 1992, 1994 e 2000
Balance Preliminar de las Economias de América Latina y el Caribe, 1991, 1993, 1995, 1997, 1998, 2000 (dados sobre ingresso liquido de Capitais e Financeira)
(*) Contas de Capital e Financeira, incluindo ainda Erros e Omissões.

O deslocamento dos ingressos de dólares na América Latina, de investimentos em portfólios para investimentos diretos, deu-se de forma mais intensa na segunda metade da década, quando responderam por

[6] É o caso da Argentina e do Brasil, que com economias extremamente endividadas, e continuados déficits em Contas Correntes, passaram a absorver elevados fluxos de recursos sob a rubrica de investimentos diretos – US$ 50,0 bilhões na Argentina no qüinqüênio 1995/99, e US$ 23,2 bilhões apenas no ano de 1999; ou US$ 100,0 bilhões ingressados no Brasil em igual período, sendo US$ 65,0 bilhões apenas em 1998/99. E no caso brasileiro a explicação é simples, embora apenas US$ 30,0 bilhões dos investimentos de 1990/99 se vinculem à política de privatização/desnacionalização. O que ocorreu é que o Governo brasileiro alterou as regras de remuneração do capital das empresas, permitindo, a partir de 1995, dupla remuneração aos acionistas: a) juros sobre o capital próprio, e b) dividendos sobre o lucro apurado. Com isso não só abriu espaço para que os capitais especulativos mudassem de porta, mas ao menos tempo conseguiu desvincular o ingresso de capitais das taxas de juros sobre os títulos públicos brasileiros, que não mais precisariam ser competitivas com os títulos do Tesouro americano. Esse "novo modelo", todavia, também estaria em exaustão em 2001.

60,0% do total de investimentos externos contra apenas 23.0% em 1990/94.

Quanto ao montante líquido globalizando as contas capital e financeira, o ingresso total na região ao longo dos anos 90 foi pouco superior a US$ 500,0 bilhões, conforme a Tabela IV, com leve superioridade dos valores da segunda metade da década, a despeito da substancial queda de recursos no ano de 1999. Depois de um período tão longo de captação de recursos para cobrir déficits em Contas Correntes (do balanço de pagamentos), restam dúvidas quanto à possibilidade de os países latinoamericanos continuarem financiando desequilíbrios externos persistentes. Afinal a crise do endividamento deflagrada em setembro de 1982 pela banca privada internacional, mas já sentida desde 1981, ocorreu em circunstâncias semelhantes, com a suspensão de novos empréstimos e de operações de refinanciamento da dívida acumulada, obrigando os países da região – que figuravam dentre os grandes devedores mundiais – a introduzir políticas de ajuste externo de caráter recessivo, prescritas em programas praticamente compulsórios acordados com o FMI.

As particularidades da economia venezuelana

A Venezuela vem revelando uma economia com características bastante diferenciadas do demais países latinoamericanos, já que, tendo-se beneficiado dos grandes aumentos nos preços do petróleo nos anos 70 e 80, não fez parte do amplo grupo de países em desenvolvimento que se viram forçados ao endividamento internacional na ocasião; livrando-se assim do estrangulamento externo que paralisou as economias devedoras e provocou a moratória internacional, desaguando nos acordos voltados para o ajuste do balanço de pagamentos e renegociação da dívida externa da primeira metade da década de 80. Dadas tais circunstâncias favoráveis, pôde a Venezuela manter em quase todos os anos das décadas de 70 e 80 invejáveis taxas de crescimento econômico, ressalvados apenas os triênios 1976/78 e 1986/88, quando o PIB foi negativo ou pouco cresceu.

Na década de 90 a economia venezuelana volta a registrar excelentes taxas de crescimento, com aumentos de 30,8% no produto real nos cinco primeiros anos – 1990/94, e de 48,0% entre 1995 e 1999

– Tabela V. E para que se possa avaliar melhor tais resultados, quando o produto real da Venezuela praticamente dobrou (crescimento total próximo de 94,0%), é interessante comparar com o global da América Latina no mesmo decênio, com expansão de apenas 32,0% no PIB real.

Tabela V – VENEZUELA – INDICADORES ECONOMICOS E SOCIAIS

- 1990 A 1999 -

Ano	PIB Var.%	Exportação de Petróleo Us$ bilhões	Balança Comercial Us$ bilhões	Transações Correntes Us$ bilhões	Dívida Ext.Liquida Us$ bilhões	Desemprego (%)	Salários Remuneração Média anual
1990	5,8	14,0	10,7	8,3	20,7	11,0	. . .
1991	9,7	12,3	4,9	1,7	20,8	9,5	100,0
1992	6,1	11,2	1,3	- 3,7	24,4	7,8	104,9
1993	0,3	11,0	3,3	- 2,0	27,0	6,6	95,6
1994	- 2,3	11,5	7,6	2,5	28,4	8,7	80,6
1995	4,0	13,7	7,0	2,0	27,9	10,3	76,9
1996	- 0,2	18,5	3,8	8,9	18,4	11,8	59,0
1997	6,4	18,2	10,0	3,5	13,5	11,4	74,0
1998	0,2	12,0	2,7	- 2,6	16,1	11,3	78,0
1999	- 6,1	16,3	7,6	3,7	12,0 *	14,9	71,3
Acumulado 1990/99			59,9	24,3	-	-	-

Fontes: Balance Preliminar de las Economias de América Latina e Caribe, CEPAL,1997, 1998
Estúdio Econômico de América Latina Y el Caribe, Cepal, 1999-2000.
International Financial Statistics, FMI, Yearbook 2000 e January 2001.
(*) Divida Externa Liquida = Divida Bruta (-) Reservas Internacionais (1999-estimativas)

Para que se entenda as razões pelas quais a economia venezuelana conseguiu manter elevadas taxas de crescimento real enquanto a região como um todo vinha se debatendo em sucessivas crises, algumas observações parecem oportunas:

a) a Venezuela não se lançou em aventuras neoliberais vinculadas ao objetivo de estabilizar artificialmente a moeda, subordinando as decisões econômicas a projetos políticos de longo prazo, de manutenção do poder;

b) sem programas mais amplos de abertura comercial, e auxiliada pela melhoria nos preços do petróleo na segunda metade da década, a Venezuela conseguiu manter superávits comerciais ao longo de todo o período, acumulando assim, entre 1990 e 1999, um saldo de US$ 59,9 bilhões na Balança Comercial e de US$ 24,3 bilhões no conjunto de Transações Correntes (Tabela V), o que possibilitou inclusive

substancial redução da dívida externa líquida[7];

c) superavitária nas transações externas mesmo antes da melhoria nas receitas do petróleo, e não se integrando ao amplo grupo de países latinos que usaram a retórica neoliberal como suporte ao projeto abertura econômica/estabilização artificial dos preços, a Venezuela livrou-se de fazer parte do núcleo de novos devedores; livrou-se também, conseqüentemente, da dependência de fluxos crescentes de créditos externos, e das pressões internacionais para a aceleração da desnacionalização econômica a fim de reforçar o ingresso de dólares.

O que surpreende na análise dos indicadores da Tabela V é que, se a Venezuela não seguiu os padrões do neoliberalismo radical que assolou diferentes países e em especial Argentina e Brasil, então porque a desorganização econômica que triplicou as taxas de inflação nos anos de 1994 a 1997?

A evidência mais direta é a de que se a Venezuela conseguiu livrar-se dos efeitos desastrosos do liberalismo comercial unilateral, dentro do modelo adotado por outros países da região, não conseguiu livrar-se das políticas monetária e fiscal de caráter ortodoxo, na linha do receituário do FMI. E a questão se inicia ainda em 1989, com o novo período do governo reeleito, fruto da queda nas rendas do petróleo no triênio 1986/88, que, afetando as receitas fiscais elevou os déficits do Tesouro. E embora a economia venezuelana viesse registrando taxas razoáveis de crescimento (aumento médio do PIB em torno de 6,0% ao ano), o desemprego recuasse de 12,1% para 7,9% ao longo do período e a inflação estivesse estabilizada pouco abaixo de 30,0% ao ano (depois do grande aumento de 1987), ainda assim foram implantadas medidas restritivas dentro das linhas recomendadas pelo FMI, as quais, pretensamente voltadas para o ajuste e a modernização da economia, levariam o país à desorganização econômica.[8]

---

[7] A dívida externa bruta da Venezuela também recuou de US$ 41,0 bilhões em 1993/94 para aproximadamente US$ 30,0 bilhões em 1998/99. Existe, todavia, uma inconsistência com os registros do balanço de pagamentos na primeira metade da década, pois enquanto a conta Transações Correntes teve um superávit global de aproximadamente US$ 7,0 bilhões no período 1990/94, ou US$ 3,0 bilhões líquidos face à saída de investimentos, a dívida bruta do país paradoxalmente revela, em lugar de recuo, um aumento de US$ 8,0 bilhões nos mesmos anos.

[8] Os efeitos do programa de ajuste sobre a economia da Venezuela são descritos no Balance Preliminar de la Economia de América Latina y el Caribe, 1989, p. 03-04.

De fato, paradoxalmente inaugurando a fase de imposição de políticas neoliberais aos paises em desenvolvimento por parte do FMI, o Governo da Venezuela, ainda em fevereiro de 1989 comprometeu-se a implantar uma série de reformas estruturais, envolvendo privatizações para reduzir a participação do Estado na economia. E paralelamente, dentro das linhas clássicas de ajuste que fazem parte dos pacotes que o FMI vem prescrevendo indistintamente desde o pós-guerra, o acordo previa uma gama de medidas liberalizantes (liberação das taxas de juros, dos preços, do mercado de câmbio e redução das tarifas alfandegárias), e outras com caráter restritivo (aumento de impostos e dos preços dos serviços públicos, redução de subsídios).[9]

Os reflexos das medidas de fevereiro de 1989 sobre a economia da Venezuela foram exatamente aqueles que se podia esperar, e o programa do FMI rapidamente desorganizou a economia do país, ao afetar radicalmente a estrutura de custos e de preços do sistema produtivo; resultando ainda em 1989 numa explosão inflacionária – com a inflação saltando de 29,0% em 1988 para 84,0% em 1989, enquanto a economia era lançada em profunda recessão, com queda de 7,8% no PIB.[10]

É interessante notar que a razão básica das restrições impostas à economia da Venezuela dentro do acordo com o FMI foram os déficits públicos, que em verdade não tinham caráter estrutural, pois apenas refletiam a queda nas receitas de exportação de petróleo em 1988, e a recuperação dos preços já estava em andamento em 1989. Bastava que naquela oportunidade o FMI aceitasse trabalhar com o conceito de déficit primário (que exclui os encargos financeiros da dívida no cálculo dos déficits) – como já então adotava para as contas brasileiras, e levasse em conta que aproximadamente 40,0% do déficit consolidado do Governo em 1988 derivava de investimentos na aquisição de capital

[9] V. Benavente (1997, p. 85-98).

[10] O Brasil tem uma longa experiência com os programas de ajuste do FMI, que, através da desastrosa reforma cambial de março de 1961 provocou profundo descontrole inflacionário, seguido de grave crise política, tendo como origem a brusca mudança dos preços relativos; igual desarranjo provocou o programa de ajuste externo de janeiro de 1983, quando a inflação saltou de 100,0 para 210,0%; e, mais recentemente, o programa de estabilização levou a economia a taxas medíocres de crescimento, reduziu os salários reais, dobrou as taxas de desemprego, multiplicou por dez a dívida mobiliária federal, e fez ressurgir déficits externos que vem alcançando a cada ano aproximadamente 6,0% do PIB – ou seja, para cada ponto de crescimento do produto a dívida externa e/ou desnacionalização da economia chega a 2,5% do PIB .

fixo, e a economia da Venezuela poderia ter sido poupada das desastrosas políticas restritivas de 1989[11]; e possivelmente o país não teria mergulhado nas crises políticas que se sucederam aos movimentos de protesto contra as medidas de contenção impostas pelo novo Governo empossado em janeiro de 1989. O que evidencia como a ação do FMI junto aos países em desenvolvimento tem-se revelado, em seguidas oportunidades, despreparada, desorganizando as economias por incompetência técnica e irresponsabilidade política.

Recuperando-se a partir de 1990 com a melhora dos ganhos com petróleo, as políticas de ajuste retornaram em 1992/93, quando a queda nas receitas de exportação de petróleo, ao refletir nas receitas fiscais do Governo, fez ressurgir os déficits públicos. E embora a inflação fosse moderada para os padrões latinos (em torno de 25,0% ao ano) e muito abaixo dos níveis produzidos pelo programa do FMI de 1989, o Governo introduziu uma política monetária fortemente restritiva, aumentando as taxas de juros reais e ainda reduzindo os investimentos oficiais. Como conseqüência a economia, então estagnada, registrou recuo no nível de atividades, com a recessão afetando ainda mais as receitas fiscais e ampliando os déficits do Governo.

O modelo ortodoxo de política fiscal e monetária, como já mencionado, parte sempre da hipótese de que os déficits do Governo derivam do excesso de consumo e investimentos, e que o aumento da demanda agregada daí decorrente é responsável pelas pressões inflacionárias. A partir desse raciocínio o FMI prescreve medidas restritivas fundadas no aumento de tributos e na elevação das taxas de juros, pois assim, diante dos aumentos de custos (e de preços) haveria um recuo na demanda global, e em seguida uma queda nos preços.

Ocorre, entretanto, que, como anteriormente lembrado, as medidas ortodoxas refletem de duas maneiras no sistema econômico:

a) o primeiro é o impacto sobre os custos do sistema produtivo, o que força ainda mais as taxas de inflação;

b) como os componentes de custos jogados sobre o sistema

[11] De fato, deduzidas as despesas com juros o déficit global ficaria reduzido em 34,0%, representando o déficit primário; considerando-se os investimentos com a aquisição de capital fixo, conclui-se que o déficit decorrente de excesso em despesas de consumo do Governo respondia efetivamente por apenas 17,0% do déficit global – em torno de 1,5% do PIB. Como isso poderia justificar toda uma política recessiva, e com reflexos nos custos e nos preços (e, portanto, inflacionária) voltada para a contenção da demanda agregada ?

produtivo significam aumentos das receitas do Governo e dos aplicadores e intermediários financeiros, logicamente as políticas ortodoxas levam a uma redistribuição da renda em favor do Governo e dos ganhos financeiros;

c) uma vez que a renda global do país é finita, derivada do volume físico de bens e serviços produzidos dentro da economia, o sistema econômico necessariamente terá de encontrar, dentre os agentes que interferem no processo, aqueles que devam realizar perdas de rendas reais equivalentes aos ganhos extraordinários dos núcleos favorecidos pela política ortodoxa;

d) e como os aumentos nos impostos e nas taxas de juros forçam a elevação dos preços, o esquema ortodoxo se completa ao criar mecanismos institucionais restritivos impedindo a recomposição das rendas salariais depreciadas pela inflação;

e) procura-se assim, às custas dos rendimentos dos trabalhadores, fazer reverter os aumentos de preços que a política ortodoxa provocou; surgindo daí, numa economia enfraquecida pelo empobrecimento das famílias, um novo quadro de distribuição da renda e um nível de desemprego ainda mais elevado.

Ora, é exatamente isso que se constata na análise dos indicadores da economia venezuelana dispostos na Tabela V. As medidas ortodoxas provocaram uma acentuada queda nos salários reais, que recuaram aproximadamente 25,0% a partir de 1993/94, enquanto o desemprego dobrou desde 1992/93. Não surpreende, portanto, que as dificuldades econômicas tenham refletido no sistema financeiro, atingido gravemente pela crise bancária de 1994, em circunstâncias que levariam o novo governo a abandonar as reformas neoliberais, introduzindo mecanismos de controle de preços, câmbio e juros. O que, obviamente, não removeria os desarranjos estruturais, inclusive de ordem social, decorrentes da natureza das políticas econômicas.

As dificuldades que a economia da Venezuela tem enfrentado em diferentes oportunidades desde princípios dos anos 90 podem ser explicados, portanto, pela rigidez dos conceitos aplicados pelo Fundo Monetário Internacional no diagnóstico de qualquer desajuste de natureza econômica. E pela frieza com que preceitua medidas elitistas, pois em situação inflacionária as medidas restritivas provocam perdas adicionais aos trabalhadores. Essa é uma política econômica selvagem,

e cínica mesmo, pois é referendada como se os mecanismos de intervenção governamental na economia fossem neutros quanto aos seus efeitos. O que evidencia uma preferência por falsos mecanismos de mercado, pois quando os custos e os preços se elevam por força de decisões governamentais é inadmissível supor que o mercado por si só vá corrigir as distorções introduzidas pelo receituário ortodoxo sem punir os mais frágeis. Diferentemente quanto mais se repita a prática de tais medidas mais tende a se agravar o quadro de emprego e de rendas, e mais forte o travamento imposto sobre as atividades produtivas.

Os investimentos diretos na economia da Venezuela

A economia venezuelana não apresenta condições que pudessem justificar, pelo lado da escassez de recursos, um afluxo mais significativo de capitais externos. Não registra déficits em Contas Correntes que requeiram o ingresso de capitais de empréstimo. Revela uma dívida externa global decrescente. Mantém elevado nível de reservas internacionais. E, quando pratica uma política econômica elitista, na linha prescrita pelo Fundo Monetário Internacional, empobrece a população e aumenta o desemprego, o que enfraquece o mercado interno e torna novos investimentos produtivos pouco atraentes às grandes corporações internacionais.

Talvez esse conjunto de fatores explique o volume moderado de investimentos ingressados na economia do país nos anos 90, especialmente na primeira metade da década, quer a título de investimentos diretos quer a título de investimentos em portfólios, conforme os dados da Tabela VI.

Tabela VI – VENEZUELA – INGRESSO DE INVESTIMENTOS

- 1991 a 1999 – US$ Bilhões -

Ano	Investimentos Diretos	Investimentos em Portfólios
1991/95 *	0,9	0,3
1996	2,2	0,8
1997	5,5	1,1
1998	4,5	0,2
1999	3,2	1,2

Fonte: International Financial Statistics, FMI, Yearbook 2000 e Jan/2001 (*) Valores médios anuais do qüinqüênio

Observa-se, todavia, um significativo aumento no fluxo de investimentos diretos a partir de 1996, com um ingresso médio anual próximo de US$ 4,0 bilhões no quatriênio 1996/99, o que representa mais de quatro vezes os valores médios registrados no qüinqüênio anterior. Já a entrada de recursos destinados a investimentos em portfólios revela fluxos irregulares, o que é compreensível por trata-se de capitais especulativos, com extrema volatilidade tanto em razão de instabilidade política quanto à mudanças no panorama internacional que melhorem as condições de atratividade outros mercados.

A aceleração dos investimentos diretos a partir de 1996 decorre das medidas governamentais voltadas para a diversificação das exportações do país, incluindo mudanças institucionais regulamentando o ingresso de recursos em novos setores - dentro de um Plano Estratégico Industrial que selecionava quinze áreas com oportunidades de investimentos[12]; a iniciativa do Governo incluiu, em legislação especial, a indústria petrolífera, na qual a Petróleo de Venezuela S.A. (PDVSA) foi autorizada a ofertar dez campos petrolíferos para companhias estrangeiras.

A acentuada melhoria das receitas de exportação e a política de promoção de investimentos num país sem os estrangulamentos internos e externos que mantém clima de incertezas em outras grandes economias da região, constituem fatores favoráveis a um fluxo mais regular de investimentos estrangeiros na Venezuela, ainda que o mercado esteja contido pelo processo de concentração de rendas. Com a vantagem de que o país não necessita ditar sua conduta apenas visando arrecadar dólares, o que permite maior racionalidade nas decisões e neutralização de qualquer investida de caráter predatório forçando a desnacionalização da economia. E são raros os países em desenvolvimento que desfrutam de tais condições para a formulação de uma política de capitais estrangeiros.

Os dados setoriais sobre investimentos diretos estrangeiros (com

[12] A ação "mercadológica" do Governo através da CONAPRI – Cia. Nacional de Promoção de Inversões, visando atrair investimentos, incluindo na privatização de empresas estatais, tem sido extremamente agressiva, apresentando na Internet (www.conapri.org) informações detalhadas sobre as oportunidades de negócios em quinze diferentes setores, e dentre eles: manufaturas, eletricidade, mineração, telecomunicações, material de transporte (automobilística), metalurgia e óleo, gás e petróleo.

base nos investimentos registrados[13]) na economia venezuelana nas duas últimas décadas – Tabela VII – evidenciam aceleração dos ingressos na década de 90, pois enquanto nos treze anos do período 1979/91 o total registrado foi de US$ 4,1 bilhões – US$ 300,0 milhões anuais em média, os investimentos registrados no quatriênio 1992/95 chegaram a US$ 3,4 bilhões – ou US$ 850,0 milhões anuais, elevando-se para US$ 4,7 bilhões no qüinqüênio 1996/2000 – em torno de US$ 950,00 como média anual.

Tabela VII - VENEZUELA – INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS
- Por Setor de Atividade – 1979 a 2000 – US$ bilhões -

Setor de Atividade	1979/91	1992/95	1996/2000
1.Manufaturas	3,2	1,1	2,3
2. Finanças	0,3	1,6	1,1
3. Comércio	0,3	0,1	0,4
4. Mineração	0,0	0,1	0,4
5. Construção	0,1	0,0	0,2
6. Eletricidade	0,0	0,1	0,2
7. Transporte/Comunicação	0,0	0,2	0,1
Demais	0,2	0,2	0,0
T O T A L	4,1	3,4	4,7

Fonte: CONAPRI – Cia. Nacional de Promoção de Inversões (www.conapri.org)
(*) Os valores referem-se a investimentos registrados no período.

Registra-se, que, paralelamente à aceleração dos ingressos de investimentos estrangeiros nos anos 90, os recursos, que até então se concentravam na área de manufaturas, passaram a distribuir-se entre manufaturas – com 40,0% do total registrado entre 1992 e 2000, e o setor de finanças com 35,0% do total. A seguir surgem os investimentos no comércio e em mineração (6,0% cada um em termos de participação), e em Eletricidade e em Transporte/Comunicação, com perto de 4,0% cada um.

O programa de privatização e reprivatização do governo venezuelano contribuiu para o aumento no ingresso de investimentos estrangeiros no país, pois os valores arrecadados na década de 90 com

[13] Investimentos registrados diferem de investimentos executados, apresentando valores bem inferiores àqueles que constam como ingressos no Balanço de Pagamentos. Estes, porém, incluem capitais financeiros, como observado na nota de rodapé nº 6.

privatizações e concessões – aproximadamente US$ 6,0 bilhões, representam um terço dos Investimentos Diretos registrados no Balanço de Pagamentos (Tabela VI). Nesse montante se incluem receitas próximas de US$ 1,5 bilhão obtidas pelo Deposit Guarantee and Bank Protection Fund (FOGADE), criado em 1995 pelo Governo da Venezuela, e ligadas à venda de empresas – especialmente bancos e seguradoras – que haviam sido estatizadas por ocasião da crise bancária de 1994.

As condições favoráveis da economia da Venezuela com a consolidação das novas cotações do petróleo indicam que o país poderá manter um fluxo regular de investimentos estrangeiros; descartando-se uma reversão nos preços do produto, com novos desequilíbrios financeiros internos, que refleteriam na geração da renda e nas receitas governamentais. Não se vislumbra, todavia, a perspectiva de qualquer *boom*, dados os reflexos das políticas ortodoxas sobre a distribuição da renda dentro do país, pois com a recorrência de medidas restritivas nas áreas fiscal e monetária, os salários reais tem registrado repetidas quedas, o que significa redução da massa de rendas das famílias, e consequente diminuição do tamanho do mercado. Tais circunstâncias esterilizam a capacidade de geração de empregos na economia, o que aumenta o desemprego e a parcela marginalizada da população.

Um fator preocupante na economia venezuelana, e que tende a afetar não só o programa de atração de investimentos como também o projeto de diversificar a produção e as exportações industriais, é a evolução da taxa de câmbio real desde princípios dos anos 90, registrando uma grande valorização da moeda local frente ao dólar e demais moedas; criando assim incertezas e reduzindo o grau de competitividade da produção nacional tanto no mercado interno, frente a similares importados, como no mercado externo em relação aos concorrentes de modo geral. Com base nas cotações vigentes em maio de 2001 constata-se que a taxa de câmbio bolívar/dólar americano teria de sofrer uma correção em torno de 60,0% para que fosse restabelecida a paridade de poder de compra de fins de 1993, que pouco difere da média observada no período 1991/93.

É claro que tal disfunção no mercado de câmbio, que poderia sofrer intervenção corretiva por parte das autoridades, se explicaria pelos receios de que o realinhamento cambial, pelo seu impacto sobre

os preços, possa provocar reações populares semelhantes às de 1989. Mas, dada a inevitabilidade de remover-se o irrealismo da cambial, deve-se lembrar que o Governo, cujas receitas se beneficiariam de eventual mudança nos preços das moedas estrangeiras, poderia introduzir mecanismos fiscais compensatórios, aliviando os custos das empresas e preservando o poder de compra dos trabalhadores.

De qualquer modo um país como a Venezuela, que tem registrado superávits repetidos nas transações internacionais, e assim não depende de capitais internacionais, tem a oportunidade excepcional para adotar uma política de investimentos diretos estrangeiros dirigida para o aporte tecnológico em lugar em lugar do capital financeiro, o que pode ser alicerçado em modelos tripartite, juntando o capital estrangeiro com o capital estatal e o capital privado nacional. Com isso o país poderia preservar a capacidade de participar de decisões estratégicas, além do que estaria contendo os fluxos de saída das rendas de investimentos que tanto vem penalizando as economias latinoamericanas; especialmente quando, após desorganizar o setor produtivo estatal, inúmeros países da região se lançaram em programas de privatização inconseqüentes, que, além de não contribuírem para o crescimento da renda e do emprego, criaram fluxos de remessa de lucros em setores tais como telecomunicações e eletricidade, os quais, pela própria natureza, nem produzem divisas com exportação e nem economizam divisas com a substituição de importações.

Ressalta-se, finalmente, que, além da necessidade de uma visão mais realista sobre os aspectos efetivamente relevantes da contribuição do capital estrangeiro ao esforço produtivo, as elites latinoamericanas ainda terão de aprender que a busca da estabilidade monetária através de mecanismos restritivos que depreciam os salários dos trabalhadores e aumentam a concentração das rendas, tem um caráter ilusório, pois cria outras instabilidades, macroeconômicas e sociais; impedindo que se possa assegurar o que deveria constituir os objetivos maiores de qualquer política governamental – o crescimento econômico sustentável, com melhoria do nível de bem estar da população e a conseqüente garantia da estabilidade política. Pois sem a garantia da estabilidade dos salários reais, e da massa de rendas das famílias, nenhuma economia pode prosperar, e nenhuma democracia pode ser sustentada.

Bibliografia

BENAVENTE, José Miguel. "Virajes Y Derrapajes de la Economía Venezolana", in Revista de La CEPAL, diciembre de 1997, p. 85-98.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A crise na América Latina: "Consenso de Washington ou crise fiscal?". in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 21, nº 1, abril de 1991, p. 03-24.

CEPAL. Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe, 1986, 1989, 1991, 1993, 1995, 1997, 1998, 2000.

_____. *Estudio Económico de América Latina Y el Caribe*, Cepal, 1999-2000.

_____. *Políticas de Ajuste Y Renegociación de La Deuda Externa en América Latina*. Cuadernos de La CEPAL, nº 48, Diciembre de 1984.

CONAPRI - Cia. Nacional de Promoção de Inversões (www.conapri.org). Venezuela/Ministério das Finanças.

Fundo Monetário Internacional. International Financial Statistics, Setembro de 1998 e Janeiro de 2001, e Yearbook de 1998 e 2000.

_____ *Balance of Payments Yearbook*, 1992, 1994 e 2000.

MALAN, Pedro S. "Uma crítica ao Consenso de Washington", in *Revista de Economia Política*, Vol. 11, nº 3 (43), julho/setembro de 1991, p. 05-12.

Ministério do Planjamento/SEAIN, Brasil. *Indicadores da Economia Mundial*, nº 10, Dezembro/1999.

MUNHOZ, Dércio Garcia. *Os Déficits do Setor Público Brasileiro. Uma Avaliação*. UNB/Departamento de Economia, Brasília. Texto Para Discussão nº 123, julho de 1984, p. 109.

_____ "Reflexos Desestabilizadores dos Programas de Ajustamento Externo", in *Crise e Infância no Brasil – O Impacto das Políticas de Ajustamento Econômico*, José Paulo Z. Chahad e Ruben Cervini (organizadores). UNICEF/FIPE-USP, São Paulo, 1988, p. 03-45.

PEREIRA, Laércio Barbosa. "Considerações sobre a crise do Estado no Brasil: crítica ao "Consenso de Washington"", in *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 23, nº 1, maio de 1995, p. 127-37.

STIGLITZ, Joseph E. “More instruments and broader goals: moving toward the post-Washington Consensus”, in *Revista de Economia Política*, vol. 19, nº 1, Janeiro / março de 1999, p. 94-120

Venezuela: possibilidades e limites para um novo modelo de desenvolvimento e de integração regional

Laura Tavares Ribeiro Soares[*]

Introdução

Frente aos persistentes ajustes econômicos e, sobretudo, diante das crises político-institucionais com que se defrontaram os países da América Latina nas suas tentativas de redemocratização, a Venezuela assume, neste início de milênio, um destaque no debate da integração latino-americana.

O debate da integração aqui proposto está vinculado, de um lado, aos tratados e acordos das diversas instâncias regionais das Américas; e, de outro, às escolhas relativas ao modelo de desenvolvimento feitas pelos países. Em última instância trata-se do confronto entre as chamadas restrições externas e as possibilidades de construção das respectivas soberanias nacionais.

A divisão do continente em blocos; a simultaneidade de tratados multi e bilaterais envolvendo interesses diferentes e muitas vezes conflitivos; a enorme heterogeneidade entre os blocos do sul e do norte e entre os próprios países - sobretudo quando confrontados aos Estados Unidos; trazem para o debate da integração questões muito mais complexas que a mera definição de parâmetros técnicos e comerciais.

Quando parte de pressupostos falsos – como o "livre comércio" e a suposta neutralidade técnica na defesa de critérios que tratam os desiguais como iguais – a defesa da integração encobre os reais interesses econômicos e políticos por trás dos acordos e tratados. Por outro lado, a ênfase nos aspectos comerciais também deixa de lado as implicações dessa integração para o futuro dos nossos países no que diz respeito a que tipo de desenvolvimento nos está reservado e se ele nos trará mais justiça e igualdade social ou, pelo contrário, persistirá como um modelo excludente mesmo quando apresenta indicadores de crescimento econômico.

A experiência internacional de constituição de blocos – mesmo

[*] Doutora em Economia do Setor Público. Professora da UFRJ. Pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.

entre países mais homogêneos – tem demonstrado ser mais uma estratégia de defesa de interesses comerciais e de "livre" circulação de capital, deixando de lado questões estratégicas como a livre circulação da mão de obra, a regulamentação da proteção ao trabalho, a constituição de sistemas de proteção social com um mínimo de regras básicas comuns entre os países, a vigilância sanitária e ambiental de interesse regional, entre outras questões.

No caso dos blocos existentes no continente americano, dada a enorme heterogeneidade entre os países e a sua fragilidade frente à potência norte-americana, esses problemas não apenas se agravam como se coloca uma enorme assimetria entre a política de abertura comercial incondicional para os países do sul e a prática de protecionismo para os do norte, particularmente os EUA.

O novo contexto político institucional venezuelano[1]

Em uma rápida retrospectiva pode-se afirmar que o modelo econômico e político – hegemônico por quarenta anos – provocou um grau de ruína social e deterioração política sem precedentes na história recente Venezuelana.

O sistema político formal passou a viver baixo uma democracia institucional desde a assinatura do tão citado "Pacto de Punto Fijo" de 1958 que estabelecia as novas normas políticas e um programa mínimo de cooperação entre os partidos que o firmaram – AD-Ação Democrática (social-democrata); COPEI-Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (social-cristão); URD-União Republicana Democrática (nacionalista) – em um movimento que derrubou a ditadura do general Pérez Jimenez (1952-58), que em um primeiro momento incluía o Partido Comunista, logo depois excluído. Este Pacto contava com o apoio dos setores militares mais conservadores, dos principais círculos empresariais e dos aliados norte-americanos. Com o passar dos anos essa aliança entre esses três partidos rompeu-se, criando um bipartidarismo entre a AD e o Copei. O conservadorismo foi institucionalizado pela Constituição de 1961. Seus mecanismos

[1] Baseado em conferência feita pela autora em Seminário Internacional "Democracia, Poder e Cidadania" em maio de 2000 na UERJ e em artigos do jornalista Breno Altman publicados na revista Teoria e Debate nº 43 de 2000 e na revista Reportagem de novembro de 2000.

clientelistas e cooptadores criaram uma corrupção gigantesca em todos os poderes de Estado. Os postos públicos e os dirigentes sindicais eram indicados pelos partido dominante.

Em 1989, Andrés Pérez da AD toma posse após uma campanha onde o discurso era de rejeição aos acordos com o FMI e devolução aos venezuelanos dos bons tempos petroleiros. Ganhou com 65% dos votos. Vinte dias depois as promessas de campanha eram esquecidas: aceitou todos termos do FMI. O anúncio da elevação do preço dos combustíveis e dos transportes públicos provocou uma rebelião popular em Caracas conhecida como o Caracazo que se alastrou pelo país por pelo menos dois dias. Os manifestantes foram reprimidos pelo exército e mais de mil foram sumariamente fuzilados. Esta foi uma mobilização que os analistas caracterizam como debilitada pela ausência de estruturas unitárias e permanentes, apoiada unicamente em organizações por bairro, descentralizadas e instáveis.

O período entre 89 e 99 agudizou a decadência do antigo regime sem que outras alternativas de poder tivessem forças e condições para se impor. Segundo Breno Altman[2], prevalecia na esquerda venezuelana a posição de reformar o regime de dentro para fora, por meio de alianças que deslocassem alguns setores dos partidos tradicionais para uma perspectiva de mudança. Nesse movimento, as duas principais agremiações progressistas – o Movimento ao Socialismo (MAS) e a Causa R participaram do governo de Rafael Caldera (velho fundador do Copei) em 1993, que prometia a "modernização do Estado". Sua gestão terminou, também, com alinhamento às fórmulas de sempre do FMI, sem que os grupos de esquerda saíssem do governo: o que consta, ao contrário, é que os históricos chefes desses grupos apoiaram o candidato de direita (Salas Romer) contra Chávez nas eleições de 1998. Isto custou a correntes de esquerda um forte abalo na sua credibilidade.

Apesar de um certo apoio nas camadas médias, os pobres das cidades e do campo paulatinamente brindaram seu apoio aos militares que lançaram o país em um clima de insurgência a partir de 92. Em fevereiro deste ano o na época tenente-coronel Hugo Chávez encabeçou uma rebelião contra o governo de Andrés Pérez, obtendo uma derrota militar com a sua prisão, mas uma repercussão política estrondosa. Quatro meses depois uma pesquisa (do Ministério da Defesa) mostrava

[2] Ver Altman, op.cit.

que 65% dos caraquenhos tinham uma imagem positiva do oficial insurgente (ao mesmo tempo em que de cada dez cidadãos, oito preferiam o regime democrático). As pessoas começavam a identificar os militares rebeldes com a luta contra o FMI, a miséria, a oligarquia e a corrupção, apesar da mídia e das autoridades governamentais acusá-los de "golpistas".

Apesar das acusações de isolacionismo, desde o início dos anos 80 esse grupo de oficiais procurou contatos com a esquerda que se recusava a fazer alianças com a institucionalidade oficialista. Foi criada uma organização clandestina – que estabeleceu uma rede molecular em todos os ramos das forças armadas – denominada Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR), numa referência explícita ao general Simon Bolívar, comandante na luta dos povos andinos contra a dominação espanhola. Apesar do fracasso inicial de uma insurreição cívico-militar para derrubar o sistema, nasce a partir desse movimento um novo núcleo político que recomporia as forças de esquerda. Um ano depois do indulto que coloca Chávez e seus companheiros em liberdade, em 1995 o MBR muda seu nome para Movimento 5ª República (MVR) abrigando militantes civis e passando a dirigir a criação do Pólo Patriótico, frente de todas as organizações e partidos de esquerda e nacionalistas que começou a preparar-se para as eleições presidenciais de 1998. Chávez ganha as eleições em dezembro com quase 60% dos votos. Sua principal bandeira: convocar uma Assembléia Constituinte que sepultasse de vez o velho e apodrecido regime.

A idéia central era varrer os representantes políticos e militares da oligarquia das instituições, modificando sua essência e seu controle, o que Chávez passou a denominar de uma verdadeira "Revolução Política pacífica e democrática". Chávez cumpriu com todos os rituais eleitorais seguindo as normas democráticas que regem o exercício do poder. Três grandes referendos populares foram realizados em 99: um primeiro que convocou a Constituinte; um segundo que elegeu a sua composição (dando ao Pólo Patriótico 121 das 128 cadeiras); e um terceiro que referendou o apoio popular à nova Carta. Finalmente um quarto referendo teve lugar ainda no ano passado quando foram realizadas eleições gerais – convocadas pela própria Constituição aprovada – em todo o país e em todos os níveis: de vereador a Presidente da República. Vale destacar aqui que provavelmente Chávez é o primeiro presidente

latino-americano, legitimamente eleito, que submeteu seu mandato a novas eleições com apenas um ano e meio de governo.

Ao longo do ano de 1999 o debate político foi renovado e aberto ao povo: todos discutiam a nova Constituição e, em pouco tempo, os exemplares da nova carta vendidos a preços populares nas bancas de jornais se esgotavam. O presidente afirmava que havia cumprido o prometido, respeitando as prioridades colocadas na campanha: primeiro o político e o social, depois o econômico. Obviamente é pelo flanco econômico que a oposição a Chávez centra o seu ataque, amplamente apoiada pela mídia. O poder de velhos grupos econômicos e a pressão internacional ainda são muito fortes.

A nova Constituição venezuelana traz consigo mudanças radicais no ordenamento institucional e político do país. Seu inovador capítulo referente à "Democracia Participativa e Protagônica" traz dispositivos que garantem não apenas a representação indireta, mas a participação direta nas decisões públicas, chegando até mesmo à possibilidade de revogação de mandatos. Seus principais mecanismos são: o voto, o plebiscito, o referendo, a consulta popular, o "cabildo" aberto, a iniciativa constitucional, a iniciativa constituinte, a iniciativa legislativa, a assembléia de cidadãos e a revogação de mandato. A organização do poder público e da federação também trouxe definições importantes, sempre preservando a idéia de unidade nacional e a responsabilidade do governo federal em apoiar os entes descentralizados e fomentar a distribuição equânime de recursos (através de um Fundo de Compensação Territorial administrado por um Conselho Federal de Governo). O capítulo referente aos Direitos Sociais e das Famílias também é bastante amplo e inovador, contribuindo para a constituição de um efetivo Estado de Bem Estar Social. Cabe destacar o artigo sobre o Trabalho – considerado como um fato social que deve gozar da proteção do Estado – l, ao contrário das demais reformas constitucionais latino-americanas, vê ampliados os seus direitos e garantida a sua regulamentação. Fica estabelecido constitucionalmente uma jornada de trabalho de não mais de oito horas diárias e de não mais de quarenta e quatro horas semanais. Outra "heresia" cometida pela constituição venezuelana, diante da desregulamentação e da flexibilização do trabalho imposta em quase todos os países, é a garantia da estabilidade no trabalho, com disposições que limitam a dispensa não justificada. A

liberdade sindical e as convenções coletivas de trabalho também são garantidas.

No capítulo sobre Direitos Econômicos, o Estado garante a iniciativa privada, não permitindo, entretanto, os monopólios. A cartelização é considerada um ilícito econômico. O direito à propriedade também é garantido. As formas associativas de caráter social e participativo, como as cooperativas, são estimuladas, enfatizando o trabalho associado com um caráter gerador de benefícios coletivos. A economia popular e alternativa é protegida e promovida pelo Estado.

O novo modelo de Desenvolvimento é sintetizado no seguinte trecho do texto constitucional[3]: "A experiência arrojada pela crise dos últimos 20 anos impõe uma aguda reflexão sobre o planejamento do desenvolvimento que deve ser proposto para lograr a recuperação da qualidade de vida da população, rompendo as limitações que impuseram a cultura do consumismo, a improdutividade, o desperdício e a corrupção. Em termos mais concretos, está colocado que diante de um contexto macroeconômico de decrescimento e instabilidade, com um escasso desenvolvimento dos setores produtivos, gerador de inflação, desemprego e conseqüentemente de pobreza, se requer uma mudança estrutural, que numa primeira fase criará as bases para superar esse círculo vicioso, transformando-o em um círculo virtuoso caracterizado pelo crescimento econômico, baixa inflação, geração de emprego, em síntese melhor qualidade de vida mediante uma reorganização profunda do modo de produção, distribuição e consumo, impulsionado por uma expectativa superior de refundar a Nação."

Breve balanço da economia venezuelana

Nos últimos vinte anos, os recursos do petróleo (principal vetor da economia) foram utilizados pelos poderes público e privado (Estado e empresários) para criar uma fabulosa rede de corrupção. Ao invés de industrialização, criou-se uma economia essencialmente mercantil. A queda nos preços do petróleo a partir dos anos 80 levou a uma crise fiscal, conduzindo esse modelo à bancarrota. As tentativas de

[3] Que possui a seguinte epígrafe: "Fazer convergir a mão invisível do mercado com a mão visível do Estado, em um espaço onde exista tanto mercado quanto seja possível e tanto Estado quanto seja necessário".

compensação foram o aumento de impostos, a desvalorização cambial e o endividamento público. O serviço da dívida passou a representar 30% do orçamento nacional com as elevadas taxas de juros para atrair investidores que financiassem o buraco nas contas públicas, estrangulando de vez a economia. O PIB *per capita* caiu 20% entre 78 e 98.

Evidentemente a ruína foi seletiva: o setor privado, outrora beneficiado com a transferência de renda petroleira, passou a ser aquinhoado com os juros pagos aos compradores de títulos públicos. Mais de 30 bilhões de dólares foram levados para o exterior entre 84 e 98 (mais que suficiente para liquidar a dívida externa Venezuelana estimada em 23 bilhões de dólares). Os governos que antecederam Chávez fizeram seguidos acordos com o FMI orientados por medidas que garantissem a solvência do Estado diante dos credores.

As já conhecidas medidas e conseqüências desse modelo neoliberal também tiveram seu impacto na Venezuela: o reajuste das tarifas públicas; o corte das verbas sociais e a privatização das empresas, entre outras, provocaram um empobrecimento da população com a conseqüente deterioração e polarização social: apenas 10% de uma população de 22 milhões estavam incluídos no país do petróleo e das finanças.

Nos últimos 20 anos o salário real perdeu 48% do seu valor real, derrubando em 25% o consumo *per capita*. O nível do desemprego subiu de 4% para 11%. A mão de obra informal subiu de 31,6% para 49,5%. A taxa de desocupação atingiu 26% das mulheres e 22% dos jovens com menos de 24 anos. O país virou um enorme acampamento: com o fluxo migratório acelerado (sobretudo para Caracas), a capital e também as principais cidades transformaram-se em camelódromos a céu aberto.

Atualizando esse quadro, o Balanço Preliminar das Economias da América Latina e Caribe publicado em dezembro de 2000 pela CEPAL, indica que a economia venezuelana sai do quadro de profunda recessão em que se encontrava até 1999. Essa recuperação é atribuída, em boa medida, aos elevados níveis alcançados pelo preço do petróleo. O PIB recuperou parte da perda de mais de 6% e cresceu em cerca de 3,5%. Essa recuperação foi resultado, sobretudo, segundo a CEPAL, de uma política fiscal expansiva possibilitada pela maior receita procedente da venda de derivados de petróleo. Num contexto de

folga externa, o balanço de conta corrente registrou um volumoso superávit e a política cambial contribuiu a limitar as pressões sobre os preços internos. A inflação diminuiu pelo quarto ano consecutivo, situando-se em torno a 14% no ano de 2000.

Uma parte da receita petroleira foi destinada ao recém-criado Fundo de Investimento para a Estabilização Macroeconômica, que cresceu para 3 bilhões e 600 milhões de dólares ao final de 2000. Outra parte contribuiu para a expansão do gasto público. Apesar dessa expansão (que vai contra as políticas dominantes de ajuste fiscal restritivas do gasto público), o setor público em seu conjunto obteve um superávit equivalente a mais de 3% do PIB. O aumento relativo do gasto público foi particularmente acentuado no governo central. Cresceram os gastos de capital e as despesas correntes. Contribuíram também o aumento de 20% dos salários e das aposentadorias, que se traduziu em um crescimento das transferências às entidades administrativas e à seguridade social. Dessa forma, as contas do governo central fecharam com um déficit de cerca de 1% do PIB. A maior parte das necessidades de financiamento, principalmente no início do ano (2000), foram cobertas com endividamento interno (na forma de bônus da dívida pública nacional), ainda que esse montante (em torno de 6% do PIB) foi muito inferior ao ano anterior (1999).[4] Além disso, o governo recorreu aos mercados de capitais externos, o que não acontecia desde 1998. No entanto, o percentual da dívida pública externa sobre o PIB – que em 1995 atingia a 57% – continuou sua tendência decrescente, situando-se em torno de 19% em meados de 2000.

O superávit do setor público se traduziu em um considerável aumento dos seus depósitos no Banco Central da Venezuela (BCV), o que permitiu drenar liquidez ao sistema financeiro e contrarrestar pressões sobre o bolívar. As taxas de juros continuaram baixando, reduzindo ainda mais a margem entre o custo e o rendimento do dinheiro. O bolívar se manteve sempre dentro da banda cambiária fixada pelo BCV. A fortaleza da moeda nacional, respaldada pela receita petrolífera, se refletiu na sua permanência por debaixo da paridade centra de dita banda, expressa em bolívares por dólar norte-americano.

O PIB recuperou-se, estimulado sobretudo pelo gasto do setor público (que aumentou em mais de 11% em termos reais no primeiro semestre de 2000), em resposta à demanda agregada e às exportações. O programa de

[4] A CEPAL não especifica quanto.

obras públicas, apesar de registrar atrasos, no segundo semestre dinamizou o investimento e a atividade econômica, que também se viu favorecida pela estabilização política após as eleições.

O ritmo de desvalorização nominal do bolívar foi similar ao do encarecimento dos produtos importados. Sua moderação refletiu-se em uma desaceleração da inflação, que ao final de novembro situava-se em 14%.

As condições no mercado de trabalho melhoraram. Por um lado, o aumento decretado dos salários nominais foi superior à inflação. Por outro, a reativação econômica permitiu reduzir a 13% no terceiro trimestre a taxa de desemprego, que superava 15% no início do ano. Nesse resultado influiu também o aumento da renda e do consumo, que estimulou o emprego informal.

As contas externas registraram um máximo histórico, dada a afluência de divisas procedentes das vendas de petróleo. As demais vendas externas também cresceram a um ritmo de quase 30% durante a maior parte do ano. O valor total das exportações de bens chegou a 34 bilhões de dólares.

Também a importação de bens se recuperou consideravelmente, crescendo mais de 30%, chegando ao final do ano a quase 15 bilhões e meio de dólares. Com isso, o superávit de conta corrente resultante se aproximou dos 14 bilhões de dólares, equivalentes a quase 13% do PIB. A balança financeira fechou com um déficit de cerca de 7 bilhões e meio de dólares, atribuída principalmente aos pagamentos para amortização da dívida externa e a saídas de capital privado, estas últimas especialmente no primeiro semestre. Apesar de volumoso, o investimento estrangeiro direto (de quase 3 bilhões e meio de dólares) não foi suficiente para compensar as saídas por outros conceitos. Com saldo positivo, a balança global de pagamentos registrou um excedente de cerca de 6 bilhões e meio de dólares. Em dezembro de 2000 o BCV detinha mais de 17 bilhões de dólares de reservas internacionais, equivalentes a dez meses de importações. A essas reservas cabe agregar as acumuladas no Fundo de Investimento para a Estabilização Macroeconômica.[5]

Os principais Indicadores Econômicos são sintetizados em quadro a seguir, comparando os anos de 1998, 1999 e 2000.

[5] Todos os dados e informações relativas a 2000 foram retiradas de documento em espanhol "Balance preliminar de las economias de América Latina y el Caribe", preparado pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) em dezembro de 2000.

Sbkbwrbi^7 mofk`fm^fp fkaf`^alobp b`lk÷ j f`lp

	1998	1999	2000 *
PIB	0.2	-6.1	3.5
Preços ao consumidor	29.9	20.0	14.2
Tipo de cambio real efetivo**	-11.3	-10.4	-1.3
Relação do intercambio	-27.9	33.3	44.1
		Percentuais	
Taxa de desemprego	11.3	14.9	14.6
Resultado fiscal/PIB	-6.6	-1.2	3.4
		Milhões de dólares	
Exportações de bens e serviços	19.021	22.155	36.050
Importações de bens e serviços	19.870	15.445	20.855
Saldo em conta corrente	-2.562	5.358	13.895
Conta de capital e financeira	-370	-4.324	-7.515
Balança global	- 2.932	1.034	6.380

Fonte: Ap°ndice Estat²stico (IN: CEPAL, 2000)

*Estimativas preliminares

** Uma taxa negativa significa uma aprecia-«o real.

A Venezuela e a integração regional

Alguns antecedentes históricos[6]

A recuperação de alguns antecedentes na criação de instâncias de integração no continente latino-americano evidencia algumas possibilidades perdidas, a diversidade dos aspectos em pauta – muitos dos quais hoje desconsiderados como os sociais – e dificuldades encontradas, muitas delas não superadas até hoje.

A primeira organização relevante no processo de integração econômica latino-americana, da qual fez parte a Venezuela, foi a ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio), constituída em 1960 através da assinatura do Tratado de Montevidéu e que incorporava dez países da América do Sul e o México. Tratava-se de um mecanismo mais flexível e menos ambicioso de aproximação a uma Zona de Livre Comércio através de negociações de preferências comerciais por lista de produtos. Esse mecanismo foi adotado tratando de levar em conta

[6] Estes Antecedentes tiveram como fonte de consulta o "Guia de la Integración de América Latina y el Caribe 1999", editado pelo SELA (Sistema Econômico Latino americano), com apoio da UNESCO.

as diferenças no nível de desenvolvimento entre os países e as dificuldades para abandonar as práticas restritivas de comércio que caracterizavam suas políticas nacionais. Cabe mencionar o tratamento especial dado aos países de menor desenvolvimento relativo (Equador, Bolívia, Uruguai e Paraguai) na concessão de preferências. Também se tomou em conta a situação dos países considerados de tamanho intermediário, chamados de "mercado insuficiente' (Colômbia, Chile, Peru e Venezuela). Em 1968 tentou-se implantar um sistema de reduções tarifárias automáticas, cujo não cumprimento generalizado levou a uma perda de dinamismo da ALALC. A partir daí pensou-se na negociação de um novo tratado que resultasse mais "realista" e que pudesse "salvar" os avanços obtidos: o chamado "patrimônio histórico". Essas negociações culminaram com a assinatura de outro Tratado de Montevidéu em 1980 e a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) que passou a substituir a ALALC.

Tratando de suprir as deficiências percebidas na ALALC como instrumento em direção a um mercado comum, os países considerados de "mercado insuficiente' ou de menor desenvolvimento relativo situados na região andina assinaram o Acordo de Cartagena em 1969 e criaram a Corporação Andina de Fomento (CAF) no mesmo ano. Constituía-se assim o Grupo Andino, que contemplava mecanismos acelerados e restritos de integração, que incluíam um tratamento comum do investimento estrangeiro além de um Programa de Desenvolvimento Industrial Conjunto. A decisão de estabelecer um regime comum de tratamento ao investimento estrangeiro tratava de fortalecer a participação das empresas nacionais no mercado sub-regional e a formulação de "direitos e obrigações" dos investidores estrangeiros. Com isto se permitia reservar a empresas nacionais ou "multinacionais andinas' setores que se considerassem estratégicos ou suficientemente atendidos pelo investimento subregional. Os aspectos institucionais do Acordo de Cartagena - estabelecendo uma órgão executivo independente dos governos nacionais - introduziam elementos de supra-nacionalidade que se constituíram em uma inovação no âmbito latino-americano. Para financiar os programas conjuntos de desenvolvimento industrial, além da infraestrutura necessária para acelerar a integração, foi criada a Corporação Andina de Fomento (CAF) antes mesmo da assinatura do Acordo de Cartagena.

Em 1975, criou-se, na área monetária, o Fundo Andino de

Reserva (FAR) para o financiamento de problemas de balança de pagamentos, que posteriormente foi aberto a membros "extra sub-regionais" sob o nome de Fundo Latino-Americano de Reserva (FLAR).

Ainda para a interpretação da legislação andina e a solução de controvérsias foi criado em 1979 o Tribunal Andino de Justiça.

Cabe, ainda, destacar a riqueza institucional do Grupo Andino, cujo intercâmbio foi muito além dos aspectos comerciais e econômicos, criando diversos acordos de cooperação, entre os quais se destacam os Convênios "Andrés Bello" em Educação; "Hipólito Unanue" em Saúde; e "Simon Rodríguez" em Assuntos Sociais. Com caráter auxiliar foram criados conselhos trabalhistas e empresariais andinos. Finalmente, estabeleceu-se o Parlamento Andino como foro dos parlamentos nacionais.

Apesar de toda essa riqueza e diversidade institucional, o Grupo Andino encontrou obstáculos para o desenvolvimento de seu programa "acelerado" de integração, particularmente por conta das negociações em torno à vinculação dos programas conjuntos de desenvolvimento industrial com a redução automática de tarifas. Não se pode deixar de mencionar, entretanto, os obstáculos oriundos de mudanças políticas radicais como foi o golpe militar no Chile em 1973, que provocou a sua retirada em 1974, sobretudo em função da vigência do regime comum sobre investimentos estrangeiros que encontrava fortes resistências em círculos financeiros internacionais.

Posteriormente, a crise da dívida e os problemas de balança de pagamentos dos países membros provocaram, nos anos 80, um não cumprimento generalizado das obrigações contraídas no marco do Acordo de Cartagena, as quais foram "flexibilizadas" no Protocolo de Quito em 1987. A partir daí o Pacto se revitaliza apenas através do incremento do comércio intra-sub-regional.

Pode-se ainda mencionar alguns antecedentes considerados como "indiretos" no processo de integração regional, como foi a criação de alguns organismos internacionais de alcance hemisférico ou mesmo mundial, particularmente após a segunda guerra mundial. É o caso da OEA e das Nações Unidas consideradas instituições que contribuíram para a promoção de projetos de alcance regional e a adoção de posições conjuntas, embora se possa criticar muitas vezes o mérito dessas posições além da evidente intencionalidade política dos EUA, especialmente no caso da OEA.

No marco da OEA, o presidente do Brasil Juscelino Kubitschek propôs, em 1957, a "Operação Panamericana", um programa de cooperação multilateral para o desenvolvimento da América Latina.

Nessa direção, foi criado em 1959 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) integrado originalmente pelos países latino-americanos e pelos EUA. Seu primeiro presidente costumava chamar a instituição recém criada de "Banco da Integração Latino-Americana'. Por sinal foi criado pelo próprio Banco o "Instituto de Integração Latino-Americana" com sede em Buenos Aires.

Ainda com esse "espírito", e sempre baixo a "liderança" norte americana, foi criada em 1961 a famosa "Aliança para o Progresso" pelo também famoso presidente Kennedy. O tratado firmado em Punta Del Este, Uruguai, estabelecia um programa de desenvolvimento econômico e social para os países latino-americanos baseado em reformas tais como a tributária e a agrária, programa esse financiado pelos EUA e por organismos multilaterais.

Já em 1967, sob a presidência de Lyndon Johnson, foi firmada, também em Punta Del Este, uma declaração mediante a qual os países latino-americanos se comprometiam a formar um mercado comum latino-americano para 1985.

A criação das Nações Unidas (ONU) em 1945, e a posterior criação de agências regionais em áreas especializadas como a UNESCO (para a Educação, Ciência e Cultura) e a FAO (para a Alimentação e a Agricultura) contribuíram para a formulação e implementação de projetos de alcance regional. Sem dúvida merece destaque a criação da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) em 1948, considerando o seu papel protagônico na formulação teórica de alternativas de desenvolvimento para a região e no apoio técnico ao processo de integração latino-americana.

Antes de avançarmos cronologicamente, cabe lembrar a existência de alguns organismos "propriamente latino-americanos". Na década de 50 um dos primeiros a estabelecer-se foi o Centro de Estudos Latino-Americanos (CEMLA), com sede no México. Os Bancos de Fomento da produção também criaram posteriormente uma Associação Latino-Americana de Instituições de Desenvolvimento (ALIDE). Em outros setores específicos também foram criadas instituições regionais, como a Organização Latino-Americana de Energia

(OLADE). Merece destaque a criação da CECLA (Comissão Especial de Coordenação da Latino-América), mecanismo de coordenação entre países latino americanos a partir da 1ª reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e do Desenvolvimento) em 1964. A CECLA não apenas permitiu o desenvolvimento de posições e critérios comuns latino-americanos como também assumiu um papel de liderança na adoção de uma plataforma conjunta dos países "em desenvolvimento" nos temas de comércio e desenvolvimento. Em 1969 foi aprovado o "Consenso de Viña Del Mar", no Chile, que dizia respeito às relações da América Latina com os EUA. Este possivelmente foi o nosso único "Consenso anti-Washington" firmado entre países latino-americanos.

Ainda com relação à CECLA cabe destacar que ela é um antecedente direto da formação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), primeiro organismo "exclusivamente latino-americano" que agrupou a todos os países da região, criado em 1975 na assinatura do Convênio do Panamá e que tem sua sede em Caracas. Tendo em vista que a CECLA era um mecanismo temporal, pensou-se na necessidade de criar uma organização permanente para a coordenação de posições conjuntas em foros econômicos internacionais. A esta função se agregou a de cooperação em programas conjuntos de desenvolvimento entre dois ou mais países, através dos chamados Comitês de Ação. Aspirava-se, assim, dotar de maior flexibilidade o processo de integração, promovendo ações de vinculação aberta que complementariam os tratados de integração em andamento. Motivado pela crise da dívida nos anos 80 criou-se o "Consenso de Cartagena", grupo que aspirava formular uma plataforma comum latino americana para a negociação da mesma. Com uma visão mais ampla e de caráter político, formou-se em 1987 o "Grupo dos Oito", integrado por chefes de Estado e de Governos, o qual posteriormente foi ampliado e denominado "Grupo do Rio". Este grupo se propõe a ser um mecanismo de consulta e cooperação, tratando também de "zelar" pela manutenção da democracia na região e "coordenar posições" sobre relações externas da América Latina. Está composto por dez países sul-americanos, Panamá e México, um representante da América Central e um do Caribe.

No âmbito político parlamentar foi criado, em 1963, um foro que tem como finalidade agrupar os parlamentos latino-americanos,

o PARLATINO (Parlamento Latino-Americano), e que diz fomentar os princípios da democracia, da não intervenção e da soberania. Atualmente tem sua sede permanente em São Paulo, Brasil.

Voltando à participação dos organismos multilaterais, com forte presença norte-americana, e avançando mais no tempo, temos já em 1994 (em Miami, nos EUA) , a "Cumbre de las Américas" na qual se decidiu avançar em direção à formação de uma Área de Livre Comérico das Américas (ALCA). A OEA e o BID, junto com a CEPAL da ONU, foram designadas para formar um Comitê Tripartite de apoio aos estudos que embasariam a formação da ALCA.

A segunda "Cumbre" realizou-se em 1998 em Santiago do Chile. Nela se seu início formal às negociações da ALCA e se adotou uma Declaração e um Plano de Ação bastante amplos em termos da abrangência dos temas, tratando de constituir uma "agenda" para a ação dos países do hemisfério durante os próximos anos. O Plano de Ação inclui a educação, a democracia, a justiça e os direitos humanos, a integração econômica e o livre comércio, bem como a erradicação da pobreza e da discriminação.

Os atuais acordos e instâncias de integração regional e a participação da Venezuela

Existem hoje na América Latina e no Caribe quatro grupos sub-regionais de integração que aspiram a formar mercados comuns com unidades tarifárias: o MERCOSUL, a Comunidade Andina (da qual participa formalmente a Venezuela), o Mercado Comum Centro-Americano e CARICOM (Caribe).

Além desses blocos, existe a Associação Latina-Americana de Integração (ALADI), que mantém uma área de preferências econômicas e trata de lograr a convergência dos esquemas sub-regionais.

Dois acordos adicionais reúnem a países membros de diferentes acordos de integração: o Grupo dos Três (do qual faz parte a Venezuela, a Colômbia e o México) e a Associação de Estados do Caribe (AEC).

Outro grupo, de alcance "extra-regional" está conformado pelos países signatários do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, cujo nome já indica uma não aspiração de formação de um mercado comum ou união tarifária.

Os acordos bilaterais são numerosos, firmados, em grande parte, na década de noventa. Contemplam metas ambiciosas de liberalização do comércio, acrescentando-se, em alguns deles, compromissos respeito aos investimentos. No marco da ALADI estes acordos, denominados de Complementação Econômica (ACE) são atualmente em torno de 31, dos quais 17 foram assinados nos últimos sete anos. (Ver em anexo quadro: acordos comerciais bilaterais latino americanos).

Desde 1996 se realizam contatos entre o Grupo Andino e o Mercosul, contemplando tanto a possibilidade de que cada país andino negocie diretamente com o bloco do sul, como as negociações entre os dois grupos como blocos.

Além dos acordos bilaterais mencionados cabe destacar que tanto a Venezuela quanto a Colômbia mantêm esquemas de comércio preferencial com os países do CARICOM (Zona do Caribe).

A proliferação de grupos, tratados e acordos bilaterais, trilaterais e sub-regionais cria, segundo alguns, incertezas nos "agentes econômicos" e conduz a certas incoerências. A CEPAL as exemplifica da seguinte maneira: "O tratado de livre comércio do Grupo dos Três ignora os acordos de complementação econômica (ACE) do Grupo Andino, bem como o acordo firmado entre México e Costa Rica prescinde dos compromissos previstos pelo Sistema Tarifário Centro-americano (SAC). No acordo entre Chile e Mercosul se exime ao primeiro da obrigação de aplicar o ACE do bloco. Os três acordos mencionados exemplificam, por um lado, o afã de alguns países de acessar a novos mercados através de convênios preferenciais, e por outra, a extrema flexibilidade que se imprimiu aos esquemas regionais e sub-regionais para assegurar a sua permanência. Na própria ALADI se teve que reinterpretar o marco jurídico, já que para o ingresso do México no TLC foi necessário aceitar que os países membros já não estejam obrigados a estender automaticamente aos demais as concessões outorgadas aos países membros". [7]

No chamado âmbito hemisférico, em dezembro de 1994 trinta e quatro países se reuniram nos EUA na chamada "Cúpula das Américas", iniciando um diálogo para a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. Sua extensa pauta, que além do acesso aos mercados contempla uma variedade de temas como serviços,

[7] Ver SELA 1999, op. cit.

investimentos, direitos de propriedade intelectual, entre outros, deveria ser negociada até o ano de 2005. Além de reuniões de âmbito ministerial das áreas de comércio dos países, se instituiu um Comitê Tripartite (de apoio "técnico") composto pela OEA, o BID e a CEPAL.

As negociações em curso são regidas pelos seguintes princípios básicos:

- A ALCA estará baseada nos acordos sub-regionais e bilaterais existentes.
- As obrigações assumidas para promover o livre comércio no hemisfério serão consistentes com aquelas assumidas no marco da OMC.
- A ALCA não imporá barreiras a outros países e evitará a adoção de políticas que possam afetar o comércio do hemisfério de forma "adversa".
- Serão consideradas as marcadas diferenças existentes entre o grau de desenvolvimento e o tamanho das economias do hemisfério.
- O resultado das negociações da ALCA constituirá um compromisso único compreensivo (single undertaking) que incorpora os direitos e obrigações que sejam acordados mutuamente.
- A ALCA pode coexistir com acordos bilaterais e sub-regionais na medida em que os direitos e as obrigações previstos em tais acordos não estejam cobertos ou excedam os direitos e obrigações da ALCA.
- Os países poderão negociar e aderir à ALCA individualmente ou como membros de um grupo de integração sub-regional que negocie como uma unidade. (Ver em anexo quadro da Venezuela na ALCA)

Finalmente foi realizada em abril último, na cidade de Québec, no Canadá, a Cúpula das Américas 2001, que produziu uma declaração final dos presidentes dos países participantes, inclusive da Venezuela. Esta, por sua vez, fez algumas restrições, sobretudo no que se refere à ingerência nos assuntos internos dos países latino americanos proposta sob o argumento de "fiscalizar as democracias" no continente. (Ver declaração de Québec em anexo).

Cabe destacar - como contraponto - que paralelamente às gestões da ALCA, se propôs (ainda em 1993 como idéia lançada pelo Brasil) a criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), a qual não deu lugar a discussões formais nem responde a um projeto elaborado tal como se deu com a ALCA. Foram concretizadas algumas

negociações parciais a um ritmo bem menos acelerado que as que se desenvolveram no plano hemisférico.

No âmbito regional os obstáculos se situam nas negociações ainda em curso entre a Comunidade Andina e o Mercosul, que incluem um Acordo de Preferências Tarifárias e um Acordo de Livre Comércio que deveria entrar em vigência em 2000.

Dessa forma, apesar da proximidade regional e maior similitude quanto aos níveis de desenvolvimento, os países da ALCSA possuem entre si fluxos comerciais menos significativos que os da ALCA, cujos interesses impõem ritmos bem diferenciados nas respectivas negociações. (O comércio intra-sub-regional ainda não supera uma quarta parte do total, enquanto que o intercâmbio com os EUA na maioria dos casos supera essa proporção).

Evidentemente ao compararmos os grupos ou blocos regionais quanto à sua população, PIB e comércio exterior encontramos enormes diferenças, sobretudo se incluirmos o Tratado da América do Norte. Cabe registrar que a participação deste grupo no total hemisférico significa 87% do PIB e 83% do comércio exterior, dado o peso dos EUA (77% do PIB e 61% do comércio exterior).

Ao considerarmos somente América Latina e Caribe, temos outra configuração da composição do PIB e do comércio exterior por sub-regiões. O México é considerado como uma sub-região, dado não apenas o seu tamanho relativo, mas sobretudo a sua localização.

A distribuição dos diferentes blocos e países por População, PIB e Comércio Exterior, com destaque para a Venezuela, está agrupada nos seguintes quadros:

Ao compararmos a participação relativa da Venezuela e do Brasil no total do PIB e da População da América Latina temos a seguinte situação:

- O PIB *per capita* do Brasil (4.400) é superior ao da AL enquanto que o da Venezuela (3.020) fica abaixo da média latino americana (3.756).
- Em termos populacionais, o Brasil possui 33,6% da população latino-americana enquanto que a Venezuela tem apenas 4,64%.
- Já em termos da participação no PIB total latino-americano, o Brasil participa com 39,33% (acima da sua participação populacional)

e a Venezuela com somente 3,73% (abaixo da sua participação populacional).

Por outro lado, a participação da Venezuela no volume total do Comércio Exterior na América Latina é expressiva, sobretudo frente às participações acima apontadas: vemos que ela responde por 5,46% do volume total do comércio latino americano, enquanto que o Brasil participa com apenas 17,47%. Ao compararmos, ainda, o peso das exportações nos respectivos volumes totais de comércio exterior temos que o peso proporcional da Venezuela (71,77%) é muito superior ao do Brasil (46,74%) e ao da América Latina (45,34%), evidenciando uma situação diferenciada em termos de balança comercial superavitária.

No interior do Bloco Andino é evidente sua participação amplamente majoritária no volume total do comércio (39,06%), o que se torna absoluto quando se trata das suas exportações que respondem pela metade (50,65%) do total dos países do bloco.

Posição e perspectivas da Venezuela frente ao processo de integração regional ou as possibilidades de uma integração não subordinada

Apesar de pertencer formalmente apenas ao Bloco Andino, onde sem dúvida, tal como se evidenciou pelos dados acima apontados, assume uma posição de destaque, a Venezuela vem fazendo uma série de movimentos em direção à integração com outros blocos regionais, sobretudo o MERCOSUL.

Malgrado sua posição crítica - sobretudo com relação aos EUA - a Venezuela também tem participado das últimas reuniões da ALCA, particularmente na última das Américas em Québec em abril último, posicionando-se firmemente contra a antecipação da sua implantação e assumindo, sozinha, a posição contrária à suposta "supervisão democrática" dos EUA sobre os demais países embutida nos acordos.

Sua expressiva participação no comércio exterior regional e sua confortável posição em termos da sua balança comercial lhe dão um bom patamar de negociações com outros países da região, sobretudo em se tratando de petróleo, seu principal produto de exportação. Acrescente-se a reativação da sua economia e a estabilidade político institucional que têm aumentado a sua "credibilidade" nas negociações externas.

E é justamente aqui que reside o ponto interessante da experiência venezuelana para o debate inicial sobre a integração: o de como manter a

soberania - política e econômica - e ao mesmo tempo inserir-se num movimento regional de integração contribuindo para o seu fortalecimento.

Ao contrário da inserção subordinada da maioria dos países latino- americanos - sobretudo no que diz respeito ao cumprimento de acordos com organismos multilaterais e à subordinação à uma política de ajuste econômico que trazem enormes prejuízos para a maioria das populações desses países - a Venezuela vem demonstrando ser possível estabilizar e reativar a sua economia sem fazer draconianos ajustes fiscais e sem submeter-se a reformas estruturais impostas aos demais países. Pelo contrário, sua política de aumento do gasto público orientado para investimentos estratégicos, ao mesmo tempo em que assume a construção (até então inédita) de um Estado de Bem Estar Social que garanta um patamar mínimo e igualitário de direitos sociais garantidos na Constituição para o conjunto da população, certamente contrastam com as medidas tomadas pela maioria dos governos latino americanos na última década e meia, cujos resultados estão à vista de todos: aumento da recessão, do desemprego e da pobreza.

O processo venezuelano de aperfeiçoamento democrático, cuja expressão máxima é a sua Constituição, também contrasta, de maneira flagrante, com a crescente situação de instabilidade política e fragilidade democrática, agravadas por uma corrupção sem limites que tem desgastado mais ainda a já reduzida credibilidade das nossas instituições frente à população em geral.

O caráter do atual modelo de desenvolvimento regional tem como expressões mais visíveis a enorme desigualdade e as péssimas condições em que vive a grande maioria da população latino-americana. Isto significa que as estratégias de integração regional têm que estar associadas a projetos alternativos de desenvolvimento que contemplem a imediata (e mais do que tardia) solução de problemas incompatíveis com sociedades minimamente civilizadas, como a superação da pobreza; a oferta de serviços básicos de saúde, educação e habitação; o investimento em aparatos produtivos de bens e serviços que sejam efetivamente capazes de gerar emprego; etc. A riqueza acumulada em nossos países - e pessimamente distribuída - é mais do que suficiente para equacionar esses problemas.

O desafio colocado por experiências como a da Venezuela é o de como enfrentar todas essas questões com soberania, adotando estratégias de integração que permitam a superação das assimetrias entre países e regiões que perpetuam as desigualdades.

Bibliografia

AYERBE, L. F. *Neoliberalismo e Política Externa na América Latina*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (orgs.) *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

BENAVENTE, J. M. *Virajes y derrapajes de la economía venezolana*. Revista de la CEPAL. nº 63. Diciembre 1997.

CANO, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARRION, R.; VIZENTINI, P. G. F. (orgs.) *Globalização, neoliberalismo, privatizações. Quem decide este jogo?* 2ª. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

CEPAL. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL*. Fondo de Cultura Económica/CEPAL: Santiago de Chile, 1998.

CEPAL. *Estabilización y liberalización económica en el Cono Sur. Estudios e Informes de la CEPAL*, nº 38, Santiago de Chile, 1984.

ELISAGA, R. S. (coord.) *América Latina y el Caribe: perspectivas de su reconstrucción. Asociación Latinoamericana de Sociologia*. Universidad Autónoma de México: Ciudad de México, 1996.

PERICÁS, L. B.; BARSOTTI (orgs.) *América Latina: história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.

PLASTINO, C. A; BOUZA S, R. (orgs.) *A América Latina e a crise internacional*. Instituto de Relações Internacionais - PUC - RJ/Instituo de Estúdios de Estados Unidos-CIDE. Ed. GRAAL: Rio de Janeiro, 1985.

Revista de la Asociación Americana de Juristas. Venezuela: Nueva Constitución. Otra realidad? año 9 - nº 2 - Diciembre 1999.

SEITENFUS, V. M. P.; BONI, L. A. (coord.) *Temas de Integração Latino Americana*. Ed. Vozes/Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Petrópolis, Rio de Janeiro: 1990.

SOARES, L. T. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina. Petrópolis*, RJ: Vozes, 2001.

ULLOA, F. C. et alli. *Democracia y Desarrollo en América Latina. Colección Estudios Internacionales*. Grupo Editor Latinoamericano: Buenos Aires, Argentina, 1985.

VIZENTINI, P. F. *Dez anos que abalaram o século XX*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

VIZENTINI, P. G. F.; CARRION, R. (orgs.) Século XXI. *Barbárie ou solidariedade? Alternativas ao neoliberalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

Bibliografia venezuelana

ARMAS, A. et alli. Cultura, *Democracia y Constitución*. Monte Ávila Editores Latinoamericanos, Caracas, 1999.

CARBALLO, C. A. (coord.) *Reflexiones y propuestas en torno a la nueva Constitución*. Normativa Laboral y Seguridad Social. Fondo Editorial Nacional, Caracas, Venezuela, 1999.

CASAL, J. M. et alli. *El debate constituyente en Venezuela. Ideas para una nueva Constitución*. Fondo Editorial Nacional, Caracas, Venezuela, 1999.

COMBELLAS, R. *Que es la Constituyente? Voz para el futuro de Venezuela*. Editorial Panapo, Carcas, Venezuela, 1998.

COMBELLAS, R. *Venezuela en la encrucijada. Retos de la era pospopulista*. Editorial Panapo, Caracas, Venezuela, 1995.

FARÍA, H. J. (coord.). *Seis propuestas para rehacer a Venezuela*. Editorial Panapo, Caracas, Venezuela, 1999.

GACETA OFICIAL DE LA REPÚBLICA DE VENEZUELA. Nueva Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas, diciembre de 1999.

ORDOSGOITTI,E. A. G. (coord.). *Filosofar sobre la Constituyente*. Fondo Editorial Tropykos / Fondo Editorial de Humanidades-UCV, Caracas, 1999.

Revista Nueva Sociedad. El orden internacional del desorden mundial. N.119. junio 1992. Caracas, Venezuela.

Revista Nueva Sociedad. Estados y Actores em um Mundo complejo. nº 148, marzo-abril 1997, Caracas, Venezuela.

Revista Venezolana de Analisis de Coyuntura. Instituto de Investigaciones Econômicas y Sociales Dr. Rodolfo Quintero. Facultad de Ciências Econômicas y Sociales. Universidad Central de Venezuela. (Diversos artigos)

Revista Venezolana de Economia y Ciencias Sociales. Resistencia Popular a la Modernidad en América Latina. 2-3,abril septiembre, Caracas, 1999.

UZCÁTEGUI, L. J. Chávez: *mago de las emociones. Análisis psicosocial de un fenómeno político*. LithoPolar Ed. , Caracas, Venezuela, 1999.

Venezuela Competitiva. *Éxito venezolano. Instituciones y Gobiernos*. Caracas, 1999.

VIVAS, L. Chávez: *la última revolución del siglo. Editorial Planeta Venezolana*, Caracas, 1999.

ZAGO, A. *La rebelión de los angeles. Reportaje: Los documentos del movimiento*. WARP EDICIONES S.A. , Caracas, Venezuela, 1998.

Documentos consultados

SELA. Guía de la Integración de América Latina y el Caribe 1999. Sistema Económico Latinoamericano (SELA), 2000.

CEPAL. Balance Preliminar de las economias de América Latina y el Caribe. 2000.

CEPAL. Estudio económico de América Latina y el Caribe. 1999-2000.

Ministério de Indústria y Comércio. Dirección Gereal de Comercio Exterior. Evaluación Técnica Relaciones comerciales entre Venezuela y Brasil. Informe Preliminar. Caracas, julio de 1998.

Country Forecast. Venezuela. Updater. 1st. Quarter 2000.

Country Forecast. Venezuela. Main Report. April 2000.

Country profile 2000. Venezuela.

Country report. Venezuela. September 2000.

Ministerio Relaciones Exteriores Venezuela

Temas Internacionales

Discursos

Documentos

Notícias - Boletines

(Ver alguns selecionados em Anexos)

Constitución de la República Bolivariana de Venezuela

ANEXO I

> j áof`^7 MK? b Mlmri^þĠl
.663

	MK? MBO @>MFQ> RP aÖi^obp	MLMRI > ë è L J fieóbp	MK? J fieóbp ab aÖi^obp
>odbkqfk^	5+05-	02+/	/62+.--
?o^pfi	1+1--	.3.+1	4-6+3--
M^o^dr^f	.+52-	1+6	6+/--
Rordr^f	2+43-	0+/	.5+2--
J BO@LPRI	**2+-10**	**/-1+4**	**.+-0/+1--**
? liâsf^	50-	4+3	3+0--
@li÷ j _f^	/+.1-	04+1	5-+/--
Bnr^alo	.+2--	..+4	.4+2--
Mbor	/+1/-	/1+0	25+4--
Sbkbwrbi^	0+-/-	//+0	34+0--
@>K	**/+/00**	**.-0+0**	**/0-+---**
@lpq^ Of`^	/+31-	0+1	6+.--
Bi P^is^alo	.+4--	2+5	6+6--
Dr^qb j ^i^	.+14-	.-+6	.3+---
Elkaro^p	33-	3+.	1+---
Kf`^oĚdr^	05-	1+2	.+4--

J @@>	**.+0/3**	**0-+4**	**1-+4--**
?bif`b	/+4--	-+/	3--
Al j fkf`^	0+-6-	*	//5
Dobk^a^	/+55-	*	/52
Drf^k^	36-	-+5	25/
G^ j ^f`^	.+3--	/+2	1+.--
Pq+ Hfqqp*Kbsfp	2+54-	*	/1-
Sta. Lúcia	3.500	-	553
Pq Sfk`bkq	/+04-	*	/31
Profk^ j b	.+---	-+0	100
Qofkfa^a b Ql_^dl	0+54-	.+0	2+---
@>OF@L J	**.+422**	**2+.**	**./+/52**
Obm+Al j fkf`^k^	.+3--	4+6	./+5--
@r_^	k+a	..	k+a
@efib	1+53-	.1+1	4-+.--
E^fqf	0.-	4+0	/+0--
M^k^ j Ě	0+-5-	/+4	5+/--
LRQOLP	k+a	**10+0**	**5.+55-**

@^k^aĚ	.6+-/-	0-	236+6--
J áuf`l	0+34-	60+/	01.+4--
BR>	/5+-/-	/32	4+100+2--
K>CQ>	**/.+2-5**	**055+/**	**5+012+.--**
> j áof`^	./+232)6	**442+0**	**6+41/+032**
> j áof`^ I^ɋfk^ b @^of_b	**0+423**	**15-+0**	**.+5-1+---**

C1kqb7 ?^k`l J rkaf^i+ Absbilm j bkq Fkaf`^qlop+.665 v ?^k`l J rkaf^i T loia ?^kh >qi^p .665ß FK7 PBI >) .666) ^a^mq^al mbi^ ^rqlo^+

> j áof`^
@l j áo`fl Buqboflo mlo dormlp pr_obdflk^fp
Bumloq^þóbp b f j mloq^þóbp ab _bkp
.663 * J fiieóbp ab RP!

	Bumloq^þóbp	**F j mloq^`óbp**	**Qlq^i**
>odbkqfk^	/0+5.-	/0+43/	14+24/
?o^pfi	14+.31	20+403	.--+6--
M^o^dr^f	.+-10	0+.-4	1+.2-
Rordr^f	/+06.	0+0//	2+4.0
J BO@LPRI	**41+1-5**	**50+6/4**	**.25+002**
?liâsf^	.+-54	.+3-.	/+355
@li÷j _f^	.-+643	.0+530	/1+506
B`r^alo	1+43/	0+400	5+162
Mbor	2+//3	4+614	.0+.40
Sbkbwrbi^	**//+300**	**5+6-/**	**0.+202**
@>K	**11+351**	**03+-13**	**5-+40-**
@lpq^ Of`^	/+55/	0+54.	3+420
Bi P^is^alo	.+-/0	/+34-	0+360
Dr^qbj^i^	/+-0.	0+.13	2+.44
Elkaro^p	512	.+6//	/+434
Kf`^oĔdr^	320	.+-43	.+4/6

J @@>	**4+101**	**./+352**	**/-+..6**
G^ j ^f`^	.+014	/+6.3	1+/30
Q0fkfa^a Ql_^dl	/+123	/+/-1	1+33-
@>OF@L J	**0+5-0**	**2+./-**	**5+6/0**
Obm+Al j fkf`^k^	0+560	3+0--	.-+.60
@efib	.1+646	.3+5.-	0.+456
E^fqf	.5-	532	.+-12
M^k^ j Ě	225	/+445	0+003
LRQOLP	**.6+3.-**	**/3+420**	**13+030**
@^k^aĚ	.66+-4.	.4-+/32	036+003
J áuf`l	62+.66	64+30-	.6/+5/6
BR>	242+144	5.1+555	.+06-+032
K>CQ>	**536+414**	**.+-5/+450**	**.+62/+20-**
> j áof`^	**441+215**	**652+.20**	**.+426+4-.**
> j áof`^ I^qfk^ b @^of_b	**/3.+6-2**	**0.2+3/4**	**244+20/**

C1kqb7 ?^k`l J rkaf^i+ Absbilm j bkq Fkaf`^qlop+.6658 FK8 PBI>) .666) ^a^mq^al mbi^ ^rqlo^+

Comunidad Andina - Indicadores Generales - 1997

Población	103,9	Millones de habitantes
Producto Interno Bruto (PIB)	216,6	Miles de millones de dólares de 1990
PIB per cápita	2084	Dólares de 1990
PIB (Tasa de crecimiento)	5,2	% anual 1997
Exportaciones	38,7*	Millones de dólares
Resultado de la Balanza Comercial	7,5	Miles de millones de dólares
Reservas (1997)	8,3	Meses de Importaciones
Cambio de reservas	-4,4	Miles de millones de dólares
Flujos netos externos de capital	10,9	Miles de millones de dólares
Servicio de la deuda (1996)	27,3	Porcentaje de exportaciones de bienes y servicios
Deuda Externa (1996)	46,2	Porcentaje del PIB

Fuente: BID. Integración y Comercio en América. Agosto y Diciembre 1998.
*Estimado 1998

@l j rkfa^a >kafk^*Bumloq^`flkbp qlq^ibp b fkqo^oobdflk^ibp
%Bk j fibp ab j fiilkbp ab aÖi^obp) cl_ v mlo`bkq^gbp&

	.66-	.66.	.66/	.660	.661	.662	.663	.664	.665'
Bum qlq^ibp	0.+3	/5+3	/5+0	/6+3	01+/	05+5	12+1	14+3	05+4
Exp a @>K	.+0	.+4	/+.	/+5	0+1	1+2	1+3	2+3	2+2
% exp fkqo^ @>K,Qlq^i	1).	3	4)3	6)1	6)6	. .)5	. -)0	. .)5	.1)0

Crbkqb7 ?FA7 Fkqbdo^`fÖk v @l j bo`fl bk > j áof`^+ Af`fb j _ob .665+
'Bpqf j ^alp

@l j rkfa^a >kafk^ *Bumloq^`flkbp qlq^ibp b fkqo^oobdflk^ibp
%S^of^`fÖk Mlo`bkqr^i&

	.66-	.66.	.66/	.660	.661	.662	.663	.664	.665'
Bum Qlq^i	/3).	*6)1	*-)6	1)2	.0)2	.0)1	.4)3	1)5	*.5)3
Bum Fkqo^ @>K	/0)2	0/)4	/2)1	/6)4	/.)4	01)1	.)6	/-)4	*.)0

Crbkqb7 ?FA7 Fkqbdo^`fÖk v @l j bo`fl bk > j áof`^+ Af`fb j _ob .665+ ' Bpqf j ^alp

@l j rkfa^a >kafk^ * Bumloq^`flkbp mlo abpqfkl .665'

Composición Porcentual

Total al mundo	100
América Latina	26
Comunidad Andina	14
MERCOSUR	4
TLCAN	45
MCCA	2
CARICOM	1

Crbkqb7 ?FA+ Fkqbdo^`fÖk v @l j bo`fl bk > j áof`^+ Af`fb j _ob .665
' Bpqf j ^alp

MERCOSUR-Exportaciones por destino 1998*

Composición Porcentual

Total Mundial	**100**
América Latina	**38**
MERCOSUR	**26**
TLCAN	**17**
Comunidad Andina	**5**
MCCA	**0**
CARICOM	**0**

Fuente: BID. Integración y Comercio en América. Diciembre 1998.
* Estimados

Exportaciones destinadas a Estados Unidos 1980-1994

(Porcentajes)

	MERCOSUR	COMUNIDAD ANDINA	MCCA	CHILE	MEXICO	ALADI
1980	14.6	28.3	35.6	10.0	65.3	29.4
1990	20.8	46.3	40.1	16.2	70.5	39.5
1994	17.5	42.6	38.4	15.5	85.2	47.2

Fuente: CEPAL

Importaciones originarias de Estados Unidos 1980-1994

(Porcentajes)

	MERCOSUR	COMUNIDAD ANDINA	MCCA	CHILE	MEXICO	ALADI
1980	19.1	43.1	33.0	25.4	66.1	36.6
1990	19.2	37.8	40.1	19.5	67.1	40.1
1994	22.0	33.8	42.3	23.7	69.2	44.6

Fuente: CEPAL

Acuerdos Comerciales latinoamericanos

(Excluye grupos subregionales)

	Fecha de Suscripción
Colombia, México, Venezuela	1991
México-Centroamérica	1991
El Salvador-Guatemala	1991
México-Chile	1991
Colombia-Venezuela	1991
Colombia-Chile	1991 (1993?)
Venezuela-CARICOM	1992
Venezuela-Centroamérica	1992
El Salvador-Guatemala-Honduras	1992
Chile-Venezuela	1993
Chile-Argentina	1993
México-Costa Rica	1993 (1994?)
Colombia-Centroamérica	1993
Colombia-CARICOM	1994
Chile-MERCOSUR	1996
Bolivia-MERCOSUR	1996

Fuente: SELA. Claves de América Latina y el Caribe.1998

Anexo II

Discursos Ministro Relações Exteriores

La Política Exterior del Gobierno del Presidente, Hugo Chávez Frías

Cien días de gestión: transformar la Cancillería y relanzar la diplomacia comercial

El ministro de Relaciones Exteriores, José Vicente Rangel, ha dicho que la Cancillería venezolana se ha propuesto redimensionar la política exterior de Venezuela, acorde con los cambios políticos, jurídicos y de poder que se suscitan en el país y frente a los que dicta una dinámica mundial globalizada. Para atender estos desafíos se requiere de una política externa más audaz, que no se ocupe sólo de lineamientos políticos y protocolares, sino que esté adscrita a un esquema más realista, que sin dejar de cumplir con la naturaleza de esas funciones, le permita a Venezuela responder con propiedad a sus intereses políticos y económicos y asirse de un espacio más digno en el actual contexto internacional.

La nueva estrategia diplomática tiene su eje en cuatro áreas básicas que se denominan fachadas: la atlántica, la caribeña, la andina y la amazónica y que tienen sus puntos neurálgicos en Guyana, Brasil, Colombia y el Caribe, vecinos y socios naturales.

A otros niveles de expectativas, esa estrategia se ha proyectado hacia amigos como Estados Unidos, el mayor consumidor de petróleo venezolano, Canadá y la Unión Europea , sobre la base de las buenas relaciones políticas y económicas.

En ese contexto y a sabiendas de la importancia de ampliar el radio de acción internacional, el presidente Hugo Chávez Frías, una vez electo Jefe de Estado y previo a su asunción al poder, abonó el terreno con una avanzada de contactos internacionales que lo llevó hacia Brasil, (14 y 15 de diciembre 1998); Argentina (16 diciembre); Colombia, (17 y18 de diciembre); México, (21-22 de diciembre); España, (10-12 enero 1999); Francia, (12-13 enero); Alemania (13-15 enero); Italia, (15-16 enero); Canadá, (16 enero); Cuba (16-17 enero); Estados Unidos (27-28 enero) y República Dominicana(28 enero).

Con esa nueva visión, que busca mayor efectividad en la política externa, el Ministerio de Relaciones Exteriores está trabajando

aceleradamente, y en poco más de dos meses de gestión se ha anotado logros significativos en su agenda, que desarrolla desde varios flancos, resumidos en los siguientes términos: el relanzamiento de la diplomacia comercial, económica y financiera; la revitalización de la política de bloques regionales; una política más audaz frente a actitudes hegemónicas; y la transformación de la estructura interna de la Cancillería, imprescindible para hacer posible los cambios planteados.

Estado Promotor

La llamada "diplomacia comercial, económica y financiera", emprendida por la Cancillería responde a la política de un estado promotor de inversiones y de importaciones, dispuesto a concretar acuerdos de cooperación internacional, enmarcados en la idea de que los asuntos económicos están solidamente unidos al trabajo diplomático.

En ese sentido, el Canciller José Vicente Rangel ha reiterado que no habrá desplazamiento hacia el exterior del Presidente de la República y del Canciller, sin una participación de los empresarios, en lo que constituye una nueva política de apertura económica que el presidente de Fedecámaras, Francisco Natera, definió como "la gran oportunidad por la que venía clamando desde hace mucho tiempo el empresariado para salir afuera junto al Estado venezolano a promover sus productos y a demostrar que sí somos competitivos". Este programa ha sido atendido por centenares de empresarios.

La primera prueba en esa dirección fue la visita que realizó el ministro José Vicente Rangel a Guyana en marzo pasado, en compañía de un grupo de representantes de Fedecámaras, Fedeagro y Fedeindustria. Además de suscribirse nuevos términos para la expansión de los vínculos entre los dos países, los empresarios concretaron la firma de un Acuerdo que establece la creación de un "Consejo Binacional Empresarial", con sede en cada país.

Respondiendo a ese objetivo se están explorando planes concretos referidos a la refinación en Venezuela de azúcar guyanesa y al procesamiento de la madera producida en el país vecino, para luego exportarlas a otras naciones con las que Guyana tiene acuerdos arancelarios. Se manejan otros proyectos en materias de pesca, financiera y turística, especialmente en el campo del ecoturismo y un convenio para la construcción de una vía que conecte a Ciudad Guayana con Georgetown.

Esta provechosa visita ha sido el precedente para una política que se aplicará en las próximas giras que el Presidente Hugo Chávez Frías tiene previstas a Brasil entre el 6 y 7 de mayo y para Asia y Gran Bretaña en septiembre próximo, eventos para los cuales el sector público y el sector privado están estableciendo previamente y en conjunto las agendas a desarrollar, con el fin de ajustar, antes del arribo de la alta misión gubernamental, los aspectos fundamentales de los acuerdos que se van a suscribir.

Respecto de la visita a Brasil, el empresariado tiene en cuenta las enormes perspectivas de negocios que la nación venezolana tiene en la parte norte de esa nación, más cerca de Venezuela que del sur brasileño.

En el marco de esa apertura económica y comercial, la Cancillería recoge las opiniones y proyectos de desarrollo e inversión de todos aquellos que intervienen para incentivar el aparato productivo nacional, de manera de ir configurando un banco de datos. La información recopilada se envía a las misiones de Venezuela en el exterior, encargadas de buscar interlocutores y a las representaciones diplomáticas acreditadas ante el Gobierno Nacional.

El ministro José Vicente Rangel ha señalado que la mejor experiencia en ese empeño de darle a su despacho una proyección económica ha sido la relación con Colombia, donde los contactos ya no se limitan sólo a las discusiones sobre el Golfo, sino que han adquirido una nueva dimensión con la participación más activa del empresariado y con el incremento del intercambio comercial.

Sobre el tema de las fronteras, el Canciller también anunció la realización de reuniones periódicas con los gobernadores de los Estados fronterizos, en el ánimo de "integrar el mayor número de venezolanos en la elaboración y ejecución de la política exterior del Estado". El 7 de abril se reunió con el gobernador del Estado Zulia, Francisco Arias Cardenas.

Integración regional:

Es fundamental para la política exterior venezolana que se agilicen los procesos de integración en Latinoamérica y el Caribe, con miras a la constitución de un solo bloque regional que consolide la Unión Latinoamericana.

Demostración de ese interés ha sido la participación del

presidente Hugo Chávez Frías en la reunión del Grupo de los 15 que se celebró entre el 8 y 10 de febrero en Montego Bay, Jamaica (país miembro del Caricom), siendo el único jefe de Estado latinoamericano que fue a la cita. El presidente Chávez abogó por una mayor integración regional y sostuvo que los países en desarrollo deben trabajar unidos para salir de las crisis que afrontan.

También se inscribe en ese espíritu, la participación de Venezuela en la cumbre presidencial de la Asociación de Estados del Caribe (AEC), que se realizó entre el 15 y 18 de abril y que concluyó con un compromiso para forjar una mayor unidad política y comercial hacia el siglo XXI entre las naciones miembros. Venezuela, Colombia y México están llamadas a jugar un rol preponderante para cristalizar ese objetivo.

La unidad con el Mercosur es una de las prioridades venezolanas en materia de integración regional. El tema fue abordado por el canciller José Vicente Rangel durante la reunión del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, que se celebró en febrero pasado en Bogotá, Colombia. En el encuentro, Venezuela reafirmó su intención de integrarse al Mercosur con la Comunidad Andina de Naciones (CAN).

Otro de los eventos en esa dirección fue la reunión del Mecanismo Político de Consulta Venezuela-Brasil, que se efectuó en marzo pasado en Caracas, a objeto de impulsar las negociaciones entre la Comunidad Andina de Naciones (CAN) con el Mercosur, así como de estimular el Tratado de Cooperación Amazónica (TCA)

Planes Bilaterales

Con la mira en la integración regional, Venezuela ha dado nuevos pasos en materia bilateral que están arando el camino para la cristalización de importantes proyectos de cooperación.. Entre los más resaltantes se mencionan:

Guyana: Cumpliendo con el cometido de las llamadas "fachadas" , el Canciller José Vicente Rangel visitó Guyana en marzo pasado, en una productiva visita oficial en la que se entrevistó con la presidenta guyanesa Janet Jagan y que resultó en un impulso a las relaciones bilaterales.

Durante la estadía se suscribieron los términos de referencia de la Comisión Binacional de Alto Nivel (Coban) , los cuales propiciarán nuevas iniciativas y actividades para la expansión, fortalecimiento y

avance de los vínculos entre las dos naciones. Paralelamente empresarios venezolanos, miembros de la delegación concretaron con sus similares guyaneses el acuerdo que establece la creación de un Consejo Binacional Empresarial.

Igualmente se avanzó en la conversaciones para la suscripción de un tratado de cooperación ambiental, que permitirá la colaboración mutua para la protección de la selva en la frontera.

La presidenta Janet Jagan ratificó una invitación al Presidente de Venezuela Hugo Chávez Frías para que visite Guyana.

Estados Unidos: El 22 de abril, la Comisión de Política Exterior del Senado aprobó por unanimidad el Acuerdo con los Estados Unidos de América para evitar la doble tributación, tras un efectivo impulso en las negociaciones, efectuado por el Ministerio de Relaciones Exteriores.

Con esta aprobación, avanza una nueva etapa en las relaciones comerciales entre los Estados Unidos y Venezuela, debido a todas las implicaciones de este convenio, que indican, entre otras, la estimulación de la llegada de nuevas inversiones de empresas estadounidenses a Venezuela

Entre las ventajas logradas por Venezuela con este acuerdo está el hecho de que ahora las empresas venezolanas apenas cancelarán un 5% de impuestos en los Estados Unidos.

El tratado fue remitido por el Canciller, José Vicente Rangel, al Congreso de la República para su consideración, y el 22 de abril, la Comisión de Política Exterior del Senado lo aprobó por unanimidad. Se espera que la Cámara Plena le dé pronto el visto bueno.

Por otra parte, Venezuela ratificó el interés de ampliar y profundizar las relaciones comerciales y de cooperación con los Estados Unidos durante la visita que realizó el presidente Hugo Chávez Frías a la nación norteamericana en enero pasado. En esa oportunidad, el para entonces jefe de Estado electo, presentó su programa de estabilización económica al presidente Bill Clinton.

Respondiendo a ese interés, la Cancillería prepara una próxima gira del presidente Chávez a los Estados Unidos, donde aspira entrevistarse con sectores de la economía estadounidense.

Brasil: El vecino Brasil reviste especial relevancia para Venezuela, especialmente por su significación estratégica y en las

aspiraciones nacionales de ingresar al Mercosur, de allí que la primera visita que realizó el presidente Hugo Chávez Frías como jefe de Estado electo fue al gigante país sureño.

En ese marco de buenas relaciones, se realizó entre el 22 y 23 de abril, la VI Reunión Binacional del Grupo de Trabajo sobre Minería Ilegal entre Venezuela y Brasil, que concluyó con la aprobación de un plan de visitas a las áreas afectadas por la extracción ilegal de minerales. Se hizo énfasis en el papel que está cumpliendo el Proyecto de Zonificación Ecológico-Económico que se traduce en un Plan de Ordenamiento de Santa Elena de Uairén en Venezuela y Villa Pacaraima en Brasil.

En ese empeño de afianzar los lazos, el presidente Hugo Chávez Frías visitará nuevamente Brasil el próximo 6 y 7 de mayo, esta vez con carácter oficial. Se reunirá con su colega Fernando Henrique Cardoso, inaugurará la Cátedra Simón Bolívar en la Universidad Nacional de Brasilia y se reunirá con empresarios privados.

Colombia: Las relaciones con Colombia continúan en el primer plano del interés nacional y no obstante algunos escollos que han logrado subsanarse, a razón de buenos entendidos, se destaca la voluntad de ambas partes en la consecución de acuerdos en materia limítrofe, económica y comercial.

Parte de la política emprendida por el Ministerio de Relaciones Exteriores, en cuanto a Colombia, incluye un aspecto de gran relevancia, como lo es el de sacar el tema del Golfo de la agenda colombo-venezolana. Según el canciller José Vicente Rangel, ese es un tópico que " siempre ha envenenado las relaciones entre los dos países". A su juicio, es mucho más importante el tema de la paz y el intercambio comercial.

Venezuela ha expresado su firme voluntad para mediar en el problema de la guerrilla y trabajar por alcanzar la paz en Colombia, lo que ha ratificado el presidente Hugo Chávez Frías durante sus encuentros con su homólogo colombiano, Andrés Pastrana, en Colombia, Cuba y Santo Domingo. Un paso para aliviar tensiones fue la derogación del decreto de suspensión de garantías en la frontera, a objeto de que la presencia venezolana en vecindades cercana a Colombia no sea exclusivamente militar y policial, sino esencialmente social.

Nuevos intercambios sobre esos temas puntuales se harán durante

el encuentro que ambos mandatarios tienen previsto para el día 5 de mayo en la zona fronteriza de Ureña.

Cuba: Animado por la necesidad de entendimiento y de paz en la región, la Cancillería adversa totalmente el bloqueo a Cuba, ya que en lugar de mejorar la situación en la isla la empeora. En ese sentido, Venezuela se ha ofrecido a ser factor para limar asperezas y alcanzar acuerdos, con miras al bienestar de los cubanos.

Iran: En un evento que impulsa las relaciones entre Venezuela e Irán, socio de Venezuela en la OPEP, visitó el país el ministro de Asuntos Exteriores de la República Islámica de Irán, Kamal Kharrazi.

El funcionario suscribió el 18 de marzo de 1999, un Memorandum de Entendimiento en materia de Cooperación Bilateral con su colega venezolano, el canciller José Vicente Rangel. El ministro iraní anunció negociaciones con el Gobierno venezolano, para la firma de un acuerdo de triangulación del suministro del crudo para que cada país abastezca a sus respectivos clientes en Europa y América Latina, con la consecuente reducción de gastos de transporte.

Ucrania: Un Memorandum de Entendimiento para el establecimiento de un Mecanismo de Consulta entre las Cancillerías de Venezuela y Ucrania se firmó el 26 de abril de 1999, durante la visita del ministro de relaciones Exteriores de la nación báltica, Boris Tarasiuk. Con esa voluntad de entendimiento establecida se proyectan negociaciones para el suministro por parte de Venezuela de petróleo, bauxita y Orimulsión, y se prevén perspectivas en tecnología desarrollada en el área energética.

Acuerdos Pendientes:

En la Dirección de Tratados de la Consultoría Jurídica de la Cancillería se le ha dado celeridad a varios proyectos de acuerdos de importancia para las relaciones bilaterales, entre ellos:

- Proyecto de Convenio entre Venezuela y Colombia relativos a la detención, recuperación y devolución de vehículos.
- Proyecto de Acuerdo sobre Asuntos Marítimos entre Venezuela y Suráfrica.
- Cantidad de propiedades que el gobierno francés podría tener sobre territorio venezolano.
- Proyecto de Acuerdo entre Venezuela y Egipto para la supresión

de pasaportes y visas.

- Proyecto de Convenio en materia educativa entre Venezuela y Argentina.
- Proyecto de Protocolo de Consultas con Irán.
- Proyecto entre los miembros de la Asociación de Estados del Caribe para la Cooperación Regional en materia de Desastres Naturales.
- Proyecto de Acuerdo sobre Tráfico y Consumo de Drogas entre Venezuela y Costa Rica.
- Proyecto de Acuerdo entre Venezuela y España para Evitar la Doble Tributación.

Reivindicar la Soberanía:

El Ministerio de Relaciones Exteriores se ha propuesto reivindicar el espacio soberano de Venezuela al establecer lineamientos que no permiten la injerencia extranjera en la definición de las políticas del Estado venezolano, por más poderosos que sean los intereses en juego. Esto ha traído como resultado cambios sustanciales en posiciones que eran invariables en contextos anteriores.

Una de las acciones en ese sentido fue el voto venezolano contra la solicitud de los Estados Unidos de condenar a Cuba, Irán y China en la Comisión de los Derechos Humanos de las Naciones Unidas, realizada en Ginebra el 23 de abril, cambiando de esa manera la posición abstencionista que al respecto se venía sosteniendo en ese foro.

El ministro de Relaciones Exteriores, José Vicente Rangel, señaló que nadie tiene derecho a reclamar respeto a los derechos humanos cuando aplica un bloqueo a una nación tan pequeña como Cuba, hecho que también es "una macroviolación a los derechos humanos".

Relaciones Inter Institucionales

En el ánimo de fomentar las mejores relaciones de cooperación con los entes del Estado, el ministerio de Relaciones Exteriores y la Procuraduría General de la República establecieron un Mecanismo de Enlace y Coordinación, que permitirá darle mayor coherencia a la acción del Estado a través del trabajo y cooperación conjunta.

Operación Galileo:

Uno de los retos importantes que tiene en manos el ministro José Vicente Rangel, es el proceso de reestructuración de la Cancillería, objetivo que se está cumpliendo bajo la llamada, "Operación Galileo",

a semejanza de los movimientos de traslación y rotación planetaria, con miras a la excelencia en el personal del Despacho.

Este proceso establece la remoción de 22 Embajadores, 14 traslados al servicio interno, una jubilación, los nombramientos ya decididos en Estados Unidos, Chile, Francia e India y la permanencia de 20 Embajadores en sus cargos.

En cuanto a los cónsules habrá 18 remociones, 3 rotaciones, 5 traslados al servicio interno y 8 quedarán en sus puestos.

Entre los jefes de delegaciones y alternos se producirá una remoción, dos jubilaciones, un traslado al servicio interno y se quedan en sus puestos, los representantes venezolanos de las Naciones Unidas en Nueva York y en Ginebra.

Estas modificaciones se producen con base en un informe que señala que, del total de 609 funcionarios diplomáticos, solo el 35% ingresó por concurso. De los jefes de misión, 82% no eran de carrera, mientras que la mayor parte del personal de carrera que entró por concurso está en los niveles más bajos de la estructura. Por ejemplo 66 % de los terceros secretarios son de carrera, mientras que 71 % de los embajadores no lo son.

Por otra parte se han detectado casos de funcionarios diplomáticos que han permanecido más de 30 años sin pisar suelo venezolano.

La intención es modernizar y profesionalizar la Cancillería para establecer una política de ingresos que no sea arbitraria, con base en una mejor calidad y diversidad de expertos y con funcionarios comprometidos con una política de Estado y no de gobierno, según expresa el informe de la Cancillería.

Para cumplir con ese objetivo, está previsto los ingresos por concurso de oposición, rotación y traslados de jefes de misión y la racionalización de la nómina y el presupuesto laboral para mejorar los beneficios del personal. En la Cancillería, también se están preparando para que funcionen con efectividad tanto la rama diplomática como la rama técnica.

Se tiene pautado además impulsar la reforma a la Ley, para flexibilizar el ingreso y permitir así la entrada de profesionales jóvenes y capaces, al tiempo que se estima mejorar las condiciones de trabajo en el servicio interno, de manera de estimular a quienes se quedan y evitar así las deserciones, que ya son comunes, de gente que optan por

abandonar la Cancillería, cuando regresan , ya que las condiciones laborales en el país no les resultan favorables.

En ese sentido, existe una expectativa en relación a la posibilidad de que se igualen los sueldos del personal del servicio interno con los del servicio exterior, como un estímulo al trabajador local.

Respecto de los nuevos nombramientos, el Presidente de la República es el encargado, de acuerdo con la Constitución, de designar a los nuevos embajadores, naturalmente entre sus hombres de confianza.

Los criterios aplicados para la remoción, traslados y rotación del personal diplomático en el exterior son, entre otros: a) La ley obliga a rotar a la Cancillería a funcionarios que hayan permanecido 6 años en el extranjero y a que permanezcan por lo menos dos años en el servicio interno. b) Deben regresar al servicio interno los funcionarios con 6 años en el exterior; c) los que tuvieran dos años en el exterior y no hubieran desempeñado funciones en el servicio interno, d) quienes tengan más de dos años afuera y sus funciones en el servicio interno tengan una duración inferior al 33% de su tiempo en el MRE y e) quienes tengan más de 4 años afuera en el mismo destino.

Unidades Especializadas:

La repotenciación de la actividad diplomática, en el marco de la nueva política del Ministerio de Relaciones Exteriores, abarca además la creación de un sistema de unidades especializadas en temas de relevancia para el país, las cuales funcionan en armonía con las diferentes Direcciones Sectoriales.

Entre esas comisiones están: La Unidad Guyana, Unidad Mar Caribe, Unidad Brasil, Unidad Ambiente, Unidad de Derechos Humanos, Unidad Interinstitucional, Unidad de Drogas, Unidad de Análisis de Política Internacional, Unidad de Análisis Estratégico y la Unidad de Análisis Rápido.

Por ejemplo, la Unidad de Análisis Estratégico informa al Canciller y al Presidente de la República sobre temas sustantivos de la agenda y la Unidad de Análisis Rápido informa al Ministro y al Jefe del Estado sobre asuntos puntuales de interés diario.

Por otra parte, la Cancillería tiene una participación decisiva en la organización de las giras del Presidente de la República, a través de una metodología en la que interviene un cuerpo de comisiones que

trabajan sobre la base en los contenidos y el destino de la visita presidencial. Estos grupos están adscritos a cada una de las direcciones que correspondan por áreas geográficas.

Mediante este sistema, la Cancillería convoca a todos los entes que estén involucrados en la visita, incluyendo gobernadores, empresarios y representantes del gobierno, para la promoción de proyectos económicos y acuerdos de cooperación.

A través de este sistema, se está sacando el mayor provecho a las potencialidades del personal de la Cancillería, el cual ha sido calificado por las autoridades del Ministerio de Relaciones Exteriores, como de altísima calidad.

Desarrollo Social:

A la par de modificaciones estructurales que harán realidad los nuevos planes de la diplomacia venezolana, se ponen en práctica nuevos proyectos en el área de desarrollo social, tendentes a mejorar las condiciones de salud, educación y recreación de los trabajadores del Ministerio de Relaciones Exteriores.

Entre los nuevos proyectos está una guardería infantil -maternal- para brindar atención integral a los hijos de los trabajadores, el comedor para los funcionarios del Despacho, para lo cual ya se inició el proceso de apertura, para la licitación selectiva de empresas y se logró una nueva sede gratuita para el preescolar, lo que se traduce en ahorros para la Cancillería.

Igualmente se están revitalizando las otras áreas de bienestar social en materia deportiva, el Plan Vacacional y la Unidad Médica para la atención del funcionario, así como otros beneficios que establecen la dotación de uniformes, becas, entregas de juguetes y útiles escolares.

Logros de Venezuela en el ámbito internacional durante 2000
30 de Diciembre de 2000
Prensa MRE

El Ministro de Relaciones Exteriores José Vicente Rangel, al hacer un balance de la política internacional, precisó que Venezuela logró en el año 2000 conquistar espacios en el ámbito internacional hasta ese momento ignorados o descuidados y de está forma mundializó su polí-

tica internacional, rompiendo el cerco de una tradición caracterizada por la falta de audacia y por una visión parroquial extremadamente conservadora del protagonismo venezolano en el campo de las relaciones internacionales.

Ello contribuyó a cristalizar los procesos de integración regionales y muestra de ello es la Presidencia de la CAN a cargo de nuestro Primer Mandatario, quien asumió con un profundo sentido político y comercial la integración de los países de la Comunidad Andina de Naciones. Al mismo tiempo proyectó su política con audacia hacia el MERCOSUR, comenzando por privilegiar la relación con Brasil en el plano económico, político y cultural, extendiéndola hacia Uruguay, Paraguay y Argentina. Con el Gran Caribe aplicó también con profundidad la política integracionista, ejerciendo la Presidencia de la Asociación de Estados del Caribe.

De igual modo hacia Centroamérica, cuyo fruto es el Acuerdo Energético de Caracas, suscrito como una ampliación del Acuerdo de San José con los países de Centroamérica, Santo Domingo y Jamaica. Cabe destacar que este acuerdo se extenderá en las próximas semanas hacia Grenada, Suriname y Guyana, país que recientemente solicitó su incorporación.

El titular de Relaciones Exteriores reiteró que "este esquema integracionista permite la conformación de un polo alternativo para avanzar hacia un mundo multipolar, estrechando al mismo tiempo la relación con la Unión Europea, Estados Unidos, Canadá y Asia.

Asímismo, Rangel destacó como un logro muy importante de la política exterior y petrolera del país la realización de la II Cumbre OPEP, que reunió en Caracas a los Soberanos, Jefes de Estado y de Gobierno de los países integrantes de ese organismo.

En tal sentido, el canciller precisó que " la política internacional contó con la dirección del Presidente Hugo Chávez Frías y la instrumentación por parte de la Cancillería, para lo cual fue determinante la capacidad de movilización del Jefe de Estado, quien visitó un buen número de naciones en América Latina (Brasil, Uruguay, Perú, Bolivia, Suriname), en el Gran Caribe (Jamaica, República Dominicana, Trinidad), en Centroamérica (México, Estados Unidos, Canadá), además de la Unión Europea, los países de la OPEP, China, Malasia, Singapur, Indonesia y Filipinas.

Este dinamismo se proyectará en el 2001 con visitas a la India,

Indonesia, Irán, Arabia Saudita y Rusia. Para los primeros días del año, el primer mandatario visitará Puerto Rico, Italia y el foro de Davos (Suiza), entre otros. El canciller venezolano señaló que "el principal logro fue extender las relaciones de Venezuela.

A esto contribuyó de manera determinante el papel protagónico del Presidente de la República, quien visitó prácticamente todos los continentes. Se trata de un resultado sobresaliente, tanto por la actividad del Jefe de Estado como por la manera como proyectamos la dinámica administrativa del Ministerio. Para nosotros, la política internacional ya no es solamente lo diplomático, sino también lo comercial y lo económico. Introdujimos un cambio sumamente importante que ha empezado a producir beneficios muy satisfactorios para el país, concretados en la suscripción de acuerdos económicos y comerciales con países de una gran significación."

Sin complejos ni prejuicios ante la administración Bush

En cuanto a la relación con Estados Unidos, el titular del MRE indicó que ésta ha llegado a un nivel de plena normalización y el Presidente Chávez ha extendido su mano hacia la administración Bush, ya que se asume sin complejos ni prejuicios el cambio de administración y de partido en EE.UU. "Nosotros no somos gente marcada ni por los prejuicios ni por los complejos, no tenemos por qué satanizar a Bush y al partido Republicano, tenemos amigos en la nueva Administración, tenemos amigos en el partido Republicano, de la misma manera que hemos tenido amigos en el partido Demócrata y en la Administración Clinton.

La paz es el elemento fundamental de los derechos humanos y la integración

Fue enfático al señalar que " nosotros no concebimos adversarios políticos e ideológicos. Para nosotros, tan importante es la relación con Castro como con los Estados Unidos o Colombia". Deseamos tener buenas relaciones con todos los países del mundo, es decir, ubicar la relación en el contexto de la amistad, la fraternidad, la cordialidad para de está manera impulsar el comercio, el intercambio económico y cultural. Un rasgo fundamental de esta política lo es también la paz, es la política al servicio de la paz, de la defensa de los derechos humanos, del entendimiento con los pueblos".

En tal sentido, Rangel precisó que actualmente el país esta más

interconectado que en otras épocas. Tenemos una relación muy fecunda, muy productiva con los Estados Unidos, hemos suscrito acuerdos muy importantes. Hay una absoluta y plena normalidad. La Embajadora americana lo reconoció así, voceros importantes del Departamento de Estado también lo han reconocido. Las diferencias que hemos tenido son diferencias normales que surgen en las relaciones de los países.

Todos los países tienen problemas en un momento dado con otros países. Lo importante no es el problema sino la capacidad para resolverlos positivamente y nosotros, todas las diferencias que hemos tenido con Estados Unidos durante la gestión del Presidente Chávez, las hemos logrado resolver sin problema alguno. Lo mismo con Colombia, siempre ha habido problemas con Colombia, la vecindad trae problemas. Una frontera de 2219 kilómetros es de por sí un problema. Pero, cada vez que se ha presentado una situación difícil, la hemos resuelto en un diálogo directo con el Presidente Pastrana y con el canciller Guillermo Fernández.

Al referirse a la cuestión de exportar el actual modelo político a otros países del continente, el titular del MRE aclaró que "no estamos interesados en exportar modelos políticos, nosotros estamos concentrados en un proceso nacional. Lo que pueda proyectarse hacia el exterior no es porque esté conducido por un propósito de involucrar a otros países en este proceso sino por la simpatía que pueda generar el Presidente Chávez o el planteamiento bolivariano en cualquier país de la tierra. Igualmente, puede suceder con la política norteamericana, la cual gusta a unos o sencillamente disgusta a otros. Eso forma parte de la dialéctica política." Al respecto acotó "Venezuela por principio -yo debo reivindicar nuestra historia diplomática- ha sido un país no intervencionista, no injerencista. Tan solo estamos interesados en exportar petróleo, café, cacao y otros productos."

A juicio de Rangel, la relación con Colombia se ubica en un terreno de mutua comprensión, solventando satisfactoriamente algunas diferencias que se suscitaron en el transcurso del año. En tal sentido, manifestó que está planteada una nueva entrevista Pastrana-Chávez, así como la reactivación de las Comisiones Binacionales.

Al referirse a Guyana, el Ministro de Relaciones Exteriores informó que existe un clima de diálogo, en virtud de que ese país dejó de lado las reservas que tenía frente al Acuerdo Energético de Caracas y pidió incorporarse al mismo. Por otro lado, a comienzos del 2001, se reiniciarán

las conversaciones con el Buen Oficiante.

En lo referente a la relación con México, el jefe de la Casa Amarilla confirmó que "son particularmente cordiales y orientadas hacia un mayor intercambio económico y comercial". Finalmente, el ministro José Vicente Rangel fue enfático al señalar que la reunión del Presidente Chávez con el Presidente Fox, con motivo de la toma de posesión de éste último, definió la disposición de ambos gobiernos de acentuar las relaciones y, en la reunión Fox-Pastrana- Chávez, se acordó relanzar el Grupo de los Tres (G-3), para lo cual se realizará en México en el mes de Enero una reunión de los cancilleres de los tres países y, posteriormente, una Cumbre Presidencial Fox- Pastrana-Chávez en Caracas en el mes de marzo del 2001.

Palabras del Excelentisimo Señor Jose Vicente Rangel
Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela
Sesion inaugural de la etapa ministerial de la XXV Reunion Ordinaria del Consejo Latinoamericano

Caracas, 28 de octubre de 1999

Amigas y amigos todos:

Tengo un serio compromiso en la mañana de hoy. Por una parte, representar al Presidente Hugo Chávez, con quien regresamos hace pocas horas de un extenso viaje. El se excusa por la inasistencia y ratifica a través mío su plena solidaridad con este Organismo. Y otro compromiso es prácticamente despedir a un amigo, el Embajador Carlos Moneta, quien como todos sabemos, reúne sabiduría, honestidad y ha demostrado un gran profesionalismo en la conducción del SELA. Tal como usted lo señaló, puede tener usted la seguridad, Embajador Moneta, de que ésta seguirá siendo siempre su tierra y que ahora, como vamos a consagrar en la Constitución la doble nacionalidad, desde ya le ofrezco la nuestra.

Resulta, sin duda, un placer venir a esta casa de América Latina y el Caribe e intercambiar ideas con ustedes. El Sistema Económico Latinoamericano es la Casa de América Latina y el Caribe, ya que es el único organismo que agrupa de forma exclusiva a los países de la región y congrega a casi la totalidad de ellos, lo que ha posibilitado la coordinación de ideas y posiciones sobre temas y problemas tanto

regionales como extrarregionales.

Tiene lugar este XXV Consejo Latinoamericano en un contexto particularmente interesante para la región Latinoamericana y del Caribe. Las realidades y retos que justificaron su creación siguen aún vigentes, o mejor dicho, aún más vigentes. Ha cambiado, sin duda, la percepción que tenemos de esos problemas. Esta sola circunstancia debería hacernos meditar sobre el papel que deseamos otorgar al Sistema Económico Latinoamericano.

El contexto regional actual presenta ciertas características que conviene abordar aunque sea de manera muy parcial. La integración Latinoamericana, idea acariciada durante décadas como el esquema ideal de vinculación regional, pareciera hoy en día ser una realidad, al menos en el terreno comercial. ¿Pero en qué medida puede seguir siendo esa realidad, si la misma no se vincula a la integración humana y política, como dato fundamental hoy en día, que debemos empeñosamente distinguir? A mi manera de ver, hay dos concepciones acerca de la integración. Una de tipo formal, ritual o que sólo contempla el dato económico y comercial. Y otra, de estirpe bolivariana, que tiene un sentido mucho más complejo, mucho más audaz, y que plantea el tema de la integración en forma dinámica, con un sentido histórico, en función de las realidades locales y regionales. En este sentido, los acuerdos de comercio preferencial han proliferado en número, alcance y dimensión en proporciones desconocidas hasta el presente. Paralelamente, los organismos internacionales que creamos sobre la base de amplias expectativas presentan cierto grado de debilidad, lo cual a la vez que genera confusión produce también desconcierto.

Otra característica digna de resaltar tiene que ver con el proceso de globalización y la incorporación de la región a las grandes corrientes económicas y comerciales mundiales. Este proceso, visto en general como un factor potencialmente perturbador del manejo tradicional de nuestras relaciones internacionales, ha dado muestras de una vitalidad que hace pensar en su carácter irreversible. Frente a este hecho, los latinoamericanos y caribeños debemos interrogarnos sobre la forma más conveniente de asumir los retos y posibilidades que el mismo nos presenta.

Para mí no existe la menor duda de que la verdadera integración mata las perversiones de la globalización.

Parece también inaugurarse un nuevo contexto en las relaciones con los Estados Unidos de Norteamérica. Relaciones tradicionalmente tensas durante varias décadas, parecieran estar dando cabida a una relación basada en el respeto mutuo y la admisión consensual de diferencias y matices. No cabe subestimar en ningún caso el papel preponderante de los Estados Unidos en la región, y la profunda influencia que las negociaciones para la conformación del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), vienen ejerciendo sobre el conjunto de los procesos comerciales en los que participamos.

Pero sin duda que la afirmación de la soberanía nacional es la mejor forma de relacionarnos con la gran potencia del Norte.

De la misma manera, estamos a las puertas del inicio de una nueva Ronda de Negociaciones Multilaterales en el marco de la Organización Mundial del Comercio (OMC). La variedad de temas que se abordarán, sus profundas repercusiones en nuestras economías, y la oportunidad que representan para el logro de un marco jurídico ordenado del comercio internacional, son elementos que deben ser evaluados con especial profundidad.

Resumiendo el contexto regional, cabría decir que éste se nos presenta particularmente intenso en la esfera de la integración, a la vez que presenciamos un simultáneo proceso de intensificación de la globalización, y asistimos a un acelerado proceso de negociaciones comerciales internacionales con nuestro principal socio comercial, los Estados Unidos. En medio de la complejidad que estos hechos suponen, la Ronda del Milenio que se avecina, nos coloca frente a un reto de particular trascendencia por sus implicaciones en la regulación del comercio internacional.

Estoy plenamente seguro que no agoto el tema, tampoco es esa mi intención. Resalto tan sólo algunas áreas que exigen atención. La debilidad institucional que observamos en algunos organismos, no contribuye, desde luego, a su mejor tratamiento. Ofrece el Sistema Económico Latinoamericano (SELA) un escenario conveniente y adecuado. Por una parte, participan en él países latinoamericanos y caribeños como no lo hacen en ningún otro foro. Por la otra, durante sus veinticinco años de existencia, ha acumulado un acervo y una experiencia dignas de ser tomadas en cuenta.

Sin embargo, hemos podido observar cómo nuestro Organismo

ha venido perdiendo de forma gradual su importancia en vista de la proliferación de otras instancias regionales de coordinación de políticas, y especialmente tras la creación del Grupo de Río, el cual lo despojó de su capacidad de coordinación política. Esta crisis, existencial si se quiere, la cual también se ha manifestado por un persistente desinterés de los Estados Miembros en sus reuniones y en el cumplimiento de sus compromisos de pago, ha generado una crónica crisis financiera que amenaza su existencia.

Sucede a menudo que en los esfuerzos propios a veces somos menos diligentes que en aquellos en los cuales queremos lucirnos ante terceros, y que a organismos propios, como el SELA, le demos menos apoyo, le restemos importancia y le escatimemos los recursos necesarios para su óptimo funcionamiento.

Un ejemplo de lo que acabo de describir es cómo no supimos aprovechar la figura de los Comités de Acción, mecanismo original que nos permite trabajar de forma conjunta en asuntos y temas concretos. En el pasado se crearon Comités de Acción tales como el de Apoyo al Desarrollo de Centro América (CADESCA), antecesor al Grupo de Contadora y de Grupo de Río. Hoy, por el contrario, no hay Comités de Acción ante las dificultades que los Países Miembros tuvieron para su financiación.

En este contexto, el SELA sólo ha podido concretar exitosamente una parte de sus tareas -muy importante por cierto- la relativa a estudios y reuniones y a su contribución para ampliar el marco de acción externo y la cooperación regional, pero poco o nada ha podido realizar en el ámbito de la coordinación y concertación de políticas económicas.

Sin embargo, lo que ha hecho hasta ahora ha sido muy bien realizado, superando hasta incendios que destruyeron sus instalaciones y bienes. Le correspondería ahora cumplir con una tarea ambiciosa: la de actuar como lugar para la concertación política en materia económica entre los países de América Latina y el Caribe.

Por esta razón, me permito ante ustedes, reiterar la conveniencia en que utilicemos más y mejor al SELA, que hagamos el esfuerzo necesario e indispensable para cumplir con los compromisos financieros contraídos y brindemos nuestro aporte intelectual para que la institución pueda abordar de manera eficaz el Programa de Trabajo que durante esta reunión se ha aprobado, el cual, como sabemos, nos permitirá

avanzar en nuestro proceso de desarrollo.

Creemos que muchos de los retos que nos impone la dinámica de la globalización podrían ser estudiados y mejor comprendidos y enfrentados a través de la reconocida capacidad del SELA para organizar con otras instituciones regionales y extrarregionales eventos de análisis y prospectiva, así como por su reconocida capacidad en la difusión de publicaciones que han constituido aportes fundamentales sobre el tema.

El lanzamiento de una nueva ronda de negociaciones comerciales multilaterales en el marco de la OMC, conocida como la Ronda del Milenio, y la configuración de una Zona de Libre Comercio Hemisférica para el año 2005, ALCA, son objetivos que plantean un nuevo reto para América Latina y el Caribe; de allí que el SELA, en su carácter de mecanismo de consulta y coordinación para asuntos económicos, tiene la oportunidad de jugar nuevamente el papel de importancia que tuvo durante las décadas de los setenta y ochenta.

En el ámbito de la integración económica, no se deberían descartar los valiosos aportes y experiencias del SELA. Por ello, deberíamos promover en el marco de este Organismo, acciones y actividades que faciliten y den apoyo a los diferentes procesos y esquemas de integración que se verifican en América Latina y el Caribe, propiciando su convergencia y articulación.

El fortalecimiento de los esquemas de concertación regional forma parte prioritaria de la política exterior del actual Gobierno de Venezuela. Desde que asumimos funciones en febrero pasado, la integración regional ha ocupado la mayor atención de las autoridades nacionales. Lo hacemos por una profunda convicción, de hondas raíces históricas, que nos señala que ésta es una opción estratégica de primer orden. Asimismo, estimamos que de la integración emanan obligaciones que no podemos desatender, pues los riesgos de quedar aislados y debilitados son evidentes.

También, otros mecanismos de consulta y coordinación, como el Grupo de Río, podrían eventualmente nutrirse de la experiencia del SELA, el cual podría, por qué no pensar en ello, constituirse en una especie de Secretaría Técnica del mismo. La experiencia acumulada por el Organismo, a lo largo de veinticinco años, además de estar basada en un tratado internacional vigente y flexible, lo podrían convertir en una Secretaría Técnica natural a favor de nuestros esfuerzos para la

unidad e integración Latinoamericana. Creo que se impone una reflexión en ese sentido.

Por otra parte, lo correspondiente a la definición de políticas de empleo y desarrollo, de promoción industrial y su vinculación con las políticas comerciales y financieras, como instrumentos esenciales en la lucha contra la desigualdad y la pobreza que nos afecta severamente, son responsabilidad nuestra y debemos asumirlos como propios. Para ello, el SELA se presenta como el escenario natural de la región, para nuestro intercambio de experiencias y toma de decisiones tanto coordinadas como compartidas.

Para mi gobierno, apoyar y promover la integración de América Latina y el Caribe no es una simple exhortación, no es algo ritual, retórico, sino un deber constitucional, ya que tanto en la Constitución vigente, la del 61, como en el preámbulo de nuestra nueva Constitución, la que está en proceso de elaboración y pronto será aprobada, se contempla el impulso de la integración de la Comunidad de Naciones Latinoamericanas y del Caribe. Es decir que para nosotros la integración tiene rango constitucional.

Aunque para muchos de los aquí presentes no es desconocido, deseo hacer una breve mención al proceso de cambio que se verifica actualmente en Venezuela. Como varios de ustedes conocen, sobre la base de un proceso que ha implicado la elección de una Asamblea Nacional Constituyente, se ha venido elaborando, a partir de un esquema de amplia participación, una nueva Constitución. Esta Constitución amplía los canales de participación democrática, acerca los Poderes Públicos al ciudadano, y procura garantizar sobre bases efectivas el conjunto de los derechos individuales, sociales y políticos.

En la nueva Constitución la integración regional adquirirá toda la jerarquía que nos merece. No sólo se intenta comprometer la acción del Ejecutivo hacia su fortalecimiento, sino que habrán de fijarse caminos para facilitar el cumplimiento de los compromisos que en este ámbito puedan adquiriese. En sintonía con estas obligaciones, el Despacho que presido ha realizado un considerable esfuerzo doctrinario, teórico, para adecuarse a las nuevas realidades. A una participación activa en el contexto internacional, sin distingos de tipo ideológico, hemos añadido un proceso de reflexión profunda sobre los alcances y orientaciones de la política exterior. Deseamos asimismo, atender los requerimientos de

formación de nuestro personal, para lo cual adelantamos un conjunto de actividades.

Señores Delegados, estimo especialmente propicia la oportunidad de este XXV Consejo Latinoamericano para reflexionar sobre el papel futuro del SELA. No sólo la elección de un nuevo Secretario Permanente contribuye a este propósito. Esta reunión se verifica en medio de un proceso de evaluación del organismo, el cual se ha venido cumpliendo desde hace algún tiempo y que pensamos debe profundizarse. Creo en este sentido, que nuestros debates deben estar presididos de una gran franqueza.

En conclusión, reconocemos que tenemos ante nosotros la oportunidad y también la posibilidad de aprovechar de forma eficiente y mejor esta Institución que nos pertenece a todos por igual. Para ello es necesario que cumplamos con nuestras obligaciones presupuestarlas y así darle la posibilidad al SELA de que cumpla con los compromisos pautados en el Programa de Trabajo para el año 2000.

De otra forma, el Organismo verá seriamente comprometida su existencia y estaríamos condenándolo a un futuro incierto. Por el contrario, un Sistema Económico Latinoamericano fortalecido, podría ser una garantía adicional para la consecución de los objetivos de desarrollo de los países de la región.

Estimo, por consiguiente, que debemos hacer esfuerzos honestos por la orientación de las actividades del SELA hacia las grandes áreas que me permití señalar y que parecen configuran el contexto regional, a saber: Integración, ALCA y Globalización. Tenemos en el SELA un foro privilegiado, grandes retos por afrontar y oportunidades que debemos saber aprovechar. El compromiso del Gobierno de Venezuela, del Presidente de la República, Hugo Chávez, con el Organismo es inquebrantable e irreversible. Tiene en esta ciudad su sede, y continuará brindándosele, como hasta ahora, todo el apoyo que pueda requerir.

Sabemos que en el futuro inmediato, para encarar los grandes problemas de la región, como acaba de decir el Embajador Moneta, no hay remedios, no hay recetas. Afortunadamente todo depende de nosotros mismos, de nuestra capacidad para actuar. En lugar de magia tenemos que apelar, sin duda, a la imaginación y éste quizá sea el gran desafío de los latinoamericanos y caribeños en este momento y en estas circunstancias.

Les deseo en nombre del Gobierno de Venezuela el mayor éxito en estas deliberaciones.

Mesa redonda - Canciller - The Economist

Recientemente The Economist publicaba una reseña titulada "La química del crecimiento" en la cual intentaba puntualizar en qué consistía el secreto del crecimiento económico y qué debían hacer los gobiernos para estimularlo. Su conclusión era -imagínense la sorpresa para un lector en busca de luces- que el asunto "continuaba siendo un misterio". Sin embargo, también insinuaba el artículo que cada país, cada sociedad, incluso cada sector de la economía, está llamado, a lo largo del tiempo, a aprovechar las oportunidades que las circunstancias le brindan y, para ello, a capitalizar al máximo sus capacidades de adaptación, factor éste juzgado como "multidimensional" en sus alcances y como crítico para el éxito del proceso, fuese cual fuese su punto de partida.

A pesar de lo genérico del postulado -o quizás por ello mismo- es razonable compartirlo. Trasladando el dilema al plano más amplio y más complejo del desarrollo, podemos decir también que no hay verdades absolutas en la búsqueda incesante de cada sociedad nacional por el bienestar de su colectivo. Pero, cada una, debe ponderar sus circunstancias políticas, económicas y sociales internas y aquéllas externas en que se desenvuelve. En tal contexto deben sus líderes asumir la responsabilidad de abrir nuevos espacios de creatividad y de conducir la adaptación de todas las fuerzas dinámicas de la sociedad hacia esa libertad de pensamiento y acción en la cual reside, en última instancia, la posibilidad de hacer surgir y aprovechar oportunidades de progreso.

Bajo estos parámetros circunscribiría el proceso de renovación institucional y de revitalización económica y social que se ha propuesto Venezuela, añadiendo que nos lo proponemos teniendo como objetivo principal vencer, en democracia, las fuerzas de la desigualdad y la injusticia social que nos aquejan y limitan nuestras potencialidades. Frente a ello, como podrán apreciarlo de las ponencias de voceros gubernamentales y de analistas y observadores independientes, la coyuntura económica impone sus exigencias. Ustedes podrán valorar cómo nos proponemos superarla y evaluar sus riesgos y oportunidades.

Pero, más importante, es el convencimiento que ustedes obtengan a lo largo de estos debates de que Venezuela afronta su futuro democráticamente, sin prejuicios dogmáticos, abierta a la participación de propios y extraños en la captación de oportunidades de progreso para sus gentes, con alto sentido de responsabilidad social, comprensión de las interdependencias que trae asociadas la sociedad internacional contemporánea y cabal atención a los derechos y obligaciones inherentes a todo ello.

Valgan estos conceptos introductorios para subrayar que la política exterior de Venezuela estará al servicio de estos postulados y exigencias, propiciando una cabal comprensión de nuestros procesos internos, el afianzamiento de la confianza externa en su desarrollo y consolidación, y la superación exitosa de los desafíos estructurales y coyunturales que tenemos ante nosotros.

No sobra recordar que, de larga data, Venezuela ha probado su compromiso con los principios y valores que animan a la comunidad internacional y ha dado su aporte en ideas y recursos a su consolidación. Somos un país con una amplia trayectoria en la defensa y promoción de la paz y la seguridad internacionales, de la democracia, los derechos humanos y las libertades fundamentales, del desarrollo económico y social, la preservación del medio ambiente, la solidaridad humanitaria, y del derecho internacional, como lo prueban nuestra presencia y actuación en los foros multilaterales y nuestra tradición de cooperación internacional.

Nada puede hacer presumir que tal trayectoria no se mantendrá. Por el contrario, en el contexto de una sana percepción del interés nacional y de aquél de la comunidad internacional, mantendremos nuestra contribución al desarrollo progresivo de todos estos valores.

Por su parte, la comunidad internacional no puede abstraerse de la realidad de los inmensos desequilibrios que subsisten entre sus miembros y de afrontar colectiva y cooperativamente los retos de superarlos. La pobreza crítica en innumerables países, incluida Venezuela, es síntoma y reflejo de desajustes internos, ciertamente, pero también de desajustes externos en las modalidades de funcionamiento de la economía internacional y en los énfasis de la política internacional, que no vacila en ser proactiva cuando se trata de seguridad pero es recalcitrante y casi huérfana de creatividad cuando

se trata del desarrollo humano. ¿Cómo medir, señores, el costo social de la inestabilidad financiera internacional?. ¿Cómo medir las repercusiones persistentes de la globalización de la producción y los intercambios sobre las estructuras sociales? Se dice, y es probablemente cierto, que no hay marcha atrás en estas tendencias. Pero, ¿acaso no hay manera de morigerar sus repercusiones? ¿De centrar más en el ser humano y menos en los balances corporativos el énfasis de la política? En tanto se buscan respuestas a estos dilemas éticos y conscientes de que lo deseable y lo posible mantienen siempre entre sí un desfase, a los países nos toca combinar idealismo y pragmatismo.

Con esta constatación es que deseo entrar en el tema de la política exterior y la integración. Desde el punto de vista puramente ideológico, la integración es para Venezuela un postulado fundamental. Somos parte de una comunidad latinoamericana fragmentada por la historia pero que hoy en día nada impide intentar reconstruir sobre bases contemporáneas. Es más, si así no lo fuese, las circunstancias del momento la imponen. ¿Qué sentido económico tienen mercados fragmentados, inconexos a pesar de contiguos, cuando al mismo tiempo la producción de bienes y servicios puja en sentido contrario? ¿Acaso no podemos y debemos, a nuestra escala regional, capitalizar en nuestro propio beneficio las oportunidades de comunidad cultural de que disponemos? ¿Acaso no estaremos así en mejor condición de competir en nuestro propio ámbito y en aquél global?

Salvando las distancias, Europa ha dado ejemplos que es imposible obviar, y constatando las realidades contemporáneas, todo parece indicar que la integración como concepto traspasó en nuestro tiempo las barreras de lo ideológico para convertirse en imperativo económico. El desafío es, mas bien, asegurarse que no sea excluyente, cerrada en sí misma, sino abierta a las fuerzas de la competencia y la creatividad, aunque sea más fácil decirlo que hacerlo.

¿En qué se refleja ello para Venezuela? Nada nuevo les comento al decirles que la integración regional y subregional serán líneas maestras de la política exterior de Venezuela. En ellas reside nuestra opción primaria de desarrollo alternativo, es decir, de diversificación de nuestra tradicional dependencia minero-energética hacia los principales mercados desarrollados de consumo, y que la fomentaremos sin perjuicio de intentar captar las fuerzas dinámicas de estos últimos en los ámbitos

de los procesos productivos, la tecnología, el mercadeo, a fin de estar, al máximo posible, a la vanguardia internacional, allí donde dispongamos de ventajas relativas como productores, sea para beneficiarnos de las ajenas como consumidores.

Los ejes principales serán la Comunidad Andina, Brasil y el MERCOSUR, México en el marco del Grupo de los 3, Centroamérica y el Caribe, cada uno de acuerdo al nivel ya alcanzado de interrelación. Las perspectivas son optimistas. Los niveles de intercambio ya logrados así lo confirman. Pero, para Venezuela, estos procesos revisten además connotaciones estratégicas. Detrás de los crecientes flujos de comercio e inversión intra-latinoamericanos debe propiciarse la consolidación de las afinidades políticas y de seguridad. Si el Grupo de Río ha sentado las bases para esta dimensión de la integración, carecemos aún, como una comunidad regional, de bases políticas e institucionales, para ejercer una proyección propia en el escenario internacional.

Pensamos que es del interés colectivo propiciar un sistema internacional en el cual resurja la multipolaridad y que nuestra región está llamada a constituirse en uno de tales polos, con identidad propia. De lo contrario, de no actuarse con criterio de comunidad, surgirán diferencias y contradicciones en nuestro propio seno. Por poner un ejemplo ¿sobre que bases América Latina y el Caribe podrá llegar a un acuerdo para la elección de un nuevo miembro permanente del Consejo de Seguridad de entre sus filas, cuando llegue el momento de proceder a la ampliación del mismo, sino disponemos previamente de una visión compartida de nuestros intereses y estamos dispuestos a actuar colectivamente en función de ello? ¿Qué parámetro de actuación tendrá ese país respecto al colectivo que representará? ¿Acaso no es tiempo ya de dar el paso político que el Grupo de los 8, luego ampliado a Grupo de Río, ha venido cultivando en la práctica desde hace ya años, y de comenzar a explorar una institucionalidad política propia para la región?

El segundo reto es el de superar la etapa de la dilución de nuestros intereses y valores en aquellos, más complejos, del sistema interamericano. Para nadie es un secreto que los Estados Unidos son la potencia global contemporánea y que todo hace prever que así se mantenga en lo previsible. Ello introduce la pregunta inevitable de sí,

a pesar de todas las afinidades de valores que podamos compartir como países americanos que todos somos, puede darse por descontado la coincidencia en política internacional cuando estén en contradicción de los intereses de una potencia global y aquellos de un país de la región. La realidad es que tenderán a pesar más los primeros. El caso de Cuba y la experiencia de Las Malvinas sentaron el precedente y, hoy en día, vemos el reflejo de ello, en la propuesta instalación de bases de avanzada en la lucha antinarcóticos en las inmediaciones de Venezuela sin haberse concertado tal iniciativa en el foro hemisférico. Venezuela, su actual Gobierno, tiene una inequívoca y firme posición frente al narcotráfico. Lo combatimos individualmente con denuedo y colaboramos sin reservas en el esquema multilateral y en el accionar colectivo, pero eso sí, sin sacrificar soberanía ni aceptar que se enerve nuestra seguridad nacional.

Por todo ello, Venezuela juzga llegando el momento de una reflexión al más alto nivel sobre los escenarios políticos y económicos de la región para el nuevo siglo, con la esperanza que de él surja una visión de futuro en torno a la cual podamos todos, sin exclusión alguna y sin perjuicio para nuestros diversos procesos subregionales, aunar esfuerzos.

Este contexto general nos permite ubicar otros procesos simultáneos en su justa dimensión. Sin duda nuestras relaciones con los Estados Unidos son de capital importancia, tanto en lo bilateral como en lo multilateral. Nada de cuanto podamos propiciar en el ámbito de la integración puede ni debe ser entendido como contrario a ellas. Estados Unidos es un socio clave para Venezuela bajo todos los ángulos y nuestras relaciones deben fortalecerse sobre la base del respeto y la conveniencia mutua. Y si existiese diferencias, como es natural que pueda haber entre países en la multiplicidad de temas de la agenda internacional contemporánea, confiamos en su solución mediante el diálogo. Por los momentos estamos trabajando activamente en fortalecer nuestra red de acuerdos en el ámbito de la promoción y protección de inversiones, después de haber concluido lo relativo a la doble tributación, todo ello en consonancia con el interés del Gobierno de brindar la mayor seguridad jurídica a las inversiones extranjeras, de las cuales Estados Unidos es fuente principal en nuestra economía.

De igual manera, junto con los demás países del Hemisferio, par-

ticipamos en el proceso preparatorio del Area del Libre Comercio de las Américas, y nos preparamos para la Ronda del Milenio que se lanzará en el marco de la OMC a fines de año. Valgan estas referencias para ilustrar la complejidad de la agenda económica internacional, la celeridad de los tiempos en que todo se desenvuelve y, sobre todo, los múltiples escenarios y perspectivas de intereses con que se va conformando el marco normativo que ha de regir los intercambios en la economía globalizada. Es precisamente este escenario múltiple y complejo el que obliga a precisar enfoques y prioridades, y que nos lleva a adoptar el postulado de que la inserción de Venezuela en la economía global debe, preferentemente, realizarse tomando como punto de partida la integración regional. En ella podemos encontrar las fortalezas de las que, alternativamente, careceríamos. De nuevo recordemos que este es el mismo punto de partida en que se sitúan, por ejemplo, Europa, la APEC, e incluso, Estados Unidos al avanzar la propuesta del ALCA. De allí también la importancia del proceso en curso entre la CAN y el MERCOSUR, que ha de servir de plataforma común al momento de una negociación ampliada a socios extraregionales.

Por supuesto, Venezuela no puede tampoco dejar de lado su vertiente caribeña al posicionarse frente a todos estos desarrollos. Y aquí los tiempos del proceso, por circunstancias propias y ajenas, debemos reconocer que no están a la altura de las circunstancias. Tenemos pendiente, como parte de la Comunidad Andina, que es nuestra primera plataforma en materia de política comercial, actualizar nuestro relacionamiento tanto con Centro América como con el Caribe. Entre tanto ha sido un logro imbuirnos todos los países de la Cuenca de un sentido de identidad colectiva más estructurado con la creación de la Asociación de Estados del Caribe. A su consolidación brindaremos todo el apoyo posible. Quizás sea éste uno de los desafíos más complejos que la integración tiene ante sí dada las particularidades del área, pero es indudable que Venezuela está, por convicción y la fuerza de las circunstancias, llamada a hacer de la Cuenca uno de sus ejes principales de política exterior.

Ciertamente, no podemos permanecer indiferentes ante la eventualidad de que estas subregiones, tan próximas y tan relevantes para nuestra seguridad e intereses, permanezcan al margen o se vean perjudicadas por los grandes procesos de posicionamiento que tienen

lugar actualmente frente a las exigencias de la globalización económica y sus alcances en lo político. En ello, por supuesto, incluimos a Cuba. Recordemos que Cuba es parte activa de la comunidad latinoamericana como lo ejemplifican su membrecía del SELA, la ALADI y la AEC, de la comunidad iberoamericana, y de la comunidad internacional; que los tiempos de la Guerra Fría han pasado, y que es, en pleno respeto a la soberanía y asuntos internos de cada quien, el tiempo de pensar en el futuro colectivo más que en las diferencias que puedan existir.

Finalmente una referencia, como se me ha pedido, a las relaciones con Colombia. Quizá ya todo esté dicho respecto a la importancia que para Venezuela tienen estas relaciones y de cómo ambos países hemos venido trabajando la compleja agenda de temas bilaterales que nos atañen. Recientemente, en Ureña, se celebró la primera reunión de presidentes y allí se ratificaron las líneas maestras de la política de estado sostenida de parte y parte. Colombia es nuestro principal socio comercial en la región y con ella mantenemos los más estrechos vínculos de cooperación en todos los órdenes. Cualesquiera que puedan ser las dificultades que existen o surjan a raíz mismo de esta estrecha relación bilateral, nuestra voluntad estará orientada a la búsqueda de soluciones concertadas entre ambos países. Aparte de ello, confiamos en que el proceso de paz en Colombia, al que tanta importancia asignamos como país que se ha visto afectado por las ramificaciones del conflicto interno que allí se vive, tenga el mayor de los éxitos y, al efecto, hemos ofrecido nuestra contribución.

Recordemos que tanto Venezuela como Colombia hemos sido participes en los procesos de paz y reconciliación nacionales en Centro América, gracias a lo cual tenemos ambos la experiencia de las exigencias que estos procesos tienen y podemos preciarnos de haber honrado la confianza que se nos dio en acompañarlos a buen puerto. Con mayor razón Venezuela está en disposición de asumir igual responsabilidad hoy, cuando Colombia da pasos firmes hacia los mismos objetivos de paz y reconciliación nacionales.

Quisiera concluir parafraseando en política internacional lo que afirmaba The Economist en materia de crecimiento económico. No hay recetas únicas, hay oportunidades. Y, para estar en condición de aprovecharlas, debe haber, en política, una visión de futuro -un ideal por alcanzar- que nos permita, desde nuestra perspectiva, intentar

moldear esa realidad que ha de ser la nuestra en el futuro. Confío en que contaremos con su apoyo y buena voluntad a lo largo del proceso.

Muchas gracias.

Ministerio Relaciones Exteriores Venezuela
Notícias
Número 12 - Caracas, 12 al 16 de abril de 1999
Presidente assiste a cumbre de la AEC

El Presidente de la República, Hugo Chávez Frías, junto a sus homólogos de México, Cuba y Colombia, y otros 16 jefes de Estado y de Gobierno de América Central y el Caribe, se reúnen desde este viernes 16 de abril en Santo Domingo, República Dominicana, en la II Cumbre de la Asociación de Estados del Caribe (AEC). Las relaciones con EE UU y Europa, problemas fronterizos, objetivos económicos, ambientales y programas comunes contra el narcotráfico son algunos de los temas en la agenda.

La integración subregional, en el marco de la globalidad internacional, es una de las principales preocupaciones de los Estados del Caribe de cara al ingreso de América Central y el Caribe en el Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA). En este sentido, existe grandes expectativas en relación a la presencia del Presidente Chávez, por sus llamados a la integración regional.

Durante su estadía en Santo Domingo, el Presidente sostendrá encuentros bilaterales, con el mandatario colombiano, Andrés Pastrana y con su homólogo cubano, Fidel Castro. Según reportes de prensa, Venezuela se ofrecerá en Santo Domingo como sede de la XX Cumbre Centroamericana, a realizarse a más tardar el 15 de septiembre, lo cual convertiría al país en el primer anfitrión no regional del encuentro anual.

Comunidad Andina planteará condonación de deuda externa

El próximo 5 y 6 de mayo se reunirán en Quito, Ecuador, los cancilleres de los países integrantes de la Comunidad Andina de Naciones (CAN), quienes junto a los miembros del Parlamento Andino, discutirán una posición conjunta sobre la condonación del pago de la deuda externa pública. A la cita de Quito también asistirán el presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, Enrique Iglesias, el secretario general de la Organización de Estados Americanos, César Gaviria

y autoridades de la Corporación Andina de Fomento (CAF).

La propuesta andina será presentada durante la cumbre presidencial de la CAN, el 26 de mayo en Cartagena, Colombia. Posteriormente se elevará ante el Grupo de los Siete, durante la reunión prevista para el 7 de junio en Colonia, Alemania; y ante el resto de los países de la región en la reunión del Grupo de Río, en México.

El Nacional, 2001, Ultimas Noticias The Daily Journal

LAD: "Preocupa a Venezuela Area de Libre Comercio de las Américas"

El ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, Luis Alfonso Dávila subrayó este martes el temor de su país ante la perspectiva de un Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA) en 2005 o antes, considerando que algunas economías de la región no están suficientemente preparadas para competir. "La posibilidad del 2005 nos aterra, porque nuestras economías no están absolutamente estructuradas para competir en esas grandes ligas y es obvio que esa preocupación la comparten un gran número de países de la región", afirmó. Por ello, apuntó que el Grupo de Río debe fortalecerse para hablar con voz única y con una posición compartida en la Cumbre de las Américas que tendrá lugar a finales de abril en la ciudad de Quebec, Canadá. El ALCA es un tema que debe tratarse "con cuidado", insistió el Canciller venezolano quien asiste a la reunión ministerial del Grupo de Río en Santiago de Chile. Con esta postura, Caracas expresa por segunda vez el mismo criterio que ha defendido Brasil frente a la conformación en 2005 de un área de libre comercio en las Américas. En la primera semana de marzo pasado, el Presidente de la República, Hugo Chávez, consideró como muy apresurada la conformación del ALCA para este año.

El Universal, El Globo, 2001

Grupo de Río crea agenda para Cumbre de Chile

Con un llamado a la protección de los derechos humanos, a la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo, y a la creación de un clima de mayor confianza y seguridad entre los Estados, la ministra chilena de Relaciones Exteriores, Soledad Alvear Valenzuela, inauguró la Vi-

gésima Reunión de Cancilleres del Grupo de Río, en Santiago de Chile. El encuentro reunió a 19 ministros de Relaciones Exteriores de América Latina, que se abocaron a preparar la agenda de la Conferencia Cumbre del Grupo, prevista también en Santiago de Chile en agosto. Chile ocupa desde febrero pasado la secretaría pro témpore del Grupo de Río. Algunos de los temas que ocuparon a los ministros fueron la nueva economía, la brecha tecnológica y el empleo, consolidación de las democracias en la región, concertación política y fortalecimiento del Grupo de Río y apoyo a la integración y cooperación económica. La XX Reunión de Cancilleres emitió varios comunicados en referencia al transporte de material radiactivo y desechos peligrosos, tráfico ilícito de armas pequeñas y ligeras, y caída de desechos espaciales en el océano Pacífico.

Países andinos piden prórrogar ley de preferencias arancelarias El Espectador (Colombia)

Washington.AP. Los ministros de Comercio de Colombia, Perú, Bolivia y Venezuela iniciaron la etapa decisiva de sus gestiones para que el Congreso estadounidense renueve una ley de preferencias arancelarias para los países andinos que luchan contra la erradicación de la coca y extienda de paso sus beneficios a Venezuela. La gestión coincide con un ambiente gubernamental extraordinariamente favorable al comercio con la América Latina, pero también con un pronunciamiento de más de la mitad de miembros del Senado estadounidense que piden al presidente George W. Bush no negociar acuerdos que pudieran afectar a las empresas estadounidenses."Las exportaciones andinas de textiles representan apenas un 1 por ciento del total de importaciones textiles estadounidenses", declaró la ministra de Comercio Exterior de Colombia Martha Lucía Ramírez. "De modo que no vemos en qué puede afectar esta ampliación a las empresas locales". Ramírez encabezó un pronunciamiento de los ministros andinos en una universidad en Washington para explicar los propósitos de sus gestiones y los alcances de una extensión de la llamada ley de preferencia comercial andina, conocida como ATPA. La ley, promulgada en 1991 expirará en diciembre, luego de 10 años de vigencia. Beneficia actualmente a Colombia, Ecuador, Perú y Bolivia dando

acceso con menores aranceles a decenas de productos como compensación por su lucha para la erradicación de cultivos de coca. Venezuela, que no es un país productor de coca ni cocaína, desea acogerse a los beneficios. "Esa ley ha creado una discriminación con mi país", dijo la ministra venezolana de Comercio Exterior Luisa Romero. "La cercanía terrestre de Ecuador y Colombia nos ha convertido en un país de tránsito (de las drogas). Hemos hecho grandes esfuerzos humanos y materiales para combatir la entrada y salida de estupefacientes", agregó. Los países andinos desean que la vigencia del ATPA sea indefinida y coincida con el proceso de transición hacia el Area de Libre Comercio de las Américas, que entrará en vigor en diciembre del 2005. Pero, además de los productos amparados por bajos aranceles, los países desean incluir entre ellos a los de la industria textil, que tendría un efecto multiplicador inmediato en la creación de empleos, explicó el ministro de Comercio Exterior de Bolivia Claudio Mansilla.

9 de febreiro de 2001
Encuentros bilaterales se realizaran en Cancun

El Ministro de Relaciones Exteriores, José Vicente Rangel viaja a primera hora de este sábado, acompañado por funcionarios de la Cancillería del área de Asuntos Económicos Internacionales

Caracas, Feb. 09 (MRE/Press).- El relanzamiento del Grupo de los Tres, integrado por Colombia, México y Venezuela, será la prioridad en las conversaciones que sostendrán este sábado y domingo en Cancún, México, los cancilleres de estos tres países, Guillermo Fernández de Soto, Jorge Castañeda y José Vicente Rangel, respectivamente, quienes a su vez se dedicarán a la tarea de preparar la agenda para la Cumbre Presidencial del G-3, prevista para el próximo mes de abril, en esta capital.

A propósito del encuentro de cancilleres, el ministro de Relaciones Exteriores, José Vicente Rangel, recordó que la idea de relanzar el G-3 surgió con motivo de la entrevista que sostuvieran el presidente de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con el nuevo Mandatario azteca, Vicente Fox, efectuada en el marco de la toma de posesión de éste último, realizada el pasado 1 de diciembre.

Es importante destacar que durante el encuentro de Cancún se

llevarán a cabo encuentros bilaterales Guillermo Fenández de Soto-José Vicente Rangel, Rangel-Jorge Castañeda en los cuales se tratarán asuntos relevantes de la agenda política, económica, social que desarrollan Colombia y Venezuela, Venezuela y México.

Los Cancilleres de México y Venezuela recibirán informaciones en detalle sobre el proceso de paz en Colombia, los alcances y la conclusiones del encuentro sostenido por el Presidente Andrés Pastrana y Manuel Marulanda, jefe de las FARC.

-Allí se destacó la necesidad de que ese organismo recuperara su status, porque es un mecanismo muy importante para establecer una relación más estrecha entre México, Colombia y Venezuela, que son países fundamentales en la región; que además jugaron un papel protagónico definitivo en todo el proceso de paz en Centroamérica, en Contadora,. De allí proviene el surgimiento y vigencia del G-3 -expresó el Titular del MRE.

El Jefe de la Casa Amarilla observó que el esquema de integración "no había sido manejado últimamente", e incluso "que había sido relegado, pero los tres presidentes decidieron reactivarlo y por eso tenemos la reunión de cancilleres en México, este fin de semana".

Sobre la agenda de actividades a desarrollar en la ciudad de Cancún, el ministro Rangel adelantó que van a estudiar una serie de aspectos, atinentes a la reactivación del organismo. Así como a preparar la agenda de la Cumbre del G-3, a realizarse en Venezuela, el 5 y 6 de abril, a la que asistirán los presidentes Andrés Pastrana, Vicente Fox, y Hugo Chávez Frías.

A una consulta periodística sobre otros temas a tratar en la cita de México, el ministro Rangel señaló que "seguramente, el tema de Colombia saldrá en la conversación. También el análisis de las relaciones de México con Colombia y Venezuela y el interés de Venezuela de establecer nexos estrechos con Colombia y con México".

El embajador Mario Guglielmeli, director de Asuntos Económicos Internacionales, adscrito a la Dirección de Economía y Cooperación Internacionales del MRE, informó además que durante la reunión de ministros de Relaciones Exteriores, estos conocerán acerca de un Informe elaborado por el Comité Trilateral de Reflexión sobre el futuro del Grupo de los Tres (G-3).

De los puntos principales a tratar por los cancilleres, el embajador

Guglielmeli complementó que dentro del G-3 se maneja el Tratado de Libre Comercio, por lo que los cancilleres de Colombia, México y Venezuela también conocerán acerca de la situación de ese acuerdo, así como evaluarán el estado actual de los grupos de alto nivel, conformados dentro del esquema de integración, en el sector financiero, transporte, educativo. Igualmente, se tratará de avanzar en la configuración de un grupo en el sector de Ciencias y Tecnología. Luego de la evaluación, se procederá a elaborar los programas de trabajo respectivos, con miras a desarrollarlos en un período de dos años.

Venezuela tiene la Secretaría Pro Tempore, la cual entrega en el primer semestre de este año.

Venezuela - Brasil
Acuerdo CAN-Brasil

La Comunidad Andina de Naciones (CAN) invitó al canciller brasileño, Luiz Felipe Lampreia, a una reunión del 21 al 23 de abril, para discutir su oferta de un acuerdo bilateral, presentado en respuesta al planteamiento andino para agilizar sus negociaciones de integración con el Mercosur. Según fuentes de la CAN, se pretende avanzar simultáneamente en negociaciones con Brasil, y con Argentina, Paraguay y Uruguay, en el tema de las preferencias arancelarias, aún pendiente. Las negociaciones entre Brasil y la CAN se realizarán bajo la fórmula ''cuatro más uno'', ya que Bolivia actúa como observador en las negociaciones con el Mercosur, porque desde 1997 tiene en vigor un acuerdo de libre comercio propio con ese bloque.

El Mercosur se reunirá los días 19 y 20 de abril en Asunción, para discutir los efectos de la crisis económica brasileña, las relaciones con la Comunidad Andina y la decisión de Brasilia de negociar unilateralmente con el bloque andino.

El ministro de Relaciones Exteriores, José Vicente Rangel, al ser consultado sobre la decisión de Brasil de negociar en solitario con la Comunidad Andina, manifestó que Venezuela esperaba que ello "no afecte el funcionamiento del Mercosur''. Rangel se reunió en Caracas con el embajador de Argentina en Venezuela, José Viglione, para tratar el asunto. ''El objetivo final (de Venezuela) sigue siendo el alcanzar un acuerdo de libre comercio entre los dos bloques'', señaló el ministro de

Industria y Comercio, Gustavo Márquez.

CNN en Español/BBCmundo (Londres)/Yahoo Noticias

Presidente Chávez pide ingresso de Venezuela al Mercosur

Brasilia. El presidente venezolano Hugo Chávez afirmó que el fortalecimiento de los grupos latinoamericanos de integración debe preceder la formación del Area de Libre Comercio de las Américas, que propugna Estados Unidos, y anunció oficialmente la decisión de su país de asociarse al Mercosur. "No se puede pensar en ALCA, sin antes fortalecer al Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) y la Comunidad Andina de Naciones. Lo contrario (avanzar primero hacia el ALCA) sería dar los pasos hacia la desintegración regional", señaló Chávez durante una visita relámpago a Brasil. Chávez vino en busca de coordinar la posición de los dos países ante la Cumbre de las Américas en Quebec dentro de tres semanas destinada a debatir la formación del ALCA, la zona de libre comercio que abarcaría desde Alaska hasta Tierra del Fuego. En principio, el ALCA tendría que comenzar a funcionar en el 2005, pero Estados Unidos, con el respaldo de Chile y otros países, procura anticipar su nacimiento para el 2003. La declaración de Chávez puso en evidencia la dificultad que tendrán que sortear los partidarios de anticipar la fecha. El Mercosur cuenta también con Chile y Bolivia como miembros asociados. La CAN está integrada por Bolivia, Perú, Ecuador, Venezuela y Colombia.

Brasil y Venezuela en desacuerdo con adelanto del ALCA

El Universal (México), Abr. 02.- Brasilia, Brasil. Los presidentes de Brasil y Venezuela, Fernando Henrique Cardoso y Hugo Chávez, se reunirán en Brasilia para analizar una estrategia sudamericana que impida el adelanto del Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA) para el año 2003, dijeron fuentes diplomáticas. El presidente Chávez realizará una visita de 24 horas a Brasil para fijar una agenda que permita un mayor acercamiento entre el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y la Comunidad Andina de Naciones (CAN). El Mercosur agrupa a Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, además de contar como asociados

a Bolivia y Chile, mientras que la CAN está integrada por Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela. El encuentro entre Chávez y Cardoso se produce después de la reunión del presidente brasileño con su homólogo de Estados Unidos, George W. Bush en Washington el pasado viernes. Chávez y Cardoso manifestaron por separado públicamente su oposición al adelanto del Alca del 2005 al 2003 por considerar que las naciones en vías de desarrollo no están aún preparadas para participar con las mismas posibilidades con las industrializadas en ese sistema. La reunión se producirá en las vísperas del encuentro en Buenos Aires de ministros de Economía de los 34 países que formarán parte del Alca que definirán un borrador del acuerdo que suscribirán en Quebec, Canadá los presidentes en la III Cumbre de las Américas.

Comunicado de Prensa Conjunto

Los Presidentes de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías y de la República Federativa del Brasil, Fernando Henrique Cardoso, efectuaron en la ciudad de Brasilia, el 03 de abril de 2001, una Reunión de Trabajo en la que analizaron los temas de interés de la Agenda Bilateral y Multilateral.

Como resultado de ese octavo encuentro, los Jefes de Estado decidieron emitir el siguiente comunicado de prensa conjunto:

1. Ambos Mandatarios abordaron temas de relevancia para los dos países, que demuestra el excelente nivel de entendimiento y concertación existente en la relación bilateral, comprometiéndose a continuar impulsando con el mismo dinamismo los proyectos de interés común.

2. Al revisar la actual situación regional, continental y mundial, reafirmaron su compromiso de aportar elementos constructivos para la consecución de un proceso de integración amónico y equitativo que asegure mejores condiciones de acceso a los mercados y contribuya a la expansión de los intercambios comerciales, como medio para mejorar los niveles de desarrollo económico y el bienestar social de nuestros pueblos.

3. Los Jefes de Estado resaltaron la importancia de la III Cumbre de las Américas a realizarse del 20 al 22 de abril en Quebec, Canadá. Al confirmar su participación en la misma, expresaron el deseo de que la

Cumbre aporte importantes resultados en dos principales vectores constantes de los documentos a ser adoptados en Québec: el político-social y el económico-comercial.

4. Expresaron su convencimiento de que la creación del Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA) debe tomar en cuenta los principios de equilibrio, gradualidad y progresividad de las negociaciones, así como las diferencias en los niveles de desarrollo de las economías del hemisferio.

5. Conscientes de la necesidad de impulsar el comercio hemisférico, señalaron la conveniencia de disponer de reglas de acceso a los mercados claras y transparentes, así como el no vincular los temas de comercio con esquemas de naturaleza ambiental y laboral.

6. Reafirmaron su compromiso de firmar, al más breve plazo posible, el Acuerdo CAN/MERCOSUR, considerándolo como una contribución fundamental para la consolidación del espacio económico Sur Americano, con miras a abordar en mejores condiciones y bajo el principio del regionalismo abierto su participación en las negociaciones para conformar un Área de Libre Comercio de las Américas y en las que se realizan con la Unión Europea y otros bloques económicos.

7. Del mismo modo, el Presidente Hugo Chávez Frías anunció la decisión del Gobierno venezolano de solicitar la adhesión al MERCOSUR. El Presidente Fernando Henrique Cardoso recibió con satisfacción el anuncio de la decisión venezolana y se comprometió a apoyar esa solicitud junto a los demás socios de MERCOSUR, iniciando al más corto plazo posible el proceso correspondiente previsto en el Tratado de Asunción.

8.- Al dar por concluida la Reunión de Trabajo los Presidentes Hugo Chávez Frías y Fernando Henrique Cardoso, expresaron su complacencia por los resultados obtenidos, lo que demuestra el alto nivel de cooperación política y económica alcanzado en la relación bilateral, así como por la contribución que pueden realizar al desarrollo económico y social de nuestra región.

Brasilia, 03 de abril de 2001.

Venezuela - Plan de gobierno
Equilibrio internacional

Fortalecer la soberanía en la integración multipolar

Insertarla adecuadamente en la comunidad internacional como agente activo, autónomo e independiente contribuyendo a la fundación de un nuevo orden internacional pluralista, capaz de promover nuestros intereses, manteniendo relaciones de carácter prioritario, estratégico y de cooperación con las diferentes naciones, en el marco de un mundo sin poderes hegemónicos.

Objetivos

- Acelerar la integración regional mediante la creación de l Gran Confederación de Naciones de América Latina y del Caribe y convocando al II Congreso Anfictiónico.
- Promover el principio de igualdad entre los Estados atendiendo a la justicia internacional, denunciando y combatiendo la deuda externa en aquellos aspectos correspondientes a la voracidad especulativa de los poderes financieros mundiales.
- Reorganizar el servicio exterior considerando también la aplicación de la diplomacia económica.
- Fortalecer a la OPEP.
- Crear el Mercado Común Andino.
- Relacionar la Comunidad Andina con MERCOSUR.
- Conformar la empresa Petroamérica.
- Promover los derechos humanos, la justicia socio-económica, la paz internacional y la lucha contra el narcotráfico.

Venezuela

Temas de Negociación del ALCA | Fuentes Oficiales | Fuentes No Oficiales

Temas de Negociación del ALCA

Acceso a Mercados, incluyendo Normas y Estándares

• Disposiciones sobre Normas y la Evaluación de los Procedimientos de la Conformidad en los Acuerdos de Comercio e Integración del Hemisferio Occidental (English | español)

• Exámenes de las políticas comerciales de la OMC

• FONDONORMA - Fondo para la Normalización y Certificación de la calidad

• Inventario de Prácticas sobre Normas, Reglamentaciones Técnicas y Evaluación de la Conformidad en el Hemisferio Occidental (English | español)

• Ministerio de Industria y Comercio

• Ministerio de Relaciones Exteriores

• Regímenes Aduaneros Especiales (español)

Agricultura,
incluyendo Medidas Sanitarias y Fitosanitarias

Comercio Electrónico

• Listas de Desgravación (para productos agrícolas) de la OMC

• MAC - Ministerio de Agricultura y Cría
o Servicio Autónomo de Sanidad Agropecuaria (español)

• Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICIT)

Compras del Sector Público

Derechos de Propiedad Intelectual

• Legislación, Reglamentos y Procedimientos Nacionales de Compras del Sector Público en las Américas (English | español)

• Directorio de autoridades en materia de Propiedad Intelectual

• Legislación Nacional

• OMPI - Organización Mundial de Propiedad Intelectual

Inversión

• Aspectos legales relacionados a las inversiones (español)

• CONAPRI - Consejo Nacional de Promoción de Inversiones

• Regímenes de Inversión Extranjera en las Américas: un estudio comparativo
(English | español)

Política de Competencia

Solución de Diferencias

• Inventario de Leyes y Normas Nacionales referidas a las Prácticas de Políticas de Competencia en el Hemisferio Occidental

(English | español)

- Comunidad Andina - Secretaría general
- OMC - Organización Mundial del Comercio

Servicios

Subsidios, Anti-Dumping

y Medidas Compensatorias

- Acuerdos Sectoriales sobre Servicios en el Hemisferio Occidental (English | español)
- CONATEL - Comisión Nacional de Telecomunicaciones
- Disposiciones sobre el Comercio de Servicios en los Acuerdos de Comercio e Integración del Hemisferio Occidental (English | español)
- CASS - Comisión "Antidumping" y sobre Subsidios de Venezuela
- Compendio sobre Medidas Antidumping y Derechos Compensatorios del Hemisferio Occidental (English)

Fuentes oficiales regionales y globales

Fuentes oficiales nacionales

- Banco Central de Venezuela
- CASS - Comisión "Antidumping" y sobre Subsidios de Venezuela
- CONAPRI - Consejo Nacional de Promoción de Inversiones (en español e inglés)
- CONATEL - Comisión Nacional de Telecomunicaciones
- Congreso de Venezuela
- (CONICIT) - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas
- Embassy of Venezuela, Washington DC
- Ministerio de Industria y Comercio
- Ministerio de Planificación y Desarrollo
- Ministerio de Relaciones Exteriores
- OCEI - Oficina Central de Estadística e Informática
- Presidencia de la República
- PROCOMPETENCIA - Superintendencia para la Promoción y Protección de la Libre Competencia
- SUDEBAN - Superintendencia de Bancos y Otras Instituciones Financieras

Fuentes no oficiales de información global y global

Fuentes no oficiales de información nacional

- Canadian Chamber of Commerce in Venezuela
- CONINDUSTRIA - Confederación Venezolana de Industriales
- CONAPRI - Consejo Nacional de Promoción de Inversiones
- DdDex - Directorio de Exportadores (en español e inglés)
- Trade Venezuela - Venezuelan Products and Services for Export (English | español)
- VenAmCham - Venezuelan-American Chamber of Commerce and Industry

* Venezuela's Official Export Directory

Anexo III

Cúpula das Américas - abril de 2001
Declaração da Cidade de Quebec

Nós, os Chefes de Estado e de Governo das Américas, eleitos democraticamente, nos reunimos na Cidade de Quebec, na III Cúpula, para renovar nosso compromisso em favor da integração hemisférica e reiterar nossa responsabilidade, coletiva e nacional, de aprimorar o bem-estar econômico e a segurança de nossos povos. Adotamos um Plano de Ação com vistas a fortalecer a democracia representativa, promover a boa governança, proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais.* Procuramos criar maior prosperidade e expandir as oportunidades econômicas, ao mesmo tempo em que fomentamos a justiça social e a realização do potencial humano.

Reiteramos nosso firme compromisso e adesão aos princípios e objetivos das Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A riqueza e a diversidade de nossas tradições oferecem oportunidades inigualaveis para promover o crescimento, compartilhar experiências e conhecimentos e criar uma família hemisférica, baseada numa ordem internacional mais justa e democrática. Devemos enfrentar os desafios inerentes às diferenças existentes em nossos países e na região, em termos de tamanho e níveis de desenvolvimento social, econômico e institucional.

Alcançamos progresso na implementação dos mandatos coletivos adotados em Miami, em 1994, e aprofundados em Santiago, em 1998. Reconhecemos a necessidade de continuar a enfrentar as debilidades em nossos processos de desenvolvimento e a incrementar a segurança humana. Estamos cientes de que ainda há muito a fazer para que o processo de Cúpula das Américas se torne relevante no cotidiano de nossos povos e contribua para seu bem-estar.

Reconhecemos que os valores e as práticas democráticas são fundamentais para alcançar todos nossos objetivos. A manutenção e o fortalecimento do estado de direito e o irrestrito respeito ao sistema democrático são, ao mesmo tempo, uma meta e um compromisso

* Venezuela reserva sua posição

comum, além de constituírem uma condição essencial de nossa presença nesta e em futuras Cúpulas. Conseqüentemente, qualquer mudança inconstitucional ou interrupção da ordem democrática em um Estado do Hemisfério constitui um obstáculo insuperável à participação do Governo daquele Estado no processo de Cúpula das Américas. Levando devidamente em conta os mecanismos hemisféricos, regionais e sub-regionais já existentes, concordamos em realizar consultas no caso de ruptura do sistema democrático de um país que participe do processo de Cúpulas.

Na atualidade, as ameaças à democracia tomam várias formas. A fim de aumentar nossa capacidade de resposta a essas ameaças, instruímos nossos Ministros das Relações Exteriores a preparar, no marco da próxima Assembléia Geral da OEA, uma Carta Democrática Interamericana, que reforce os instrumentos da OEA destinados à ativa defesa da democracia representativa.*

Nosso compromisso de respeitar integralmente os direitos humanos e as liberdades fundamentais está amparado em princípios e convicções por todos compartilhados. Apoiamos o fortalecimento e o aumento da eficácia do sistema interamericano de direitos humanos, que inclui a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Damos à XXXI Assembléia Geral da OEA o mandato de examinar um incremento adequado de recursos para as atividades da Comissão e da Corte, a fim de aperfeiçoar os mecanismos de direitos humanos e promover a observância das recomendações da Comissão e o cumprimento das decisões da Corte.

Reafirmamos nosso compromisso de preservar a paz e a segurança mediante a utilização efetiva dos instrumentos hemisféricos de resolução pacífica de controvérsias e a adoção de medidas de fomento da confiança e da segurança. Nesse sentido, apoiamos e saudamos os esforços da OEA. Reiteramos nossa plena adesão ao princípio que obriga os Estados a se absterem da ameaça ou uso da força, em conformidade com o direito internacional. Respeitando os princípios do direito humanitário internacional, condenamos, enfaticamente, todo e qualquer ataque à população civil. Tomaremos todas as medidas cabíveis para assegurar que as crianças de nossas nações não participem de conflitos armados, bem como condenamos o

* Venezuela reserva sua posição

uso de crianças por forças irregulares. Reafirmamos que a subordinação constitucional das forças armadas e de segurança às autoridades civis legalmente constituídas de nossos países, bem como o respeito pelo estado de direito por parte de todas as instituições nacionais e demais setores da sociedade são fundamentais para a democracia. Envidaremos esforços para limitar os gastos militares, mantendo uma capacidade correspondente às nossas legítimas necessidades de segurança, bem como promoveremos maior transparência na aquisição de armas.

Reiteramos nosso compromisso de combater as novas e multidimensionais ameaças à segurança de nossas sociedades. Entre tais ameaças, salientamos o problema mundial das drogas e crimes correlatos, o tráfico ilegal e o uso criminoso de armas de fogo, o crescente perigo representado pelo crime organizado e o problema geral da violência em nossas sociedades. Reconhecendo que a corrupção enfraquece os valores democráticos fundamentais, representa um desafio à estabilidade política e ao crescimento econômico, e, portanto, ameaça interesses vitais em nosso Hemisfério, comprometemo-nos a revigorar nossa luta contra a corrupcao. Reconhecemos, ainda, a necessidade de melhorar as condições da segurança humana no Hemisfério.

Renovamos nosso compromisso com a plena implementação da Estratégia Anti-Drogas no Hemisfério, baseada nos princípios da responsabilidade compartilhada, abordagem integral e equilibrada e cooperação multilateral. Acolhemos com satisfação os avanços significativos alcançados no desenvolvimento do Mecanismo de Avaliação Multilateral, e reiteramos nosso compromisso de tornar esse mecanismo, único no mundo, um dos pilares centrais de uma efetiva cooperação hemisférica no combate a todos os fatores constitutivos do problema mundial das drogas. Expressamos nosso apoio a programas eficazes de desenvolvimento alternativo, que tenham por propósito a erradicação do cultivo ilícito, e nos esforçaremos para facilitar o acesso a mercados dos produtos derivados desses programas tenham seu acesso ao mercado facilitado.

Reconhecemos que outra grande ameaça à segurança de nossos povos é a HIV/Aids. Estamos unidos em nossa determinação de adotar estratégias multi-setoriais e desenvolver nossa cooperação para combater essa doença e suas conseqüências.

Reafirmamos a importância de um poder judiciário independente e nossa determinação de assegurar acesso igualitário à justiça e garantir sua administração oportuna e imparcial. Comprometemo-nos a incrementar a transparência de todas as instâncias governamentais.

Economias livres e abertas, acesso a mercados, fluxos sustentáveis de investimento, formação de capital, estabilidade financeira, políticas públicas adequadas, acesso à tecnologia e desenvolvimento e treinamento de recursos humanos são a chave para reduzir a pobreza e as desigualdades, elevar o padrão de vida e promover o desenvolvimento sustentável. Trabalharemos com todos os setores da sociedade civil e organizações internacionais para assegurar que as atividades econômicas contribuam para o desenvolvimento sustentável de nossas sociedades.

Acolhemos o significativo progresso até agora alcançado para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), incluindo a elaboração de um projeto preliminar de Acordo ALCA. Como ficou acordado na Cúpula de Miami, o livre comércio, sem subsídios nem práticas desleais, associado a um crescente fluxo de investimentos produtivos e a uma maior integração econômica, promoverá a prosperidade regional, permitindo, assim, o aumento do padrão de vida, a melhoria das condições de trabalho dos povos das Américas e melhor proteção do meio-ambiente. A decisão de tornar público o projeto preliminar de Acordo ALCA é uma demonstração clara de nosso compromisso coletivo com a transparência e uma crescente e sustentada comunicação com a sociedade civil.

Instruímos nossos ministros a assegurar que as negociações do Acordo ALCA sejam concluídas, o mais tardar, em janeiro de 2005, para buscar sua entrada em vigor o quanto antes, até, no máximo, dezembro de 2005.* Esse será um elemento-chave na criação de crescimento econômico e prosperidade no Hemisfério, que contribuirá para a realização dos amplos objetivos da Cúpula. O Acordo deverá ser equilibrado, abrangente e consistente com as regras e disciplinas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e deverá constituir um compromisso único. Conferimos grande importância à elaboração de um Acordo que leve em consideração as diferenças no tamanho e no nível de desenvolvimento das economias participantes.

* Venezuela reserva sua posição

Reconhecemos o desafio que representa a gestão ambiental no Hemisfério. Comprometemos nossos governos a fortalecer a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, com vistas a assegurar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental, na medida em que esses objetivos são interdependentes e se reforçam mutuamente. Nosso objetivo é alcançar o desenvolvimento sustentável em todo o Hemisfério.

Promoveremos o cumprimento das normas trabalhistas fundamentais reconhecidas internacionalmente e incorporadas na Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e seu Seguimento, adotada, em 1998, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Consideraremos a ratificação ou a adesão as convenções fundamentais da OIT, se necessário. A fim de avançar no nosso compromisso de criar maiores oportunidades de emprego, melhorar a qualificação dos trabalhadores e aprimorar as condições de trabalho em todo o Hemisfério, reconhecemos a necessidade de considerar, nos foros hemisférico e internacional competentes, as questões da globalização relacionadas com o emprego e o trabalho. Instruímos a Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho a que continue a considerar os temas relacionadas com a globalização que afetam o emprego e o trabalho.

Reconhecendo a importância da energia como uma das bases fundamentais para o desenvolvimento econômico e a prosperidade da região e a melhoria da qualidade de vida, comprometemos-nos a empreender iniciativas de energia renovável, promover a integração energética, aprimorar o marco regulatório e sua implementação, promovendo os princípios do desenvolvimento sustentável.

Democracia e desenvolvimento econômico e social são interdependentes e reforçam-se mutuamente, como condições fundamentais para combater a pobreza e a desigualdade. Não pouparemos esforços para libertar nossos cidadãos das condições degradantes da pobreza extrema. Renovamos o compromisso de empreender ainda maiores esforços para alcançar as metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente, em particular a redução em 50%, até o ano 2015, da proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema.

Comprometemo-nos a promover programas que aprimorem a agricultura, a vida rural e o agro comércio como uma contribuição essencial

à redução da pobreza e ao fomento do desenvolvimento integral.

Assumimos o compromisso de fortalecer a cooperação hemisférica e as capacidades nacionais com vistas a desenvolver uma abordagem mais integrada para enfrentar os desastres naturais. Continuaremos a implementar políticas que aumentem nossa capacidade de prevenir, mitigar e responder aos efeitos dos desastres naturais. Concordamos em estudar medidas que facilitem o acesso oportuno a recursos financeiros para responder a necessidades emergenciais.

Reconhecemos as contribuições culturais e econômicas dos migrantes às sociedades que os acolhem e às suas comunidades de origem. Comprometemo-nos a assegurar aos migrantes tratamento humano e digno, proteção legal adequada, defesa dos direitos humanos, bem como condições de trabalho seguras e saudáveis. Fortaleceremos os mecanismos de cooperação hemisférica, com vistas a atender às legítimas necessidades dos migrantes e a tomar medidas efetivas contra o tráfico de seres humanos.

O progresso na direção de sociedades mais democráticas, crescimento econômico e maior eqüidade social repousa numa população educada e numa força de trabalho melhor qualificada. Concordamos em adotar um conjunto de ações, com vistas a melhorar o acesso a uma educação de qualidade, mediante o treinamento de professores, o ensino de valores cívicos e o uso das tecnologias da informação, tanto nas salas de aula quanto na avaliação do progresso para a implementação desses compromissos. Melhores políticas e investimentos crescentes em nossos sistemas de educação ajudarão a reduzir as disparidades de renda e a brecha digital em nosso Hemisfério.

Nossos esforços hemisféricos coletivos serão mais efetivos com o uso inovador das tecnologias da informação e da comunicação, com vistas a interligar nossos governos e povos e compartilhar conhecimentos e idéias. Nossa declaração, Conectando as Américas, realça essa convicção.

Ressaltamos que uma boa saúde e igualdade de acesso à atenção médica e ao sistema de saúde, bem como a medicamentos de custo acessível são vitais para o desenvolvimento humano e a implementação de nossos objetivos políticos, econômicos e sociais.

Reafirmamos nosso compromisso de proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos, incluindo os marginalizados,

os portadores de deficiência e aqueles em situação de vulnerabilidade ou que requeiram proteção especial. Assumimos o compromisso de erradicar todas as formas de discriminação, incluindo racismo, discriminação racial, xenofobia e outras formas conexas de intolerância em nossas sociedades, assim como de promover a igualdade de gênero e lograr a plena participação de todos na vida política, econômica, social e cultural de nossos países.

Envidaremos esforços para assegurar que as sugestões da Assembléia Indígena das Américas, realizada na Guatemala, e da Cúpula dos Povos Indígenas das Américas, realizada em Ottawa, estejam refletidas na implementação da Declaração da Cúpula das Américas e do Plano de Ação. Apoiamos os esforços dirigidos a uma pronta e bem-sucedida conclusão das negociações sobre a Proposta Americana de Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, que promoverá e defenderá seus direitos e liberdades fundamentais.

Consideramos que a diversidade cultural que caracteriza nossa região é uma fonte de grande riqueza para nossas sociedades. O respeito e a importância que atribuímos à nossa diversidade deve ser um fator de coesão que fortaleça o tecido social e o desenvolvimento de nossas nações.

A responsabilidade precípua pela coordenação e implementação do anexo Plano de Ação cabe a nossos governos. As reuniões ministeriais estão produzindo resultados significativos em apoio aos mandatos das Cúpulas. Continuaremos a desenvolver essa cooperação.

Apreciamos o apoio efetivo da Organização dos Estados Americanos e de seus órgãos especializados, particularmente a Organização Pan-americana de Saúde, o Instituto Interamericano para a Cooperação Agrícola e o Instituto Interamericano das Crianças, bem como do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e do Banco Mundial. Convidamos essas instituições e outras organizações regionais e internacionais a ampliar sua coordenação no apoio à implementação e o seguimento do Plano de Ação desta Cúpula.

A OEA desempenha um papel central na implementação das decisões das Cúpulas das Américas. Instruímos nossos Ministros das Relações Exteriores a, na próxima Assembléia Geral, avançar e aprofundar o processo de reforma da OEA, apoiado por recursos adequados, para

aperfeiçoar seu funcionamento e permitir à organização melhor implementar os mandatos das Cúpulas.

Acolhemos com beneplácito e reconhecemos o valor das contribuições da sociedade civil ao nosso Plano de Ação, incluindo as prestadas pelas organizações empresariais e trabalhistas. Afirmamos que a abertura e a transparência são vitais para o fortalecimento da conscientização pública e a legitimidade de nossas iniciativas. Convidamos todos os cidadãos das Américas a contribuirem para o processo de Cúpulas.

Nós, Chefes de Estado e de Governo, aceitamos o oferecimento do Governo da República da Argentina para sediar a IV Cúpula das Américas.

As Cúpulas das Américas existem para servir às pessoas. Devemos implementar soluções efetivas, práticas e solidárias para resolver os problemas que afligem nossas sociedades. Não receamos a globalização, nem estamos seduzidos por seu fascínio. Estamos unidos na nossa determinação de deixar às gerações futuras um Hemisfério democrático e próspero, mais justo e generoso, um Hemisfério onde ninguém seja deixado para trás. Estamos empenhados a fazer deste o Século das Américas.